



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**NO FIO DA NAVALHA: ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS E A
HIGIENIZAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Fernanda Cavalcanti de Medeiros

Natal – RN

2020

Fernanda Cavalcanti de Medeiros

NO FIO DA NAVALHA: ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS E A
HIGIENIZAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA

Tese elaborada sob a orientação da Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Psicologia.

Natal – RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes –
CCHLA

Medeiros, Fernanda Cavalcanti de.

No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua / Fernanda Cavalcanti de Medeiros. - 2020.

316f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira.

1. População em situação de rua - Tese. 2. Políticas públicas - Tese. 3. Assistência social - Tese. I. Oliveira, Isabel Maria Farias Fernandes de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 364.6-058.5(81)

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A tese “No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua”, elaborada por “Fernanda Cavalcanti de Medeiros”, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA EM PSICOLOGIA.

Natal, __ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de
Oliveira (UFRN) (Presidente da banca)

Profa. Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira
(UFRN) (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva (UFJF)
(Examinador Externo)

Profa. Dra. Maristela de Melo Moraes (UFMG)
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva (UFRN)
(Examinadora Interna)

Profa. Dra. Raquel Farias Diniz (UFRN)
(suplente)

Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias (UFG)
(Suplente)

À Maria Lúcia Santos Pereira, Josenilson Alves, Agnaldo Silva, Iranaldo dos Passos Barros e Katyleen Rios (*in memoriam*). A todos que constroem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), especialmente no Rio Grande do Norte. Às trabalhadoras do SUAS.

*Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague*

*Pelo prazer de chorar e pelo "estamos aí"
Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir
Um crime pra comentar e um samba pra distrair
Deus lhe pague*

*Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui
O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir
Pelo domingo que é lindo, novela, missa e gibi
Deus lhe pague*

*Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
Deus lhe pague*

*Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir
Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir
E pelo grito demente que nos ajuda a fugir
Deus lhe pague*

*Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir
E pelas moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir
E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir
Deus lhe pague*

(Chico Buarque, 1971)

AGRADECIMENTOS

Só foi possível porque fomos juntos. Construir esta pesquisa representou grande desafio, especialmente no duro período que vivemos - de ataques aos direitos humanos e desmonte dos direitos sociais conquistados. As reflexões realizadas em mais de quatro anos, que aqui estão registradas, me atravessaram e impactaram como trabalhadora das políticas públicas e como gente. Certamente não teria sido possível completar tão difícil tarefa sem o apoio e suporte recebido pelo caminho. Por isso expresso minha mais genuína gratidão a todas as pessoas, coletivos e instituições que construíram esse trabalho junto comigo:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e incentivo à pesquisa. Que a ciência e a educação pública sejam cada vez mais valorizadas e fortalecidas neste país;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande Norte (PPGPSI/UFRN) por todo apoio, cuidado e organização fundamentais para que possamos avançar nos estudos e pesquisas;

À Isabel Fernandes Oliveira, Isa, minha orientadora, por ser referência, por acreditar nesse nosso projeto, acolher minha ansiedade e mostrar que mesmo com todas as dificuldades da realidade, é possível fazer pesquisa;

Às professoras e aos Professores que me acompanharam nas bancas de qualificação e defesa: Professora Ilana Paiva, minha primeira orientadora na UFRN e grande referência na defesa dos direitos humanos; Professora Teresa Nobre, pelas contribuições teóricas e por ser uma companheira comprometida e incansável nas atividades junto à pop rua; Professora Maristela Melo, pela atenção e gentileza que me incentivaram a seguir na pesquisa; Professores Fernando Santana e Tadeu Farias, pelas contribuições, provocações e incentivos que tornaram a defesa da tese um momento incrível e certamente qualificaram o trabalho final. Também às Professoras Ana Karenina Arraes Amorim e Raquel Diniz, e ao Professor Fellipe Coelho pela

construção conjunta de projetos relacionados aos direitos da população em situação de rua. À todas as professoras e professores da graduação e pós-graduação em Psicologia da UFRN que contribuíram com minha formação – às minhas mestras, meu respeito e gratidão.

À minha amada família, pelo afeto, por ser base e raiz. À minha mãe Adriana e ao meu pai Fernando, ao padrasto Aldomar e madrasta Raiane, às irmãs Renata, Vanessa, Ayla e ao irmão Renan, à sobrinha Malu, e também a todos os tios, tias, primos, avós e demais familiares que torceram e apoiaram esse projeto. Ao meu companheiro Pedro Mayta, por estar sempre ao meu lado e me incentivar nesse processo, pelos cuidados e afetos cotidianos;

Ao Movimento Nacional de População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (MNPR/RN), minha universidade da rua, que me forma como pessoa e me inspira a resistir e persistir diante de todas as barreiras e dificuldades que se colocam em nossos caminhos. À Marcela, Beto, Halisson, Renata, Verônica, Cardoso, Cleiber, Luanda, Fátima, Marília, Matheus, Jenair, Bia, Esequiel, Mariana e todos os companheiros e companheiras que constroem esse coletivo. À Maria Lúcia Pereira e a todos os que já partiram desse plano e plantaram tantas sementes de luta que hoje florescem nas ruas do país. Em especial ao meu amigo irmão Vanilson Torres, que foi um verdadeiro co-orientador desta tese, me repassando informações sobre o MNPR que ainda não estão formalmente registradas, me ensinando e inspirando com seus cordéis e poesias que tanto enriqueceram este nosso trabalho;

Às amigas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Natal/RN por todas as delícias e amarguras compartilhadas. Por acreditar que cada família e cada pessoa que acompanhamos vale a luta. Em especial às amigas do CREAS Rafaela, Verônica e Manoela. À Sophia Mata, Lila Noronha e Luana Soares pelo cuidado e compromisso com os usuários e também com as companheiras de trabalho. À Carol Vidal pela disposição, iniciativa e gentileza, e por ter me ajudado a pensar e dar forma a esta tese;

À equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio, minha querida escola. Especialmente à Hellen Tattyanne por ter vivenciado o encontro com a rua junto

comigo e me ensinado tanto nesse processo que continua; A Daniel Valença pela disponibilidade para contribuir com a tese;

Ao Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPME) pelo apoio e compartilhamento de questionamentos e conhecimentos, por ser base para que possamos pensar e propor outros caminhos e perspectivas dentro e fora da Psicologia; Aos bolsistas de iniciação científica que me acompanharam no caminhar da pesquisa: Bárbara, Carol, Camila e PC.

Aos amigos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRP/RN), que compartilham a luta por uma Psicologia que dialogue com a rua e se aproxime dos grupos historicamente mais invisibilizados e marginalizados. Especialmente à Daniela Rodrigues, pelo carinho e incentivo;

Às amigas do Tribunal de Justiça da Paraíba pelo acolhimento, pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes e por me apresentarem ao querido sertão paraibano;

Às amigas e aos amigos da graduação e da vida pelo compartilhamento das delícias e amarguras do viver. Especialmente à Deyze e Joatã pela presença cheia de afeto na defesa;

A todos os participantes da pesquisa, que foram essenciais para que as reflexões aqui postas fossem possíveis;

Por fim, terminamos a escrita da tese em outubro de 2020, no contexto de pandemia do Coronavírus - Covid 19. Assim, dedico também este trabalho às famílias dos mais de 150 mil brasileiros e brasileiras mortos pela doença e pelo desgoverno, e aos profissionais da saúde e assistência social, que tem “segurado esse país nos braços” com seus esforços e as suas próprias vidas.

Há resistência! Dias melhores virão! Esse trabalho é por e para todos e todas vocês.

Sumário

Lista de Siglas.....	ix
Resumo.....	xii
Abstract	xiii
Resumen.....	xiv
Introdução	15
1. Método e apresentação da pesquisa	22
1.1 Objetivo Geral	22
1.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 Considerações sobre o Método	22
1.4 Desenho de pesquisa e apresentação dos participantes	25
1.4.1 <i>Estudo I</i>	28
1.4.2 <i>Estudo II</i>	29
1.4.3 <i>Estudo III</i>	32
1.5 Proposta de análise e discussão dos dados	35
2. Na periferia do centro ou no centro da periferia: o fenômeno população em situação de rua ...	44
2.1 Que gente é essa que vive pelas ruas?	44
2.2 As cidades como mercadorias e a negação do direito à cidade no capitalismo: o caso da População em Situação de Rua.....	82
2.3 Do papelão à bandeira: Movimento Nacional de População de Rua, um levante de resistência no cenário de lutas no Brasil.....	107
3. A gestão da miséria ou o acesso aos direitos sociais? As políticas de atendimento e o cotidiano dos serviços destinados à população em situação de rua	140
3.1 Estado e políticas sociais no Brasil: a assistência social como direito	141
3.2 As políticas sociais de atendimento à População em Situação de Rua na contemporaneidade.	184
3.3 A Política Nacional para a População em Situação de Rua: concepção, desenvolvimento e entraves	227
4. Considerações finais.....	277

Referências	290
Apêndices	306

Lista de Siglas

ACESSUAS - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

ACP – Área de Concentração de População

APS - Atenção Primária em saúde

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPS ad - Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CIAMP-RUA - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para População em Situação de Rua

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CnaR - Consultório na Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNDDH- Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis

CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRP - Conselho Regional de Psicologia

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CT - Comunidade Terapêutica

DPE - Defensoria Pública do Estado

DPU - Defensoria Pública da União

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

GCM - Guarda Civil Metropolitana

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MEC - Ministério da Educação

MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR - Movimento Nacional de População em Situação de Rua

MPC - Modo de Produção Capitalista

MPE - Ministério Público Estadual

MS - Ministério da Saúde

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOB - Norma Operacional Básica

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONDH - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde

PAEFI - Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA - Plano Individual de Atendimento

PM - Polícia Militar

PNEP - Política Nacional de Educação Permanente

PNPR - Política Nacional para a População em Situação de Rua

PPR - Pastoral do Povo da Rua

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSR - População em Situação de Rua

PT - Partido dos Trabalhadores

PTS - Projeto Terapêutico Singular

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RM – Região Metropolitana

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SUAS - Sistema único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

A População em Situação de Rua (PSR) representa uma das expressões mais perversas da questão social, e constitui um fenômeno que entrelaça fatores econômicos, políticos e sociais. Trata-se de um segmento historicamente (in)visibilizado pelo Estado brasileiro, que, a partir de sua organização política em meados dos anos 2000, conquistou avanços legais em relação à garantia de seus direitos. Estes direitos são materializados, ainda que de forma inicial e com fragilidades, principalmente pela política de Assistência Social, em um movimento que vai na contramão da ofensiva neoliberal vigente. Por esse motivo, é importante analisar como vem operando uma política de corte social voltada para os mais marginalizados no país. Assim, o presente trabalho buscou analisar o atendimento à PSR no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o acesso deste segmento às políticas sociais no estado do Rio Grande do Norte. Esta pesquisa se ancorou no materialismo histórico dialético e foi organizada a partir de duas etapas principais: realização de rodas de conversa com os profissionais dos serviços socioassistenciais de atendimento à PSR e entrevistas com membros do Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte (MNPR/RN). Após transcrição dos áudios foi realizada análise de conteúdo temática, sendo os dados organizados em seis categorias: modos de vida e vinculação com a rua; o SUAS e as pessoas em situação de rua; criminalização e higienização social da PSR; atendimento da PSR pela rede de políticas públicas; organização política da PSR; impactos da nova conjuntura brasileira para o SUAS e a PSR. De modo geral, foi possível concluir que, apesar da importância da criação de serviços voltados para PSR no SUAS, é preciso avançar na concepção e execução destas políticas sociais, se afastando do higienismo e criminalização que marcam a atuação do Estado com esse público rumo à práticas que de fato reconheçam e garantam direitos.

Palavras-chave: População em situação de rua; Políticas públicas; Assistência social.

Abstract

The population living in street (PSR) represents one of the most perverse expressions of the social issue, and is a phenomenon that intertwines economic, political and social factors. It is a segment historically (in) viewed by the Brazilian State, which, since its political organization in the mid-2000s, has achieved legal advances in terms of guaranteeing its rights. These rights are materialized, albeit initially and with weaknesses, mainly through the Social Assistance policy. Considering that such a policy goes in a movement against the current neoliberal offensive, it is important to analyze how a social court policy aimed at the most marginalized in the country has been operating. Thus, the present work sought to analyze care in the Unified Social Assistance System (SUAS) to the PSR and the access of this segment to social policies in the state of Rio Grande do Norte. This research was anchored in dialectical historical materialism and was organized based on two main studies: conducting conversations with professionals from the social assistance services for PSR and interviews with members of the National Movement of Street People in Rio Grande do Norte (MNPR / RN). After transcribing the audios, content analysis was performed, and the data were organized into six categories: ways of life and connection with the street; o SUAS and the people living in street; criminalization and social hygiene of the PSR; PSR service through the public policy network; political organization of the PSR; impacts of the new Brazilian conjuncture for SUAS and PSR. It is hoped that the theoretical elements constructed in this research can contribute to subsidize technical intervention in social policies aimed at serving the public in question. In general, it was possible to conclude that, despite the importance of creating services for PSR in SUAS, it is necessary to advance in the design and implementation of these social policies, moving away from the hygienism and criminalization that mark the performance of the State with this public towards practices that actually recognize and guarantee rights.

Keywords: Population living in street; Social assistance; Public policy.

Resumen

La población sin hogar (PSR) representa una de las expresiones más perversas de la cuestión social, y es un fenómeno que entrelaza factores económicos, políticos y sociales. Es un segmento históricamente (en) visto por el Estado brasileño, que, desde su organización política a mediados de la década de 2000, ha logrado avances legales en términos de garantía de sus derechos. Estos derechos se materializan, aunque inicialmente y con debilidades, principalmente a través de la política de Asistencia Social. Considerando que tal política entra en un movimiento contrario a la ofensiva neoliberal actual, es importante analizar cómo ha estado funcionando una política de corte social dirigida a los más marginados del país. Por lo tanto, el presente trabajo buscó analizar la atención en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) al PSR y el acceso de este segmento a las políticas sociales en el estado de Rio Grande do Norte. Esta investigación se basó en el materialismo histórico dialéctico y se organizó en base a dos estudios principales: conversaciones con profesionales de los servicios de asistencia social para PSR y entrevistas con miembros del Movimiento Nacional de la Gente de la Calle en Rio Grande do Norte (MNPR/ RN). Después de transcribir los audios, se realizó un análisis de contenido y los datos se organizaron en seis categorías: formas de vida y conexión con la calle; o SUAS y las personas sin hogar; criminalización e higiene social del PSR; Servicio de PSR a través de la red de políticas públicas; organización política del PSR; impactos de la nueva coyuntura brasileña para SUAS y PSR. En general, fue posible concluir que, a pesar de la importancia de la creación de servicios dirigidos al PSR en suA, es necesario avanzar en la concepción y aplicación de estas políticas sociales, alejando de la higiene y la criminalización que marcan el desempeño del Estado con este público hacia prácticas que realmente reconozcan y garanticen los derechos.

Palabras clave: Población sin hogar; Asistencia social; Políticas públicas.

Introdução

O povo da rua é um grito ético que desnuda a desumanidade de um sistema neoliberal.
(Monsenhor Júlio Lancellotti)

O desejo/ideia da pesquisa de doutorado que aqui será apresentada nasceu de inquietações oriundas da prática profissional no Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN), projeto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) executado como programa de extensão pela UFRN, onde tive oportunidade de atuar como estagiária e psicóloga. No CRDH/UFRN acompanhamos inúmeros casos de violência dirigidos à População em Situação de Rua (PSR) do Rio Grande do Norte. As violações de direitos chegavam ao nosso conhecimento através do Disque 100, bem como de encaminhamentos realizados por profissionais das políticas de saúde e assistência social, e por meio das próprias pessoas que viviam em situação de rua e que “chamavam os direitos humanos” para denunciar violências sofridas.

Durante quase três anos de atuação no CRDH/UFRN, me deparei, junto com as companheiras da equipe interdisciplinar, com situações extremas vivenciadas por pessoas em situação de rua, que atentam fortemente contra a humanidade, como torturas, homicídios – que não têm sequer inquéritos abertos –, impedimento de acesso aos serviços de saúde por falta de comprovante de residência, expulsões de serviços socioassistenciais por não enquadramento nas rígidas regras impostas, e a cotidiana restrição e apartação no direito e acesso à cidade.

Como principal estratégia de enfrentamento às referidas violações de direitos humanos, o CRDH/UFRN investiu esforços para contribuir com a organização política das pessoas em situação de rua, inclusive acompanhando e apoiando a emergência do núcleo potiguar do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), coletivo que milita contra a violência dirigida aos que vivem em situação de rua e em prol do acesso deste segmento às

políticas públicas e direitos sociais. O MNPR/RN e o CRDH/UFRN vêm, desde 2012, promovendo discussões e ações coletivas relacionadas às demandas da PSR no estado.

A partir da atuação junto ao público que vivia em situação de rua, a equipe do CRDH/UFRN sentiu a necessidade de ter subsídios teóricos para embasar a prática profissional e, neste processo, foi possível observar que as questões relacionadas a tal grupo e aos serviços e políticas que os atendem começaram a ser pesquisadas de forma mais sistemática recentemente. Isso, possivelmente, ocorre devido à invisibilidade (ou visibilidade perversa, conforme discutiremos posteriormente) do segmento, que só passou a ser reconhecido oficialmente pelo Estado brasileiro e a receber atendimento, por meio de políticas públicas pautadas em direitos em todo o território nacional, após os anos 2000.

Nesse sentido, Zwetsch (2015a) construiu um banco de textos acerca de temáticas relacionadas à PSR nas quatro últimas décadas, inclusive a partir do banco de produções científicas – dissertações e teses – do Ministério da Educação (MEC), utilizando os termos “população em situação de rua”, “população de rua” e “morador de rua”. Foram encontradas 93 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado de diversas áreas e sobre diferentes aspectos relacionados ao segmento em questão. A maior parte dos referidos estudos é oriundo de cidades da região sudeste, e dentre as teses desenvolvidas, três foram produzidas no campo da Psicologia. Diante dos dados expostos, o autor explicou que “o que aponta a sistematização é que a comunidade epistêmica é incipiente e localizada, haja vista a concentração de pesquisas, grupos de pesquisa e número pequeno de pesquisadores/as situados, majoritariamente, no Sudeste” (p. 15).

Apesar de ter ainda números relativamente baixos na totalidade da produção científica brasileira, o referido banco de dados aponta a existência de um caminho traçado e a tendência de consolidação deste campo de pesquisa. Isto se faz relevante, uma vez que acompanham o interesse com o tema de pesquisa aspectos como a mobilização social, as articulações com o poder público e a efetivação de ações e políticas públicas para a PSR (Zwetsch, 2015a).

Em levantamento mais recente, Sicari e Zanella (2018) investigaram a produção científica sobre PSR entre os anos de 2006 e 2016 no portal de periódicos e no banco de dissertações e teses da CAPES. Foram encontrados 27 artigos, 81 dissertações e sete teses, com temas variados e concentração na área da Psicologia (26,13%). As autoras concluíram seu estudo sobre o estado da arte com a constatação de que embora seja possível observar a intensificação do interesse na investigação dos fenômenos relacionados às pessoas que vivem em situação de rua pelos pesquisadores brasileiros, se faz necessário que novas pesquisas apontem indicadores para a construção de políticas públicas pautadas nos direitos desses sujeitos.

Nesta direção, emergiu a necessidade de compreender o atendimento à PSR a partir das políticas sociais públicas brasileiras dirigidas a tal público, no sentido de apreensão do desenho destas políticas, dos serviços e equipamentos sociais que as compõem, da articulação entre estes, dos principais desafios encontrados na execução das políticas, entre outras questões fundamentais na busca pela qualificação da atenção e garantia de direitos das pessoas que vivem em situação de rua.

Partimos neste estudo do entendimento de Silva (2009) que a PSR é um fenômeno antigo e arraigado na história dos centros urbanos, que assume proporções e características diferenciadas com o Modo de Produção Capitalista (MPC), sendo uma das mais duras expressões da “questão social”. Os homens e mulheres que vivem nas ruas se localizam entre os segmentos mais expostos e fragilizados que compõem a superpopulação relativa no processo de acumulação do capital.

Esta “população excedente”, que não é admitida nos postos formais de trabalho, e que cresce em enorme proporção durante as crises do capital, inclusive nesta que vivenciamos atualmente, acaba sobrevivendo de trabalhos informais e extremamente precarizados, sem garantias trabalhistas ou proteções. Muitas pessoas nesta condição necessitam de políticas

sociais para viabilizar condições mínimas para a reprodução de suas existências, tais como alimentação, repouso, higiene pessoal, atendimentos em saúde, etc.

Ocorre que a cobertura às necessidades destes sujeitos tem sido ínfima, caracterizando uma (in)visibilidade perversa por parte do poder público. Historicamente a atenção às necessidades desta população se deram por grupos religiosos e de caridade, tendo o Estado destinado unicamente ações de caráter higienista e criminalizatório para os indivíduos e famílias que viviam nas ruas (Candido 2006; Rosa, 1995).

No ano de 2009, após grande pressão do MNPR e setores sociais e governamentais que apoiavam a luta das pessoas em situação de rua, foi promulgado o Decreto Presidencial nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), e representou importante marco para o atendimento técnico qualificado ao segmento. Apesar de a referida política ser intersetorial, a maior parte dos serviços voltados ao atendimento da PSR atualmente se localizam no contexto do Sistema único de Assistência Social (SUAS), principal “porta de entrada” para o acesso desta população às políticas sociais, por meio de unidades de acolhimento, centros de referência, serviços de abordagem social, entre outros, que atendem as necessidades básicas e emergenciais, realizam encaminhamentos para confecção de documentações, consultas e tratamentos em saúde, cursos profissionalizantes, entre outras demandas, organizados a partir do acompanhamento psicossocial dos seus usuários.

Não obstante a criação de serviços socioassistenciais voltados ao atendimento da PSR signifique importante conquista, é preocupante observar, conforme acompanhamos no CRDH/UFRN, que parte destes novos modelos de equipamentos sociais apresenta graves problemáticas na execução e baixa adesão por parte dos usuários aos quais se destinam. Ao refletir sobre tal questão, nossa hipótese foi a de que na raiz destes problemas se encontravam a reprodução de olhares e práticas baseados no assistencialismo, criminalização e higienização social que sempre foram destinados à PSR, além de dificuldades estruturais para a

operacionalização dos serviços e políticas garantidos legalmente, que vem sofrendo ainda mais cortes e ataques na atual conjuntura brasileira.

A problematização exposta aponta para uma atenção socioassistencial à PSR que, como proposto no título deste trabalho, se encontra no fio da navalha. Esse fio é tênue e separa dois lados que são opostos e por vezes se entrelaçam: o da garantia dos direitos conquistados nas legislações e serviços de atendimento ao segmento, por um lado, e o da reprodução de antigas e problemáticas práticas destinadas aos grupos humanos que sobrevivem em extrema pobreza, por outro. Acreditamos que não só a política de Assistência Social em si, mas também profissionais, gestores, pesquisadores, usuários e militantes dos movimentos sociais se equilibram neste fio, por vezes, transitando entre um lado e outro.

Nesse sentido, inferimos que, por desconhecer (por falta de dados, inclusive censitários) e/ou por desconsiderar (a partir de exigências que não são passíveis de cumprimento por parte dos usuários) a complexa realidade da PSR, bem como pelas próprias contradições e questões estruturais relacionadas ao papel das políticas sociais no capitalismo, alguns serviços e estratégias socioassistenciais voltadas ao atendimento deste público são executadas a partir de ações de controle dos usuários, que não contribuem para o seu processo de acesso às políticas públicas e a saída das ruas.

A problemática exposta nos gerou diversos questionamentos, dentre eles: como foram implementados os serviços e equipamentos socioassistenciais de atendimento às pessoas em situação de rua? Quais são as principais dificuldades e barreiras para o acesso da PSR aos mesmos? Existe articulação e ação em rede entre as políticas para o atendimento da PSR? O fluxo de atendimento se inicia pela Assistência Social ou por outras políticas? A participação dos usuários e do MNPR é considerada na organização e no controle dos serviços para a PSR?

Estes foram alguns questionamentos que motivaram e geraram interesse na investigação acerca do atendimento às pessoas que vivem em situação de rua pelo poder público, mais especificamente pela política de Assistência Social. É importante destacar que esta pesquisa

visou contribuir com a construção de elementos teóricos para subsidiar a intervenção profissional de psicólogas e demais trabalhadoras que atuam no âmbito das políticas socioassistenciais que atendem ao referido segmento populacional. Assim, a partir do contato com o sofrimento vivenciado pelos sujeitos em situação de rua, pelas inquietações expostas, pela necessidade de produção científicas acerca das políticas sociais dirigidas a tal segmento, e pelo compromisso ético-político assumido junto ao MNPR/RN em prol da efetivação do acesso da PSR aos direitos humanos e sociais, emergiu a motivação e o desejo para a realização desta pesquisa de doutorado.

Como pesquisadora busquei, através das orientações recebidas dos docentes que me acompanharam em todas as etapas da pesquisa, e da leitura de muitos artigos, livros, teses e dissertações sobre a PSR, realizar a análise das informações coletadas da forma mais objetiva e ponderada possível, compreendendo que este é um esforço importante para que os dados que produzimos possam ser úteis para novos estudos em diferentes tempos, lugares e contextos. Tal esforço não me afasta, entretanto, do meu lugar de trabalhadora das políticas públicas, de apoiadora do MNPR/RN, e das experiências e memórias vivenciadas junto a estes sujeitos, que ocupam constantemente minhas reflexões e construções teóricas sobre o tema pesquisado. De tal modo, compartilharei ao longo do trabalho algumas situações e histórias do cotidiano com a PSR que ilustram questões discutidas na pesquisa.

A tese está organizada em três capítulos, que articulam referências teóricas com os dados provenientes da coleta de dados realizada junto aos principais atores envolvidos no cotidiano dos serviços socioassistenciais para a PSR - trabalhadoras e usuários. O primeiro capítulo apresenta o método, aponta as estratégias metodológicas que foram utilizadas na pesquisa, os referenciais que nos embasam e as categorias que serão trabalhadas nos capítulos posteriores.

Iniciamos cada capítulo/tópico com cordéis, poemas e produções escritas construídas ou utilizadas pelo MNPR/RN. Tais textos foram colocados para lembrar que este é um trabalho que foi, vem e continuará sendo produzido com, pela e para as pessoas em situação de rua. Por

fim, também dialogamos a cada início de seção com o escritor uruguaio Eduardo Galeano, através de sua obra “De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso”, que nos provoca a desnaturalizar as opressões e violências presentes na história dos povos latino-americanos e a afirmar outros modos de sociabilidade.

1. Método e apresentação da pesquisa

O capítulo que aqui se inicia visa apresentar os objetivos e o método desta pesquisa de doutorado. Compreendemos o método como caminho, que é permeado pelas estratégias metodológicas que materializam a busca pela compreensão das questões da pesquisa. Após a introdução, que circunscreveu os eventos e contextos que nos levaram a realização de estudos junto à PSR e às trabalhadoras dos serviços socioassistenciais voltados a esse público, pretendemos nesta seção compartilhar os pressupostos que nos orientam e as estratégias metodológicas de coleta e análise de dados.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o atendimento socioassistencial às pessoas em situação de rua e o acesso deste segmento às políticas públicas sociais no estado do Rio Grande do Norte.

1.2 Objetivos Específicos

Na busca pelo alcance do objetivo geral anteriormente destacado, elencaram-se como objetivos específicos:

- a) Caracterizar e analisar as diversas modalidades de equipamentos e estratégias socioassistenciais voltados ao atendimento da PSR no Rio Grande do Norte;
- b) Mapear os principais atores e os fluxos de atendimento à PSR, a partir dos serviços de Assistência Social, sobretudo em relação às Políticas de Saúde, Trabalho, Educação e Habitação;
- c) Investigar os obstáculos enfrentados pela PSR no acesso aos direitos sociais, bem como as resistências e estratégias de enfrentamentos a tais dificuldades.

1.3 Considerações sobre o Método

Este estudo se inspira e ancora no referencial teórico do materialismo histórico e da dialética marxiana. A teoria da sociedade burguesa e as formas de superá-la são os elementos principais da obra de Karl Marx, que se debruçou sobre a civilização urbano-industrial e seu modo peculiar de estruturar e organizar a economia e a sociedade a partir da lógica de valorização do capital. No MPC se avança em tecnologia e nas formas de exploração da natureza para melhorar a condição de vida dos humanos, mas o tempo de progresso para os poucos que possuem os meios de produção é o mesmo da miséria que se generaliza para a maior parte da população.

Como aponta Netto (2006), a sociedade burguesa tem como pilares a exploração e opressão da maioria pela minoria, e para sustentá-los lança mão de mecanismos de alienação e reificação, que criam aparência coisificada da realidade social, o que por sua vez mistifica os fenômenos sociais – colocando-os como coisas alheias às pessoas e suas relações, quando na verdade se tratam de processos. Nesse sentido, o método em Marx compreende o conhecimento teórico como ponto de partida e pretende ir além da realidade aparente, tomando o fenômeno em sua totalidade e buscando desvelar as contradições e determinações que o circundam, bem como apreender sua essência, visando à transformação social.

Minayo (2013) apresenta a pesquisa como um processo infinito – influenciado e contextualizado pelas mudanças econômicas, sociais e culturais, e que por tal razão, não pode ser isenta. Sobre o método em Marx, a autora aponta que se trata de perspectiva que busca cercar o objeto de conhecimento pela compreensão de suas mediações e correlações, tendo como base a totalidade, e que reflete sobre o desenvolvimento social a partir de dois pilares principais – o materialismo histórico como caminho teórico e o materialismo dialético como caminho metodológico.

Nessa direção, Tonet (2005) afirma que a escolha pela perspectiva teórica marxiana demarca, necessariamente, posicionamento político direcionado para a superação da sociedade capitalista e das mazelas e expressões da “questão social” que nela se desenvolvem. Trata-se

de uma ciência de caráter ontológico, que busca apanhar o objeto em sua integralidade e desvelar as determinações mais profundas que o configuram.

A “questão social” expressa a contradição capital-trabalho que é basilar ao MPC, e de acordo com Iamamoto (1998) é apreendida como um conjunto de expressões das desigualdades sociais no capitalismo, o que por sua vez tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (p.27). Além de falar das desigualdades sociais, a “questão social” se refere também ao conjunto de lutas e resistências que se colocam no movimento contraditório das relações sociais no capitalismo, que por sua vez disputam e pressionam o Estado para responder às problemáticas vivenciadas pela classe trabalhadora por meio das políticas públicas.

A discussão sobre a “questão social” será retomada nos próximos capítulos. Neste primeiro momento em que buscamos apresentar alguns dos principais pressupostos relacionados ao método, cabe enfatizar que não consideramos a extrema pobreza e a vida das pessoas em situação de rua como fenômenos naturais – mas partimos da compreensão de que se tratam de expressões da “questão social” que precisam ser desveladas para o seu enfrentamento.

Um traço peculiar que deve ser destacado da teoria marxiana é que ela considera a sociedade burguesa em sua totalidade, o que vai além de um conjunto de partes que se integram, mas constitui um sistema dinâmico e contraditório de relações que, ao mesmo tempo que se implicam, também se explicam estruturalmente, ou como apontou Netto (2006) “uma teoria que quer apanhar o movimento constitutivo do social — movimento que se expressa sob formas econômicas, políticas e culturais, mas que extravasa todas elas” (p. 30, grifo do autor). Como afirmou Sartre (2002) o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo, insuperável porque as circunstâncias que o engendram não foram superadas.

Assim, o método de pesquisa em Marx busca avançar dos dados empíricos para apanhar suas relações com outros conjuntos de fatos, analisar sua gênese histórica e desenvolvimento, e reconstruir no plano teórico este processo. A investigação retorna sempre ao ponto de partida, e a cada retorno pretende-se compreender as questões formuladas de modo mais abrangente, considerando os dados como produtos de relações históricas complexas e mediatizadas, contextualizados de modo concreto e no movimento maior que os engendra. Trata-se de um método que busca realizar aproximações sucessivas com o real, se atentando à história dos processos mais amplos ao mesmo tempo que se dedica às particularidades dos fatos investigados, e que não se forja independente do objeto de pesquisa, mas representa uma relação em que a pesquisadora busca reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado (Netto, 2006).

Assim, compreendemos, portanto, que o método se fez presente desde as primeiras inquietações sobre a naturalização da (in)visibilidade e das violências destinadas à PSR, bem como das contradições que perpassam o atendimento deste segmento pelas políticas públicas, especialmente pelos serviços socioassistenciais. As inquietações foram se transformando em questões e estas orientaram a formulação dos objetivos da pesquisa. Como estratégias iniciais para o delineamento e organização do estudo foram realizados o mapeamento dos serviços e equipamentos socioassistenciais existentes voltados ao atendimento da PSR, bem como a revisão de literatura acerca do atendimento ao segmento populacional em questão pelas políticas públicas no Brasil.

1.4 Desenho de pesquisa e apresentação dos participantes

Para alcançar os objetivos almejados, o desenho metodológico desta pesquisa foi organizado a partir da triangulação de três etapas que se entrelaçam e possibilitaram uma maior aproximação com o fenômeno investigado. Inicialmente foi realizada revisão bibliográfica acerca das produções relacionadas ao atendimento da PSR pelas políticas públicas.

Posteriormente, foram realizadas duas fases de coleta de campo - com as equipes dos serviços de assistência social que atendem à PSR, através de rodas de conversa, e com os membros do MNPR/RN, por entrevistas semiestruturadas.

É importante destacar que a pesquisa proposta pretendeu investigar o atendimento às pessoas em situação de rua a partir da Política de Assistência Social. Trata-se de uma política nacional, que direciona a execução de serviços em todas as regiões do país, entretanto, pelas dimensões continentais do Brasil e pelas condições concretas para a realização da pesquisa de doutorado, fez-se necessário realizar um recorte geográfico - no intuito de possibilitar que a coleta de dados contemplasse os objetivos descritos - nesse caso no estado do Rio Grande do Norte, e mais especificamente na Área de Concentração de População (ACP) de Natal/RN.

Situado no nordeste brasileiro, o Rio Grande do Norte é uma unidade federativa composta por 167 municípios, que ocupa 52. 811,126 km², e, de acordo com o IBGE (2017) conta com uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, sendo o décimo sexto estado mais populoso do Brasil. Dados do censo IBGE (2010) apontam que a maior parte da população potiguar vive na zona urbana (77,81%), é feminina (51,11%), parda (52,75%) e tem entre 15 e 64 anos (67,51%). Vale destacar que, de acordo com os dados do referido censo, 20, 2% a população do RN vive em situação de extrema pobreza.

Já a ACP de Natal engloba, além da capital Natal (877.640 habitantes), os municípios de Parnamirim (254.709 de habitantes), São Gonçalo do Amarante (101.492 de habitantes), Macaíba (80.031 de habitantes) e Extremoz (28.331 habitantes). A ACP é definida como mancha urbana de ocupação contínua, caracterizada pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão da área, dada pelo deslocamento interno para trabalho e/ou estudo (Clementino & Ferreira, 2015).

Como a PSR é um fenômeno urbano, a escolha pelas cidades da ACP de Natal se justifica pelo contingente populacional e pela existência de equipamentos socioassistenciais de proteção social especial nestes municípios, bem como pelo fluxo de pessoas e serviços entre as

cidades dessa mesorregião. Por razões éticas relacionadas aos desdobramentos da minha condição de servidora pública municipal da Assistência Social na capital do RN durante a execução da pesquisa, a cidade do Natal foi excluída da etapa de rodas de conversas com profissionais dos serviços socioassistenciais. Foi incluído no estudo o município de São José do Mipibu (43.995 de habitantes), que compõe a Região Metropolitana (RM) de Natal/RN, após recebermos informações acerca de trabalho desenvolvido com a PSR no âmbito do CREAS dessa cidade, e pela disponibilidade das servidoras do município em contribuir com esta pesquisa. Já no segundo bloco, realizado junto com pessoas em situação de rua organizadas no MNPR/RN, os participantes trouxeram informações acerca da realidade dos serviços socioassistenciais de Natal, região metropolitana, e de forma mais ampla, do RN e do Brasil.

Tanto as rodas de conversa como as entrevistas tiveram como base roteiros semiestruturados, que estão anexados no apêndice da tese. Cabe ressaltar que foram respeitados todos os pressupostos éticos relacionados à pesquisa com seres humanos, inclusive a explicação dos objetivos do estudo, da participação voluntária, e assinatura dos termos de consentimento livres e esclarecidos, entre outras questões.

Os estudos que envolveram contato com trabalhadoras e usuários dos serviços socioassistenciais, só foram iniciados após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN, que ocorreu em 11 de setembro de 2018, pelo Parecer Consubstanciado do CEP nº 2.886.568. Para garantir o sigilo e a preservação da identidade dos participantes, não os trataremos pelos seus nomes neste trabalho, mas por pseudônimos. Às trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, participantes das rodas de conversa, foram atribuídos nomes de flores, e às pessoas em situação de rua entrevistadas, nomes de rochas e pedras preciosas. Além do cuidado para não identificação, esses elementos da natureza foram usados como forma de reconhecimento e homenagem aos que buscam a sobrevivência cotidiana na aridez das ruas e das políticas sociais no capitalismo contemporâneo.

A maior parte das equipes técnicas do SUAS participantes de nossa pesquisa era formada por mulheres. Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, alguns dos principais campos técnicos que compõem a política de assistência social, são profissões ocupadas majoritariamente por mulheres, e existe uma série de repercussões e correlações do trabalho com o gênero feminino, inclusive referentes à remuneração, carga horária, *status*, entre outras questões. Profissões consideradas femininas muitas vezes são menos valorizadas na sociedade e tratadas como secundárias em relação às carreiras predominantemente ocupadas por homens (Castro & Yamamoto, 1998). Considerando tal realidade e seus impactos nas políticas sociais, utilizaremos o gênero feminino para nos referir ao conjunto de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS que participaram das rodas de conversa que promovemos como etapa deste estudo.

Já em relação às pessoas em situação de rua utilizaremos o gênero masculino – usuários dos serviços – não só porque quantitativamente a maior parte dos que se encontram nessa condição são homens, mas especialmente porque, como trataremos posteriormente, existem relevantes questões relacionadas ao machismo e aos padrões de masculinidade no patriarcado dentre os fatores que se entrelaçam na concepção do fenômeno PSR.

A partir do desenho proposto foi realizada a coleta de dados. A seguir serão descritas as fases da coleta, e posteriormente apresentado o processo de análise dos dados coletados.

1.4.1 Etapa I

Foi realizada revisão integrativa de literatura sobre o atendimento às pessoas que vivem em situação de rua pelo Estado, a partir da seleção e leitura de artigos disponíveis nas bases de dados Scielo, Redalyc e Lilacs. Tal exercício foi realizado para que, a partir dos registros da literatura, junto com experiências do campo profissional e diálogo com pesquisadores, pudessemos melhor situar e organizar as questões e abordagens utilizadas nos roteiros que orientaram os estudos II e III desta pesquisa.

Em setembro de 2017 realizamos buscas nas bases de dados referidas utilizando a

palavra-chave “população em situação de rua”, e foram encontrados 239 artigos. Com a aplicação dos critérios de exclusão¹ foram selecionados 51 artigos, que foram lidos e analisados. Na seleção dos artigos foram encontradas publicações entre os anos 2007 a 2017. Dentre os artigos selecionados, se encontravam tanto estudos empíricos como teóricos, de metodologia quantitativa e/ou qualitativa.

Os artigos selecionados apresentaram experiências e reflexões acerca do atendimento à PSR em cinco países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Cuba. Apesar de nossa pesquisa refletir especialmente sobre as políticas de atendimento à PSR no Brasil, compreendeu-se como relevante considerar neste estudo teórico também as experiências de outros países latino-americanos, que compartilham uma série de fatores e problemáticas relacionadas aos processos históricos, econômicos e sociais do capitalismo periférico. Os principais dados da revisão integrativa de literatura serão apresentados no terceiro capítulo da tese.

1.4.2 Etapa II

A segunda etapa da pesquisa visou coletar informações junto às profissionais que executam os serviços socioassistenciais de atendimento à PSR na ACP e RM de Natal/RN. Tal etapa se orientou, sobretudo, pelos objetivos (a) e (b), acerca da caracterização dos serviços socioassistenciais de atendimento à PSR, e da análise dos fluxos e principais desafios no atendimento em rede. Visando acessar informações a partir da perspectiva das equipes foi utilizada a metodologia de rodas de conversa com trabalhadoras dos municípios participantes.

De acordo com Afonso e Abade (2008), rodas de conversa consistem em um método de trabalho que incentiva a participação e reflexão a partir da busca pelo diálogo entre os

¹Os critérios de inclusão utilizados aforam os seguintes: artigos disponibilizados na íntegra e gratuitamente, que tratassem de ações e políticas voltadas para a população adulta em situação de rua em países da América Latina, em periódicos indexados nas bases de dados onde foram realizadas as buscas, e que estivessem em língua portuguesa ou espanhola. Já os critérios de exclusão foram artigos repetidos nas bases de dados, que tratassem de crianças ou idosos em situação de rua, visto que tais segmentos possuem legislações e políticas específicas na maior parte dos países latino-americanos, e artigos com abordagem exclusivamente biológica ou epidemiológica.

participantes, através de postura de escuta e circulação da palavra, podendo ser utilizadas em diversos contextos. Os autores explicam que as bases teóricas das rodas de conversa se encontram em autores da Psicologia Social e da Educação, e que seu fundamento metodológico se alicerça em oficinas de intervenção psicossocial, que buscam se construir como espaços onde os participantes possam refletir sobre o cotidiano, trabalho, desafios e projetos de vida.

As rodas de conversa constituem espaços dialógicos com temáticas definidas onde os participantes podem colocar suas impressões, opiniões e elaborações, e mesmo que essas sejam contraditórias, as pessoas instigam umas às outras a falar e se posicionar diante das questões discutidas. Tal estratégia metodológica incentiva o diálogo, o pensar compartilhado e o planejamento coletivo de ações para o enfrentamento dos desafios que se colocam no cotidiano dos sujeitos que participam da roda (Méllo, Silva, Lima & Di Paolo, 2007).

Dentre os 167 municípios do Rio Grande do Norte, no período em que este estudo foi realizado, apenas dois dispunham de serviços socioassistenciais específicos para a PSR - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Unidade de Acolhimento: Natal e Parnamirim. Nos demais municípios, o público em questão era atendido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No âmbito do CREAS, as pessoas adultas em situação de rua eram acompanhadas principalmente pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). Nesse sentido, foi realizada roda de conversa em Parnamirim com profissionais vinculados ao Centro Pop, Albergue e CREAS, e nas demais cidades - São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz e São José do Mipibu - com trabalhadoras dos CREAS. As rodas de conversa foram gravadas (áudio) e posteriormente transcritas.

Antes de realizar as rodas foram enviados ofícios aos gestores dos municípios referidos, solicitando acesso aos serviços e profissionais para viabilizar a coleta de dados desta pesquisa. Após aprovação no CEP/UFRN, realizamos contato com coordenadoras de CREAS e

trabalhadoras do SUAS que acompanham a PSR nestas cidades para apresentar a proposta deste estudo. Em nenhum município houve resistência à participação na pesquisa, ao contrário, em geral as trabalhadoras se colocaram de forma bastante colaborativa, e foram marcadas as datas para a realização das rodas de conversa, que ocorreram entre outubro e dezembro de 2018.

Cabe registrar que, junto ao pedido de acesso para a coleta de dados nos municípios e respeito as questões éticas formais, nos comprometemos a retornar, ao fim da pesquisa, com as informações tratadas para apresentar as trabalhadoras, usuários e gestores dos serviços. Se houver abertura, pretendemos realizar orientações e propor encaminhamentos para potencialização das ações socioassistenciais destinadas à PSR a partir das principais questões observadas e analisadas na pesquisa.

Foram realizadas cinco rodas de conversa, uma em cada município, com média de duração de 53 minutos e presença de oito participantes². A maioria das trabalhadoras que dialogou conosco tinha formação de ensino superior, principalmente em Serviço Social e Psicologia, mas também em Pedagogia e Direito, áreas de atuação previstas de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Em dois municípios participaram também trabalhadoras que ocupam cargos de nível médio e fundamental: educadores sociais, auxiliares administrativos, vigilante, motorista e cozinheira.

Apenas dois dos cinco municípios contavam com servidoras concursadas, mas mesmo nestes elas não representavam a totalidade das trabalhadoras dos serviços socioassistenciais. Nas outras três cidades onde a pesquisa foi realizada, as profissionais ingressaram no SUAS através de processos seletivos simplificados e temporários, e/ou ocupavam cargos comissionados.

A partir das exposições das trabalhadoras, foi possível apreender que a maior parte delas já cumulava anos de trabalho na política de assistência social, recebia baixa

² No total dialogamos com 43 trabalhadoras e trabalhadores e obtivemos 4h e 43 minutos de áudio gravado.

remuneração - pouco mais que um salário mínimo, e se sentia sobrecarregada e desgastada pela natureza do trabalho no SUAS e pelas condições de trabalho precarizadas.

Ressaltamos nossa escolha por não dialogar apenas com profissionais de Psicologia, campo da ciência e profissão ao qual estamos vinculadas, por compreender que no âmbito das políticas públicas, apesar de ter suas especificidades, a Psicologia deve estar para compor de modo interdisciplinar com os outros campos do saber, inclusive o conhecimento popular por parte dos usuários. Sendo assim, ao nosso ver, as psicólogas que estão operando os serviços como técnicas ou gestoras devem se implicar em pesquisas, avaliações e construções conjuntas com as demais profissões tendo como horizonte o avanço das políticas públicas, a ser concretizado especialmente pela potencialização dos atendimentos e acompanhamentos aos usuários dos serviços.

1.4.3 Etapa III

A terceira etapa da pesquisa partiu do pressuposto de que é fundamental o diálogo com os próprios sujeitos a quem se destina a PNPR e os equipamentos socioassistenciais que compõem tal política. Nesse sentido, realizamos entrevistas semiestruturadas com os coordenadores e com membros da base do MNPR/RN. As entrevistas tiveram os áudios gravados e posteriormente foram transcritas.

O MNPR participou do processo político de construção da PNPR, compõe o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-RUA) e realiza o monitoramento e controle social das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social a partir dos conselhos de assistência, fóruns de usuários e outros espaços políticos. Assim, considerou-se fundamental a coleta de dados junto ao segmento de PSR organizado politicamente para que se pudesse responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, sobretudo ao objetivo específico (c) que trata das dificuldades de

acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas, e das estratégias elencadas para os enfrentamentos a tais dificuldades.

Cabe destacar que o MNPR/RN está presente de forma mais orgânica na capital Natal, mas existem intenções e iniciativas para a organização do movimento em outros municípios potiguares. É importante observar que o MNPR/RN tem ocupado espaços de discussão no âmbito estadual, como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), de modo que seus membros possuem conhecimento, ainda que não tão detalhado como sobre a capital, da realidade de outras regiões do RN. Além disso, alguns membros do MNPR/RN são naturais de cidades da ACP de Natal, transitam pelas mesmas e conhecem os serviços e estratégias utilizadas nos municípios que compõem esta malha urbana.

Inicialmente solicitamos ao MNPR/RN espaço na reunião semanal do movimento para apresentação da pesquisa e convite para que as pessoas que se interessassem pudessem participar da etapa de entrevistas. A resposta foi bastante positiva, possivelmente pelo contato prévio da pesquisadora com os membros do referido coletivo, e porque as questões relacionadas aos serviços socioassistenciais estão frequentemente entre as principais pautas discutidas nos encontros desse movimento social. Assim, combinamos as entrevistas e dialogamos com um total de doze pessoas vinculadas ao MNPR/RN entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019. Outras duas pessoas demonstraram interesse em contribuir com o estudo através das entrevistas, mas por contratempos e dificuldades relacionados às suas vivências nas ruas, e aos tempos e trâmites do processo de pesquisa, não foi possível.

Dentre os participantes das entrevistas, tivemos pessoas com características e vivências diversas. Consideramos relevante apresentar uma breve contextualização do perfil dos entrevistados: a maior parte é do gênero masculino (7), quatro são mulheres e um dos participantes se reconheceu como tendo gênero indefinido. Em relação à questão geracional, as idades dos entrevistados variaram de 28 a 67 anos, sendo a idade média 38,7 anos. No que se refere à identidade racial, três participantes se declararam pretos, sete pardos e dois brancos.

Quanto à orientação sexual, nove participantes são heterossexuais, dois bissexuais e uma homossexual.

A maioria dos entrevistados (8) é natural de Natal ou região metropolitana (Macaíba, São Gonçalo do Amarante), e os demais membros do movimento nasceram em outras capitais nordestinas – Fortaleza/CE (2), São Luiz/MA (1) e João Pessoa/PB (1). O tempo de rua dos participantes variou bastante, estando alguns em tal situação desde a infância/juventude, e outros tendo adentrado na fase adulta. Não foi possível precisar quantitativamente a média de anos nas ruas do coletivo porque muitos viveram idas e vindas frequentes, não conseguindo afirmar o número exato de meses ou anos nessa situação.

É importante registrar que seis dos doze participantes estavam domiciliados no momento das entrevistas, participando das atividades do MNPR/RN como pessoas com vivências de rua, mas que não estavam necessariamente em situação de rua naquele momento. Quatro desses seis participantes referidos haviam alugado quitinetes e estavam vivendo nos imóveis há poucos meses no momento em que a coleta foi realizada, ainda recebendo atendimentos do Centro POP de Natal como suporte. A outra metade do grupo permanecia em situação de rua e fazia uso frequente do Centro POP e unidade de acolhimento para PSR de Natal/RN, com passagens também pelas unidades de Parnamirim/RN.

Dez participantes têm filhos, mas apenas três moram com os mesmos. Apenas um dos participantes recebia Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros cinco eram beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A maior parte dos entrevistados realizava bicos e atividades informais para acessar renda mínima ou como complemento ao recurso proveniente do PBF.

O tempo e grau de vinculação desses participantes com o MNPR também apresentou significativa variação, sendo alguns fundadores e lideranças do movimento, e outros havendo iniciado recentemente o contato, estando ainda em fase de conhecer o coletivo, seus princípios e ações. Existe ainda a situação de alguns participantes que se aproximam e se afastam

periodicamente, tanto por questões relacionadas aos seus problemas e dificuldades pessoais, como por conflitos e desentendimentos com membros do movimento, mas reconhecem o MNPR/RN como referência e participam de suas ações quando desejam ou conseguem.

Ainda sobre a coleta junto à PSR, é importante apontar um limite deste estudo - a ausência de entrevistas com pessoas em situação de rua usuárias do SUAS que não estão organizadas politicamente no MNPR/RN. O contato com tal grupo seria bastante enriquecedor para a pesquisa, entretanto, na construção das estratégias de abordagem foi considerada a dificuldade de se conseguir aproximação e confiança deste público para sua colaboração no tempo objetivo da pesquisa. Como na construção do conhecimento científico cada escolha envolve também renúncias, considerando o tempo e as condições concretas para a escrita da tese, infelizmente não conseguimos ouvir este público, e esperamos que outros estudos possam nos complementar a partir do diálogo com estes sujeitos.

1.5 Proposta de análise e discussão dos dados

Nesta pesquisa foi utilizada a análise de conteúdo temática como estratégia para orientar e organizar o tratamento das informações coletadas. Nosso objetivo foi dimensionar e apontar elementos teóricos acerca do processo de atenção pelo Estado, especialmente pela política de Assistência Social, ao segmento das pessoas que vivem em situação de rua, com a triangulação de dados provenientes de diferentes fontes, que puderam se complementar e contrapor, visando a maior aproximação possível com o fenômeno estudado.

A análise de conteúdo se configura como recurso técnico para análise de dados e informações coletadas a partir de mensagens e textos escritos ou transcritos. No nosso caso, foi realizada a transcrição dos conteúdos referentes às rodas de conversa com profissionais do SUAS e as entrevistas com membros do MNPR/RN, e esse material foi compilado para posterior análise.

Existem diferentes tipos de análise de conteúdo, entre elas a temática, que busca desvelar núcleos de sentido que compõe textos cuja presença ou frequência sejam representativas para o objeto analítico que se propõe através de interpretações. Tal estratégia de análise se organiza em diferentes fases a partir de dois momentos principais: inicialmente o isolamento e desmembramento dos elementos, e posteriormente a classificação das mensagens a partir dos elementos repartidos (Minayo, 2013).

Ainda sobre a definição da análise de conteúdo temática, Silva e Fossá (2015) apontam que se trata de uma técnica de análise de comunicações, a partir da classificação e organização das falas em temas e categorias, que auxiliam na compreensão dos fenômenos apontados pelos participantes em seus discursos. A análise de conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, e enfatiza o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva. As autoras descreveram sinteticamente o método de análise de conteúdo temática a partir das seguintes fases (p. 4):

- 1) Leitura geral do material coletado;
- 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;
- 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza);
- 6) Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;

- 7) Agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais);
- 8) Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

Nesta pesquisa realizamos a análise dos dados coletados a partir das etapas apontadas anteriormente por Silva e Fossá (2015). Alguns temas foram definidos previamente a partir da busca por informações relevantes para a compreensão das políticas de atendimento à PSR, sendo inseridos nas questões que compuseram o roteiro das rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas. Durante a coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, outras questões, que não estavam previstas a priori, foram consideradas e refletidas a partir das falas dos sujeitos participantes.

Conforme apontam Souza Jr., Melo e Santiago (2010), a categorização evidencia um caminho de ordenação da realidade investigada, na intenção de apreendê-la conceitualmente. Silva e Fossá (2015) destacam que as categorias iniciais são as primeiras impressões da realidade estudada, a partir da codificação dos materiais transcritos. Cada categoria é formada por trechos transcritos, e posteriormente por reflexões a partir da literatura. No percurso da análise busca-se o amadurecimento e a criação de categorias intermediárias até alcançar configuração final, síntese dos discursos e sentidos apreendidos no processo de análise dos dados coletados.

A partir da leitura exaustiva das transcrições de entrevistas e rodas de conversa fomos realizando agrupamentos de conteúdos que se relacionavam e construindo legendas para identificá-los. Como última etapa da análise dos dados foi realizada interpretação das informações organizadas nas categorias analíticas, a partir de diálogo com a literatura sobre as políticas públicas sociais no capitalismo contemporâneo e sobre as questões relacionadas à PSR, realizando inferências interpretativas a partir de nossas referências teóricas.

A seguir apresentaremos as tabelas finais com as categorias, subcategorias e temas da análise de conteúdo temática. É importante destacar que foram definidas e trabalhadas as

mesmas categorias a partir das falas das trabalhadoras do SUAS e dos membros do MNPR/RN, entretanto alguns conteúdos tiveram ênfases ou direcionamentos distintos entre os dois grupos, de modo que as subcategorias apresentam variações.

Categoria 1: Modos de vida e vinculação com a rua

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>Nômades, usuários, invisíveis: caracterização da PSR pelas trabalhadoras do SUAS</i>	<i>(Sobre)Viver na rua: fluxos, andanças, estratégias e vivências pelo olhar da PSR</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Características e fatores que levam e mantêm pessoas e grupos em situação de rua; • Centralidade da droga no fenômeno PSR X Reconhecimento da multiplicidade de fatores relacionados às vivências de rua; • Nômades, moradores de rua, população em situação de rua – caracterização e invisibilização nos municípios; • Circulação e fluxos de PSR entre cidades e as relações com a comunidade: apoio x conflitos; • Pontos de concentração da PSR nos espaços urbanos; • Grupos com demandas específicas (mulheres, crianças e adolescentes, idosos) na rua; • PSR e serviços do SUAS: referência e vínculo x rechaço e fuga. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores que levaram os entrevistados para a situação de rua em suas trajetórias; • Centralidade dos conflitos familiares na situação para a rua; • Crescer nas ruas: experiências da infância e adolescência em situação de rua; • Diferentes formas de viver a rua: trecheiro, “acomodado”, de rua; • Viver na rua como constante desafio e as estratégias de sobrevivência – bicos, manguear, uso de substâncias como mediador da realidade; • Aproximações e afastamentos com serviços do SUAS; • Extrema pobreza e espiral de violências cotidianas enfrentadas pela população em situação de rua.

Categoria 2: O SUAS e as pessoas em situação de rua

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>“A gente faz das tripas coração”: o atendimento e acompanhamento da PSR pelos serviços socioassistenciais</i>	<i>“É como uma roda gigante”: serviços socioassistenciais de atendimento à PSR</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Formas de acesso e as principais demandas buscadas pela PSR nos serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> • Definições e avaliações dos serviços socioassistenciais pela PSR: Centro POP, Unidade de Acolhimento, SEAS, CREAS, CRAS;

-
- SUAS como ponte de acesso aos direitos sociais – acolhimento e articulações;
 - Sobrecarga das equipes profissionais e PSR como demanda secundária nos CREAS;
 - Dificuldades de compreensão das demandas dos usuários em situação de rua;
 - Dificuldades relacionadas as questões estruturais no SUAS;
 - Alta rotatividade de usuários e o desencontro de tempos das pessoas e das políticas;
 - Reconhecimento da importância e necessidade de qualificação dos equipamentos socioassistenciais;
 - Dificuldades de adaptação aos equipamentos socioassistenciais pela PSR;
 - Desafios para alinhar necessidades individuais e coletivas dos usuários nos serviços;
 - Circulação entre os serviços e sustentação da situação de rua - “É como uma roda gigante”;
 - Aumento da PSR no contexto de crise e “sufocamento” dos serviços do SUAS;
 - Relações arraigadas com a rua por parte dos usuários e a difícil superação da situação de rua;
 - Desvalorização da política de assistência social e seus servidores;
 - “Fazer das tripas coração”, lidar com limites e frustrações no acompanhamento cotidiano da PSR;
 - Realizar ajustes, adaptações e arranjos para não engessar os serviços do SUAS;
 - Principais ações – acolhimento e orientação dos usuários;
 - Interdisciplinaridade e atividades coletivas.
 - Não reconhecimento dos serviços como direitos da PSR por trabalhadores do SUAS;
 - Falta de perfil, conhecimento das demandas e legislações e formações continuadas relacionadas à PSR pelas trabalhadoras do SUAS;
 - Problemas entre trabalhadores e gestores e seus impactos nos serviços socioassistenciais;
 - Reconhecimento de boas práticas e inventividades no SUAS;
 - Procedimentos e encaminhamentos em série, sem considerar diálogos com usuários dos serviços;
 - Serviços idealizados pelo MNPR e “desvirtualizados” na prática.

Categoria 3: Criminalização e higienização social da PSR

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>“Vocês têm que tirar eles daqui”: Higienização e a apelo à “policialização” da Assistência Social</i>	<i>“Às vezes um olhar é pior do que uma facada”: a higienização nos serviços socioassistenciais</i>

-
- Apelos de comerciantes e comunidade para retirada compulsória da PSR das ruas;
 - Conflitos e pressões pela saída dos serviços socioassistenciais para PSR das comunidades onde se localizam;
 - Pressão para que trabalhadoras do SUAS realizem papel de investigação e punição da PSR;
 - Tensionamentos entre trabalhadoras do SUAS e operadores da segurança pública;
 - Resistência da rede à PSR e às profissionais do SUAS que os acompanham;
 - Papel de mediação das equipes socioassistenciais na relação da PSR com comunidade e rede.
- Higienização da PSR a partir do êxodo dos interiores e periferias para os centros urbanos;
 - Higienização dentro dos serviços do SUAS: constrangimento, humilhação e angústia da PSR por encontrar preconceito e resistência de onde se espera acolhimento e apoio;
 - Diferentes formas de higienização social da PSR dentro dos serviços de assistência social;
 - Relação incômoda entre serviços socioassistenciais e operadores de segurança pública;
 - Preconceitos relacionados ao gênero e orientação sexual dos usuários nos serviços do SUAS;
 - Desigualdade social e justiça seletiva.
-

Categoria 4: Atendimento da PSR pela rede de políticas públicas

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>Por whatsapp, por ofício, por compromisso: desafios para articulação da rede de atendimento à PSR</i>	<i>Curto-circuitos, pontes e balançados: a rede de atendimento à PSR</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação “em tempo real” através da ferramenta <i>WhatsApp</i>; • Necessidade de ampliar diálogo e formação da rede para qualificar atendimento à PSR; • Sistema de justiça – diferentes relações nos municípios: parceria x controle; • Saúde - saúde mental e uso de substâncias psicoativas, comunidades terapêuticas; • Desgaste e hierarquização na relação SUAS – SUS; • Habitação; • Trabalho e renda; • Educação; • Fluxo entre os municípios da região metropolitana de Natal no acompanhamento da PSR. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa efetividades dos encaminhamentos e ações em rede para a garantia dos direitos da PSR; • Rede ao avesso – do direito à criminalização da PSR; • “Curto circuito”: falta de comunicação e alinhamento entre os serviços e seu impacto nos usuários; • Papel do MNPR/RN como “animador” da rede; • Saúde - consultório na rua e CAPS, diminuição uso de substâncias psicoativas pela PSR a partir da vinculação com serviços socioassistenciais; • Habitação; • Trabalho e renda; • Educação; • Fluxos entre cidades e bairros, circulação da PSR e acesso aos serviços socioassistenciais; • CIAMP-RUA RN.

Categoria 5: Organização política da PSR

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>O poder que vem do coletivo: a organização política da PSR</i>	<i>Um grito de luta que nasce no asfalto: o Movimento Nacional de População de Rua no Rio Grande do Norte</i>
<ul style="list-style-type: none"> • MNPR/RN como referência de organização política de usuários em situação de rua; • Qualificação dos serviços para PSR a partir da ação do MNPR/RN; • Reconhecimento da importância x incômodo pela organização política da PSR usuária do SUAS; • Necessidade de diálogo e compreensão dos modos de organização e atuação dos movimentos sociais pelas trabalhadoras da política de assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de aproximação e vinculação com o MNPR/RN pela PSR e o impacto na vida de seus membros; • Histórico da emergência do MNPR em Natal/RN; • Relação do MNPR/RN com seus apoiadores; • Fazer política “na raça”: principais estratégias e ações políticas do MNPR/RN; • Ocupação de espaços de controle social pelo MNPR/RN e suas repercussões nos serviços socioassistenciais.

Categoria 6: Impactos da nova conjuntura política brasileira para o SUAS e a PSR

TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>“O que será do SUAS no próximo ano?” Mudanças no cenário político brasileiro e impactos nas políticas de atendimento à PSR</i>	<i>As reformas “engana povo” e o impacto das mudanças no cenário político brasileiro no SUAS e no atendimento à PSR</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Preocupação com os cortes orçamentários que ameaçam o SUAS e as demais políticas públicas; • Angústia pelo futuro e desenvolvimento da política de assistência social; • Impacto dos discursos de ódio e intolerância na vida de usuários e trabalhadoras do SUAS; 	<ul style="list-style-type: none"> • Preocupação com EC 95 e cortes de orçamentos das políticas públicas, especialmente do SUAS; • Ansiedade e indignação diante das reformas, posturas e projetos de lei defendidas pelo governo Bolsonaro; • Exacerbação das desigualdades sociais, acirramento da violência contra a PSR a partir de discursos de ódio e criminalização dos movimentos sociais;

- Resistir e ter esperança.
- MNPR/RN se mantem na luta pelos direitos sociais.

Por fim, apresentamos o quadro geral com as seis categorias que serão detalhadas e trabalhadas no corpo da tese:

CATEGORIAS	TRABALHADORAS DO SUAS	MEMBROS DO MNPR/RN
<i>1 - Modos de vida e vinculação com a rua</i>	Nômades,usuários,invisíveis: caracterização da PSR pelas trabalhadoras do SUAS	(Sobre)Viver na rua: fluxos, andanças, estratégias e vivências pelo olhar da PSR
<i>2- O SUAS e as pessoas em situação de rua</i>	“A gente faz das tripas coração”:o acompanhamento da PSR pelos serviços socioassistenciais	“É como uma roda gigante”: serviços socioassistenciais de atendimento à PSR
<i>3- Criminalização e higienização social da PSR</i>	“Vocês têm que tirar eles daqui”: Higienização e a apelo à “policialização” da Assistência Social	“Às vezes um olhar é pior do que uma facada”: a higienização nos serviços socioassistenciais
<i>4- Atendimento da PSR pela rede de políticas públicas</i>	Por whatsapp, por ofício, por compromisso: desafios para articulação da rede de atendimento à PSR	Curtos-circuitos, pontes e balançados: a rede de atendimento à PSR
<i>5- Organização política da PSR</i>	O poder que vem do coletivo: a organização política da PSR	Um grito de luta que nasce no asfalto: o Movimento Nacional de População de Rua no Rio Grande do Norte
<i>6- Impactos da nova conjuntura política brasileira para o SUAS e a PSR</i>	“O que será do SUAS no próximo ano?” Mudanças no cenário político brasileiro e impactos nas políticas de atendimento à PSR	As reformas “engana povo” e o impacto das mudanças no cenário político brasileiro no SUAS e no atendimento à PSR

Buscando coerência com a perspectiva teórico-metodológica que nos orienta, tentamos ao máximo evitar separações artificiais entre dados empíricos e teóricos. Por tal razão, após este primeiro capítulo que aborda o método da pesquisa, apresentaremos nos capítulos e seções seguintes, reflexões sobre a PSR e seu acompanhamento pela política pública de Assistência

Social tanto a partir dos dados coletados junto às profissionais e aos usuários de serviços do SUAS na ACP e RM de Natal, como das análises e discussões sobre este tema, e sobre o Estado e as políticas sociais no capitalismo, acessadas na literatura.

As categorias 1, 3 e 5, que tratam dos modos de vida e vinculações com a rua; criminalização e higienização social; e da organização política das pessoas em situação de rua, serão apresentadas no próximo capítulo, que discorre sobre o fenômeno PSR e acerca de algumas das principais questões que perpassam a trajetória do segmento em questão. As categorias 2, 4 e 6, que tratam do atendimento da PSR pela Política de Assistência Social; do acompanhamento da PSR rede de políticas públicas em geral; e dos posicionamentos dos participantes da pesquisa em relação ao atendimento da PSR na atual conjuntura do país, serão expostas no terceiro capítulo, que apresenta reflexões acerca das políticas sociais no MPC, e mais especificamente da PNPR.

2. Na periferia do centro ou no centro da periferia: o fenômeno população em situação de rua

O mundo ao avesso nos adentra para ver o próximo como uma ameaça e não como uma promessa...
(Galeano, 1999, p.8)

Este capítulo apresenta reflexões sobre a PSR como fenômeno. Nesse sentido, serão apresentadas no primeiro tópico a contextualização histórica e a caracterização das populações em situação de rua no Brasil, e uma síntese dos principais processos e fatores que, de acordo com a literatura acessada e os dados coletados na pesquisa, levam grupos humanos a viver nas ruas. O segundo tópico se volta para a discussão sobre as cidades como mercadorias no MPC e a negação ao direito à cidade, e de forma mais ampla ao próprio direito de existir, pelas pessoas que vivem em situação de rua. Por fim, a terceira parte retrata o processo de organização política da PSR como resposta às violações de direitos historicamente sofridas, bem como as estratégias de pressão para criação e qualificação de políticas sociais destinadas ao segmento pelo Estado brasileiro.

2.1 Que gente é essa que vive pelas ruas?

Na América Latina, a cada hora, cem crianças morrem de fome ou doença curável, mas há cada vez mais crianças pobres em ruas e campos dessa região que fabrica pobres e proíbe a pobreza
(Galeano, 1999, p.14).

Ao analisar o fenômeno PSR a partir do materialismo histórico-dialético parte-se do pressuposto de que os determinantes que o condicionam devem ser apreendidos historicamente, a partir da análise de sua reprodução no capitalismo e da desigualdade social que é pilar deste sistema. Assim, compreende-se que a PSR se constitui neste contexto como uma das expressões da “questão social”, que, como aponta Netto (2001), é oriunda do processo de desigualdade –

distribuição diferenciada dos bens socialmente produzidos – intensificada no MPC, que gera pobreza exacerbada, ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade de se produzir riquezas.

Nesta primeira seção do capítulo pretendemos caracterizar a PSR – tratar das principais características, dos modos de vida e dos processos de vinculação com a rua - a partir de referências da literatura, bem como das compreensões expressadas por trabalhadoras da assistência social e membros do MNPR/RN durante as rodas de conversa e entrevistas realizadas como etapas de coleta de dados desta pesquisa.

A gênese da PSR não é recente, mas paralela à história das cidades. Para desvelar fenômeno tão complexo faz-se mister considerar os fatores econômicos, políticos e sociais que compõem a história dos grupos que vivem nas ruas. Bursztyn (2000) afirma que “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quando a própria existência das ruas na vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (p. 19). Silva (2009) defende que a PSR é uma expressão radical da “questão social”, sendo um dos grupos que expressa mais fortemente a materialização da violência imposta pelo sistema capitalista sobre as vidas humanas. Trata-se de um fenômeno complexo, heterogêneo, urbano, internacional e que possui múltiplas determinações.

Em documento publicado acerca da PSR no Brasil e na Europa, a SDH/PR (2013) enfatizou que a história do segmento não é recente, mas remonta a sedentarização da humanidade, quando os grupos humanos deixaram de ser nômades e passaram a se fixar em residências. Nessa publicação, aponta-se a existência de relatos de pessoas que viviam peregrinando pelas ruas e migrando entre diferentes cidades desde a Grécia Antiga, e enfatiza-se que foi por meio das desapropriações de terras para o crescimento das cidades gregas que ocorreu o aumento visível da quantidade de mendigos³ e indigentes nas ruas.

³Ao longo desta tese não utilizaremos o termo mendigo para nos referirmos à PSR, visto que o mesmo é utilizado de forma pejorativa e em processos de estigmatização, e como veremos adiante, a maioria dos sujeitos que vivem nas ruas no Brasil não se utilizam da mendicância como principal forma de sobrevivência, mas da realização de

Sobre a história da PSR no mundo antigo, a publicação da SDH/PR (2013) apresenta o filósofo Diógenes de Sínope, que viveu entre os anos de 404-323 a. C., tornou-se um mendigo que foi expulso de sua cidade de origem e foi para Atenas, onde habitava um grande barril e carregava apenas uma lamparina, uma sacola, um bastão e uma tigela, simbolizando desapego e autossuficiência perante o mundo. Na história desse filósofo, destaca-se o incômodo que ele gerava na sociedade grega, na medida em que questionava as instituições sociais e os preceitos do cidadão da polis - incômodo que a PSR continua a provocar, gerando diversas problematizações na contemporaneidade.

Durante a Idade Média, os mendigos e itinerantes eram considerados perigosos e de má índole, sempre segregados do conjunto social. Com a revolução industrial, o processo de urbanização passou a ocorrer diretamente proporcional à segregação das classes mais empobrecidas, o que contribuiu para o aumento do contingente de pessoas nas ruas. Destaca-se na publicação da SDH que mesmo com os diferentes tratamentos direcionados às pessoas em situação de rua nos diversos tempos históricos, as características de apartação social e territorial são transversais e marcantes em todos os períodos (SDH/PR, 2013).

Apesar da história da PSR ter registros desde a antiguidade, o fenômeno ganha outro contorno com o advento do MPC. Silva (2009) defende que a emergência da PSR como fenômeno remonta ao contexto de acumulação primitiva, com o surgimento das sociedades pré-industriais na Europa. Neste período muitos camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente os absorvesse na mesma proporção em que eles se tornavam disponíveis. Diante de tal situação, em busca de sobrevivência, parte dos camponeses não absolvidos nas indústrias acabavam envolvidos em mendicância e atividades ilícitas como furtos, intensificando o pauperismo, condição de absoluta pobreza que assolava grande parcela da população.

trabalhos informais e precarizados. O termo aparecerá apenas em conteúdo que tratam de referências relacionadas ao tratamento que o segmento recebeu durante os diferentes períodos históricos.

A partir da referida compreensão acerca da conformação do fenômeno PSR, Silva (2009) pesquisou as mudanças no mundo do trabalho e a PSR no Brasil no decênio 1995-2005 e afirma que a principal causa estrutural do referido fenômeno é a formação de uma superpopulação relativa no processo de acumulação do capital:

As características da população em situação de rua, no período estudado, indicam que esse grupo populacional se insere na superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, principalmente no lumpemproletariado, que teve enorme expansão no período. Essa posição pode inseri-la no que Pochmann denomina força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista (p.221).

O conceito de superpopulação relativa foi abordado em várias obras de Marx e Engels. Em “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” (1845/2008), o jovem Engels realizou pesquisa documental e contou a história da revolução industrial e do nascimento das primeiras cidades na Inglaterra, iniciando o processo de elaboração e compreensão da sociedade capitalista e aproximando-se de conceitos que seriam posteriormente desenvolvidos, dentre eles o de exército industrial de reserva.

Engels retratou detalhadamente a miséria e a sociedade atomizada, com separações cada vez mais nítidas entre ricos e pobres nas pequenas vilas que nasciam ao redor das fábricas e que foram se tornando cidades. Sobre as situações vivenciadas pelos trabalhadores que migraram do campo para as cidades buscando trabalho nas fábricas, Engels chamou atenção para o assassinato social causado pela fome e pelas doenças contraídas pelos trabalhadores devido às péssimas condições de vida as quais eram submetidos.

A disposição urbana foi descrita por Engels na referida obra como “hipócrita” e mais ou menos comum a todas as grandes cidades, onde os operários eram usados e viviam “como coisas em ambientes e condições sem humanidade” (p. 90). Dentre as descrições das pessoas que viviam em situação de miséria nas cidades inglesas, Engels destacou a de grupos que moravam nas ruas, inclusive próximos aos palácios, como nos jardins da Rainha Vitória, o que exacerbava a desigualdade social:

Nossa seção policial publicada ontem indica que dormem nos jardins, todas as noites, cerca de cinquenta pessoas, sem outra proteção contra as intempéries que árvores e tocas escavadas em muros. (...). Mas é assustador que, no próprio recinto da riqueza, da alegria e da elegância, junto à grandeza real de St. James, nas proximidades do esplêndido palácio de Bayswater, onde se encontram o velho e o novo bairros aristocráticos, numa cidade onde o requinte da arquitetura moderna prudentemente impediu que se construísse qualquer moradia para a pobreza, numa área que parece consagrada ao desfrute da riqueza, é assustador que exatamente aí venham instalar-se a fome e a miséria, a doença e o vício, com todo o seu cortejo de horrores, destruindo um corpo atrás de outro, uma alma atrás de outra (pp. 75-76).

O trecho destacado já aponta para uma das características da PSR em diversos contextos- habitar o centro, os locais de maior circulação e riqueza das cidades como estratégia de sobrevivência, o que, além de explicitar as desigualdades, gera uma série de incômodos e desdobramentos. Frente à miséria enfrentada pela classe trabalhadora, a resposta da burguesia se dava através de beneficência e filantropia – ou como explicitava Engels, hipocrisia e exploração. O autor narrou o incômodo dos burgueses pela convivência próxima com pessoas que viviam nas ruas e em situação de extrema pobreza, conforme expressado por uma leitora que enviou carta para jornal *Manchester Guardian*:

Senhor diretor: já há algum tempo, nas ruas principais da nossa cidade se encontra uma multidão de mendigos que, ou vestindo farrapos e aparentando aspecto doentio ou expondo chagas e deformações repugnantes, procuram despertar a compaixão dos transeuntes de um modo desagradável e até indecoroso. Penso que, não só quando se paga o imposto para os pobres, mas ainda quando se contribui generosamente para as instituições de beneficência, tem-se o suficiente direito de ser poupado de cenas tão molestas e impertinentes. E mais: indaga-se para que serve o pesado imposto pago para manter a polícia municipal, se ela não garante o direito do público de caminhar sem ser perturbado. Na esperança de que a publicação destas linhas em seu jornal, que atinge um grande número de leitores, incite os poderes públicos a eliminar esse inconveniente, subscreve, respeitosamente, uma senhora (p.310).

O incomodo da inglesa do séc. XIX permanece reverberando na atualidade e pode ser observado em falas, campanhas e ações destinadas à PSR. Outro ponto interessante desta obra de Engels é a observação de que eram nos bairros mais pobres, da classe trabalhadora, que as pessoas em situação de rua recebiam maior solidariedade, porque os trabalhadores que conheciam a miséria se enxergavam nos “supérfluos”, nas famílias que morriam de fome pelas ruas. Devido às concretas condições degradantes de vida da classe trabalhadora, como

adocimento e envelhecimento precoce gerado pelo trabalho nas indústrias, havia, portanto, uma linha muito tênue que a separava da população que compunha o exército de reserva.

A população supérflua é descrita como o contingente de trabalhadores desempregados, que fica na reserva do mercado, não sendo absorvido como mão-de-obra nas fábricas, mesmo com condições de trabalhar. Engels (1845/2008) enfatiza que essa reserva “durante as crises envolve uma grande massa, e nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores” (p.127) e sobrevive da mendicância ou atividades informais, sobretudo no comércio ambulante e fazendo biscates.

Por fim, Engels (1845/2008) aponta que, para a população supérflua, a burguesia destinava dois processos principais: matá-la de fome e fazer aceitá-la tal destino. O autor explica que parte das pessoas que compõem a população excedente passou a viver de mendicância, e outra parte acabava rebelando-se e desenvolvendo atividades ilícitas para sobreviver: “quando um desses “supérfluos” tem coragem e paixão suficientes para rebelar-se expressamente contra a sociedade, respondendo com a guerra aberta à guerra encoberta que a burguesia lhe move, atira-se ao roubo, à pilhagem e ao assassinato” (p.158). O autor conclui o estudo de vinte e um meses sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra apontando que para a classe trabalhadora só existiam dois caminhos: morrer de fome ou fazer a revolução.

As reflexões acerca do contingente populacional “sobrante” ou “supérfluo” tratado por Engels em suas primeiras obras foram elaboradas posteriormente pelo referido autor e por Marx, desencadeando, entre outras concepções, no conceito de superpopulação relativa, também utilizado por Silva (2009) para a análise da PSR. Em “*O Capital*”, Marx (1867/1988) descreve a superpopulação relativa como uma população trabalhadora excedente que é necessária ao desenvolvimento da riqueza no capitalismo, visto que

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população (p. 734).

Na referida obra, Marx explica que o exército industrial de reserva é um mecanismo basilar ao MPC, uma vez que a existência de um contingente de desempregados pressiona os trabalhadores a aceitar baixíssimos salários e condições degradantes da exploração de sua força de trabalho pela burguesia, visto que caso rejeitem tais condições, existem pessoas disponíveis para substituí-los - dividindo e enfraquecendo, portanto, a classe trabalhadora, na disputa por espaço no mercado de trabalho e nas pressões sobre os detentores dos meios de produção. Além disso, como já tratado por Engels, as condições miseráveis vividas pelos contingentes de reserva funcionavam como um mecanismo de medo, que assustava os trabalhadores, já que estes viam de forma muito próxima a possibilidade de vivenciar situações degradantes como a daquelas pessoas que estavam vagando com fome pelas ruas.

A partir do referencial marxiano, Silva (2009) argumenta que o desemprego, a existência de exércitos industriais de reserva e as condições que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno da PSR nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram sua acumulação. A autora explica que superpopulação relativa é um fenômeno crônico ao capitalismo, que aparece de forma aguda em períodos de crise.

Nem todos os sujeitos que compõem o exército industrial de reserva estão na mesma condição/situação, podendo ser caracterizados de distintas formas – como população flutuante, latente ou estagnada. Silva (2009) situa que a maior parte da PSR que pesquisou na década de 1990 se inseria antes de ir para as ruas na população estagnada - que assume trabalhos informais e precarizados, possui condição de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora, cumpre extensas jornadas de trabalho sem garantias ou proteção social relacionada ao desenvolvimento de suas atividades laborais. Compreendemos que nesta condição estão também camelôs e outros trabalhadores informais que apesar de terem vínculos familiares preservados permanecem na rua durante a semana por questões estruturais relacionadas à ausência de condições para pagar transportes ou dormitórios nos centros urbanos onde trabalham.

Quando por diversos fatores a condição de vida desses trabalhadores precarizados piora ao ponto de passarem a viver na rua, parte desse segmento se insere no pauperismo - camada da superpopulação relativa que apresenta as piores condições de vida e geralmente necessita de serviços sociais para sua sobrevivência. Como afirma Silva (2009) “ a julgar pelas características da população em situação de rua no Brasil, a quase totalidade desse contingente se encontra nesse profundo sedimento da superpopulação relativa”. (p.101).

Silva (2009) também situa a PSR no lumpemproletariado, compreendido como extrato mais “degradado”, marginalizado e fragilizado do exército industrial de reserva. A palavra “*lumpen*” em livre tradução do alemão, significa trapo ou farrapo, e o conceito de lumpemproletariado foi utilizado por Marx sem maiores sistematizações em algumas de suas obras, possibilitando distintas interpretações, especialmente quando tomadas como base para reflexão sobre questões atuais. Resgatar a categoria lumpemproletariado e analisá-la em relação aos fenômenos contemporâneos, dentre eles a PSR, é um importante desafio que não foi possível realizar nessa pesquisa devido aos focos que priorizamos, mas que esperamos que seja contemplado em novos estudos que venham a tratar das vivências de rua a partir de leituras do materialismo histórico-dialético.

Ainda em relação ao trabalho de Silva (2009), destacamos que a autora argumenta que na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, e a conseqüente redução dos postos de trabalho na área industrial, precarização das condições de trabalho e queda da renda real dos trabalhadores, expande-se o exército industrial de reserva nas cidades brasileiras. Por essa razão, a maior parte das pessoas que viviam em situação de rua e foram sujeitos em pesquisas analisadas pela autora tinham profissões relacionadas à indústria (eletricista, pintor, encanador) e construção civil. Posteriormente, como estratégias de sobrevivência, muitos assumem ocupações menos qualificadas e mais informais como flanelinhas, guardadores/lavadores de carros e catadores de materiais recicláveis.

Também a partir da leitura da emergência da PSR no Brasil como uma expressão da “questão social”, Sousa e Macêdo (2019) destacam a formação de um exército industrial de reserva tardio, conformado pelo êxodo rural e pelas adaptações das reformas capitalistas no país:

As origens da PSR no Brasil remetem a formação social do país, aos sentidos e heranças da colonização, com a constituição de um excedente que é anterior ao próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas que é intensificado por seu desenvolvimento, dada as particularidades enquanto tardio e dependente (p.7).

Se no séc. XIX o crescimento da PSR está relacionado ao contexto do pauperismo, na contemporaneidade, Sousa e Macêdo (2019) apontam que são as violentas mudanças no mundo do capital que estão na base da proliferação dos “exércitos de reserva” ou da “população excedente”. Os autores defendem que é fundamental que profissionais que atuam com o segmento nas políticas públicas possam revistar as condições históricas de emergência da PSR para compreender as determinações macroestruturais que a engendram, assim como os limites e possibilidades de atuação com esse público.

A gênese da PSR no Brasil remonta, portanto, as condições de miséria e aos processos de marginalização de determinadas parcelas da população, dentre elas a dos indígenas e africanos escravizados, apartados de seus territórios, famílias, culturas, e mesmo quando “livres” expostos à fome, doenças, criminalização, morte... Processos estes que continuam em curso com roupagens contemporâneas. A partir desta leitura, compreendemos que a PSR se configura, assim, como um segmento populacional diverso, socialmente invisibilizado (ou perversamente visibilizado) que cotidianamente sofre violações de direitos de todas as ordens. Tais violações se referem tanto à falta de acesso aos direitos sociais de habitação, saúde, educação, trabalho, entre outros, quanto à exposição e vitimização por violência psicológica, física, sexual, institucional, tortura e morte.

A existência de indivíduos e grupos que vivem nas ruas é realidade em diversos países, e, nesse sentido, a relatoria especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre moradia

adequada apontou a situação de rua como uma crise global de direitos humanos, que afeta tanto as economias desenvolvidas como as em desenvolvimento, e requer uma resposta urgente:

Trata-se de um fenômeno diverso, que afeta diferentes grupos de pessoas de diferentes maneiras, mas com características comuns. É um sintoma da incapacidade dos governos de reagir às crescentes desigualdades entre as rendas, a riqueza e o acesso à terra e à propriedade, bem como incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas da migração e da urbanização. A situação de rua se produz quando a moradia é tratada como uma mercadoria e não como um direito humano (Farha, 2015, p.2)

Na década de 1980 Snow e Anderson (1998) iniciaram estudo etnográfico longitudinal sobre os moradores de rua⁴ da cidade de Austin, nos Estados Unidos. Foram descritas e analisadas as tipologias de vidas nas ruas (estilo de vida, tempo e vinculação com a rua), as estratégias de sobrevivência e as diferentes respostas da comunidade à presença e convivência com os moradores de rua. Na pesquisa foi observado que quanto maior o tempo de rua, mais difícil a superação dessa situação pelos sujeitos, que os serviços direcionados a esse público são acomodadores e não investem na autonomia e na construção de novos projetos de vida, que as condições concretas que conduzem à rua (como desemprego e dificuldade de acesso à moradia) se intensificam, e que a sociedade continua a compreender a situação de rua como fruto de dificuldades individuais.

A discriminação e os estigmas são direcionados às pessoas em situação de rua tanto pela sociedade em geral, quanto pelos operadores das políticas públicas. De acordo com Prates, Prates e Machado (2011) a PSR é marcada por histórias de vida permeadas por perdas diversas: da casa, do emprego, da família, da autoestima... Que acabam gerando culpa e sofrimento. Os referidos autores afirmam que a definição e reconhecimento como pessoa em situação de rua tem a ver principalmente com a identidade e a referência na rua, que constituem a subjetividade dos sujeitos.

⁴ Termo utilizado pelos autores.

Os discursos de desqualificação, subalternização e estigmas direcionados à PSR são muitas vezes internalizados pelas pessoas que vivem nessa condição, o que pode produzir auto exclusão, isolamento, e gerar acomodação no lugar de “sobrante”. A culpabilização da PSR pela sua própria de miséria tem como base uma visão reduzida da realidade, que foca no indivíduo e não considera os fatores conjunturais e estruturais que estão na base do fenômeno (Prates, Prates, & Machado, 2011).

Sobre as violações de direitos cometidas contra a PSR, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH, 2017) publicou balanço das denúncias referentes ao ano de 2016. Tais denúncias foram realizadas por diferentes canais: Disque 100, Ouvidoria online, Clique 100, Departamento de Ouvidoria e Aplicativo, e foi ressaltado pelo órgão responsável que o número de registros não reflete a violência em si, mas o quantitativo de denúncias registradas⁵.

As principais violações registradas contra a PSR no Brasil pela ONDH em 2016 foram situações de negligência (61,76%), violência psicológica (8,62%), violência física (8,45%), violência institucional (5,92%), discriminação (1,48%) e outras violações (13,76%). Quanto aos agressores, de acordo com as denúncias, a maior parte foi de não informados (88%), seguido por familiares de segundo grau (5%), desconhecidos (4%), irmãos (2%) e pessoas com outras relações de vínculos comunitários (2%). Em relação aos locais das violações, a maioria ocorreu no próprio espaço da rua (81%), seguido por igrejas, templos religiosos, comércios, entre outros (11%), albergues ou casas de acolhimento (5%) e órgãos públicos (3%). Dentre esses dados é relevante observar que, mesmo espaços que tem como fim o acolhimento, proteção e acompanhamento da PSR, acabam sendo também espaços de violações.

Ainda sobre os dados da ONDH, cabe destacar os principais órgãos para os quais as denúncias foram encaminhadas: CRAS/CREAS (26%), Defensoria Pública Estadual (26%),

⁵ É possível que exista grande frequência de violências não registradas devido a, entre outros fatores, desconhecimento e descrédito por parte da PSR nos mecanismos de denúncia, medo de represálias ao denunciar, e naturalização das violações sofridas

Ministério Público Estadual (11%), Centro Nacional de Defesa da População em Situação de Rua (2%) e outros serviços (16%). No total apenas 18% das 1.469 denúncias encaminhadas pela ouvidoria nacional sobre violações à PSR tiveram retorno com respostas ao órgão de origem.

A partir dos dados expostos, é possível inferir, entre outras questões, que a violência sofrida pela PSR é naturalizada pela sociedade e pelo Estado. Nesse sentido, são frequentes os assassinatos de PSR por todo o país, e em geral a mídia só divulga tais crimes quando os mesmos se destacam por requintes de crueldade ou pelo elevado quantitativo de pessoas mortas. É o caso dos assassinatos de Goiânia, cidade que registrou 27 mortes de pessoas em situação de rua em apenas oito meses, e por tal razão, recebeu no ano de 2013, uma força tarefa da SDH/PR para investigação e providências sobre o movimento de extermínio dessa população na capital de Goiás⁶.

Infelizmente os movimentos de extermínio da PSR, muitas vezes encomendados por comerciantes ou pela vizinhança que se incomoda com a presença deste segmento nos espaços públicos, e perpetrados por agentes de segurança do Estado, ocorreram e continuam ocorrendo por toda a América Latina, como nos lembra Galeano (1999):

Os esquadrões da morte não deixam rastros. Raríssimas vezes se quebra a regra da impunidade, raríssimas vezes se quebra o silêncio. Uma exceção, na Colômbia: em meados de 1991, sessenta mendigos foram mortos na cidade de Pereira. Os assassinos não foram presos, mas, ao menos, treze agentes policiais e dois oficiais foram aposentados, cumprindo “medida disciplinar”. Outra exceção, no Brasil: em meados de 1993, foram metralhados cinquenta meninos que dormiam nos portais da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Oito morreram. A matança teve repercussão mundial, e, passado algum tempo, foram presos dois policiais que, em trajes civis, tinham executado a operação. Um milagre (p.92).

Além da chacina da Candelária, outro triste episódio que marcou a história de extermínio dos povos marginalizados no Brasil foi o assassinato do líder indígena Galdino Jesus

⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/04/ha-extermio-diz-secretario-sobre-mortes-de-moradores-de-rua-em-go.html>

dos Santos, queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus em Brasília por cinco jovens da classe alta no ano de 1997⁷. Galdino havia participado de uma reunião com o então presidente Fernando Henrique Cardoso e demais autoridades, para reivindicar a recuperação de terras indígenas no sul da Bahia, que haviam sido tomadas por fazendeiros em conflitos fundiários. Durante o julgamento, os jovens explicaram que não sabiam que se tratava de um indígena, “confundiram com um mendigo” e queriam apenas “dar um susto” no homem que dormia na rua.

As mortes das pessoas em situação de rua são muitas vezes mais toleradas pela sociedade do que suas incômodas vidas. Rui, Martinez e Feltran (2016) alertam para o estatuto de matabilidade que as vidas nas ruas podem assumir, sendo as mortes muitas vezes encaradas como soluções finais da intolerância e violência destinadas a esses sujeitos. Sobre tal estatuto ou desqualificação da PSR como sujeitos sobrantes, vagabundos, marginais, descartáveis que poluem a cidade e devem ser dela retirados, exterminados como pragas, nos remetemos novamente a Galeano (1995) quando o autor trata dos “ninguéns”:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam supertições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não tem cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal,
aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

⁷ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/19/interna_cidadesdf,589477/20-anos-apos-a-morte-de-galdino-indigenas-ainda-sofrem-com-violencia.shtml

Além da morte como expressão máxima da violência cometida contra a PSR, cabe destacar também a morte existencial, simbólica e concreta, em vida, destinada a este segmento. Tal processo ocorre quando se passa a mensagem, através de discursos e práticas, de que para eles e elas que estão nas ruas não há lugar, de que essas pessoas não podem existir. Nessa direção, Frangella (2016) destaca a dimensão política da PSR: construída como problema público e com visibilidade vinculada ao crack, à “cracolândia” e à violência urbana, quando na verdade as pessoas nessa condição habitam as ruas fazendo delas o lugar principal de trabalho, moradia e sociabilidade.

Este “não lugar” destinado à PSR se expressa também através da humilhação cotidiana a que estas pessoas estão expostas: o não poder entrar em uma escola ou hospital por conta de suas vestimentas ou do odor dos corpos sem banho, os olhares de medo, nojo, desdém, os pedidos ignorados, as “brincadeiras” com as precárias condições de vida, a falta de lugar para fazer suas necessidades fisiológicas, a falta de lugar, privacidade e proteção para se relacionar sexualmente, para parir, para nascer e para morrer.

Nesse ponto, é impossível não lembrar e compartilhar uma cena presenciada na porta de uma unidade de acolhimento para PSR no RN: um usuário do serviço havia sido “expulso” do mesmo por falta disciplinar por ele cometida. De volta às ruas, ele passou a dormir em calçadas, e como é muito comum, os proprietários das residências da rua onde ele estava acionaram a polícia pelo incômodo causado pela presença do homem de meia idade e portador de transtorno mental que estava dormindo e fazendo suas refeições e necessidades fisiológicas no local. A polícia, então, explicou que ele não estava cometendo nenhum crime (postura nem sempre adotada pelos agentes de segurança pública, vale salientar) e acionou o SEAS, que o encaminhou de volta para a unidade de acolhimento. Ao chegar à unidade e ter sua entrada proibida ele questionou “se na rua não posso ficar, se no albergue não posso entrar, será que eu preciso jogar uma pedra nessa janela pra ser preso? Porque parece que o presídio é o único lugar pra onde eu posso ir”. Em outras palavras, ele refletiu que não tem o direito de existir na cidade.

O caso narrado, bem como as violências comentadas, tem entre seus pilares o processo de invisibilidade perversa, que como define Soares (2003), se refere à forma como a sociedade não enxerga ou enxerga de forma estereotipada, como ameaça, determinados grupos sociais:

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular, desaparece (p. 165).

A PSR é um dos grupos sociais mais fortemente atingidos pelo processo de (in)visibilidade perversa, e como apontam Henrique, Santos e Vianna (2013), não só a sociedade e o Estado desviam o olhar das pessoas em situação de rua, mas também as ciências têm agido de tal forma, o que contribui para a naturalização das formas de violência direcionadas a este segmento. Reafirmamos, portanto, que a situação de rua como fenômeno e as violências vivenciadas nas ruas, não são naturais, e que sua naturalização corrobora ideologicamente para a manutenção das violações cometidas contra “os esfarrapados do mundo”⁸, uma vez que, como afirmou Freire (1996) “a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna ‘míopes’” (p.37).

É possível observar a dimensão da invisibilização ou visibilização perversa da PSR a partir da falta de dados públicos oficiais sobre este segmento. Nem o censo demográfico da população brasileira, realizado pelo IBGE a cada dez anos, nem as contagens populacionais periódicas realizadas pelo órgão incluem a PSR, visto que tais pesquisas objetivam quantificar apenas populações domiciliadas. Entre as razões apresentadas para a não inclusão de populações não domiciliadas no censo, foi destacada pelo poder público a necessidade de criação de metodologias específicas.

⁸ Referência a obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1987): “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

No ano de 2005 foi realizado o I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, e neste evento foi definida como ação prioritária a realização de estudos que pudessem quantificar e caracterizar a PSR no Brasil. Entre 2007 e 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Na ocasião, foram identificadas 31.922 pessoas adultas em situação de rua nos 71 municípios em que a pesquisa foi aplicada (capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes). Após considerar os números de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, que já possuíam censos municipais de PSR e não foram pesquisadas pelo MDS, foi estimado um número de aproximadamente 50.000 pessoas nesta situação em todo o país (Silva, 2009).

O MNPR e fóruns que apoiam a PSR acreditam que o número de pessoas que viviam em situação de rua no país era mais alto do que o divulgado pelo MDS e que tal população se elevou consideravelmente desde 2008. Os números do município de Natal/RN corroboram tal hipótese, visto que conforme aponta Lima (2014) de acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua realizada pelo MDS, de agosto de 2007 a março de 2008, foram identificadas 223 pessoas em situação de rua na cidade do Natal. Já em outro estudo realizado em janeiro de 2010, pelo Centro Universitário da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, foram identificadas aproximadamente 2.200 pessoas em situação de rua na capital do RN.

No ano de 2016 foi publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) uma estimativa da PSR no Brasil a partir de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo Suas. Na referida publicação, estimou-se que existiam, no ano de 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. O levantamento foi publicado acompanhado de recomendação para a realização de censos de PSR nos municípios de maiores portes e de desenvolvimento de metodologias de diagnósticos para PSR na vigilância socioassistencial nos municípios de pequeno e médio porte, bem como para o

aumento de esforços para a inclusão deste segmento no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Em setembro de 2019 dados do CadÚnico apontavam registros de 131.053 de famílias ou pessoas em situação de rua no Brasil⁹. Em uma publicação mais recente, o IPEA (2020) estimou a existência de cerca de 222 mil brasileiros em situação de rua em março de 2020, e observou um crescimento de 140% do número de pessoas em tal condição em relação ao ano de 2012.

Em 17 de janeiro de 2019, a Justiça Federal acatou ação da Defensoria Pública da União (DPU) no Rio de Janeiro contra o IBGE para inclusão de pessoas não domiciliadas, inclusive em situação de rua, no censo de 2020. Na decisão, foi destacada a afirmação da DPU de que apesar da inclusão no censo não garantir direitos, é um dos passos para a inclusão social e reafirmação da PSR como cidadãos e sujeitos de direitos. Após uma série de recursos e discussões técnicas e jurídicas, que ainda se encontram em andamento, foi acordada a contagem da PSR que se encontra usuária nos serviços socioassistenciais de acolhimento institucional no censo IBGE de 2020 e posterior preparação para inclusão das pessoas que se encontram nas ruas nos próximos censos nacionais.¹⁰

Como a pesquisa do IPEA e os dados do CadÚnico apresentam apenas estimativas quantitativas da PSR, continuamos tendo como único levantamento nacional sobre as características e condições do segmento no Brasil a pesquisa do MDS (2008), que encontrou o seguinte perfil: masculino (82% de homens); adulto (53% com idade entre 25-44 anos); negro (67%) e trabalhador (70,9% exercem alguma atividade remunerada).

⁹Cadastro Único trata como família qualquer registro em seu banco de dados, mesmo que seja um indivíduo que vive sozinho. Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=Brasil&id=44.

¹⁰ Informação recebida em diálogo com a coordenação nacional do MNPR em novembro de 2019.

Ao refletirmos sobre as principais características da PSR é imprescindível observar o recorte racial, visto que se trata de um segmento social composto predominantemente por negros e negras. De acordo com Reis e Gomes (2005), o Brasil foi o maior país escravista dos tempos modernos, tendo escravizado cerca de seis milhões de pessoas negras da África Subsaariana, e sendo a última nação das Américas a abolir a escravização. Após o processo de abolição, conquistado pela resistência e luta do povo negro e também como consequência de pressões internacionais, a população negra foi abandonada e jogada a sua própria sorte para sobreviver, sem nenhuma garantia de direitos por parte do Estado brasileiro.

No percurso histórico do Brasil, a população negra continua a ter menos acesso aos direitos sociais e a vivenciar as piores condições de vida no país: são os que ocupam os postos de trabalhos mais precarizados, tem menos acesso à educação formal, vivem nas piores habitações, tem menor renda, e são as maiores vítimas de homicídios por arma de fogo no país¹¹. Tais situações são expressões do racismo estrutural, que de acordo com Almeida (2019), constitui relações econômicas, políticas e subjetivas, estrutura as relações sociais e institui a naturalização da violência contra as pessoas negras.

Apesar da população brasileira ser majoritariamente negra (composta por pessoas que se reconhecem como pretas ou pardas), os espaços de poder político e econômico são quase que na sua totalidade ocupados por pessoas brancas, o que torna a experiência de ser negro ou ser branco como construções sociais vivenciadas a partir de condições estruturalmente estabelecidas. Nesse sentido, as famílias negras, que, em geral, tem entre seus membros os trabalhadores que ocupam as funções mais precarizadas na sociedade, vivenciam uma série de privações de acessos e direitos que geram tensões e os tornam mais propensos a vivenciarem diferentes formas de violência (Almeida, 2019).

¹¹ Waiselfisz, J.J. (2016). Mapa da Violência 2016. Homicídios por arma de fogo. Brasília: FLACSO.

Além da questão racial, é fundamental também observar as relações de gênero na situação de rua, visto que a maior parte dos que vivem nessa condição são homens. Adorno (2016) reflete que tal prevalência se relaciona ao perfil do “provedor sem honra”, do homem que ao se tornar desempregado e sem condições de ser o provedor de sua família e chefe do lar, como impõe a cultura do patriarcado, acaba, muitas vezes, buscando alívio para a vergonha e a tristeza no uso de substâncias psicoativas, viajando para outras cidades em busca de trabalho, e ao não encontrar possibilidades profissionais, preferindo permanecer nas ruas do que encarar o constrangimento do “fracasso” em sua família e comunidade de origem.

Outra situação contornada por marcadores de gênero foi observada por Farha (2015): a dos homens que trabalham de forma precarizada nos centros urbanos e enviam os poucos recursos que conseguem obter para que suas famílias, que vivem no interior ou bairros periféricos, possam custear despesas básicas como aluguel e alimentação. Esses trabalhadores vivem com tão poucos recursos que não podem pagar pelo transporte periódico para as casas de suas famílias e permanecem na rua na maior parte do tempo, fazendo uso de abrigos e serviços socioassistenciais como apoio, ou mesmo se juntando em grupos nas ruas e dormindo com companheiros em situação semelhante nas feiras, estacionamentos e outros locais de trabalho.

Sobre as relações familiares, a pesquisa do MDS (2008) apontou que a maioria das pessoas que está em situação de rua possui família, mas tem os vínculos fragilizados ou rompidos. A maioria dos participantes da pesquisa (52,6%) recebia entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais e apenas 15,7% pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Entre as pessoas entrevistadas, 69,6% costumavam dormir na rua, sendo que cerca de 30% dormiam na rua há mais de cinco anos, e apenas 22,1% dormiam em albergues ou outras instituições. Outro dado relevante encontrado na pesquisa em questão foi que 24,8% dos entrevistados não possuíam qualquer documento de identificação e 88,5% não eram atingidos pela cobertura dos

programas governamentais, ou seja, afirmavam não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

A partir das características apontadas pelo levantamento do MDS (2008) e de acúmulo teórico sobre o tema, foi construída por Silva (2009) a definição de PSR que é utilizada pelo governo federal nos documentos que subsidiam as políticas sociais referentes ao segmento:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009a, p. 1).

A definição de PSR adotada pelo Estado brasileiro é abordada no caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (MDS, 2011 a), com destaque para três fatores principais que configuram a situação de rua: vínculos familiares rompidos ou fragilizados, inexistência de moradia convencional, e pobreza extrema. Sobre este último fator há importante destaque na publicação:

Cabe observar que a pobreza, por sua vez, também constitui uma categoria multidimensional e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é fundamentalmente uma categoria política que se traduz pela dificuldade de acesso a direitos e oportunidades (p. 24).

Não obstante o reconhecimento de características comuns que identificam a PSR e precisam ser consideradas na formulação e avaliação de políticas públicas, o próprio MDS (2011 a) afirmou a inexistência de um bloco hegemônico de pessoas nessa condição, reconhecendo a diversidade e singularidade de cada sujeito com vivência de rua:

Apesar da definição expressa na PNPR, a multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempos em que os vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização que se consolidaram são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais a respeito da população em situação de rua” (p. 23).

A produção de pesquisas sobre PSR no Brasil se encontra em processo de consolidação (Silva, 2009). Sobre esse percurso, Vergara (2016) afirma que a atenção acadêmica ao segmento

é recente: ainda se busca modos de nomear, classificar e compreender esses sujeitos, tal como ocorreu com outros segmentos, dentre eles as pessoas com deficiência nos anos 2000.

Existem estudos na literatura que tratam do perfil da PSR em diferentes regiões brasileiras, sobretudo no Sudeste. Barata, Ribeiro, Carneiro Júnior e Silveira (2015) realizaram estudo sociodemográfico na cidade de São Paulo e encontraram o seguinte perfil: homens, não brancos, com baixa escolaridade, trabalhadores informais e eventuais, com renda menor que meio salário mínimo mensal. Os autores destacaram que as pessoas que vivem em situação de rua estão entre os grupos mais marginalizados da sociedade e que seus problemas ultrapassam a falta de moradia.

No Rio Grande do Norte foi desenvolvida pesquisa intitulada “Direitos Humanos da População em situação de rua na cidade de Natal: investigando limites e possibilidades de vida” a partir da aplicação de questionários e entrevistas com 159 pessoas em situação de rua, entre os anos de 2013 e 2015. Neste estudo obteve-se o seguinte perfil da PSR natalense: idade média de 26 a 35 anos (32,1%), gênero masculino (61%), negros (43,4%), solteiros (72,3%), ensino fundamental incompleto (50,9%), nascidos em Natal (41,5%), há menos de um ano na rua (37,1%), e tendo a perda de vínculos familiares (56,6%) como principal fator da ida para as ruas (Amorim, Nobre, Coutinho, & Medeiros, 2019).

Outros dados importantes do estudo de Amorim et al. (2019) sobre a caracterização da PSR potiguar são que a maior parte dos entrevistados estava desempregada (76,1%); apresentava algum problema de saúde no momento em que foram entrevistados (76,7%); não possuía carteira de identidade (29,6%) ou não tinham nenhum tipo de documento (12,6%). Uma pequena parcela (23,9%) dos entrevistados era beneficiária do PBF e (61%) dos participantes do estudo não acessavam nenhum tipo de benefício.

Também sobre o perfil da PSR, Serafino e Luz (2015) destacam a precariedade da dimensão sociofamiliar, de emprego, o isolamento e solidão. Já Raupp e Adorno (2015)

explicitam que pelo histórico de pobreza e pelas precárias condições de vida, este segmento se torna mais exposto à doenças e violências, o que acaba reduzindo a expectativa de vida.

Mesmo segmentos que estão em menor quantidade dentro do universo de PSR, como é o caso das mulheres, necessitam de visibilidade e apoio na busca pela garantia de seus direitos, visto que como aponta o artigo de Rosa e Brêtas (2015), muitas mulheres vão parar nas ruas devido à violência doméstica sofrida, e neste contexto, além das violações comuns a todos os que vivem nas ruas, sofrem grande incidência de violências sexuais, obstétricas e relacionadas ao gênero feminino.

Na categorização dos fatores que se relacionam na conformação da trajetória de rua, Flores, Contreras, Hernandez, Levicoi e Vargas (2015) agruparam causas estruturais – situação socioeconômica do país, trabalho, legislação e institucionalidade social, políticas de reinserção de egressos do sistema penitenciário, etc., e causas biográficas – que geralmente tem como base história de pobreza e vulnerabilidade social. Já Nascimento e Justo (2014) em estudo realizado com andarilhos de estradas e usuários de serviços socioassistenciais, apontam fatores socioeconômicos, socioafetivos e psicossociais na determinação do fenômeno da PSR, dentre eles, desemprego, ausência de moradia, problemas familiares, desilusão amorosa e divórcio, morte dos pais, desejo por liberdade, transtornos mentais, uso de substâncias psicoativas, entre outros.

Além dos fatores que levam as pessoas a viver em situação de rua, a literatura aponta que a vinculação com a rua tem diversas formas e ritmos, ocorrendo em um movimento que vai de transitório a permanente na ocupação dos espaços públicos: chegar, viver e ser da rua (Flores et al., 2015). Sobre o processo de vinculação com as ruas, Alcântara, Abreu e Farias (2015) explicam que se trata de processo gradual e agudo de desvinculação social e que a PSR se encontra no centro do limiar entre a pobreza e a miséria, ou seja, são pessoas que não possuem os mínimos existenciais, tais como alimentação, vestuário, acesso à água, descanso, proteção

da chuva, do frio, e das condições ambientais, entre outras condições básicas que assegurem sua sobrevivência.

Por tal situação, por vezes, parte das pessoas em situação de rua fazem uso de estratégias de “manguear”¹² e pedir esmolas, além de se envolver com atividades ilícitas, o que corrobora a construção de identidade social de “acharcador”, daqueles que lançam mão de narrativas e manifestações que por vezes se repetem e incomodam as pessoas abordadas. Nesse sentido, Silva (2013) aponta que as representações sociais sobre a PSR oscilam entre pena e indiferença, entre medo e eliminação, o que tem impacto nas políticas direcionadas a tal segmento social.

Existem várias terminologias, utilizadas por operadores das políticas públicas, pesquisadores e pelos próprios sujeitos que vivem nas/das rua para designar o segmento de pessoas que tem nas ruas seu principal espaço de moradia, sociabilidade e trabalho, como “moradores de rua”, “população de rua” entre outras expressões. A terminologia “população em situação de rua” vem sendo utilizada no Brasil nas referências técnicas e documentos do Estado que orientam a execução das políticas sociais com sujeitos e grupos nessa condição. Sobre essa questão de como nomear o fenômeno, Prates, Prates e Machado (2011) refletem que

A primeira questão que se pretende problematizar em relação ao debate sobre sujeitos em situação de rua são as expressões utilizadas para caracterizar esse segmento populacional e os conceitos a elas associados, nem sempre muito precisos. Não há dúvidas de que, para além de expressões e conceitos que podem reiterar processos excludentes, a desigualdade concreta vivenciada por eles é a questão central, e não será a precisão do modo como os caracterizaremos que irá reduzir essa desigualdade. Por outro lado, a melhor precisão de conceitos pode auxiliar estudos e pesquisas que, ao darem visibilidade a essa realidade, ao levarem para o debate público esses questionamentos, ao subsidiarem propostas e políticas contribuam com estratégias para a redução dessas desigualdades e o fortalecimento das resistências empreendidas por esses sujeitos (p. 193).

¹² Ato de pedir dinheiro, alimentos ou outros insumos a partir de narrativas e explicações sobre suas condições de vida, dificuldades e necessidades. A partir da convivência com pessoas em situação de rua foi possível observar que manguear é uma estratégia de sobrevivência, que requer habilidade, desenvoltura e experiência, e muitas vezes o apurado “do mangueio” é compartilhado coletivamente pelos grupos que vivem juntos em situação de rua.

As definições de situação de rua variam amplamente de acordo com o idioma, as condições socioeconômicas, normas culturais, os grupos afetados e o propósito para o qual se define a situação de rua. Farha (2015) alerta que a experiência das pessoas em situação de rua ao redor do mundo não está plenamente compreendida em uma definição mais ampla que vá além da falta de abrigo físico. A autora propõe um enfoque tridimensional para a definição de PSR a partir de uma leitura de direitos humanos: ausência de moradia (habitação minimamente adequada e segura para a vida familiar e em comunidade); forma de discriminação sistêmica e exclusão social (identidade social de não pertença); titulares de direitos que são resilientes na luta por sobrevivência e dignidade (p.5).

As classificações e diferenciações entre morador de rua e população em situação de rua foram temas que emergiram nas rodas de conversa com as trabalhadoras do SUAS que fizeram parte da coleta de dados desta pesquisa. De modo geral, as profissionais compreendem como “morador de rua” o sujeito que já está arraigado na condição de viver na rua, que se encontra dessa forma há muito tempo, com ruptura de vínculos familiares, que lança mão de uma série de estratégias e apoios que permitem a sua sobrevivência nas ruas, e por essa razão muitas vezes apresenta isolamento, não se aproxima dos serviços do SUAS e expressa resistência a sair desta condição. Já a pessoa em situação de rua, de acordo com as participantes, é quem vai para a rua pelo acirramento de conflitos familiares, aumento do padrão de uso de substâncias psicoativas, crises e situações agudas que os levam a tal situação e a buscar os serviços socioassistenciais como apoio:

Existe a situação de rua e existem os moradores de rua. Eu sou bem claro para te afirmar que hoje no albergue tem pessoas em situação de rua porque o morador de rua ele realmente não quer estar lá dentro do albergue, ele não quer estar participando de movimento nenhum da prefeitura, seja ele Centro Pop, seja consultório de rua, enfim... (Antúrio)

A maioria que a gente pode encontrar na rua aqui na cidade não são moradores de rua, tem sua residência, mas são usuários de drogas, já são acompanhados pelo CAPS, saem de lá e voltam pra rua. (Crisântemo).

Uma mulher em situação de rua entrevistada em nossa pesquisa também compartilhou suas classificações sobre as diferentes formas de ser e estar na rua:

Não, é porque tem a história do trecheiro, o de rua e o acomodado. O acomodado é aquele que fica entre o Centro POP e albergue, como eu já fui. O trecheiro é aquele que passa um mês num canto, não aguenta e vai para outro canto, e lá vai, conhece o mundo todo. E o de rua são esses que ficam aqui assim, mas sem parar, ganha seu dinheiro (Pérola).

Durante a realização das entrevistas com os usuários dos serviços socioassistenciais de Natal, observamos que os participantes vinculados ao MNPR/RN há menos tempo utilizavam com frequência o termo “morador de rua” para definirem sua condição. Já as lideranças e militantes mais orgânicos do movimento utilizavam a expressão “população em situação de rua”. Tal diferenciação se relaciona aos percursos distintos vivenciados pelos entrevistados, especialmente nas vivências de atividades formativas e ocupação de espaços de diálogo com o poder público, que fazem parte da rotina dos coordenadores e membros mais antigos do coletivo. Em publicação nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* o MNPR/RN¹³ explica o uso da terminologia adotada:

O uso do termo “população em situação de rua” ou “pessoa em situação de rua” busca acabar ou minimizar estigmas, transmitindo a ideia de que esses cidadãos ou cidadãs estão em tal condição em caráter transitório, devendo ser uma situação temporária, desde que haja políticas públicas estruturantes. O termo “morar” significa residir em (determinado local), “habitar”. Quem se encontra em situação de rua tem seu direito à habitação negado, o que torna bem contraditório o uso de palavras como “morador” ou “habitante”, já que todos devem morar ou residir em casa, não nas ruas. A população em situação de rua tem seus direitos constantemente violados e é fundamental que continuemos na luta juntos e juntas pela garantia de seus direitos, inclusive o direito à moradia e saída definitiva da condição de rua.

Ainda de acordo com relatos de coordenadores do MNPR/RN, o movimento levava inicialmente em seu nome “população de rua” e não “em situação de rua” porque na fundação do mesmo seus membros não haviam aprofundado os debates sobre o melhor termo que

¹³ Publicações de 11 de julho de 2020, disponíveis em <https://www.instagram.com/p/CCg5mByFWnJ/> e <https://www.facebook.com/mnpr.rn/photos/a.1014516405260670/3040935362618754>

deveriam utilizar para serem reconhecidos, mas atualmente utilizam prioritariamente a expressão “em situação de rua” para destacar que se trata de uma condição que pode ser superada a partir de apoios e acessos às políticas sociais. Vergara (2016) observou que outro termo utilizado carinhosamente pelos membros do MNPR/RN para se auto referenciar é “pop rua”.

Não pretendemos encerrar a discussão acerca das terminologias utilizadas para denominar o fenômeno o qual nos propomos a estudar nesta pesquisa – inclusive porque existem divergências entre pesquisadores. No campo das ciências sociais é comum observar o uso de “morador de rua” a partir do reconhecimento de como se identificam a maior parte dos sujeitos que estão nessa condição. O termo população em situação de rua pode ser encarado como eufemismo para definir a situação de pessoas e grupos que em muitos casos dormem, vivem e tem a maior parte de suas experiências na rua.

Escolhemos e reafirmamos o uso do termo população em situação de rua neste trabalho por seguirmos a compreensão do MNPR na sua ênfase do caráter transitório que pode ser o da vivência de rua - desde que exista política pública que se aproxime do sujeito nesta condição e o auxilie a superá-la. Como já colocamos anteriormente, sem desconsiderar a resistência, autonomia e os processos coletivos de luta pela sobrevivência na rua como fatores relevantes, viver nesta condição geralmente se relaciona a experiências de privações de necessidades básicas, e exposição a uma série de violências e violações de direitos.

Além das definições e classificações, as principais características da PSR formam a primeira categoria de conteúdos que emergiram nas rodas de conversa e entrevistas realizadas com trabalhadoras do SUAS (*Cat.1 Nômades, usuários, invisíveis: caracterização da população em situação de rua pelas trabalhadoras do SUAS*) e membros do MNPR/RN (*Cat.1 (Sobre)Viver na rua: fluxos, andanças, estratégias e vivências pelo olhar da própria pop rua*). Os profissionais dos serviços socioassistenciais expressaram suas compreensões sobre os fatores que levam as pessoas para as ruas e a invisibilização social deste segmento. Já a PSR

realizou uma série de narrativas e relatos de experiência acerca da vida nas ruas, desde os fatores que os levaram a tal situação, as principais estratégias utilizadas para sobreviver, a necessidade de gritar para acessar seus direitos, as andanças e os encontros na rua.

A maior parte das trabalhadoras do SUAS relacionou em suas falas as características da PSR com os fatores que levaram os usuários a situação de rua, conforme pode ser observado nos seguintes trechos de rodas de conversa com profissionais dos CREAS:

São velhos e jovens, mais homens, algumas mulheres. Estão na rua mais pela questão da bebida. Usam o álcool, a família não aceita... (Camélia).

Que na realidade eles nunca vão falar de primeira o fator x da situação, que é a droga. Com certeza vai acobertar isso com outra coisa, vai dizer que foi o desemprego, problema familiar, até a gente fazer uma escuta qualificada, conversando com eles para descobrir o fator x, que foi o uso abusivo de substâncias psicoativas, então isso demanda um tempo (Hibisco).

Nessas falas é possível observar a centralidade da droga na gênese do fenômeno PSR segundo a concepção das profissionais participantes desta pesquisa, o que para elas acaba caracterizando o próprio segmento. Sobre a centralidade da droga nas discussões relacionadas à PSR, Adorno (2016) afirma que a partir da última década e da emergência das “cracolândias” as pessoas com vivências de rua vão cada vez mais sendo reconhecidas a partir da identidade de usuárias de drogas. Já Rui, Martinez e Feltran (2016) apontam que a reflexão sobre drogas parece oferecer no Brasil contemporâneo o guarda-chuva para se pensar qualquer questão vinculada às ruas, o que gera debates e repercussões morais, políticas, religiosas e de mercado.

O uso de substâncias psicoativas também foi tema levantado pelos entrevistados do MNPR/RN, que apontaram as drogas como suportes, mediadoras da dureza da vida nas ruas. Foi refletido que quando o sujeito perde o controle sobre o uso das substâncias psicoativas acaba gerando mais problemas e dificuldades de diferentes ordens, e para lidar com essa questão, foi destacada a importância de “ocupar a cabeça e não ficar na ociosidade” (Rubi):

A questão é tão forte que tem que se anestesiar da realidade. Porque realmente, minha amiga, (viver na rua) não é mole não. O negócio é sério. Como dizem as minhas amigas “é grave, e ainda pega ponto” (Esmeralda).

Eu estou bem melhor. Se eu fumo eu não vendo as minhas coisas. Se eu fumar eu fumo pouco, não é como antigamente que era de cinco gramas. Quem me mudou foi o movimento, o pessoal com aquelas palestras massa (Pérola).

Os conflitos familiares também foram referidos pelas trabalhadoras da Assistência Social como situações comuns a maior parte das pessoas que vivem nas ruas, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

Eu particularmente como assistente social acho que a maior dificuldade encontrada nesse contexto são os conflitos familiares, são muito relevantes. A gente percebe que a questão da drogadição é também forte, mas o conflito familiar já é uma máxima. Infelizmente todas, ou a maioria das pessoas que são moradoras de rua tem um conflito familiar, tem o contexto de algum vínculo interrompido ou fragilizado (Violeta).

Uma das coisas mais difíceis da população em situação de rua, pelo menos daqui, é que a maioria deles não quer retornar para a família. Porque quando eles chegam para a gente os vínculos já estão realmente bem rompidos (Girassol).

Esse tema também foi tratado pela PSR entrevistada. Entre os fatores reconhecidos como principais motivos que os levaram a rua, os entrevistados destacaram os conflitos familiares, que foram intensificados por situações de morte de parentes, divórcio, uso abusivo de substâncias psicoativas, passagem pelo sistema penitenciário, violência doméstica, entre outras questões:

Quando eu fui para a rua eu tinha meus quinze para dezesseis anos. Eu tive uma decepção em casa, meu pai e minha mãe eram alcoólatras... Então eu achei o refúgio da rua melhor do que viver em casa. Ai depois fui preso e quando fui para casa não tive o apoio que eu pensei que ia ter, aí voltei para as ruas de novo (Ferro).

Pela falta de contato e referência com os familiares, muitas vezes as pessoas em situação de rua constroem vínculos afetivos com outras pessoas que encontram na mesma condição, e mesmo com trabalhadores dos serviços socioassistenciais, conforme apontam os trechos a seguir:

É, eles dizem que são uma família, aí não podem se separar. Eles se têm como uma família, são bem próximos, bem unidos. Se um está doente os outros cuidam, é a questão do vínculo (Íris).

Aí eles dizem que a gente aqui é a mãe deles, tia... Porque a gente dá remédio, diz que tem que fazer isso. Tem até um que fica insistentemente chamando a gente de tia, quando não é de mãe. Aí eu digo “não, meu nome é “Lótus””. Aí ele diz, “e toda vida que eu for te chamar vou ter que olhar no crachá, é?”, aí eu digo “é, tem que chamar pelo meu nome, porque não é tia nem mãe não” (Lótus).

Além das rupturas com as famílias de origem, é possível que esse hábito da PSR de se referir as trabalhadoras do SUAS como irmãs, tias ou mãe, tenha a ver com a vivência deles junto aos grupos religiosos que realizam ações de caridade e frequentemente utilizam tais nomenclaturas. É provável também que a vinculação das trabalhadoras às figuras familiares se relacione a recorrente vinculação do gênero feminino ao papel de cuidado na sociedade.

Outro fator destacado sobre as características da PSR, que acaba caracterizando também o próprio trabalho das equipes técnicas no SUAS com esse público, é o nomadismo, a circulação entre diferentes cidades, ainda que, corroborando com Silva (2009) também apontem que parte significativa dos usuários que chegam aos serviços socioassistenciais na condição de pessoa em situação de rua seja natural do próprio município onde o serviço está localizado:

Tem gente daqui, tem gente de Goianinha, Monte Alegre, Brasília, Mossoró... Tem uns que só passam. A gente teve um há pouco tempo que era de Goiânia, não, é? Depois ele foi para a Bahia..., mas acho que a maioria é daqui do município, inclusive tem família aqui (Lótus).

Vamos lá, atualmente nós temos em média 270, 280 usuários em situação de rua cadastrados aqui no município, mas a gente sabe que eles têm essa rotina de serem andarilhos, então a gente não tem como garantir que hoje exista essa quantidade justamente por eles serem, assim como o nosso trabalho, itinerantes. Tem gente de outras cidades, estados e até de outros países (Amarílis).

Também sobre a circulação dos usuários, as trabalhadoras do SUAS apontaram intenso fluxo de pessoas entre os municípios vizinhos devido a uma série de fatores, como qualidade dos serviços ofertados pelo poder público, para evitar locais de risco por ameaças e conflitos, entre outras questões:

É importante reforçar que esses moradores de rua não são aqui do município, eles são de municípios próximos e acabam vindo para cá, passam a noite e depois saem. Existe uma rotatividade, não é grande a quantidade, são cerca de dois, três, varia muito. E sempre são pessoas novas, vem, passam um período, cinco dias, dez dias, aí vão pra

outro município. Ficam aqui um período, aí saem para outro município... Então essa rotatividade é grande (Violeta).

E as vezes até vem do Centro POP de Natal por causa de alguma briga lá, alguma coisa que aconteceu, e aí vem pra cá (Verbena).

Sobre essa mesma questão da circulação por diferentes cidades e seus serviços socioassistenciais, alguns membros do MNPR/RN que foram entrevistados relataram que tomam os equipamentos do SUAS como referências nas cidades por onde passam e se estabelecem. Outros participantes da pesquisa realizaram comparações entre os equipamentos do SUAS nos diferentes municípios onde foram usuários:

Porque o meu planejamento é esse, como eu já sei dos serviços que existem, tem (Centro) Pop, CRAS, CREAS, Cadastro Único, albergue, aonde eu chegar numa cidade onde eu não conheço ninguém, eu vou logo procurar um serviço desses, antes de ficar na rua. Não sei se todos pensam assim, mas eu acredito que alguns fazem. Mudam de cidade e procuram logo um serviço da assistência para não ficar na rua, porque nós sabemos que rua é lei da selva. Você pega no sono numa calçada ou numa casa abandonada, mas não sabe se vai amanhecer vivo. (Ferro).

Dizem que em Parnamirim é melhor o serviço. Eu já escutei e já fui lá também... Porque o albergue de lá eles são mais... só entra mais cedo, você entra de cinco horas. Às vezes quando é de manhã a gente fica até um pouquinho mais tarde, tá entendendo? Lá dorme até sete e meia. (Ágata)

Conhecer esses trajetos é muito importante para as equipes SUAS que trabalham com a PSR, e o diálogo entre esses serviços também é de suma importância no sentido de buscar a continuidade de projetos e encaminhamentos planejados junto com os usuários para seu acesso aos direitos e proteção social. Além das questões espaciais e de circulação entre cidades, o tempo foi outro tema referido pelos entrevistados em relação a suas experiências e vinculações com a rua:

É, faz cinco anos que eu estou direto na rua, antes passava um tempo e voltava, mas a maioria do tempo era em casa mesmo. Antes da minha mãe falecer, ela faleceu faz cinco anos (Ágata).

Entre idas e vindas estou na rua vai fazer vinte e cinco anos. Desde 1994, quando ainda era criança (Rubi).

Tempo de rua? Ah minha filha, é muito tempo, minha vida inteira foi rua (Cristal).

A fase da vida em que vão para a rua também é singular, e alguns participantes entrevistados relataram viver nessa condição desde a infância:

Sou só mais um menino que cresceu nas ruas. Eu vim para as ruas de Natal com onze anos por questões de conflitos familiares. Eu comecei a andar pelas ruas e houve um período em que eu também fui delinquente. Vou contar um pouco como foi: minha mãe faleceu e eu e um irmão fomos para Rio do Fogo, uma praia aqui do litoral do RN, onde meu irmão começou a traficar lá. Ele começou a traficar maconha, naquele tempo não existia crack. Isso foi no fim da década de oitenta, início dos anos noventa. Aí o meu irmão foi preso lá e houve uma denúncia de que eu estava vindo no ônibus trazendo drogas, só que eu não estava. Quando nós chegamos ali mais ou menos em Zumbi a polícia invade o ônibus, eu me escondi debaixo do banco (risos), mas me levaram para a delegacia. E da delegacia como eu era de menor eu fui trazido para a FEBEM. E aí, após ficar de maior, inclusive aconteceu um fato interessante, que eu acho que tem que ser mudado na política de assistência social... quando eu fiz dezoito anos eu fui pras ruas. Então assim, vejo que hoje acontece a mesma coisa, não mudou nada, não se priorizou inclusive a questão social das pessoas, onde as pessoas são jogadas na rua após completarem a sua maioridade. É preciso que haja uma mudança sobre isso, na conscientização, inclusive, de que as pessoas que estão nos acolhimentos ou nas medidas socioeducativas, elas precisam ter um amparo após sua maioridade (Titânio).

Sou Natural do Ceará, passei por um período de infância no interior e depois vim sobreviver junto aos setores populares das grandes cidades, como Fortaleza, Recife, Natal, Salvador. Mas foi legal porque quando eu chego em Fortaleza no lugar, eu era uma criança de nove anos, né, o que é que uma criança não havia de pensar, do ponto de vista de sociedade? Nada. Você gosta de comer, fica com fome, pede uma comida, você gosta de dormir, procura um lugar e dorme, e o resto, vai brincar (risos). Meu período de adolescente todo foi sobrevivendo nessas metrópoles. Pra lá e pra cá, e assim, mesmo que ainda era um garoto, ainda de menor, devido à minha situação de rua muito precoce, através de um problema familiar, e foi assim que eu sobrevivi o período da minha infância. Na minha época não existiam esses serviços do SUAS como hoje, existia a abordagem do juizado de menores que abordava crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Então eu fui abordado na rua por uma equipe de assistentes sociais na época e depois fui encaminhado para um núcleo de menores abandonados, e dali eu fui encaminhado para um instituto de acolhimento chamado Santo Antônio do Buraco, que era vinculado à arquidiocese e ao governo da ditadura, isso lá em Fortaleza. Hoje eu estou com 66 pra 67 (anos). Você sabe, quando um senhor chega aos 60 anos aqui nesse país é uma grande glória, só em estar vivo, passar por todos os momentos que eu tive (Cristal).

As duas histórias de vida compartilhadas pelos entrevistados remetem a períodos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e

ao SUAS, tempo em que os serviços eram orientados pelos códigos de menores, que consideravam as crianças e adolescentes como objetos e não sujeitos de direitos. O primeiro relato destaca um dos muitos “furos” na rede de garantia de direitos - o desligamento dos abrigos com a maioridade, que acaba levando de volta para a rua jovens que cresceram institucionalizados.

Outro ponto que pode ser refletido a partir destes depoimentos é a da “carreira” que alguns sujeitos constroem como usuários da rede, sendo conhecido pelos profissionais dos serviços desde a infância até a velhice, e durante seu desenvolvimento necessitando de novas estratégias e abordagens pela manutenção da situação de pobreza e violações de direitos as quais estão expostos nas diferentes fases da vida.

Outros participantes tiveram percursos diferentes, foram para a rua já adultos e se depararam, por indicação de parceiros da rua ou de profissionais da rede de atendimento, com a unidade de acolhimento:

Eu estou na situação faz uns cinco para seis anos, por aí. Porque em casa também meus irmãos têm esses negócios com drogas, aí ficam bebendo e bagunçando, esculhambando com a minha mãe. Aí eu fiquei tipo com uma depressão, sem comer nada dentro de casa, sem querer nada e findei pedindo a uma pessoa para ficar num canto para poder dar um cochilo mais à vontade. Outro dia eu fui embora, aí disseram que tinha um canto, que era lá no albergue. Aí foi como eu fiquei dormindo, eu não dormia assim no meio da rua não, só no albergue. Durante o dia às vezes eu ia tomar um banho lá na minha mãe, só que os meus irmãos bebem e vão para lá e ficavam discutindo, aí eu não aguentei mais. É pequenininha a casa lá, é pobre também (Jade).

Eu estava separado, tinha acabado de me separar, isso há doze anos, e com a separação acabou que eu fui para a rua por um tempo e conversando com o pessoal lá do CAPS a equipe me chamou e a assistente social conversou comigo. Esse albergue ainda era o antigo da Ribeira, dormi lá alguns meses. De lá voltei para o meu profissional, consegui trabalhar, e depois de dois anos voltei novamente para a rua. Fiquei assim nessa ida e vinda, e tem bem uns dez anos que eu estou vivendo na rua. Esse albergue daqui eu conheci através do primeiro, então eu conheço os albergues através do CAPS (Topázio).

O caderno de referências técnicas do Centro POP (MDS, 2011) aborda a importância de que os profissionais se atentem ao tempo, e as diferentes formas e especificidades da vinculação com a rua de cada sujeito acompanhado pelos serviços socioassistenciais:

Na dinâmica das ruas, há variadas formas de viver que expressam os diferentes movimentos de inserção no espaço da rua, que devem ser considerados em seus aspectos transitórios e permanentes. (...) Uma vez fortalecida as vinculações ao espaço da rua, pode-se instalar um processo em que a rua passa a ser o espaço primordial de relações pessoais e estratégias de sobrevivência, conduzindo a uma gradativa adesão aos códigos das ruas como local de moradia e trabalho. A dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade e, por vezes, a falta de respostas às necessidades e demandas, com a devida agilidade e respeito à dignidade, contribuem para que a rua se configure como um espaço de resistência e sobrevivência (p.24).

Parte dos profissionais abordados nesta pesquisa refletiram e reconheceram a diversidade de fatores que se entrelaçam na conformação da situação de rua: “não é sempre porque ele não tem onde morar, não só pelas questões materiais apenas” (Lótus); Existem várias histórias de rua, várias formas de estar na rua... (Íris).

Viver na rua foi apontado por todos os Membros do MNPR/RN entrevistados como um grande e constante desafio, onde para “a pessoa sobreviver e se criar tem que ser com um olho no peixe e outro no gato” (Pérola). As principais atividades exercidas pelos entrevistados para buscar renda foram bicos como ajudantes de pedreiro, jardineiros, panfletistas, embaladores de supermercado, recepcionistas de pequenas pousadas, artesãos, vendedores de doces, carregadores e ajudantes em feiras. Atividades relacionadas a guarda e limpeza de carros, como flanelinhas, foi referida por parte dos entrevistados, que também se reconheceram como autônomos. Dois participantes relataram o hábito de “manguear” como formas complementares de acesso à renda.

Além das políticas públicas, os entrevistados referiram receber apoio da comunidade, principalmente de grupos religiosos de caridade, historicamente as instituições que atuaram com a PSR. Os grupos religiosos que os apoiam têm diferentes vieses, alguns tem como perspectiva a caridade, que sustenta e naturaliza a pobreza, outros se embasam no ideal de solidariedade, e incentivam o fortalecimento dos sujeitos para sua organização e acesso aos direitos sociais. Em âmbito nacional destaca-se o papel das Pastorais do Povo da Rua (PPR) no apoio ao MNPR desde o seu nascimento, e em Natal/RN observamos a ações da Toca de Assis,

grupo católico franciscano ligado a PPR que desenvolve atividades com a PSR potiguar há mais de uma década, e é considerada uma referência afetiva por muitas dos sujeitos que atendem¹⁴.

Foi referido tanto por trabalhadores do SUAS como pelos membros do MNPR uma dualidade nas relações da PSR com a comunidade, visto que por vezes os vizinhos apoiam as pessoas que ficam perto de suas casas e comércios, e outras vezes os tratam com violência e preconceito, acionando com frequência a segurança pública com apelos de retiradas forçadas dos mesmos. Foi observado por alguns profissionais nas rodas de conversa que o apoio da comunidade ocorre com maior frequência para crianças, adolescentes e idosos em situação de rua, que em geral compadecem mais a sociedade pela maior vulnerabilidade em que se encontram. A questão geracional requer diferentes manejos e estratégias de intervenção e atuação em rede, de acordo com cada fase de desenvolvimento da pessoa/grupo que está em situação de rua.

Um fato relacionado a concepção de PSR que nos preocupou em um dos municípios onde foi realizada roda de conversa com profissionais do CREAS foi a negação da existência deste segmento na cidade, conforme expressaram as participantes da roda de conversa:

A questão de moradores de rua propriamente dito não tem aqui na cidade não. Na verdade, são mais pessoas que usam drogas e tem familiares, tem casas, residências, mas devido aos conflitos por essa questão do uso da droga, do álcool, acaba vindo pra rua, dormir na rua. Muitos estão em casa durante o dia, e à noite, após se drogarem, perdem o controle, as vezes a família não aceita dentro de casa, e acaba dormindo na rua. E também tem os que vem de outros municípios, mas é mais por essa questão de ter um local mais seguro para dormir, mas não é uma população de rua imensa não. Ultimamente nos encontramos assim dois, três moradores de rua ali, mas realmente esses já estão vindo de outros municípios (Crisântemo).

Vale relatar que neste mesmo município, após afirmações iniciais de que não existia demanda de PSR, as participantes foram narrando uma série de casos e situações de usuários com vivências de rua que acompanharam, com diferentes tempos e graus de vinculação com as

¹⁴Por conhecer de perto a realidade da PSR e pelo trabalho realizado junto ao público de rua, a Toca de Assis foi convidada como instituição da sociedade civil para compor o CIAMP-RUA RN.

ruas. Ao perceber a contradição entre a fala inicial e as lembranças no desenrolar do diálogo, uma das trabalhadoras expressou:

Você pode até pensar assim que nós já falamos tantos casos que na verdade o município tem morador de rua, mas não tem morador de rua. A questão é a drogadição (Violeta).

Essa negação da existência de PSR, somada a falta de dados e invisibilidade da demanda nos municípios pode acabar impactando diretamente na oferta e execução dos serviços:

Essa questão do albergue o município não pode abrir devido a não ter um quantitativo específico para a abertura desse albergue. E inclusive os moradores de rua que são daqui, como eu disse, vão para outro município, a rotatividade é muito grande. Não tem como abrir um albergue para cinco moradores de rua, se não temos nem mesmo essa estatística (Violeta).

Assim, não sei se isso é colocado em algum canal público, mas o município já negou recurso para construir um CREAS POP aqui há alguns anos atrás, alegando que não tinha população em situação de rua (Begônia).

Tal questão merece atenção e reforça a já apontada necessidade de realização de censos, pesquisas e mapeamentos de vigilância socioassistencial, visto que ter essas informações representa o marco zero, passo inicial para o planejamento de políticas públicas, que podem ser implementadas a partir de diferentes estratégias. Se de fato não houver demanda suficiente para a abertura de Centro POP e unidades de acolhimento nos municípios da ACP e RM Natal - o que não nos parece ser a realidade, inclusive pela falta de dados - mas caso futuros censos e estudos venham a confirmar estas afirmações dos gestores, seria possível a proposição, por exemplo, de serviços regionalizados e consórcios entre municípios vizinhos com suporte do poder estadual para execução dos serviços socioassistenciais, como já ocorre em outros estados brasileiros, inclusive na Paraíba, que se assemelha ao RN em aspectos econômicos e sociais.

Por fim, outro tema que compôs a primeira categoria acerca das características e modos de vida da PSR foi o estigma que atribui às pessoas em situação de rua adjetivos como “briguentos, barraqueiros, baderneiros, perigosos, sem controle ou educação”. Esse foi um tema que emergiu nas entrevistas, e alguns participantes do MNPR/RN contaram que para acessar

seus direitos previstos legalmente precisam muitas vezes “chegar no grito”, insistir, reclamar, sobretudo no contexto dos serviços públicos, conforme explicitam os relatos a seguir:

Aí quando foi no outro dia estava lá o pessoal do Cadastro Único, e eu já tinha discutido com eles por causa do meu Bolsa Família. Aí eu disse “Dona Maria, e meu sacolão não vai chegar? Eu vou ter que me humilhar perante você por um negócio que é meu?”, aí depois de muita luta e muito aperseio ela viu que eu estava precisando muito e que eu ia abrir o bocão mesmo lá na frente de todo mundo (Ferro).

Como já aconteceu comigo uma vez, com meu ouvido entupido, quase que eu morro de dor lá na frente do serviço, se eu não tivesse começado a gritar de dor não tinha vindo um carro para me pegar. Todo mundo viu a confusão lá que eu fiz, acharam até que eu estava fingindo, mas eu não estava fingindo não, eu estava mal mesmo, estava com a cabeça para explodir de dor e disse que eles tinham direito de me atender sim, perguntei se ninguém tinha um celular para chamar uma ambulância ou carro para me levar “nem que eu me vire para voltar, mas pelo menos me levem para o hospital pelo amor de deus”. É esse tipo de coisa que eu digo, eles não tratam a gente como ser humano. A realidade é essa, não tratam (Granada).

Os pensamentos e sentimentos negativos por não ter as necessidades básicas atendidas, e o cansaço pelos constantes conflitos para acessar os mínimos existenciais muitas vezes levam ao esgotamento e desespero, como compartilhou um dos participantes:

Já teve vez de eu sentir vontade de vestir uma mochila cheia de bomba, tipo aqueles homem bomba, e me explodir dentro do Cadastro Único ou da Câmara de Vereadores... Eu sei, é errado e não faria isso, mas na hora que a gente se vê assim sem nada, a filha com fome, no desespero e parece que ninguém está nem aí pra entender seu problema, pra buscar te ajudar ou pelo menos dar uma palavra de conforto... (Ferro).

Esse forte relato de dor e desespero nos lembra que a luta cotidiana da PSR pela sua sobrevivência é árdua e pesada, e suscita a canção de reggae “Pedras pesadas”¹⁵, apreciada pelos membros do MNPR/RN e tocada em eventos e ações do movimento:

Nós vamos quebrando barreiras, derrubando muros e cravando estacas
com pedras pesadas, com pedras pesadas, com pedras pesadas.
E fazendo pontes através de canções, fazendo pontes através de palavras.
A poesia divina em nossos corações,
a luz de deus sendo sempre nosso escudo e nossa espada.
Quer nos ver vencer, o único que pode nos deter, ele quer nos ver vencer...

¹⁵ Música composta por DZP e Zanon, lançada no disco Seco e ainda vivo (2013) do grupo Mato Seco.

Como expressaram alguns membros do MNPR/RN em suas entrevistas as pedras pesadas carregadas pela PSR são muitas: o desemprego, o desrespeito, preconceitos e humilhações, a retirada de seus filhos, o abandono pela família e pelo Estado, o álcool, crack e outras substâncias psicoativas, a espiral de violências da qual tentam se desvencilhar e superar todos os dias. Farha (2015) ouviu relatos, muitas vezes acompanhados de lágrimas, de pessoas em situação de rua, que afirmavam que mais do que qualquer segurança material, seus maiores desejos eram serem vistos, reconhecidos e tratados pela sociedade como seres humanos, com dignidade e respeito.

Ainda sobre a caracterização da PSR no Brasil, Melo (2016 a) destaca a ocorrência de mudanças recentes no perfil do segmento. O pesquisador observou, a partir do diálogo com profissionais que atuam com a PSR e representantes do MNPR, que o perfil de pessoas que viviam em situação de rua durante a década de 1990 até a virada dos anos 2000 se concentrava em homens na faixa etária média dos 30 anos, desempregados, ex-trabalhadores “inválidos” para o trabalho, e, alcoolistas crônicos. Já os grupos de PSR a partir da segunda metade dos anos 2000 são compostos por pessoas mais jovens, e tem maior participação do gênero feminino, que viveram a maior parte da vida domiciliadas em favelas e periferias, e se viram obrigadas a abandonar os locais que residiam ou pelo envolvimento com atividades ilícitas relacionados ao comércio de drogas, ou à necessidade de deslocamento territorial pelas ameaças à vida devido à dívidas e regras de consumo de crack estabelecidas nos territórios de favela.

O que Melo (2016 a) aponta, portanto, é que o crescimento de um “novo perfil” de PSR está “intimamente relacionado à expansão e rearranjos do mercado de drogas e atividades ilícitas nas periferias das cidades” (p.3). Partindo desse mesmo raciocínio, Adorno (2016) explica que o centro, por ser mais visível, paradoxalmente é um espaço de maior proteção do que as periferias e áreas mais isoladas da cidade.

Outro perfil de PSR tem chamado atenção nos serviços socioassistenciais: o de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior e a trabalhos formais. Em estudo divulgado¹⁶ pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro em abril de 2017 foi apontado crescimento de 75% de PSR com nível superior entre os anos de 2015 e 2016. A principal motivação apontada pelos participantes do estudo para o aumento deste segmento de pessoas em situação de rua foi a crise econômica que assola o país, e faz com que muitos trabalhadores não possuam renda suficiente para arcar com alugueis e despesas com transportes, habitando as ruas próximas aos seus locais de trabalho. O mesmo estudo apontou que o número de pessoas em situação de rua no Rio praticamente triplicou no período de três anos, passando de 5.580 em 2013 para quase 15 mil em 2016. Na mesma época em que essas informações foram divulgadas, o município disponibilizava apenas 2.177 vagas de acolhimento em abrigos.

Por fim, cabe registrar um olhar “alternativo” sobre a caracterização da PSR abordado na literatura: a vivência de rua como processo de ruptura com os padrões do capitalismo e busca por liberdade. Nesta direção, Andrade, Costa e Marquetti (2014) defendem que as pessoas que vivem em situação de rua são transgressores da forma hegemônica de viver das sociedades contemporâneas, nômades que divergem da norma sedentária de organização das cidades e que tem “a liberdade como imã”. Raupp e Adorno (2015) ressaltam que estar na rua é um modo diferente de vivenciar a sociedade capitalista, pois o reconhecimento dos sujeitos não está em sua capacidade produtiva, mas no desenvolvimento de estratégias adequadas de sobrevivência. Nesse sentido, os artigos destacam as culturas de rua, com códigos e comportamentos partilhados.

Sem desconsiderar a importância dos estudos sobre as culturas de rua, e também sobre a solidariedade, resistência e “viração” da PSR para sobreviver cotidianamente, nos preocupa

¹⁶ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>

que o olhar “alternativo” para o fenômeno coloque como foco questões unicamente subjetivas, e contribua para romantizar e individualizar a situação dos sujeitos que estão nas ruas, uma vez que, como já exposto, viver nessa condição necessariamente expõe as pessoas a uma gama de violações de direitos que se entrelaçam, e devem ser reconhecidas para sua superação a partir da ação das políticas públicas.

Conforme exposto ao longo desta seção, as populações em situação de rua compõem um segmento complexo e heterogêneo, perpassado por muitos elementos que se entrelaçam e desencadeiam a ida de indivíduos e famílias para os espaços públicos, e a permanência nesses locais. Como continuidade das questões abordadas e estudadas nesta pesquisa, a próxima seção abordará a relação da PSR com as cidades e os atores que as constituem.

2.2 As cidades como mercadorias e a negação do direito à cidade no capitalismo: o caso da População em Situação de Rua

“Na Princesa Isabel tem um quilombo, camará”¹⁷

São cada vez mais numerosas as cidades, sobretudo cidades do sul, onde as pessoas são proibidas. Impunemente, os automóveis usurpam o espaço humano, envenenam o ar, e, frequentemente assassinam os intrusos que invadem seu território conquistado
(Galeano, 1999, p. 237).

Conforme exposto anteriormente, a PSR é um fenômeno urbano, que acompanha e é impactado pelo desenvolvimento das cidades. Assim, buscando a compreensão das políticas voltadas ao seu atendimento, faz-se necessário refletir também sobre o uso dos espaços urbanos e o direito à cidade no capitalismo.

¹⁷ Trecho de uma cantiga composta por grupo de capoeira da população em situação de rua de Natal-RN. Faz alusão a unidade de acolhimento de Natal-RN, localizada na Avenida Princesa Isabel, região central da cidade.

Já no final do século XIX Engels escreveu artigos sobre a falta de moradia e os problemas habitacionais enfrentados pelos trabalhadores nos grandes conglomerados urbanos europeus. Tais artigos foram compilados e lançados em 2015 no livro “*Sobre a questão da moradia*”. Na referida obra, o autor explica que países que antes eram agrícolas e passaram a ser industriais e contar com grande circulação de capital, como a Alemanha, apresentavam escassez de moradia para os trabalhadores rurais que foram atraídos para os centros urbanos, sobretudo nas cidades mais antigas, que sofreram mudanças em sua estrutura para se adequar a indústria nascente.

A escassez de moradia só passou a ser tema relevante na Europa do Século XIX porque atingiu também a pequena burguesia. Engels (1873/2015) aponta já neste período processos que vemos intensificados na contemporaneidade, como a retirada dos trabalhadores mais pobres dos centros das cidades e a migração destes grupos para as periferias, onde passam a sobreviver em contexto ainda mais degradante devido à falta de serviços básicos e políticas públicas. A expulsão da classe trabalhadora dos centros também era justificada pela burguesia a partir da necessidade de “modernizar” e tornar mais atrativas as cidades: “As vielas e os becos mais escandalosos desaparecem sob a enorme autoglorificação da burguesia em virtude de tão retumbante êxito, mas reaparecem imediatamente em outro lugar e muitas vezes na vizinhança mais próxima” (p. 104)

Além da dificuldade de encontrar habitações disponíveis, os trabalhadores gastavam a maior parte de seus baixos salários com aluguéis e viviam em moradias precárias e insalubres, que acabavam potencializando a proliferação de doenças e problemáticas que, de alguma forma, também atingiam a burguesia, conforme exemplificado por Engels (1873/2015) no caso do bairro Malsão, em Londres. Nesse contexto, intelectuais e representantes da burguesia, culpavam os trabalhadores por economizar nos aluguéis, se submetendo a qualquer tipo de moradia e gastando seu dinheiro com bebidas e diversões, e propunham que “o melhoramento

das moradias por si só remendaria com êxito a miséria física e espiritual dos trabalhadores, que passariam das condições humanamente indignas para bem-estar material e espiritual” (p.70).

Engels (1873/2015), por sua vez, refuta os argumentos burgueses e afirma que não é a solução da questão da moradia que levará a solução da questão social, mas ao contrário, a solução da questão social, ou seja, a superação do MPC, que resolverá a questão da moradia:

Ora, de onde vem a escassez de moradia? Como surgiu? Como bom burguês, o senhor Sax não pode saber que ela é um produto necessário da forma burguesa da sociedade, que sem escassez de moradia não há como substituir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário, e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução;(…) na qual violentas oscilações industriais recorrentes condicionam a existência de um numeroso exército de reserva de trabalhadores desocupados por um lado, e, por outro, jogam temporariamente na rua uma grande massa de trabalhadores; na qual grandes massas de trabalhadores são concentradas nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os aluguéis mais altos possíveis. Numa sociedade deste tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde e etc., quando a ordem social que ela se origina for revolucionada desde a base (pp.106/107).

Diante dos problemas sanitários relacionados à insalubridade das habitações dos trabalhadores, a solução apresentada pela burguesia foi a da casa própria para a classe trabalhadora, financiada e dividida em grande número de prestações, inaugurando a *building society*. Nesse sentido, Engels (1873/2015) aponta que o sonho da casa própria vem não do seio revolucionário, mas dos grandes burgueses e suas construtoras, e afirma que o fim dos aluguéis não é uma questão central, pois se trata de apenas mais uma subespécie de lucro obtido pelos capitalistas, que pensam a moradia como mercadoria, que segue a mesma lógica e leis dos demais produtos no capitalismo.

O financiamento das moradias acabava fragilizando os trabalhadores diante da burguesia, visto que em caso de greve e corte nos salários não seria possível pagar as parcelas da casa, o que geraria desapropriação do trabalhador. Já a escassez de moradia é rentável ao

capital, uma vez que gera especulação imobiliária, aumentando o valor dos imóveis. Nesse sentido, Engels (1873/2015) apontava algumas estratégias que poderiam ser utilizadas para amenizar a escassez de moradias, como a expropriação de parte das habitações de luxo da burguesia e transformação em alojamentos para a população, mas enfatizava que a resolução de tal problemática só se daria de fato com a superação do capitalismo:

Os focos de epidemia, as covas e os buracos mais infames em que o modo de produção capitalista trancafia nossos trabalhadores noite após noite não são eliminados, mas apenas transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os gerou no primeiro local também os gera no segundo. E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela classe trabalhadora (p. 108).

No Brasil o processo de urbanização foi fruto do desenvolvimento capitalista periférico centrado na atividade industrial como vetor principal da dinâmica acumulativa. Houve a separação campo-cidade e grandes contingentes de trabalhadores se dirigiram aos centros urbanos, provocando intensos fluxos migratórios para vender sua força de trabalho, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com Guimarães (2016), o capitalismo desterritorializou e não proveu condições mínimas de vida aos trabalhadores que se dirigiram às grandes cidades para o trabalho nas fábricas:

O modelo industrial, via substituição de importações, indutor do processo de urbanização, possuía alguns vícios fundamentais que o distorciam. Ao mesmo tempo em que se reproduzia, era um modelo concentrador e excludente, visto que privilegiava as demandas das camadas dominantes da sociedade (incluindo suas necessidades de moradia e habitação), relegando as outras camadas, ou a sua quase totalidade, à marginalidade, ocupando setores e atividades periféricas dentro da lógica do sistema (p. 18).

No início da industrialização substitutiva no Brasil (antes da década de 1930) as moradias dos trabalhadores das fábricas eram garantidas pelas próprias empresas, mas com a intensificação do processo de industrialização e fluxo em massa para as grandes cidades, os terrenos ao redor das fábricas se tornaram mercadorias cada vez mais caras. Nesse contexto, o Estado se mostrava incapaz de resolver a escassez de moradia para esses trabalhadores, e os

pobres urbanos tiveram que resolver seus próprios problemas habitacionais e produzir espaços de sobrevivência – loteamentos populares e favelas que se multiplicaram em escala significativa. Nesse sentido, refletindo sobre o processo de urbanização brasileiro, é possível compreender que a possibilidade de acesso e uso do espaço materializa as desigualdades que são base do capitalismo, e que a classe trabalhadora é tratada somente como um catalisador para a acumulação de capital (Guimarães, 2016).

As questões sobre acesso à moradia e organização das cidades no capitalismo levantadas por Engels e Marx estão na base das discussões acerca do direito à cidade, conceito que viria a ser desenvolvido posteriormente por autores marxistas contemporâneos, dentre eles Lefebvre e Harvey. Este último afirma que a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos, que acaba sendo sobreposto por direitos individuais na sociedade capitalista, onde o lucro e a propriedade privada são os elementos mais importantes. O autor defende que a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, visto que as cidades emergiram da concentração social e geográfica dos produtos excedentes, extraídos de algum lugar e de alguém e controlado por pouquíssimos, sendo estas relações reproduzidas na organização e no usufruto dos espaços urbanos.

As cidades no capitalismo são tratadas como mercadorias, e nos momentos de crise, quando se necessita aumentar o poder de compra no mercado, são criados e promovidos novos produtos, estilos de vida, instrumentos de crédito e financiamentos estatais dos gastos privados. Assim como os gastos militares, a urbanização desempenha papel ativo na absorção do excedente produzido continuamente na incessante busca por lucro que caracteriza o modo de produção capitalista. Harvey (2012) exemplifica tal processo a partir da situação dos Estados Unidos da América na década de 1940:

A suburbanização dos EUA não foi uma simples questão de nova infraestrutura. Ela acarretou uma transformação radical dos estilos de vida, trazendo novos produtos domésticos, como refrigeradores e condicionadores de ar, assim como dois carros na garagem e um enorme aumento do consumo de petróleo. Ela também alterou o panorama político, como a casa própria subsidiada para a classe média, que mudou o foco de ação da comunidade para a defesa da

propriedade e das identidades individualizadas, canalizando o voto do subúrbio para o conservadorismo republicano. Os proprietários endividados, argumentava-se, eram menos propensos a entrar em greve. Este projeto bem-sucedido absorveu o excedente e assegurou a estabilidade social, ainda que ao custo de deprimir a parte central das cidades e gerar intranquilidade urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade, sobretudo os afro-americanos. (p. 77)

No trecho destacado, o autor explicita que a qualidade de vida, assim como a própria cidade, se torna mercadoria, disponível apenas para os que possuem recursos para comprá-la. Tal processo gera áreas urbanas cada vez mais divididas e tendentes ao conflito, visto que ao lado das áreas ricas e protegidas estão os “despossuídos”¹⁸, a quem se destinam apenas as áreas mais degradadas da cidade, sem acesso aos direitos básicos como água, iluminação e saneamento de qualidade. Nessa mesma direção, Frangella (2016) destaca a visão engelsiana das fronteiras invisíveis da cidade, que são marcadas pelo sistema de classes, pela desigualdade socioeconômica e pelos interesses do capital, que constituem sua estrutura histórica (p10).

Sob tais condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento, que já se encontram ameaçados no contexto do neoliberalismo, tornam-se cada vez mais difíceis de sustentar. “A redistribuição privada através da atividade criminal ameaça à segurança individual a cada momento, induzindo demandas populares por repressão policial” (Harvey, 2012, p.82).

O direito à cidade está restrito, assim, aos poucos sujeitos que compõem a elite política e econômica, que moldam as cidades cada vez mais ao seu gosto e apartam a população mais pobre do usufruto das mesmas. Entretanto, tal processo não é encarado pacificamente pela classe trabalhadora, havendo grandes movimentos de resistência dos subúrbios e periferias em vários países. Entre tais movimentos, Harvey (2012) destaca a luta por moradia no Brasil, que conquistou, após grandes pressões populares, desde o Movimento pela Reforma Urbana na década de 1970, o Estatuto da Cidade, incluído em 2001 na Legislação Brasileira.

¹⁸ Termo que Harvey utiliza a partir da obra “*The housing question*” de Engels, F. (1935)

A Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 já assegura em seu artigo 182 que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. No mesmo artigo determina-se que “o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Já o artigo 183 da CF afirma que “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

Diante dos desafios para implementação de tal legislação no Brasil, país marcado por extrema diversidade e por processos de concentração do poder político, foi instituída, após pressão da sociedade civil, o Estatuto da Cidade, através da lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Tal Estatuto regulamenta os arts. 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da política urbana, enfatizando o papel do controle social nas decisões acerca dos processos de urbanização. Entre os direitos preconizados pela referida legislação, destacamos alguns que consideramos fundamentais para embasar as lutas pelo direito à cidade:

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

(...)

IX – Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – Debates, audiências e consultas públicas;
- III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Apesar do avanço legal, o Estatuto da Cidade não garante o uso democrático da cidade por todas as pessoas que nela vivem, sobretudo porque a agenda neoliberal que ganhou força na década de 1990 no Brasil acabou barrando os avanços democráticos conquistados no plano da legislação. De toda forma, o Estatuto da Cidade se coloca como instrumento que deve ser utilizado pela população para reivindicação do uso social das cidades e do investimento público em ações coletivas em detrimento de interesses privados. Nesse sentido, é essencial compreender que, como aponta Harvey (2012), o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, e estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade.

Na busca pelo uso social da cidade por todos, faz-se fundamental unificar as lutas por moradia, transporte, saúde e demais direitos sociais, e adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto como ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. “A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que há muito, lhes têm sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização.” (Harvey, 2012, p.88).

Sobre as relações entre as pessoas em situação de rua e o direito à cidade, Farias e Diniz (2019), afirmam que o fenômeno PSR é gerado pelas mesmas determinações que reproduzem as cidades como a forma por excelência de produção do espaço urbano no MPC. Os autores defendem que a cidade tem com a PSR uma relação que oscila entre invisibilidade e visibilidade

perversa, tratando-a como sobra ou indesejável, a partir do uso de arquiteturas e práticas hostis, e da negação aos seus direitos sociais básicos.

A partir de uma leitura de Lefebvre (2001), Farias e Diniz (2019) afirmam que o direito à cidade está conectado às pautas de lutas por direitos humanos, no sentido da garantia de vida digna para a população, e à necessidade de transformação radical da realidade, de suas relações sociais de produção e modos de viver. A cidade reproduz as relações sociais que conformam o período histórico que vivemos, e se estamos inseridos no capitalismo, de forma periférica no Brasil e países latino-americanos, temos uma conformação urbana que expressa às desigualdades sociais e todas as mazelas representadas por esse modo de produção e sociabilidade.

A estética e as funções das cidades, tratadas como mercadorias, giram então, em torno de indústrias de turismo, lazer, automóveis, da construção civil, entre outras, sempre em busca de maiores investimentos e lucros. Em um cenário onde as cidades competem entre si na busca por capital, a presença da PSR certamente é encarada como aspecto negativo, visto que a existência deste segmento não combina com os ideais de cidade moderna, cosmopolita e segura, e a partir daí são elencadas uma série de estratégias pelo poder público e pela sociedade para lidar com esse incômodo problema.

Pode-se dizer da relação das cidades com as pessoas em situação de rua que existe um movimento que gira em sentidos contrários: em um sentido a cidade nega esse segmento, uma vez que o mesmo se constitui como *lócus* das manifestações da “questão social”, personificadas de forma intensa. Por outro lado, a sobrevivência da PSR implica em ocupar a cidade, utilizar seus recursos e criar formas de sociabilidade distintas no solo urbano (Farias & Diniz, 2019).

Um exemplo do movimento entre a cidade e os sujeitos da rua destacado por Farias e Diniz (2019) pode ser observado em relação aos trabalhos que geralmente são ocupados por essas pessoas, dentre eles o de catadores de materiais recicláveis e o de guardadores de carros, atividades precarizadas, que raramente geram renda para garantir moradia, mas fazem parte dos

processos de acumulação de capital mediados pelo meio urbano, fazendo a cidade funcionar, sem, entretanto, ser legitimada por ela. Tal processo expressa que a cidade, sob o capital, é alienada, visto que invisibiliza as mesmas relações sociais que a produzem. Os autores defendem que no plano do direito burguês, é fundamental buscar a garantia dos direitos sociais da PSR, inclusive de viver na rua sem ser alvo de violência, entretanto, a superação da situação de rua como fenômeno só será possível com a superação da produção do excedente humano.

Essa questão sobre o direito a viver na rua sem ser alvo de violência por vezes causa polêmicas e dificuldades de compreensão: defende-se então o direito que as pessoas permaneçam na rua ou que superem tal situação? De Lucca (2016) também destaca a ambivalência de defender as vidas nas ruas e ter como meta última o fim da situação de rua. Diante do que vem sendo exposto nesta tese é possível inferir que viver em situação de rua está associado a uma série de exposições à graves violências, e que, neste sentido, a busca pelo direito à moradia e pela superação da situação de rua é central na luta pelos direitos sociais da PSR.

Conforme abordamos na seção anterior, entretanto, a PSR é caracterizada não só pela falta de moradia, mas por uma gama de fatores que se entrelaçam na conjugação do fenômeno estar/viver na rua. Destarte, exatamente por se tratar de uma expressão da “questão social” que não será superada completamente no MPC; pelo caráter processual das vivências e vinculações com a rua, pela heterogeneidade das pessoas e grupos que vivem nessa condição, pelo isolamento social e precárias condições de vida, entre outras questões, é fundamental o respeito ao tempo e ao desejo de cada pessoa ou família, que é sempre singular.

Nesse sentido, o poder público tem utilizado mais recentemente como estratégias de aproximações com a PSR a oferta de políticas visando seu acesso aos direitos mais básicos, especialmente de saúde e assistência social, para posterior construção conjunta de acesso ao trabalho, moradia, educação, e a conseqüente saída da rua - o que na prática acaba não ocorrendo com grande frequência pelos limites de alcance e articulação dessas políticas. As

abordagens e atendimentos podem ser realizadas no próprio espaço da rua por alguns serviços, como o Consultório na Rua (CnaR) e o SEAS, que partem do pressuposto que os sujeitos devem ter acesso à proteção social nas mais diversas circunstâncias. Durante as entrevistas com membros do MNPR/RN, foi referido pelos usuários a resistência e o medo de alguns destes serviços inicialmente, e posterior aceitação e vinculação a partir do diálogo com as trabalhadoras que executam os mesmos.

As pessoas que vivem em situação de rua são predominantemente provenientes das periferias e regiões metropolitanas das próprias cidades onde se encontram, e quando deixam suas moradias por diversas razões, acabam buscando nos centros das cidades seus locais de existência. Os principais fatores que atraem a PSR para o centro da cidade, conforme relataram Serafino e Luz (2015) em pesquisa desenvolvida no Rio de Janeiro, se relacionam às condições de sobrevivência. Os autores apontaram que em tais espaços, onde o comércio é intenso, existem maiores possibilidades de “bicos”¹⁹ e oportunidades de trabalho. Além disso, os centros das cidades possuem prédios abandonados e sem uso social, que muitas vezes são ocupados, pelo menos por curtos períodos, pela PSR e movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia.

Como consequência da visível concentração de PSR nos centros das cidades, a maior parte dos serviços socioassistenciais que atendem este público também está nas regiões centrais. Os documentos técnicos que orientam os equipamentos do SUAS recomendam o estudo prévio da região onde os serviços serão instalados para garantir maior acesso possível aos seus usuários. Estar localizado no centro também é importante porque como foi relatado pelos entrevistados, muitas pessoas em situação de rua ao chegarem em cidades que desconhecem buscam o Centro POP ou os abrigos e outros serviços do SUAS como referências e suportes para se organizarem nos novos ambientes.

¹⁹ Gíria utilizada para denominar trabalhos informais, geralmente de curta duração.

Em São Paulo, maior cidade latino-americana, a região central que é ocupada por grupos em situação de rua e que fazem uso de substâncias psicoativas, é conhecida por “Cracolândia”, termo criado a partir da junção das palavras crack + lândia - do inglês *land*, que em livre tradução significa terra - , portanto “Terra do Crack”. Adorno (2016) explica que este nome faz referência explícita e irônica a uma zona de diversão, tal como *Disneylândia*, e que tais espaços são territórios psicotrópicos onde o lazer de fato está presente, junto com várias outras situações, funções e questões. Além de fazer uso das substâncias psicoativas, as pessoas lá se encontram, conversam, realizam feiras de trocas dos artigos que encontram na reciclagem - e também ocupam e resistem dentro da cidade a uma série de tentativas de expulsão e aniquilamento de suas vidas.

Em setembro de 2017 Carl Hart, neurocientista e professor universitário afro-americano, realizou visita à “cracolândia” no centro de São Paulo, e defendeu a interrupção do uso de tal denominação, uma vez que o uso do termo centraliza o problema no uso da droga e não nas condições das pessoas que lá se encontram, que são pobres, marginalizadas, e não acessam educação, saúde e oportunidades²⁰.

De acordo com Raupp e Adorno (2015), nas duas décadas do crack no Brasil, os espaços que abrigam cenas de uso desta substância psicoativa se apresentam como palcos de disputas de propostas e interesses. Segundo os autores, estes espaços existem em várias cidades brasileiras, locais de vendas e uso de substâncias psicoativas, à margem da cidade, sendo permeados em seu cotidiano por repressão policial e estigma social.

Sobre os espaços dos centros urbanos que se constituem como cenas de uso, Rolnick (2015) aponta que a especulação imobiliária acelerada na perspectiva do capital financeiro torna tais espaços como foco da ação policial, que recai sobre as outrora indigentes vítimas da

²⁰ <https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/carl-hart-e-preciso-parar-de-usar-o-termo-cracolandia/>

miséria: os craqueiros. Esses passam a ser acusados de causadores da toda desordem e uma barreira para os projetos das cidades-empresas.

Nessa mesma direção analítica, Adorno (2016) explica que os sujeitos deixam de ter uma identidade e passam a ser caracterizados pela substância que usam, presumivelmente o crack, que é demonizado pela mídia a partir de “um imaginário constituído por uma espécie de escatologia moral médico-repressiva, que situa os sujeitos como “viciados”, “dependentes químicos”, “viciados”, “marginais”, “zumbis²¹” e outros temas acusatórios” (p.197). Tal imaginário, por sua vez, orienta a construção e execução de políticas em diferentes campos – segurança pública, saúde, assistência social, etc.

O crack passa então a ser apontado, de forma isolada, como principal fator responsável pela existência da PSR, e por diversas outras expressões da “questão social”, desconsiderando a conjuntura de crise e consequente aumento do exército de reserva, e os processos estruturais que levam e mantêm significativa parcela da população em condições de vida extremamente precarizadas. Não pretendemos aqui relativizar ou desconsiderar o impacto que o uso abusivo ou a dependência de crack geram para as pessoas que utilizam tal substância, bem como para suas famílias e para a sociedade de uma forma geral, mas não concordamos com abordagens que têm foco no crack como um mal isolado ou “inimigo a ser combatido”, num viés moralizante e que direciona tratamentos centrados na abstinência como única possibilidade.

O tema do uso de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, entrelaça processos biológicos e sociais, mas tem sido definido a partir do enfoque unicamente biomédico, o que “restringe seu conhecimento a um ente biológico etéreo ou universal e uma ampla padronização de efeitos e respostas dos corpos, como objetos desligados de um sujeito que frequenta um contexto” (Adorno, 2016, p.199). Cada pessoa é única, assim como o são suas histórias, suas

²¹ Em alusão e enfrentamento ao estigma de zumbis direcionados à PSR e usuários de crack, o MNPR de Porto Alegre/RS lançou a campanha “Zumbi, só se for de Palmares”, enfatizando a luta por respeito e dignidade protagonizada pelo movimento social.

possibilidades, o sentido e lugar do uso da substância em sua experiência. Por essa razão, é necessário que os projetos terapêuticos sejam singulares e construídos juntos pelos sujeitos, seus familiares e profissionais que os acompanham.

Caravaca-Morera e Padilha (2015) enfatizam que o crack aparece na realidade da população que vive em extrema pobreza como refúgio diante à frustração existencial, frente ao vazio dos olhares estigmatizantes da sociedade, e que as “cracolândias” são espaços de “gritos silenciosos por atenção e cuidado” (p.64). Sobre estes espaços, Raupp e Adorno (2015) alertam que, em vez de denunciar a degradação urbana e social das cidades brasileiras, as autoridades focam o problema nos sujeitos que fazem uso e/ou na substância em si.

Sobre a gênese e as implicações da famigerada “guerra às drogas”, Rybka, Nascimento e Guzzo (2018) explicam que os discursos e as práticas sociais que sustentam o proibicionismo como paradigma estão ancorados na medicalização e na criminalização, ambos associados a questões morais arraigadas às sociedades que os adotam. As autoras apontam que, além de ser ineficaz no que se propõe a realizar, o proibicionismo gera uma série de riscos e danos, que são distribuídos de forma desigual na população, gerando efeitos dramáticos como o extermínio da e o encarceramento em massa da população pobre, jovem e negra, que leva o Brasil a triste estatística de possuir a quarta maior população carcerária do planeta:

Vale lembrar que toda guerra é uma guerra contra pessoas e que a imensa maioria de suas vítimas são indivíduos oriundos das classes sociais mais pobres e estigmatizadas. No caso da “guerra às drogas”, o pretense combate ao tráfico se concentra no comércio varejista, ocupado por aqueles que obtêm o menor lucro na cadeia internacional do tráfico. Trata-se de sujeitos considerados descartáveis e perigosos para a ordem social estabelecida, que devem ser controlados e eliminados (p. 103).

A partir de tal foco, são planejadas e executadas políticas públicas que reforçam estigmas negativos sobre grupos historicamente presentes nos centros das cidades e os abordam a partir de olhares e práticas repressivas e de criminalização. O combate ao crack permite que, através da medicalização da miséria, o poder psiquiátrico retome o projeto de ampliação do poder e penetração no poder judiciário e urbanístico, em parte freados pela Reforma Psiquiátrica (Souza & Gomes, 2019).

É importante destacar que vem ganhando forças no Brasil as Comunidades Terapêuticas (CTs), espaços destinados ao tratamento de pessoas que fazem uso abusivo ou são dependentes de substâncias psicoativas, e que tem a PSR entre os principais grupos-alvo de sua atuação. Indivíduos em situação de rua muitas vezes são “resgatados”²² por grupos religiosos que distribuem sopas e fazem trabalhos voluntários em praças e ruas ou encaminhadas para as CTs por profissionais das políticas públicas.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, junto com Ministério Público Federal e outros órgãos²³, inspeções em CTs por todo o país nos anos de 2011 e 2017, e encontrou uma série de graves violações de direitos humanos, que incluíam, entre outras situações: cárcere privado, indícios de trabalho análogo à escravidão, imposição de castigos físicos e psicológicos, desrespeito à liberdade religiosa, à orientação sexual e à identidade de gênero. Parte das comunidades visitadas recebia recursos do SUS e não tinha nenhum registro de entrada e saída de pessoas, de profissionais de saúde que atuavam nos locais, ou de procedimentos e projetos terapêuticos, funcionando como verdadeiros “depósitos de pessoas”. A partir de tais inspeções, o CFP (2018) concluiu que as CTs atuam na contramão dos princípios da Reforma Psiquiátrica, instituída pela lei 10.216/2001, figurando como ambientes de práticas manicomiais e violações de direitos.

A igreja batista, um dos segmentos evangélicos presentes no Brasil, tem desenvolvido a “Missão Cristolândia”, tratamento moral e espiritual baseado na abstinência e na pedagogia bíblica. Trinta (2016) realizou estudo sobre o tema e observou que as sedes das cristolândias estão colocadas em várias cidades brasileiras próximas as “cracolândias”, como locais de acolhida e triagem para CTs, e como estratégia de disputa sobre os usuários, visando sua evangelização e partindo do pressuposto de que o Estado sozinho não dá conta da “guerra contra

²² Termo utilizado pelos representantes de CTs, e muitas vezes reproduzidos pela população em situação de rua.

²³ Na inspeção de 2017 participou também o Comitê Nacional de Combate à Tortura.

o crack”: “o projeto de nação empreendido pelos batistas brasileiros pauta o evangelho como cerne das questões humanas, e “o único instrumento capaz de resolver questões políticas, econômicas e sociais em um contexto de batalha espiritual” (p 256).

Trinta (2016) alerta que as comunidades terapêuticas têm recebido recursos públicos e atualmente são o centro de muitas políticas públicas. Apesar da precariedade e das violações de direitos conhecidamente praticadas por parte destas instituições, é frequente o trânsito da PSR por tais dispositivos, sobretudo quando encarados como única alternativa para “sair de circulação”, principalmente por pessoas em situação de rua que estão ameaçadas de morte.

As CTs ganham força em um contexto de avanço do conservadorismo e apelo à moral cristã e assistencialismo, encontrando espaços nos vácuos produzidos pelo Estado neoliberal, que ao invés de implementar políticas que promovam direitos, apenas repassa recursos para que as CTs tratem a questão da forma que julgarem apropriada. Este processo se insere na lógica de refilantropização das políticas sociais, que abordaremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Não por acaso, as comunidades terapêuticas em geral se localizam em áreas rurais ou afastadas dos centros das cidades, funcionando como dispositivos que retiram a incômoda PSR das ruas e que acabam sendo pouco fiscalizadas, devido, entre outros fatores, a dificuldade de realização de denúncias por parte dos isolados usuários das mesmas, e de contato pelos órgãos de controle.

Em fevereiro de 2019 o Ministério da Saúde divulgou a Nota Técnica nº 11, apresentando uma “nova política de saúde mental no Brasil”, com ações como a inclusão de hospitais psiquiátricos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), internação de crianças e adolescentes em CTs e abstinência como principal estratégia de atenção aos usuários de substâncias psicoativas. Essa nova política proposta na verdade não apresenta novidades, mas uma volta aos modelos manicomial do passado, indo na contramão da lei da Reforma Psiquiátrica, que é fruto da luta de coletivos de trabalhadores da saúde, pessoas com transtornos

mentais e seus familiares, que historicamente sofreram diversas violações de direitos humanos nos espaços de isolamento e controle, conforme exposto por Arbex (2013) no livro “Holocausto Brasileiro”.

Vale salientar que o atendimento às pessoas em sofrimento mental, inclusive decorrente do uso de álcool e outras drogas, é amparado do ponto de vista legal no Brasil por várias legislações e diretrizes, inclusive a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)²⁴, que proíbe qualquer tipo de tratamento ou institucionalização forçada. Nesse sentido, reforçamos nosso posicionamento de que a atenção à saúde da PSR deve ser garantida através dos serviços e programas do SUS em todos os níveis de complexidade, desde as Unidades Básicas de Saúde (UBS), aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com o CnaR, nos ambulatórios e serviços especializados, maternidades, hospitais, entre outros, de forma articulada, integral, na perspectiva antimanicomial e tendo como princípios basilares o respeito aos direitos humanos.

Registramos também a importância da redução de danos no campo da saúde mental. Como apontam Rybka, Nascimento e Guzzo (2018), a política de redução de danos tem se mostrado muito mais eficaz do que o proibicionismo em limitar os efeitos indesejáveis das substâncias psicoativas, inclusive as lícitas. As autoras explicam que tal perspectiva preconiza a valorização do auticuidado, da participação e dos controles sociais desenvolvidos pelas redes de apoio e sociabilidade dos próprios usuários. A redução de danos vem sendo debatida, incorporada e defendida internacionalmente por diversos coletivos e movimentos sociais, e no Brasil pontualmente por setores do poder público, especialmente parte dos profissionais do SUS, SUAS e outras políticas públicas.

Em relação à ocupação dos espaços dos centros das cidades pela PSR, Bufaranni (2012) discutiu o controle sobre pessoas que viviam nas ruas a partir dos interesses do capital. Em

²⁴ Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

pesquisa realizada na cidade de Rosário, Argentina, a referida pesquisadora observou políticas de remoções, em que a guarda municipal levava colchões, objetos e até documentos das pessoas que se fixavam em logradouros públicos. Sobre tais práticas, a autora alerta que as mesmas ocorreram durante a gestão de um governo socialista, que avançou na implementação de políticas sociais, mas que não sustentava a extrema pobreza explicitada pela PSR no coração da cidade, atuando, portanto, a partir de políticas de controle para esconder os vestígios da pobreza nas áreas nobres. A autora aponta, ainda, que a partir do discurso de rua como lugar de passagem, e de não habitação, uma série de conflitos e disputas de sentido sobre usos adequados e usuários legítimos dos espaços públicos se colocavam.

A partir das colocações expostas por Bufaranni (2012) podemos traçar um paralelo com a situação da cidade de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que esteve à frente do executivo municipal entre os anos de 2013 e 2016. Haddad apresentou um projeto de gestão que de certa forma ousou em vários pontos referentes ao direito à cidade, inclusive no que diz respeito à mobilidade urbana, maior incentivo e acesso da população paulistana à cultura, alimentação de qualidade para as crianças na rede pública de ensino, dentre outros avanços. No que se refere à política sobre drogas, a referida gestão também rompeu perspectivas centradas na abstinência e no uso da substância em si, e construiu linhas de ação e cuidados pautados pela redução de danos e articulação de políticas públicas para viabilizar acesso aos direitos pelas pessoas que faziam uso abusivo de substâncias psicoativas. Tais iniciativas receberam reconhecimento internacional²⁵ e merecem destaque; entretanto, no que tange a PSR, a gestão do prefeito petista acabou reproduzindo também uma série de violações de direitos, que receberam duras críticas de profissionais e militantes que atuam junto ao segmento.

²⁵<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/haddad-vence-desafio-de-prefeitos-e-sp-ganha-us-5-milhoes-para-projeto.ghtml>,

<https://jornalggn.com.br/noticia/onu-premia-plano-diretor-de-sao-paulo-da-gestao-haddad>

Entre as ações destinadas à PSR na capital paulista ocorreram com frequência as ações do “rapa”, que consistiam em retiradas de pertences por parte de agentes da Guarda Civil Metropolitana²⁶ (GCM). A justificativa da prefeitura foi de que tais retiradas se faziam necessárias porque grupos de pessoas em situação de rua ocupavam as vias públicas com colchões, sofás e outros objetos que atrapalhavam o trânsito de pedestres e veículos, e intensificavam o processo de “refavelização” da cidade. O MNPR e a PPR de São Paulo denunciavam constantemente as práticas de violência institucional, inclusive as ações do “rapa”, em que eram confiscados de forma violenta documentos, exames, cobertores e diversos insumos fundamentais para a sobrevivência das pessoas abordadas.

As discussões acerca do tratamento da GCM de São Paulo com a PSR se intensificaram após a divulgação²⁷ de mortes por hipotermia de pessoas que dormiam nas ruas da cidade. Nesse sentido, após duras críticas e pressões, o prefeito Haddad, que foi chamado de higienista por movimentos sociais, pediu desculpas públicas a PSR e reeditou o decreto sobre a retirada de pertences em junho de 2016²⁸, ficando tal legislação conhecida como “lei do frio”, com regras mais objetivas visando inibir a violência, além de criar mais vagas em equipamentos de saúde e assistência social para o atendimento deste segmento.

Em outubro de 2016 os paulistanos elegeram o empresário João Dória Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como novo prefeito da cidade de São Paulo, e infelizmente as conquistas alcançadas pela PSR ao fim da gestão de Haddad foram desfeitas. Entre as primeiras ações de Dória como prefeito estiveram iniciativas de retiradas dos pertences

²⁶ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/moradores-de-rua-de-sp-dizem-que-guardas-levam-colchoes-e-ate-calcinha.html>

²⁷ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/cinco-moradores-de-rua-morrem-por-cao-do-frio-diz-arquidiocese-de-sp.html>

²⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782489-haddad-se-desculpa-por-frase-e-cria-regras-para-abordar-de-morador-de-rua.shtml>

da PSR visando acabar com as “mini favelas”²⁹, além de ações de isolamento de indivíduos em situação de rua em quadras e espaços fechados. Tais ações de cunho claramente higienista compuseram o projeto “Cidade Linda”, que pretendeu “revitalizar” o centro de São Paulo, visando atrair investimentos do capital estrangeiro para o município.

Desde a sua campanha para prefeito de São Paulo, João Dória prometeu acabar com o Programa “De Braços Abertos”, criado em 2014 pela gestão de Haddad, que conseguiu diminuir consideravelmente o consumo de crack entre seus participantes, a partir do foco na estratégia de redução de danos e através da articulação com serviços e políticas que garantiam trabalhos, moradia em hotéis, alimentação e assistência em saúde para pessoas em situação de rua usuárias de crack.

O “De Braços Abertos” se baseou na transdisciplinaridade e no respeito aos direitos humanos, contrariando a lógica higienista de internações e retiradas forçadas da PSR de suas comunidades e grupos. Por tal razão, o programa foi considerado referência no congresso mundial sobre drogas da Organização das Nações Unidas³⁰ como uma das políticas de redução de danos com os melhores resultados no mundo. Outros Programas voltados ao acompanhamento de pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas foram desenvolvidos por poderes municipais e estaduais no Brasil, dentre eles destacamos duas experiências nordestinas: “Programa Atitude” e “Programa Chega Junto”.

O Programa Atitude, de atenção integral aos usuários de drogas e seus familiares, é coordenado desde 2011 pelo governo de Pernambuco e conta com um conjunto de serviços com foco na prevenção e atendimento a usuários de álcool, crack e outras drogas, que incluem equipes itinerantes que realizam ações e abordagens na rua, com foco em usuários em situação de riscos, ameaças e com vínculos familiares rompidos, sensibilizando-os e realizando

²⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1870679-doria-revoga-regra-de-haddad-e-inicia-retirada-de-minifavelas-das-ruas-de-sp.shtml>

³⁰ <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/03/intencao-de-doria-de-acabar-com-de-bracos-abertos-preocupa-ativistas-e-entidades/>

encaminhamentos para serviços do SUS, SUAS e demais políticas setoriais. O referido programa foi reconhecido pela *Open Society Foundations (OSF)*³¹ como uma das três experiências mais exitosas da política sobre drogas no Brasil, e dispõe de unidades de acolhimento que funcionam 24h em diferentes municípios pernambucanos. Mesmo com cortes orçamentários nas políticas sociais, o Programa Atitude continua ativo até o presente momento.

Já o Programa Chega Junto é desenvolvido desde 2017 na Paraíba pela prefeitura municipal de João Pessoa, com moradia assistida e ações intersetoriais de saúde, educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, visando a superação da situação de rua e do uso abusivo/dependência de substâncias psicoativas. O programa, parte do plano municipal de política sobre drogas, tem capacidade de atendimento de 30 pessoas, que podem permanecer por até um ano abrigadas em unidade de acolhimento. De acordo com informações disponibilizadas pelo município de João Pessoa/PB³², os participantes do Programa Chega Junto são abordados por agentes redutores de danos contratados, que fazem uma triagem inicial das pessoas em situação de rua que tem perfil para participar do programa. Os participantes selecionados recebem bolsa de 300,00 reais e são inseridos em cursos e atividades profissionalizantes. O financiamento do programa teve inicialmente como principais fontes a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Não foram encontradas informações atualizadas nas páginas da prefeitura de João Pessoa/PB sobre o “Chega Junto”, mas de acordo com informações de membros da PPR/PB o programa continua ativo.

Voltando à experiência em São Paulo, João Dória anunciou que investiria no “Programa Recomeço”, baseado na abstinência da droga e em internações compulsórias para tratamento dos usuários. Além disso, o referido prefeito paulistano elencou entre suas prioridades no

³¹ <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/02/06/NWS,16814,70,449,NOTICIAS,2190-PROGRAMA-ATITUDE-TEM-RECONHECIMENTO-INTERNACIONAL.aspx>

³² https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/projeto-chega-junto-vai-ajudar-moradores-de-rua-e-usuario-de-drogas.html

primeiro ano de governo o fim da “cracolândia”, com mutirões de internação compulsória e destruição de espaços físicos pela GCM e polícia militar, que chegaram a derrubar um prédio com pessoas dentro, ferindo-as³³, a molhar pessoas em situação de rua que dormiam em praças, entre outras ações violadoras de direitos humanos. Ainda nessa direção, o prefeito de São Paulo anunciou a ração humana, farinata composta por dejetos processados de indústrias alimentícias, que seria distribuída para a população mais pobre do município, inclusive para crianças nas escolas municipais e para a PSR. O Conselho Federal de Nutrição se posicionou contrário a tal proposta³⁴, e as duras críticas direcionadas à ração humana fizeram o prefeito recuar e desistir de tal projeto.

Além das ações municipais, em mais de uma década de estudo sobre a PSR no centro de São Paulo, Adorno (2016) registrou desde o início dos anos 2000 ações de repressão e investidas permeadas de espetacularização, inclusive com uso de cavalaria e apoio do exército, praticadas pelo governo do estado de São Paulo contra as pessoas que viviam na “cracolândia”. Entre as consequências de tais ações, o referido pesquisador destaca a pulverização dos grupos de rua, que antes ocupavam locais mais restritos e concentrados e passaram a habitar espaços mais amplos no centro da cidade.

Ainda sobre as disputas relacionadas ao uso do centro da cidade, Maricato (2015) aborda o terror imobiliário e a tentativa de expulsão dos pobres do centro de São Paulo, o que considera a disputa mais explícita pelo direito à cidade. A especulação avança apoiada pelo poder público, que defende a valorização imobiliária como progresso, e empurra a PSR, moradores de favelas, ambulantes e outros grupos marginalizados que habitam o centro para espaços distantes sem

³³<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/demolicao-na-cracolandia-deixa-feridos-e-expoe-autoritarismo-de-doria>

³⁴ <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/conselho-regional-de-nutricionistas-se-posiciona-contraracao-humana-de-doria/>

planejamento urbano, se deparando com a resistência desses trabalhadores pobres nesse processo.

A discussão sobre o uso dos imóveis vazios nos centros urbanos foi uma das possibilidades que inspirou o Estatuto da Cidade, de acordo com Maricato (2015). A autora destaca que as áreas consideradas “deterioradas” são as únicas alternativas postas aos pobres para vivenciarem o “direito à cidade”, visto que em geral são sempre expulsos dela, com suporte do poder judiciário, que prioriza o direito à propriedade (mesmo sendo relativo à função social) em detrimento ao direito à moradia, que é absoluto em nossa CF. A autora demarca e explicita os determinantes econômicos que estão na base das crises urbanas:

O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade. O modelo quer os pobres fora do centro como anunciou o Jornal Brasil de Fato. Tudo isso é óbvio. O que não parece ser óbvio é que, em última instância, como diria Althusser, a determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária. E depois dizem que Marx está morto (p.63).

Contextualizar os processos que envolvem a PSR em São Paulo importa se pensarmos que a maior metrópole latino-americana muitas vezes acaba funcionando como um espelho para as demais cidades brasileiras. Nesse sentido, vale salientar que as políticas de remoção e as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado contra a PSR vêm ocorrendo em diversas cidades do país. Tais processos se intensificaram após o golpe jurídico parlamentar concretizado em 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rouseff, e as eleições municipais no mesmo ano, que retornou para a gestão dos principais centros brasileiros representantes de partidos de direita e extrema direita, que defendem explicitamente o Estado mínimo e projetos neoliberais.

Também sobre o uso dos espaços urbanos pela PSR, Thomasz (2009) realizou estudo em uma praça no centro da cidade de Buenos Aires, e apontou a região como espaço residual relegado a seres considerados residuais pela sociedade e poder público. Na região estudada havia albergues, centros de acolhida, entre outros serviços de assistência social e saúde, e foram

registrados protestos da vizinhança, que se mobilizou para retirar tais serviços da região a partir do incômodo causado pela circulação dos usuários dos mesmos. Nesse sentido, o artigo apontou que o centro da cidade é um espaço de comércio, história e contradições, e gerou o questionamento “quem tem direito à centralidade?”

Thomasz (2009) apresentou no referido trabalho o conceito de gentrificação, que se refere à expulsão dos setores de baixos recursos de áreas centrais e nobres, gerando segregação socioespacial e processos de guetização. A cidade, concebida como mercadoria, precisa ser atrativa para novos investimentos, e para isso deve ser moderna, cosmopolita e esconder “para debaixo do tapete” seus problemas sociais, especialmente a PSR.

Gentrificação é um conceito bastante complexo, que como evidencia Furtado (2014) vai além da mera substituição das habitações de baixo custo por projetos habitacionais para as camadas médias e altas, mas se refere ao processo mais amplo de reorganização do espaço urbano para a produção, circulação e consumo de mercadorias. O referido autor explica que as situações de desalojamento da classe trabalhadora para abrir espaços para as novas organizações da cidade impostas pelos ditames da economia já eram observadas por Marx há mais de cem anos, e que a partir da década de 1950 se intensificam processos de “revitalização” dos centros em países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, sendo acompanhados posteriormente por estudos relativos a estes processos.

Os processos de gentrificação, que são parte da totalidade orgânica da formação social e componente espacial visível dos processos de transformação da cidade para atender aos interesses do capitalismo, ganham contornos e características particulares no Brasil e demais países de capitalismo periférico. Na realidade brasileira o Estado tem maior participação no processo de periferização da classe trabalhadora, fornecendo recursos, isenções fiscais e facilidades para indústrias e grandes construtoras se inserirem nas regiões desejadas, aumentando preços de terrenos e serviços básicos que indiretamente expulsam as famílias mais

pobres dos locais que habitam, tendo participação efetiva nos processos de desenvolvimento e remoção das favelas (Furtado, 2014).

É importante situar que o processo de gentrificação apontado por Thomasz (2009), de solicitação de retirada dos serviços para PSR dos bairros é comum em vários espaços onde tais equipamentos estão localizados. Em Natal/RN, a equipe do CRDH/UFRN mediou em 2015 uma roda de conversa composta por moradores e comerciantes do bairro Cidade Alta e trabalhadores e usuários da unidade de acolhimento institucional. Os primeiros apresentaram, com apoio de vereadores, um abaixo-assinado à prefeitura municipal solicitando a retirada do albergue do bairro, alegando que além da sujeira e barulho produzidos pelos usuários, havia aumentado consideravelmente o número de roubos e crimes na região, o que foi refutado pelo coordenador da instituição, após visita e acesso aos dados fornecidos pela delegacia de polícia da região.

Durante o referido encontro, os usuários do albergue tentaram mobilizar os vizinhos acerca da importância do equipamento socioassistencial para suas vidas, visto que representava a única garantia de alimentação, higiene e repouso em seu cotidiano, mas os proprietários alegaram de forma impaciente e com pouca abertura ao diálogo que estavam sendo prejudicados pelo rebaixamento do valor de seus imóveis e se retiraram da roda de conversa. Até este momento a unidade de acolhimento para PSR de Natal-RN se mantém na Av. Princesa Isabel, no centro da cidade.

Por fim, cabe ressaltar que os ideais e práticas higienistas destinados à PSR acabam muitas vezes culminando na morte precoce de pessoas que fazem parte deste segmento. Nesse sentido, Gongorá e Suarez (2008) correlacionaram as zonas de deterioração urbana da cidade de Bogotá com os principais pontos nos mapas de homicídio da capital colombiana. Neste estudo foi constatado a ausência de inquéritos e estatísticas oficiais sobre vítimas da limpeza social e explicitado como a violência regula as relações sociais, sendo a PSR um grupo que caracteriza um tipo de pobreza não aceitável pela sociedade. De acordo com os referidos

autores, o “medo da contaminação e contágio com a marginalidade faz com que o desaparecimento da PSR chegue a ser desejado” (p. 136).

As pessoas em situação de rua, portanto, não correspondem a figura do “bom pobre”, construída e incentivada pelos mecanismos ideológicos e midiáticos capitalistas, de sujeitos que vivem satisfeitos com a exploração de sua força de trabalho, se conformam com a situação de miséria que vivenciam e com os raros direitos acessados como concessões, sem causar maiores incômodos ou desordens ao sistema. As pessoas em situação de rua muitas vezes são tomadas como pobres indolentes, preguiçosos, que não se esforçam para trabalhar e se adaptar ao sistema, ou como aqueles que se levantam contra a ordem posta, não obedecem aos tempos e critérios definidos para seu atendimento nas políticas públicas, não seguem caminhos lineares e tranquilos, incomodam com suas presenças e seus modos de ser, mas buscam cotidianamente a sobrevivência em uma sociedade que, a todo momento, aponta para a proibição e aniquilação de suas existências.

2.3 Do papelão à bandeira: Movimento Nacional de População de Rua, um levante de resistência no cenário de lutas no Brasil

A música

Era um mago da harpa. Nos altiplanos da Colômbia, não havia festa sem ele. Para que a festa fosse festa, Mesé Figueredo tinha que estar ali, com seus dedos bailarinos que alegravam os ares e alvoroçavam as pernas.

Certa noite, num caminho deserto, os ladrões o assaltaram. Ia Mesé Figueredo, em lombo de mula, a uma festa de casamento. Numa das mulas ia ele, na outra a harpa, quando os ladrões o atacaram e o moeram a bordoadas.

No dia seguinte, alguém o encontrou. Estava atirado no chão, um trapo sujo de barro e sangue, mais morto do que vivo. E então aquele farrapo humano disse, com um fiapo de voz:

- Levaram as mulas.

E disse:

- Levaram a harpa.

E respirou fundo acrescentando:

- Mas não levaram a música.

(Galeano, 1999, p.336)

Antes de tratar propriamente das políticas sociais contemporâneas destinadas à PSR, o que será feito no próximo capítulo, se faz necessário pontuar e refletir sobre as respostas e resistências dadas ao histórico processo de criminalização e higienização social dos sujeitos e grupos que tem nas ruas seus principais lócus de moradia e socialização. Tais respostas são consequências especialmente da organização política do segmento social, e repercutem diretamente na concepção e execução das políticas de assistência social, saúde, habitação, entre outras, que são direcionadas aos que vivem nas ruas. Nesse sentido, este tópico objetiva abordar a relação arraigada entre a organização e emergência do MNPR e a conquista da PNPR, o que será apresentado a partir dos dados coletados nas entrevistas e rodas de conversa, bem como a partir das reflexões e análises encontradas na literatura.

O atendimento à PSR pelas políticas públicas na perspectiva de reconhecimento e acesso aos direitos sociais no Brasil é recente, uma vez que a criação de serviços socioassistenciais para adultos em situação de rua ocorreu apenas em 2005 por emenda constitucional à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a PNPR foi promulgada no ano de 2009. Entre os principais protagonistas para criação, implementação e controle das Políticas de Assistência Social e Saúde voltadas para os sujeitos e grupos que vivem nas ruas, está o MNPR. Tal movimento social passou a exigir do Estado, em suas diversas instâncias, a inclusão das pautas relacionadas à PSR na agenda pública.

Os movimentos sociais representam reações da classe trabalhadora às opressões e expressões da “questão social”, a partir da organização coletiva de estratégias de visibilidade e enfrentamento às violações de direitos, bem como para a construção de pautas e ações que visam transformação social e emancipação. Montão e Duriguetto (2010) explicam que com o advento do MPC, a classe operária passou a se organizar principalmente a partir de sindicatos e partidos políticos, visando reagir e pressionar os detentores dos meios de produção em relação aos baixos salários e péssimas condições de trabalho que geravam pobreza, adoecimento e morte precoce. A partir desse cenário e da incorporação de pautas específicas levantadas por

partes da classe trabalhadora em sua diversidade (de gênero, raça, geracional, cultural) se organizam posteriormente, em meados do séc XX, os chamados “novos movimentos sociais”, como o Maio Parisiense, Movimentos Negros, de Mulheres, Urbanos, Ambientais, entre outros.

Com a reabertura democrática dos países latino-americanos e o incentivo à democracia participativa, ganharam força movimentos sociais que congregam dimensões subjetivas, afetivas e culturais como indissociáveis do contexto sócio-histórico. Os movimentos sociais são espaços importantes de educação não formal da sociedade civil, que unem pessoas em torno de questões, identidades, projetos societários e bandeiras de luta comuns, e que se utilizam de diversas formas de mobilização, inclusive atos, marchas, paradas, entre outras, para expressar suas demandas ao Estado e a sociedade (Jesus, 2012).

A definição de movimento social não é consensual, tampouco são unívocos os direcionamentos das lutas dos sujeitos sociais coletivamente organizados. De acordo com Gohn (1997),

movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes, camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (p.251).

Apesar de historicamente ser tradição da esquerda se destacar na organização de movimentos sociais, na atual conjuntura de crise política no Brasil tem despontado uma série de movimentos “liberais-conservadores” (Martins, Groppo, & Barborsa, 2018). Tais movimentos se pautam, entre outros aspectos, pela censura, pela interrupção/enfraquecimento das políticas sociais e pela criminalização dos movimentos sociais populares e progressistas. De acordo com Silva e Souza (2018), os movimentos sociais conservadores se fundamentam na difusão de uma ideologia centrada na tradição, família e defesa da propriedade, e condenam ações de valorização da diversidade sociocultural, identidades e relações de gênero: “exaltam a meritocracia e o indivíduo descolado de sua classe ou grupo social. Eles discursam em nome

da igualdade formal e invisibilizam a desigualdade social e a luta por igualdade fatídica ou justiça social” (p.8).

Já no campo progressista, os movimentos sociais se organizam em defesa e busca de demandas articuladas ao campo dos direitos humanos, especialmente em função das demandas da classe trabalhadora. Nesse contexto, os movimentos sociais representam, portanto, espaços construídos pelas trabalhadoras e trabalhadores para discussões acerca da realidade econômica, social e política e para a construção conjunta de estratégias de resistência, pensadas de acordo com a conjuntura histórica vivida. É importante ressaltar que os movimentos sociais são fundamentais para dar visibilidade às expressões da “questão social”, geralmente ignoradas, escondidas ou mascaradas pela classe dominante, que possui não apenas os meios de produção, mas também os meios de reprodução ideológica, tais como o monopólio dos canais de comunicação.

Historicamente foram conquistados direitos e avanços no campo social a partir das pressões e ações dos movimentos sociais, que explicitam que as mazelas e violações produzidas pelo capitalismo são problemas que necessitam de respostas por parte do Estado. Nesse sentido, os movimentos sociais da classe trabalhadora vêm pressionando o poder público para obter retornos às questões colocadas, e buscando atuar nas fissuras do sistema. Os movimentos sociais pressionam o poder público a reconhecer e atuar em questões invisibilizadas e negligenciadas pelo Estado, defendendo em geral posições contra hegemônicas e anticapitalistas. Na história do Brasil, estes movimentos têm alcançado conquistas importantes para os trabalhadores da cidade e do campo, crianças e adolescentes, população negra, mulheres, LGBTQIA+, povos tradicionais, entre outros segmentos sociais.

Os esforços para o acesso da PSR aos seus direitos sociais se intensificaram e ganharam novos rumos a partir da organização política das pessoas em situação de rua, que “iniciam processo sem precedentes na história do Estado brasileiro com a criação do MNPR, sendo o

primeiro movimento social de alcance nacional representante da população em situação de rua e um dos únicos do gênero no mundo” (Ferro, 2012, p.37)

O MNPR tem sido imprescindível para politizar a problemática da rua e buscar superar a visão retrógrada de que a PSR precisa apenas de sopas e cobertores. A história deste movimento social tem como um dos principais marcos fundadores o Massacre da Sé, ou “Massacre do Povo da Rua” ocorrido entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, no centro da cidade de São Paulo. Na ocasião, sete pessoas foram assassinadas de forma violenta enquanto dormiam, e outras seis ficaram gravemente feridas. O episódio foi narrado em forma de literatura de cordel por representante do MNPR/RN:

Dia de Luta

No dia 19 de agosto de 2004
um triste fato ocorreu
Sete pessoas em situação de rua
na Praça da Sé morreu

Brutal e covardemente
sem dar nenhuma defesa
Mataram sete brasileiros
que viviam na incerteza

Após aquela macabra noite
algo começou a mudar
Surgiu um movimento de rua
por seus direitos lutar

Começou em dois estados
São Paulo e Minas Gerais
Hoje estamos em quatorze
na luta por direitos sociais

Mas não pensem que é fácil
o massacre continua
Quando é negado direitos
a população de rua

Alguns estados conquistaram direitos
à saúde, trabalho e habitação
Porém em outros lugares
(inclusive em Natal)
é negado até dormir no chão

Por isso sigamos na luta
pois as conquistas não são de graça
Continuaremos na luta
mesmo que seja na praça

19 de agosto lembramos e lutamos
contra uma realidade nua e crua
Nenhum passo atrás
pois nossa luta continua!

José Vanilson Torres (2019)

A partir desse triste episódio, em resposta a extrema violência presente no país contra a PSR, militantes com vivências de rua que já vinham desenvolvendo ações em diferentes cidades brasileiras, articularam-se e criaram o MNPR, com objetivo de pressionar o Estado brasileiro a instituir políticas sociais públicas voltadas para o segmento, com foco na efetivação de seus direitos constitucionais (Almeida, Gouveia, Medeiros, Bezerra, Bizerril, & Oliveira, 2014).

Os atos em homenagem aos mortos na Praça da Sé, organizados pela PPR, ONGs e entidades de direitos humanos, chegaram a reunir milhares de pessoas em manifestações públicas de luta pelos mortos, mas também em nome dos vivos, por reparação e justiça, e como estratégia de garantir visibilidade e discussão sobre as políticas públicas e em defesa da vida da PSR:

Naquela centralidade urbana conjugam-se simbolismos religiosos e políticos, numa dramatização das mortes e vidas de rua que, ao reforçar o sentimento de morte no espaço público, buscavam afirmar publicamente que a violência às vidas de rua é fato cotidiano na cidade (De Lucca, 2016, p.30).

O Massacre da Sé destaca a morte como violação maior, mas aponta para uma série de outras violações cotidianas contra a PSR que são naturalizadas pelo Estado e pela sociedade. Melo (2016 b) e De Lucca (2016) realizaram pesquisas etnográficas com pessoas em situação de rua por longos períodos, e apontam para a valorização de velórios e enterros pelo segmento. Os autores explicam que o corpo é o último espaço de soberania desses sujeitos, que em geral

tem a vida permeada por perdas e dificuldades, e que as cerimônias fúnebres consagram nas mortes pessoas cujas existências foram desconsideradas em vida³⁵.

O luto e os sentimentos de dor e injustiça favorecem as relações de solidariedade entre os sujeitos que compartilham sofrimento comum. Como bem define Melo (2016 b) “é como se o massacre estivesse presente e se manifestasse em cada morte, chacina e violação em todo o Brasil” (p.58). De acordo com De Lucca (2016), o caso do massacre não chegou a julgamento até hoje. Um ano e dois meses de investigação resultaram em denúncia e pedido de prisão preventiva dos indiciados – cinco PMs e um segurança. Testemunhas foram assassinadas, uma advogada ameaçada e depoimentos de pessoas em situação de rua desconsiderados. Tais acontecimentos nos remetem novamente a Galeano, quando o autor uruguaio afirma que a justiça, como uma serpente, só morde os pés descalços.

As mortes na Praça da Sé ocorreram como arena pública, acontecimento que gera ruptura e insurgência do novo, uma nova ordem sob as ruínas do que foi destruído: “O massacre fora, então, a condição de possibilidade para o nascimento de algo novo: um movimento social da própria população em situação de rua” (De Lucca, 2016, p.34).

Ainda sobre este triste episódio, cabe destacar que o MNPR, que atualmente³⁶ tem assento no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), continua a cobrar do Estado

35

Neste ponto preciso compartilhar que durante quase oito anos em que tenho acompanhado o MNPR/RN como apoiadora já vivenciei o luto por muitos companheiros/as do movimento que faleceram precocemente por tuberculose, atropelamento, complicações do HIV, homicídios por arma de fogo, entre outras situações relacionadas às exposições e vivências de rua. Além de dedicar esta pesquisa a eles, pretendo honrar suas memórias contribuindo com a produção de conhecimento que possa servir ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para a PSR.

³⁶ O MNPR compôs o Conselho Nacional de Direitos Humanos entre 2013 e 2015, 2016 - 2018 e atualmente compõe o referido conselho na gestão 2019 - 2021. Em outubro de 2015 foi criada no CNDH a comissão permanente dos direitos da população em situação de rua: <http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/reunioes-ordinarias/comissoes/comissoes-permanentes>

brasileiro a apuração e responsabilização dos envolvidos no Massacre do Povo da Rua. É importante salientar, também, que como registrou o Jornal *Trecheiro*³⁷ de agosto de 2009, o Fórum Permanente de acompanhamento das políticas públicas para PSR organizou uma programação em memória ao quinto ano do massacre da Sé, marcando o 19 de agosto como o dia nacional de luta da PSR. Nesta data, todos os anos, representantes do MNPR de diversas cidades brasileiras realizam atos de luto e luta, com intenção de visibilizar a violência e opressão direcionadas à PSR no país, bem como chamar o poder público e sociedade para a construção conjunta de estratégias de enfrentamento a essas violações. Em 2019, a partir da articulação com a rede latino-americana, adotou-se o dia 19 de agosto como dia latino-americano e caribenho de luta da população de rua.

Acerca da emergência do Movimento Nacional da População de Rua, Almeida (2015) defende que, apesar do MNPR ter surgido oficialmente em 2004, se faz necessário considerar a história de mobilização e organização política da PSR anterior a este marco. Melo (2016 b) considera difícil demarcar um período preciso do início das mobilizações e organizações políticas relacionadas ao povo da rua, e defende que estas possivelmente surgiram a partir da década de 1950, ligadas à igreja católica nas cidades de São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG.

Dentre as instituições e movimentos que apoiaram e continuam sendo importantes parceiras do MNPR destacam-se as Pastorais do Povo da Rua. As pastorais sociais são grupos da igreja católica que se alinham a ideais progressistas e protagonizaram, junto com outras organizações e movimentos populares, a luta pela reabertura democrática do Brasil no contexto da ditadura civil-militar. As PPRs realizaram diversas ações que auxiliaram a PSR a ocupar espaços públicos de forma organizada para reivindicar seus direitos, e foram se expandindo, inclusive do ponto de vista metodológico, em várias cidades, auxiliando no processo formativo da PSR.

³⁷ Projeto da Rede Rua de Comunicação, que há mais de 25 anos produz jornal com notícias do povo da rua. Mais informações em <https://rederua.org.br/rede-rua-de-comunicacao/>.

As ações da igreja católica com os “sofredores de rua” (termo utilizado pelos religiosos) passaram por mudanças de perspectivas, se afastando do cunho caritativo em direção à uma abordagem mais comunitária, saindo do lugar de benfeitores e se colocando mais como aliados das pessoas acompanhadas. Os encontros que antes consistiam apenas em distribuição de alimentos e cobertores deram lugar a reuniões para reflexão coletiva sobre as situações de vida que geravam e mantinham a situação de rua, e construção de projetos de ajuda mútua que fossem além das necessidades imediatas. Entre estas ações, teve início um sopão coletivo, onde a PSR contribuía com ingredientes e com o preparo dos alimentos. Este processo é narrado pelos membros mais antigos do MNPR (Melo, 2016 b).

Na década de 1980 teve início, na cidade de Belo Horizonte/MG, um trabalho realizado pela PPR com a PSR, e na década de 1990 tal trabalho se ampliou com o envolvimento de outras instituições e deu origem ao Fórum de População de Rua, reconhecido através de lei municipal (Almeida, 2015). Além de Belo Horizonte/MG, havia também a partir da década de 1990 articulações relacionadas ao enfrentamento das violências e perseguições contra a PSR na cidade de São Paulo/SP. Silva (2009) aponta que as organizações da sociedade civil, bem como personalidades políticas, técnicos e alguns gestores públicos comprometidos com a luta por direitos humanos, direcionaram suas atuações para reforçar as mobilizações que começavam a despontar nos grandes centros urbanos como reações as perseguições dirigidas à PSR.

Entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000 ocorre aumento acentuado da PSR nas cidades brasileiras, e sujeitos em situação de rua começam a despontar como lideranças e protagonistas da “questão população de rua”, que se politiza e materializa em disputas sobre as representações em torno do fenômeno e estratégias de intervenção. Assim, seminários, encontros, espaços de diálogos, entre outros eventos marcam o crescente reconhecimento da PSR como sujeitos de direitos e protagonistas em relação as políticas e produções sobre o tema (Melo, 2016 b).

Dentre os eventos que visibilizam e apontam para as demandas do povo de rua, Silva (2009) destaca que no ano de 2001 várias pessoas em situação de rua participaram da “Marcha à Brasília”, organizada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), sendo o primeiro evento nacional de lutas que contou com a participação da PSR organizada, pautando seus interesses imediatos. O MNCR iniciou sua organização em meados da década de 1970 e está fortemente vinculado à PSR, uma vez que muitas pessoas em situação de rua são catadoras³⁸ de materiais recicláveis e se vincularam às cooperativas e associações de catadores, que por sua vez apoiaram o MNCR no seu processo de organização e articulação.

De Lucca (2016) conta que as entidades religiosas, de direitos humanos e que trabalham com PSR “pavimentaram, por assim dizer, o chão no qual o MNCR pôde emergir” (p.35). Após uma série de investimentos, formações e ações conjuntas, a PSR organizada assumiu papel que até então era desempenhado por outros atores sociais, passando de objetos para sujeitos de um discurso sobre si mesmos, ainda que mediado por tecnologias e linguagem anteriores.

Em São Paulo, a PPR, junto com outras organizações da sociedade civil, protagonizou em sete de setembro de 1995 o “Grito dos excluídos”, conjunto de manifestações populares que conseguiu gerar grande visibilidade às violações de direitos sofridas pelas populações marginalizadas, e impulsionou a criação de projetos de saúde para a PSR na cidade. Tal evento vem se repetindo anualmente em diversas cidades brasileiras no dia da Independência do Brasil, visando denunciar os mecanismos de exclusão e a invisibilização de segmentos sociais, bem como propor ações para uma sociedade mais justa e democrática.

Após o massacre da Sé, em 2004, vários espaços foram criados ou fortalecidos com objetivo de debater e encaminhar ações para o enfrentamento às violações de direitos da PSR e para estimular o processo organizativo do povo da rua. Melo (2016 b) destaca que o massacre

³⁸ Pela proximidade das pautas e reivindicações, alguns projetos e estratégias tem sido construídos em conjunto para o segmento de catadores e PSR, entre eles os centros de defesa da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

ocorreu em momento em que a “organização para o debate da questão população de rua vinha acumulando experiência favorável à possibilidade de produção de respostas, e representantes da população de rua iam se estabelecendo como referências reconhecidas” (p.53).

Assim, a partir do contexto social e político retratado, especialmente das articulações de lideranças em Minas Gerais e São Paulo, surgiu a ideia de criação de um Movimento Nacional da População de Rua. O MNPR foi oficialmente lançado no ano de 2005, durante o Festival de Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte/MG, já com representações de alguns estados, que haviam iniciado o diálogo e a intenção de criação do movimento.

A educação social de rua, que tem como princípios o encontro, a horizontalidade e o diálogo com o povo para a ação coletiva, pela PPR e outros atores, como referido, foi fundamental para a formação das bases que permitiram o nascimento do MNPR. A experiência do CRDH/UFRN com o MNPR/RN também se situou nesse âmbito e contribuiu para a manutenção das ações do movimento, assim como ocorre com outros grupos nas demais regiões do país.

Atualmente o MNPR tem núcleos em 15 estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Paraná; Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas e Pernambuco. Existem iniciativas para organização de núcleos do MNPR no Acre, Pará, Sergipe e Paraíba, sendo que estes ainda estão em fase de formação³⁹. O processo organizativo do MNPR se dá de diferentes formas nos estados em que ele existe, e seu funcionamento depende, entre outros fatores, do tempo de organização do movimento, da conjuntura política, econômica e social de cada estado e das condições concretas necessárias para o processo organizativo. Geralmente os núcleos estaduais inicialmente são criados nas capitais, mas alguns estados já possuem núcleos em outros municípios, sobretudo nas regiões metropolitanas.

³⁹ Informações repassadas pela coordenação do MNPR/RN.

O MNPR possui uma carta de princípios, que foi construída para orientar lideranças e a base do movimento, e inclui os seguintes itens: escuta as bases; democracia direta; ação direta; ser apartidário⁴⁰; apoio mútuo interno; solidariedade com as causas sociais; não violência; honestidade e transparência; controle social; igualdade; justiça; compromisso pessoal.

No que tange ao processo de organização do MNPR no país, o movimento realiza congressos nacionais, tendo realizado quatro até o momento⁴¹. Tais congressos contam com a presença de membros da base, apoiadores do movimento e convidados que dialogam sobre as principais pautas relacionadas à garantia de direitos da PSR. Na ocasião dos congressos são realizadas eleições para a coordenação nacional do MNPR, bem como apresentados os novos núcleos estaduais que passam a integrar a organização do movimento.

Em estudo sobre a organização do MNPR, Almeida (2015) observou o seguinte perfil das lideranças do movimento: homens, negros, entre 38 e 49 anos, com ensino fundamental. Tal perfil corresponde às características da PSR apontadas pelo levantamento nacional publicado pelo MDS (2008). A autora destaca a singularidade deste movimento, que se constitui por um conjunto de elementos que o tornam particular em relação aos demais movimentos sociais, visto que as condições para a mobilização política organizativa são determinadas por questões elementares para sobrevivência humana. Em outras palavras, o MNPR não tem uma única bandeira de luta, mas busca pressionar o Estado para interromper a violência e garantir os direitos sociais de alimentação, saúde, assistência social, trabalho, educação, moradia, etc. dos sujeitos que se encontram em situação de rua.

É importante destacar o desafio enfrentado pelo MNPR, movimento relativamente recente no cenário de lutas do Brasil, para a organização política de sujeitos que não tem sequer

⁴⁰ Apesar do princípio de apartidarismo do movimento, seus membros se relacionam, e por vezes apoiam individualmente partidos e candidatos progressistas, especialmente os que pautam questões relacionadas à PSR em suas campanhas e atuações parlamentares.

⁴¹ O I congresso do MNPR ocorreu em Salvador/BA em 2012, o II congresso do MNPR ocorreu em 2014 em Pontal do Paraná/PR, o III Congresso do MNPR ocorreu no ano de 2016 em Belo Horizonte/MG e o IV Congresso do MNPR ocorreu em 2018 na cidade de Cidreira/RS.

suas necessidades básicas e emergenciais garantidas. Como pensar em política com fome? Como privilegiar ações coletivas quando se disputam vagas de abrigo para dormir e tomar banho? Como enfrentar a violência dos operadores da segurança pública se a represália pode facilmente custar a própria vida de quem está exposto na rua? Melo (2016 b) destaca que a academia, militantes de movimentos sociais e ativistas de direitos humanos se questionam como é possível que a PSR possa se organizar politicamente vivendo nas ruas.

A atuação de um movimento que reúne sujeitos em condições tão precárias e extremas, de luta por sobrevivência, representa uma oxigenação para a luta de classes e a emancipação humana. Mesmo que o processo de organização do MNPR apresente fragilidades significativas, e necessite de aprofundamento teórico-político no fundamento de suas ações, é inegável a importância deste coletivo na construção de um projeto contra hegemônico e anticapitalista. (Almeida, 2015).

A organização política da PSR foi um tema presente durante a coleta de dados desta tese tanto nas rodas de conversa com as trabalhadoras da assistência social (*Cat.5 - O poder que vem do coletivo: a organização política da população em situação de rua*) como nas entrevistas com os membros do MNPR/RN (*Cat. 5 - Um grito de luta que nasce no asfalto: o Movimento Nacional de População de Rua no Rio Grande do Norte*).

A concepção das profissionais acerca dos processos de organização política da PSR foi um tema que esteve presente nas rodas de três dos cinco municípios pesquisados, com visões divergentes. Apesar de no geral todos reconhecerem a importância do processo organizativo dos usuários do SUAS, alguns atribuíram aspectos negativos às estratégias e modo de ação dos movimentos sociais. Inicialmente, os participantes tomaram como referência de organização o MNPR/RN e circunscreveram que a atuação de tal movimento é mais restrita a Natal, o que qualifica a execução dos serviços socioassistenciais na capital do RN:

O movimento de população de rua (MNPR) é muito organizado, eu conheço as pessoas do movimento, são pessoas que realmente tem um olhar voltados não só para o interesse do eu, mas para o interesse coletivo. É muito importante que pudesse ser associado. Eu particularmente fico até com medo quando eu falo lá deles porque assim é um poder que

vem mesmo e tem poder de opinião, eu vejo. Quando eu digo isso minha fala é baseada no albergue lá de Natal porque lá o albergue trabalha todo travado porque lá é muito forte isso aí. Então tudo que eles querem, tudo sem vírgula, tudo eles conseguem. Junto com a promotoria, junto até mesmo com a secretária de assistência social, que lá em Natal é diferente, sabe? E assim, eles chegam mesmo esmagando “é dessa forma, é desse jeito”. Movimentos como esse que está acontecendo aqui hoje deveriam existir, fóruns, mas a gente não vê que estão preocupados com isso, não existe um olhar voltado para esse povo, não existe. Existe algo aqui, algo ali que pontualmente acontece, mas em Natal existe porque lá os moradores de rua são até muito mais organizados do que o próprio poder público (Antúrio).

As falas do profissional apontam para o reconhecimento do papel do MNPR/RN para qualificar a política, o que vai ao encontro dos esforços do movimento para o reconhecimento de direitos e a produção de serviços e políticas públicas que considerem e contemplem as especificidades da PSR. Melo (2016 b) exemplifica como conquistas do MNPR a questão do comprovante de residência – antes um entrave que impedia o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços e direitos, e que após diálogo e pressão do movimento sobre os órgãos reguladores da saúde e assistência social, estabeleceu normas diferenciadas para atendimento em unidades de saúde, nos serviços socioassistenciais e inclusão no CadÚnico.

Importa observar que o mesmo profissional que reconhece o papel e a relevância do MNPR/RN, o considera mais organizado que o poder público, o qual ele mesmo representa como operador da política, expressa crítica a postura do coletivo, que gera receio “até de falar deles” que são articulados e “conseguem tudo o que querem”, “chegam esmagando”. Do outro lado, a partir das entrevistas com seus membros, o MNPR/RN não avalia que consegue tudo o que reivindica imediatamente, ao contrário, explica que os avanços são lentos e processuais, o que muitas vezes afasta a base do movimento, que é de pessoas com necessidades urgentes e imediatas para a reprodução de suas existências.

Como o próprio Antúrio reflete em sua fala, é fundamental a existência de fóruns e espaços de diálogos e articulações entre todos os atores que compõem os serviços e políticas públicas para a PSR: usuários, servidores, gestores, estudantes, entre outros, com objetivo comum de qualificar o atendimento e as estratégias empregadas nos serviços. Tais espaços e

atividades ainda são insipientes no RN. Tolentino e Bastos (2017) ressaltam a importância de promover a articulação das pessoas em situação de rua usuárias dos serviços socioassistenciais com os movimentos sociais e colaborar no processo de politização, “o qual – sobretudo se tratando de municipalidade- pode ter grandes efeitos na conquista de direitos” (p.327).

Foram observadas comparações pelas profissionais participantes de nossa pesquisa entre os usuários dos serviços socioassistenciais de Natal e os da região metropolitana, assim como inferências de possíveis razões que justificam a emergência do MNPR/RN na capital, como a necessidade de se organizar diante de um número de vagas reduzido nos serviços em relação ao total de usuário que delas necessitam, o que não seria realidade em outras cidades do RN. Em uma mesma roda de conversa onde as profissionais reconheceram a importância e o protagonismo do MNPR/RN na busca pela qualificação do atendimento à PSR, foram observados incômodos diante da articulação de alguns usuários locais que buscaram o Ministério Público, órgãos de controle e a própria Secretaria de Assistência Social para reivindicar direitos e discutir sobre situações em que se sentiram injustiçados ou incomodados. Tais casos foram tratados como “pessoas problemáticas, que só sabem dos seus direitos, mas não reconhecem seus deveres,” entre outras adjetivações.

Em outra roda de conversa que compôs a coleta de dados, profissionais de CREAS também compararam o grau de organização do MNPR em Natal com o de seus próprios usuários, refletindo que pela dificuldade de compreensão do que é a política pública, a PSR usuária acaba muitas vezes entendendo as ações desenvolvidas nos serviços como favores prestados:

No primeiro turno (do processo eleitoral de 2018) alguns comentaram “olha, vamos votar em fulano porque se fulano não ganhar a gente não vem mais para cá”. Mas agora não falam muito. E se a gente for comparar com o que a gente observa do Movimento em Natal, porque lá eles são muito articulados, são muito entendidos da política mesmo. Eles aqui acham que é meio que um favor que a gente faz, a gente percebe. Eles acham que é um favor que a gente faz a eles e nós dizemos “não, isso aqui é um direito de vocês” (Lótus).

Outro diálogo que nos chamou atenção nas rodas de conversa foi a divergência dentro de uma mesma equipe em relação à compreensão do papel e da ação dos movimentos sociais. Neste caso, uma das profissionais narrou situação envolvendo uma família do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ela acompanhava e o incomodo que sentia quando esses usuários se reportavam a coordenação do referido movimento para receber aconselhamentos e direcionamentos sobre seguir ou não as orientações e encaminhamentos prestados pelo CREAS. Um desses encaminhamentos foi em relação à política de habitação, tendo a família declinado da aceitação de receber uma casa da prefeitura após diálogo com os coordenadores do MST, o que causou surpresa e reação negativa na profissional, uma vez que havia se esforçado e comprometido para fazer as articulações para viabilizar a moradia do grupo familiar que acompanhava.

Outras trabalhadoras que conheciam o MST, seus princípios e modo de funcionamento há mais tempo, explicaram que possivelmente os coordenadores orientaram a família em sentido contrário ao que foi proposto pelo CREAS pela natureza coletiva da ação, porque quando estão acampados estão todos juntos, dividindo recursos, tarefas e também expectativas e objetivos, de modo que a conquista da moradia e da terra deve ser para todo o coletivo e não buscada de modo individual. Apesar das demandas, pautas, estratégias de ação e da história do MST ser peculiar e diferente da do MNPR, trouxemos esse exemplo observado em uma das rodas de conversa pela importância da reflexão acerca dos (des)encontros da assistência social com os movimentos sociais, que precisam ser pautados e refletidos para o avanço da política.

Essa é uma questão importante se pensarmos na diversidade de grupos que o SUAS deve acompanhar, que incluem povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, ciganos, entre outros grupos e segmentos que, assim como a PSR, tem peculiaridades no seu modo de existir. Tais peculiaridades e características precisam ser compreendidas e respeitadas como ponto de partida para a organização dos serviços que buscam acompanhá-los no enfrentamento às violências que historicamente os assolam e no acesso aos seus direitos

fundamentais. Além disso, diversos movimentos sociais têm lutado pela consolidação das políticas sociais como condições estruturantes de vida dignas, e o diálogo das trabalhadoras do SUAS com esses movimentos também é fundamental para o avanço da política de Assistência Social e enfrentamento à desigualdade social.

Já na coleta de dados realizada junto à PSR, a organização política foi um tema presente em todas as entrevistas, com maior ou menor aprofundamento, de acordo com a trajetória de cada participante. Esse agrupamento de conteúdos diz respeito a própria identidade dos entrevistados, do que os aproxima e gera pertencimento e reconhecimento como grupo. Foram tratados, entre outros dados, o histórico de surgimento, principais objetivos e ações desse movimento social, bem como o seu papel e relação com a rede de atendimento.

Cada membro e militante chega e se desenvolve no MNPR/RN em tempos e ritmos singulares. Alguns relatos expressam essa aproximação e o sentido que o movimento social vai recebendo na vida das pessoas em situação de rua que o conhecem:

O movimento de população de rua na minha vida chegou no momento certo porque eu vivia nas ruas como um bicho, tanto fazia eu morrer como matar, não estava nem aí para nada e não sabia que existia esse movimento chamado pop rua. E eu aqui na Cidade Alta já tinha conhecido uma pessoa, aí ela me disse “rapaz, por que você não vai lá para o albergue? Aqui tem um albergue. E do albergue tu vai para as reuniões”, que era na sexta-feira lá no IFRN. “Vai lá que as meninas te ajudam e tal, e lá você vai saber os seus direitos, o que é e não é. Aí eu pensei “movimento pop rua? Será que isso dá certo?”, na minha imaginação, né? Aí fui, assisti as primeiras reuniões, me identifiquei com o movimento. Eu acredito, nós acreditamos, não só eu, como você e como vários, acreditamos que o movimento precisa crescer mais, precisa tomar atitudes mais sinceras e mais severas. O movimento na minha vida eu não tenho o que falar não, só tenho que agradecer, primeiramente a Deus e segundo ao movimento. (...) Ele serve para esclarecer o que o morador de rua tem direito. Direitos e deveres. Porque eu aprendi um monte de coisa na minha vida, mas como eu sou *ex-cadeeiro* e morador de rua, eu tinha direito. Tinha direito à assistência social, política, saúde, segurança, tinha direito de estudar e vários outros direitos que eu não conhecia e eles abriram minha mente “olha, você tem direito assim, assim e assim, vamos olhar aqui no livro” e eu dizia “rapaz, não é que eu tenho direitos mesmo?” (Ferro).

Esse participante relatou que passou quatro anos no sistema penitenciário por roubar uma TV e um videocassete, sem defesa técnica, “apodrecendo, olhando para cima e pedindo a Deus uma chance”, e posteriormente foi para a rua, onde viveu outras situações degradantes e

violadoras, encontrando no movimento social um apoio e espaço de ressignificação de concepções que tinha sobre justiça, sociedade e sobre sua própria história. Outros participantes também expressaram o que o MNPR significa nas suas experiências:

O movimento é... Posso falar do meu jeito? É pra nós aprender sobre os nossos direitos e deveres. Participar de conferências. O movimento foi feito para falar dos nossos direitos de ser alguém, direito de ter direitos, entendeu? (Pérola).

Militantes que estão compondo o movimento desde o seu início e desenvolvem ações de liderança no grupo contextualizam a emergência do núcleo do MNPR no RN:

Então, o que é o MNPR-RN e quais as suas principais ações? O movimento surgiu através do pessoal que fazia parte do CRDH, o movimento no RN ele é... podia chamar de utópico, né? Foi um sonho, uma vontade de fazer com que isso acontecesse, né? A partir do que não ficou só num sonho, tornou-se realidade e o movimento surge em 23 de outubro de 2012 aqui na Ribeira⁴². Esse movimento é um movimento de luta, e o movimento surge inclusive sem sabermos nem o que era o movimento. Nós enquanto população de rua, e aí o movimento surge e começa a lutar, mesmo assim, muitas vezes, sem compreender bem a luta, mas começa a perceber que é importante lutar por direitos. E aí o movimento surge naquele momento e houve um amadurecimento do movimento, é claro, mas nós ainda estamos engatinhando nas questões sociais, nas questões de luta por direitos. E assim, dizer que essa luta, ou esse aprendizado, é pra sempre (Titânio).

Destacamos a afirmação do entrevistado que “o movimento surge sem saber nem o que era movimento e começa a lutar mesmo sem compreender bem o que é a luta”, o que aponta para a novidade e desafio que representa a organização política na vida de pessoas que tem que travar pequenas “batalhas” todos os dias para garantir recursos tão básicos como alimentação, ou pela garantia de acordar vivo na manhã seguinte, e se deparam com o desafio de ocupar espaços e reivindicar seus direitos de modo coletivamente organizados. O mesmo participante explicou que existem dificuldades marcantes na trajetória do MNPR/RN, e que esse coletivo e seus apoiadores por vezes acabam desempenhando funções e papéis da rede de serviços diante das dificuldades vivenciadas por alguns de seus membros ou de pessoas em situação de rua que solicitam apoio do movimento:

⁴² Bairro localizado em área portuária, no centro de Natal/RN.

Nós enquanto movimento sabendo das nossas limitações, sabendo das dificuldades que nós enfrentamos, muitas vezes sem condições de fazer a luta, financeira ou não, ou em outras situações, nós continuamos na luta por acreditar que esse é o melhor caminho. O momento atual do país exige isso, acho que exige esforços não só do movimento população de rua, mas das categorias profissionais, exige esforços das gestões, sabemos que tem algumas que se alinham com o atual, com o futuro governo federal, mas é preciso ter resistência. Então o movimento do RN, o Movimento Nacional da População de Rua do RN é resistência. Ele surgiu num momento de resistência e continua num momento de resistência, vale salientar que ele surgiu a partir de uma pessoa que nos deixou há seis, sete meses atrás, a Lúcia da Bahia, e essa luta também é por ela, nós continuamos na luta mesmo diante de dificuldades, mas é preciso continuar nessa luta. E aí, as nossas principais ações é a luta por direitos sociais mesmo da população em situação de rua. É... até vem outras demandas, né, coisas que é da assistência social, é, perfil pra fazer do governo municipal, do governo estadual, mas nós de alguma forma tentamos fazer ou minimizar por entender que as demandas da população de rua são pra ontem. Então muitas vezes não é da nossa competência estar fazendo algumas ações, mas, até como apoiadores também, apoiadoras, elas fazem das tripas coração pra que isso aconteça (Titânio).

Conforme referido por Titânio no trecho acima, o MNPR/RN e seus apoiadores muitas vezes atuam como uma rede informal, articulando ações para responder às demandas mais emergenciais dos membros do movimento e de outras pessoas em situação de rua que se aproximam do MNPR e solicitam apoio. Em que pese a importância dessas ações coletivas, que funcionam como apoio fundamental para existência do movimento, é preciso constante atenção e reflexão sobre as capturas e armadilhas que se colocam quando o movimento age para suprir lacunas do poder público. Dentre tais armadilhas destacamos a própria compreensão do papel do MNPR pela PSR, que muitas vezes exige do movimento respostas que cabem ao Estado, não compreendendo seu papel de articular a rede e de realizar controle social, e expressando frustração e descrença na ação do movimento a partir de narrativas do tipo “conversam muito, mas não garantem casa ou trabalho pro morador de rua”.

O MNPR/RN tem se destacado no cenário local pelos espaços políticos que ocupa, dentre eles os conselhos de políticas públicas, como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Natal, tendo sido responsável pela ocupação da primeira cadeira de usuários do SUAS no referido conselho. Anteriormente a entrada do MNPR/RN, em 2016, o CMAS era composto apenas por gestores, trabalhadores e entidades da assistência social municipal, sendo que as vagas de usuários não preenchidas acabavam sendo ocupadas por diretores de ONGs e

instituições que representavam os usuários da política. Essa chegada de pessoas em situação de rua nesse importante espaço causou uma série de incômodos, estranhamentos e resistências, conforme pode ser apreendido a partir dos relatos obtidos durante as entrevistas:

Já participei das reuniões do CMAS. Já fui lá no conselho da assistência e disse assim “rapaz, eu vim aqui porque estou desesperado”. E a segunda vez que nós fomos lá na Casa dos conselhos fomos eu e o pessoal do movimento, éramos uns seis. Aí a sala ficou bem apertadinha, e a mulher pegue falar, pegue falar, pegue falar, e nosso coordenador se encabulando, aí ele disse “ei, espere aí, nós existe, nós não podemos falar não, é?”. Um promotor disse que ia embora, aí outro colega nosso falou “e por que você não vai ficar aqui para escutar?”. Menina, aí subiu um ódio pelos meus pés, eu também disse umas coisas lá, disse “rapaz, que danado de conselho é esse? Nós viemos aqui atrás disso, vocês também têm que nos escutar, não é só nós escutar vocês não. Nós existimos”. Sei que foi um debate feio lá (Ferro).

Nós entramos no (conselho de assistência social) do estado acho que em 2015. No último, no municipal só entramos agora em 2016, não existia vaga pra usuários, só pra entidades, então nós temos a ideia como Natal está atrasado nas questões sociais, nas questões de assistência social. O regimento do Conselho Municipal de Assistência Social ainda não contempla usuários e usuárias, e aí a gente tem que falar de um fato inusitado que, o conselho municipal aqui de Natal ele funciona na Casa dos Conselhos, não há espaço físico pra funcionar e nós como somos, temos demandas gigantescas, levamos cerca de dez Pops Ruas de uma vez pra dentro do conselho e, nos disseram o seguinte, a presidência ela disse na época “Olha, da próxima vez a gente tem que distribuir ficha”. E aí nós sentimos que foi um preconceito contra a população de rua, já trouxemos isso várias vezes pra outras reuniões, e denunciemos isso enquanto preconceito por entendermos que o conselho municipal, os conselhos municipais, os espaços públicos e os espaços de debates são lugares legítimos sim de usuários e usuárias. Coisa que as gestões não entendem, que eles não querem usuários e usuárias empoderados, né, porque causa um, entre aspas, um problema, vai trazer discussões, vai trazer descontentamentos, e isso acho que nenhuma gestão quer porque eles querem que nós sigamos pro matadouro, como bois que vão pro matadouro. E pelo menos nós do movimento não entendemos assim, nós entendemos que lugar de usuário é nos espaços de debates sim, é debatendo, é conhecendo a política, é buscando esse conhecimento pra poder enfrentar as violações existentes (Titânio).

Dentro dos conselhos dos quais participa, o MNPR/RN acaba tendo grande rotatividade de suas representações, visto que seus representantes vivenciam dificuldades e desafios que permeiam a situação de rua, como o nomadismo e mudança de cidades, as crises e recaídas em padrões abusivos de uso de substâncias psicoativas, além de questões concretas como não ter dinheiro da passagem ou condições de se deslocar para os espaços de reuniões, dificuldades que os apoiadores do movimento tentam diminuir através de seus apoios, mas que também tem limitações. Tal situação ocorreu com uma das entrevistadas, que esteve na primeira titularidade

do CMAS, mas precisou ser substituída pela dificuldade de chegar e frequentar as reuniões. Mesmo assim, considera importantes os momentos que viveu no conselho e planeja retornar aos espaços de controle de políticas públicas:

Já fui conselheira da assistência (social) e quero ser conselheira da habitação. Rapaz, no conselho da assistência eu não consegui participar muito não. No primeiro dia, eu me emociono muito nesses cantos porque eu começo a falar o que acontece aí começo a chorar. Aí o povo todo chora também, entre aspas, nem todos. Mas é a realidade... As dificuldades era que eu entrei e sentei normalmente, comecei a falar e meti o pau mesmo que a gente somos seres humanos, a gente não somos bicho e nem lixo. A gente somos seres humanos, é pra tratar bem. A partir do momento que o ser humano reconhece os seus direitos sabe se defender... O povo de lá apoiou. Uma parte apoiou e outra *cabuetou*. Agora nessa época eu não consegui participar direito porque estava usando muito (crack), estava demais, naquela época eu estava noiadinha (Pérola).

Cabuetar é uma gíria que significa entregar, dedurar, e nesse contexto a participante Pérola se refere à situação de usuários dos serviços para PSR, especialmente Albergue e Centro POP, que buscavam o CMAS para fazer denúncias sobre violações e problemas nos serviços, e essas informações eram imediatamente repassadas por *Whatsapp* para funcionários e coordenadores dos equipamentos socioassistenciais, o que tinha como consequência represálias aos denunciantes. Além da falta de ética que se relaciona a quebra de sigilo de denúncias e exposição dos usuários dos serviços, a situação relatada corrobora a afirmação do MNPR que a presença dos usuários causa incômodo, é tomada como ousadia, e gera estranhamento mesmo nos espaços que existem justamente para controle social da política pública.

Além dos conselhos, outros espaços políticos em que a presença do MNPR tem sido relevante na perspectiva de defesa do SUAS são os das conferências de assistência social, como aponta outro entrevistado:

Conselho de assistência só participei como ouvinte. Participei como conselheiro do conselho estadual de saúde. Das conferências de assistência social participei de quase todas, menos da nacional. Sempre é bem *caliente*, não é? (risos). É muito estressante, hoje em dia nem tanto porque mudou a secretária que odiava a gente, mas vamos ver agora, não é? Essa última agora foi bem complicada (Rubi).

Um dos pontos complicados referidos pelo participante na Conferência Municipal de Assistência Social de 2017 foram as divergências das propostas e moções defendidas pelo

MNPR/RN, que provocaram discordância e resistência entre os gestores e parte das trabalhadoras do SUAS. Entre os pontos polêmicos estiveram a proposta de criação do CIAMP-RUA municipal de Natal/RN, que não foi aprovada após defesa da gestão municipal de que já existe um conselho de políticas sobre drogas na cidade, onde as questões da PSR seriam plenamente contempladas, e infelizmente foi acompanhada por parte das trabalhadoras presentes na conferência. Tal situação explicita, mais uma vez, o foco nas drogas, como se o uso de substâncias psicoativas fosse o único fator relacionado aos desafios vivenciados pela PSR, o que por sua vez tem como pano de fundo o arraigado processo histórico de criminalização das populações marginalizadas.

Na mesma conferência municipal de assistência social de 2017 também foi lançada pelo MNPR/RN uma moção de repúdio à criminalização da PSR no Centro POP, motivada pela presença constante, e por vezes truculenta, da polícia e guarda municipal no equipamento socioassistencial. A referida moção foi aprovada, inclusive com apoio de trabalhadoras do Centro POP presentes no evento.

Ainda sobre a participação em conferências e espaços de controle social do SUAS, vale registrar que na X Conferência Municipal de Assistência Social de Natal, no ano de 2015, o MNPR/RN, com apoio do CRDH/UFRN, mobilizou cerca de 20 pessoas em situação de rua e realizou a leitura e entrega pública de um dossiê sobre violações de direitos humanos praticadas contra os usuários na unidade de acolhimento institucional da cidade. Vergara (2016) definiu sua reação à participação do MNPR/RN na referida conferência como um “espanto encantador”, especialmente pela “inesperada posição firme de um movimento de pessoas em situação de rua usuárias dos serviços de assistência social, que tinham clareza do regulamento, e estavam cientes dos seus direitos naquela conferência e fora dela” (p. 13).

A CF de 1988 determinou a participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis de governo. Essa foi uma conquista importante da classe trabalhadora no processo de reabertura democrática do país após a ditadura civil-militar, uma vez que

representa a possibilidade do povo barrar os arraigados processos de autoritarismo e clientelismo nas políticas públicas, especialmente na assistência social.

A própria definição de controle social é complexa, uma vez que, como aponta Fróes (2017) pode ser compreendida de formas distintas, desde os importantes mecanismos de avaliação e intervenção da população nas políticas públicas até os mecanismos ideológicos que reproduzem opressão. Nesse sentido, o controle social é buscado tanto pelas classes dominantes como pelas dominadas, de modo que os espaços criados para este exercício se contituem como locus de disputas para determinar a direção da ação do Estado.

Em pesquisa realizada nos conselhos municipais de assistência social de Natal e Parnamirim, Bezerra (2017) observou correlação de forças desiguais entre Estado e sociedade civil, ainda que reconhecendo a importância do protagonismo de conselheiros da sociedade civil na promoção de debates, apresentação de demandas e tentativa de inserção nos processos decisórios. Apesar de legalmente os conselhos serem paritários (números proporcionais de representantes da gestão, entidades, trabalhadores e usuários do SUAS), e representarem condição legal para a transferência de recursos federais no âmbito da assistência social, existe uma série de situações e condições que impedem a chegada e manutenção das trabalhadoras, e, especialmente, dos usuários da política, nesses espaços.

Em estudo no CMAS de São Luis/MA, Fróes (2017), observou desconhecimento sobre a composição, os processos e ações do conselho por parte das trabalhadoras da política de assistência social do município, além da condição que chamou de “pseudo-consenso” entre Estado e sociedade civil. Mesmo quando trabalhadoras e usuários conseguem chegar a esses espaços, enfrentam uma série de barreiras, como colocado anteriormente sobre a experiência do MNPR/RN no CMAS de Natal. Nesse sentido, compreendemos que é preciso refletir e reinventar as formas de fazer controle social, especialmente a partir do investimento na real participação de usuários e trabalhadoras, de modo que possam compreender e realmente incidir

politicamente sobre as avaliações e tomada de decisão em relação ao uso dos recursos públicos e direcionamento dos serviços e estratégias do SUAS.

A busca por diálogo do MNPR/RN, desde a sua criação em 2012, com usuários, trabalhadores e gestores das políticas públicas, especialmente da assistência social, foi tema retratado pelos entrevistados durante a coleta de dados desta pesquisa. Tal diálogo nem sempre é fluido ou tranquilo, o que leva os coordenadores e militantes do movimento a repensar periodicamente suas estratégias e posicionamentos, seguindo sempre na defesa dos direitos humanos e das políticas públicas:

E temos que fazer esse enfrentamento ao município, que realmente eles travam, eles não querem conversa, não são interessados nisso aqui... mas nós temos aí ao nosso favor o Ministério Público, já é uma grande força, né, estamos tentando ganhar já a Defensoria que vai ser uma grande força, né, temos que entrar também na questão orçamentária pra discutir isso, porque que o dinheiro dos serviços não estão sendo feitos aqui, pra onde é que tá indo esse dinheiro que vem pra cá? Qual é a arrecadação dele? Nós não temos esse controle (Cristal).

Através de reuniões, chamando a população em situação de rua e a atenção dela de que existe direitos, de que as políticas públicas que estão aí não são favores, como é passado na maioria das vezes nos serviços, e o movimento tem essa responsabilidade de passar isso da forma como tem lá. Mesmo que seja bonitinho no papel e não aconteça na realidade, de ver nós como representantes desse movimento e passar as informações para a população em situação de rua na educação popular, de forma que eles entendam, que seja clara (Rubi).

Mesmo com os esforços do MNPR, parte significativa da PSR não se identifica, não se interessa ou não conhece o movimento:

Não chega em todos, mas consegue uma parte. Precisa ampliar (Ferro).

Eu tentei chamar o povo, você viu que a gente fez até a festa do movimento lá no viaduto, show e tudo, mas ninguém quer... Eu vou fazer o quê? (Pérola).

Uma das participantes conta que vivendo por muitos anos na rua nunca tinha ouvido falar no MNPR, sendo apresentada e convidada a participar pela companheira. Outro entrevistado explica os motivos da dificuldade de aumentar o número de militantes orgânicos do movimento:

Com os usuários na maioria das vezes o movimento consegue dialogar, eu sou um articulador social, você sabe muito bem disso. Vivo andando para cima e para baixo, falando o que é o movimento e tudo para todas as pessoas e contaminando. Contaminando não, contagiando! Quem contamina é o Estado, nós contagiamos as pessoas e fazemos com que elas entendam isso. É muito difícil fazer a massificação da população em situação de rua por causa exatamente dessa autonomia que existe na população em situação de rua, “eu não quero nada com ninguém, desde pequeno eu me viro na rua, por que eu vou querer negócio com movimento agora?”, então a população em situação de rua é difícil de se organizar exatamente por isso, por causa da autonomia que é muito forte dentro de cada um deles (Rubi).

Ainda sobre o MNPR, outros conteúdos presentes nas entrevistas foram os fortes vínculos e apoio mútuo entre os participantes do movimento entre si e com os apoiadores, a relação de aproximação com outros coletivos e movimentos sociais, e a dificuldade de realizar o trabalho político, sem remuneração, em detrimento de buscar o próprio sustento, inclusive pelas coordenações e lideranças. Finalizamos esse tópico com o depoimento de um militante do MNPR/RN, que descreve a potência e centralidade da organização coletiva na vida de seus membros:

O movimento em si, o que ele é, né? A importância do movimento é que ele vem de certa forma como uma esperança. Uma esperança para quem não tem nenhuma, na verdade. Quando a pessoa começa a entender de fato o que é o movimento ele começa a se tornar sua vida porque você é população em situação de rua, você sai da rua, mas ainda continua sendo população em situação de rua porque tem esse contexto, às vezes você está morando com algumas pessoas e pensam que só por você ter vindo desse contexto você pode engolir tudo. Então o movimento empodera o indivíduo de uma forma que ele sabe porque que acontece tudo aquilo. A importância do movimento é que ele forma, informa e transforma realidades, desde que a pessoa saiba aceitar a identidade do movimento (Rubi).

A mobilização e organização das pessoas em situação de rua pelo MNPR é lenta e complexa por diversas razões, dentre elas pela internalização das violações vivenciadas, que muitas vezes naturalizadas, não são vistas como violências pelos sujeitos em situação de rua, e pelo temor de represálias. Nesse sentido, as lideranças e apoiadores do MNPR empreendem

grandes esforços e insistências, a partir do diálogo, para a conscientização e reconhecimento pela PSR do “direito a ter direitos.”⁴³

Sobre a relação do MNPR com seus parceiros, Almeida (2015), observou em sua pesquisa que os núcleos estaduais mais antigos e que possuem mais apoiadores conquistaram maiores avanços em termos de políticas estaduais e municipais voltadas ao atendimento da PSR. A pesquisadora observou também que geralmente os parceiros e técnicos participam das reuniões do MNPR e fazem mediações, sendo que em alguns estados existe maior autonomia e em outros, certo grau de dependência dos apoiadores, pelas próprias condições estruturais do movimento. Nesse sentido, uma liderança estadual participante da referida pesquisa afirmou que “os parceiros são bem-vindos, porém o movimento tem que ter autonomia”, e que “nós temos parceiros por todo Brasil, mas o movimento procura não perder sua identidade, a palavra final é sempre nossa”.

Ainda no que diz respeito à relação do MNPR com seus parceiros, Silva (2014) defende que o MNPR iniciou, a partir de sua emergência, constante diálogo com o poder público acerca dos direitos da PSR e acabou incorporando a linguagem dos direitos humanos tanto pelas pessoas em situação de rua, com vivências de rua e a partir do diálogo com seus parceiros: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, entre outros profissionais das políticas públicas e universidades que contribuem com seu processo de organização. O autor defende que estes apoiadores e interlocutores do MNPR contribuem para a construção de uma concepção moral do “morador de rua politizado”, que precisa se apropriar de uma forma de fazer política, que se articula a uma moral da superação das dificuldades e “inserção social” em padrões de normalidade.

⁴³ No ano de 2014 o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou a campanha “Eu sou morador de rua e tenho direito a ter direitos” em todo o território nacional, com objetivo de enfatizar que a população em situação de rua tem direito de acessar hospitais, escolas, justiça e as políticas públicas de uma forma geral.

Sobre as relações do MNPR com o Estado, Silva (2014) aponta que a ênfase na visibilidade das violações de direitos e mazelas vivenciadas pela PSR acaba encobrando os processos de resistência, articulação e inventividade dos sujeitos que vivem em situação de rua desenvolvem cotidianamente para sua sobrevivência nas ruas. Ignorar tais aspectos, de acordo com o referido autor, pode gerar determinismo na associação da rua como algo perigoso e no lugar da pessoa em situação de rua como sujeito passivo que tem nas políticas públicas as únicas possibilidades de progredir, sendo que são estas mesmas políticas que muitas vezes controlam, normatizam e acabam cristalizando a condição de rua.

Apesar da relevância das reflexões propostas por Silva (2014), é preciso observar que a luta por políticas sociais, que são permeadas de contradições, se coloca no horizonte do MNPR como um passo fundamental para a garantia de condições de vida mínimas que possibilitem reflexões e ações mais elaboradas no sentido da superação da desigualdade social basilar ao MPC. O processo de maturidade do MNPR pode ser observado, por exemplo, na atual ampliação do foco das discussões e reivindicações do movimento das vagas em abrigos para a política de moradia em sua diversidade de modelos, concepções e possibilidades.

Para além das pertinentes críticas, Silva (2014) enfatiza que a organização política das pessoas que vivem nas ruas, mesmo com suas limitações, se apresenta como fenômeno inédito na trajetória política e social do Brasil: a construção de um espaço de reivindicações que permite a PSR afirmar-se como uma categoria política, sob a rubrica do MNPR.

A partir do contato e pesquisa desenvolvida com o MNPR/RN, Vergara (2016) defende que o movimento apresenta maturidade para o alinhamento com suas parcerias porque entende que os diferentes nem sempre se articulam a partir da questão de classe, do combate ao capitalismo ou para o enfrentamento da concentração de renda, sequela perversa do MPC “que mata o direito dos mais explorados: os sujeitos da fome e todas as determinações que advém dessa condição” (p.41).

Neste ponto é importante destacar que entendemos que o processo de organização política do MNPR, assim como dos movimentos sociais críticos e progressistas de um modo geral, deve ter a luta por políticas sociais como meio e não como fim, pois estas visam o acesso das populações que vivem as piores condições de vida a bens e serviços fundamentais, porém, seu fundamento é contraditório e tem um limite dentro do MPC. Assim, mesmo que a PSR, ou, qualquer outro segmento organizado conseguisse acessar de forma plena as políticas sociais, o que é impensável no capitalismo periférico brasileiro, e especialmente no contexto atual, ainda assim, não conseguiria total emancipação, que só é possível com a superação do capitalismo. Por tal razão, enfatiza-se a necessidade de unificação dos movimentos sociais e de que estes tenham como horizonte a superação deste modo de produção e sociabilidade que gera tanta violação e sofrimento.

Cabe ressaltar que o MNPR mantém com o Estado, nas diferentes esferas, relação complexa, permeada por aproximações, parcerias e construções conjuntas em alguns momentos, e também tensionamentos, denúncias e enfrentamentos em outras ocasiões, exercitando e buscando afirmar e qualificar o controle social nos resquícios de democracia vivenciadas no Brasil. O movimento cobra dos gestores e trabalhadores das políticas melhores atendimentos visando à garantia de direitos, e necessita em muitas situações, do apoio dos entes governamentais para realização de suas atividades. Exemplo deste processo ocorreu nos congressos nacionais, em que o recurso para passagens e hospedagem dos militantes foi proveniente de recursos de órgãos como Ministério da Saúde, SDH/PR e MDS. Sobre o controle social exercido pelo MNPR, é importante observar que este movimento, dentre outras estratégias, vem ocupando conselhos de saúde, assistência social, direitos humanos, cidades, mulheres, segurança alimentar, dentre outras políticas, nos três níveis de governo.

Sobre a relação do MNPR com o governo federal, é importante situar que, durante as décadas de 1990 e início dos anos 2000, o Brasil vivenciou um contexto de avanço do neoliberalismo, que trouxe em seu bojo aumento do desemprego, privatizações e precarização

das condições de trabalho. Tal contexto impactou os movimentos sociais de diversas formas, inclusive pela ênfase na meritocracia e competição entre os indivíduos e grupos, provocando enfraquecimento dos mesmos e fragmentação das lutas. Já durante as gestões do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que não rompeu com o neoliberalismo, mas avançou consideravelmente no campo das políticas sociais, houve aproximação do Estado com os movimentos sociais. Melo (2016 b) aponta que o novo contexto político brasileiro, com a eleição do Presidente Lula, possibilitou o inédito diálogo do MNPR com o governo federal, e destaca parceria entre o MDS, Unesco e Instituto Polis para a formação de lideranças no ano de 2009, o que alavancou a criação e fortalecimento de núcleos estaduais do MNPR e precedeu o início das reuniões do CIAMP-RUA.

A aproximação dos movimentos sociais com o Governo Federal na gestão do PT, se por um lado foi um processo fundamental por legitimar o diálogo e as pautas defendidas pelos movimentos e organizações sociais populares, por outro lado acabou gerando esfriamento e, de certa forma, uma espécie de cooptação destes. Tal processo pode ser observado, por exemplo, na ocupação de lideranças de diversos movimentos sociais em espaços de gestão das políticas públicas no governo federal, o que acabou limitando a cobrança e controle social sobre as políticas, e, em alguns casos, gerando contextos de apassivamento e reformismo (Almeida, 2015).

A discussão sobre as possibilidades e limites dos movimentos sociais na relação com governos progressistas é bastante complexa, aqui pretendemos apenas sinalizar como relevante para o debate sobre a ação dos movimentos sociais. Em pesquisa de doutorado com militantes de movimentos de juventude e LGBTIs que passaram a ocupar cargos no governo entre os anos de 2003 e 2010, Machado (2013) alertou que os movimentos sociais não podem perder seu potencial criativo e devem buscar caminhos para reinventar coletivamente novas formas de ser e existir para além dos âmbitos institucionais e estatais das políticas.

Já durante os governos da presidenta Dilma Rousseff, sobretudo na última gestão, em uma conjuntura de acirramento de crise internacional do capitalismo e consequente austeridade, a relação dos movimentos sociais com o governo federal voltou a ser mais tensionada. Mesmo descontentes com a condução das políticas federais, a maior parte dos movimentos sociais progressistas, dentre eles o MNPR, protagonizou atos e ações populares em defesa da democracia e contra o golpe de Estado que destituiu a presidenta. Infelizmente observa-se no Brasil grande dificuldade de articulação e reação dos setores progressistas, e avanço de movimentos conservadores e alinhados a ideais fascistas, que se intensificam com a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da república em 2018.

Sobre a necessidade de diálogo entre os movimentos sociais e articulação das organizações populares progressistas, cabe ressaltar a fala de membro de coordenação estadual do MNPR/RN entrevistado por Almeida (2015):

Na verdade, todos somos trabalhadores, porque nós imaginamos que a população em situação de rua não faz nada, mas a grande maioria dessa população tem profissão: são catadores de materiais recicláveis, ajudam o meio ambiente. Alguns pensam que não temos direito porque não pagamos impostos, pagamos sim, em tudo que compramos pagamos impostos, e temos direito a usufruir desses impostos. Mas, no contexto geral, nós somos parte dessa luta, é claro! Mas sabemos que hoje no Brasil os Movimentos Sociais estão divididos, infelizmente, cada um quer assar seu peixe, poucos movimentos participam de manifestações para salvar a classe trabalhadora de projetos que vão prejudicar a população em geral. Muitos sindicatos se vendem ao sistema capitalista, muitos não defendem sua classe, o que enfraquece essas instituições e a luta dos trabalhadores, mas nós somos abertos para interagirmos com outros Movimentos Sociais, seria muito bom que todos se unissem, é uma luta para todos (MNPR6).

O trecho destacado afirma a importância da ação coletiva articulada, única forma da classe trabalhadora, em toda a sua diversidade, resistir à violência imposta pelo sistema capitalista à vida da população. E sobre os processos de coletividade, é muito interessante e inspirador observar os impactos da organização política do MNPR na vida de seus membros. Nesse sentido, Almeida (2015) observou que o processo organizativo do movimento de PSR, ao mesmo tempo em que gera avanços coletivos significativos, tem contribuído individualmente na vida das pessoas que militam nesta organização, o que se expressa, por

exemplo, na saída das ruas, restabelecimento de laços familiares, diminuição do uso abusivo de substâncias psicoativas, avanços nos estudos e trabalhos, entre outras conquistas.

Nas agitações e organizações políticas que antecederam a emergência do MNPR em São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG, a partir das ações da igreja católica nestes contextos, houve uma mudança de sentido do pobre sofredor para os sofredores de rua. Melo (2016 b) destaca essa passagem de interpretação do fracasso individual para o reconhecimento de sofrimento coletivo gerado por processos mais amplos e estruturais. Tal passagem é central na leitura de mundo e compreensão de processos de muitos militantes que começam a se identificar a partir da bandeira do MNPR, e influenciam nas relações que eles passam a desenvolver com as outras pessoas em situação de rua, com operadores das políticas públicas, gestores, com seus familiares e na forma de se enxergar e reconhecer de modo geral.

Na realidade específica do Rio Grande do Norte, Vergara (2016) observou atitude crítica e consciente do MNPR/RN, e destacou a frase constantemente referida pelos seus membros de que “o ‘não’, nós já temos”. Tal afirmação remete a negação de direitos e acessos que é constante na vida das pessoas em situação de rua, e que pela perspectiva do movimento, tem a organização coletiva como principal estratégia de superação.

No trabalho com a PSR é possível observar o “caráter terapêutico” das vivências coletivas relacionadas ao movimento social, visto que boa parte das lideranças e militantes de base que se engajam de forma mais orgânica no MNPR consegue sair da situação de rua e avançar na superação ou suavização de problemáticas que os acompanham há longos períodos. É possível que esse efeito ocorra pela compreensão, a partir das reuniões e diálogos organizados pelo MNPR e seus apoiadores, de que a situação de rua não tem a ver com um fracasso individual, mas se trata de fenômeno arraigado ao MPC, e que para o enfrentamento do mesmo são necessárias ações coletivas e experiências de solidariedade. Além disso, os militantes passam a ocupar novos lugares de fala e receber atenção e respeito de atores que anteriormente

os enxergavam apenas de forma negativa, o que pode contribuir com o aumento da autoestima, construção de identidade e processo organizativo destes militantes.

Assim, ainda que a finalidade principal da organização coletiva e política da PSR não seja individual ou “terapêutica”, observar este processo em seus militantes pode apontar caminhos para melhoria dos atendimentos e acompanhamentos pelas políticas públicas. Um importante exemplo de como a atuação crítica e política nos serviços socioassistenciais pode gerar importantes benefícios aos seus usuários é a de uma atividade realizada por pedagogo da unidade de acolhimento de Natal, que em referência as discussões sobre as eleições municipais que se aproximavam, criou um processo simulado de eleição do albergue, com campanhas e votação. José Vanilson Torres da Silva foi eleito pelos companheiros do serviço simbolicamente como “prefeito do albergue”, identificado como liderança da PSR local, e posteriormente indicado pelos demais usuários do serviço para representar o RN em formações de lideranças a partir de convite realizado por Maria Lúcia Santos em evento do CRDH/UFRN⁴⁴ realizado em Natal em outubro de 2012.

A partir da história de José Vanilson⁴⁵, que superou a situação de rua em 2014, após 27 anos nessa condição, e de tantas outras acompanhadas junto ao MNPR/RN, podemos reconhecer que como sujeitos históricos que somos, as dimensões individuais e coletivas, subjetivas e concretas, não estão apartadas, ao contrário, dialogam e se completam em um processo dialético que nos constitui.

Diante do exposto até aqui, se explicita que a PSR passa a ter outra relação com o Estado a partir de sua organização política, e especialmente a partir da emersão do MNPR. O movimento começa a ocupar espaços políticos importantes e a cobrar do Estado brasileiro sua

⁴⁴ Evento “Vivências de Rua: sou (in)visível pra você?”, considerado o marco de fundação do MNPR no Rio Grande do Norte.

⁴⁵ Algumas pessoas em situação de rua de Natal ainda chamam José Vanilson de prefeito, em alusão a atividade no albergue em 2012.

dívida histórica com o segmento da PSR, tendo entre suas principais bandeiras de luta o acesso às políticas públicas e a garantia de direitos.

A partir das mobilizações e pressões do MNPR e seus apoiadores, o Estado brasileiro responde, ainda que de forma incipiente e parcial, a algumas pautas do movimento. No âmbito federal, durante as gestões do Presidente Lula, foi realizado o Levantamento Nacional da População em Situação de Rua pelo MDS e o I Encontro Nacional sobre população em situação de rua. Em 30 de dezembro de 2005 foi aprovada a lei 11.258, que instituiu a obrigatoriedade da criação de programas dirigidos à PSR na política de assistência social. Foram destinados, ainda, recursos para projetos de emprego e renda para a PSR.

No ponto máximo das conquistas alcançadas pelo MNPR e por fóruns de trabalhadores e gestores que apoiam a luta da PSR está a promulgação do Decreto Presidencial Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a PNPR e cria o CIAMP-RUA. Cabe destacar que, além das conquistas no âmbito federal, alguns estados e municípios criaram programas e projetos próprios de atendimento à PSR. Nessa direção, o próximo capítulo apresentará dados e análises sobre a PNPR e o atendimento à PSR pelas políticas públicas, especialmente pela assistência social.

3.A GESTÃO DA MISÉRIA OU O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS? AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E O COTIDIANO DOS SERVIÇOS DESTINADOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Num mundo que prefere a segurança à justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança
(Galeano, 1999, p.81).

Diferentemente da solidariedade, que é horizontal e praticada de igual para igual, a caridade é praticada de cima para baixo, humilha quem a recebe e jamais altera um milímetro as relações de poder: na melhor das hipóteses, um dia poderá haver justiça, mas lá no céu. Aqui na terra, a caridade não perturba a justiça.
Só se propõe a disfarçá-la
(Galeano, 1999, pp.319/320).

Este terceiro capítulo apresenta dados, informações, inquietações e reflexões acerca das políticas sociais voltadas ao atendimento da PSR. No primeiro tópico serão apresentadas pontuações acerca do papel do Estado e das políticas sociais no MPC a partir da teoria marxiana, e análise da atual conjuntura brasileira, que impacta diretamente a oferta de políticas públicas aos grupos sociais mais marginalizados. Será destacada a política de assistência social, foco desta pesquisa, e importante instrumento de proteção social, ainda que permeada de contradições.

No segundo tópico serão apresentadas as principais características, problemáticas, articulações, “furos na rede” e potencialidades dos serviços públicos que atendem à PSR. Tais informações são oriundas de pesquisa de revisão de literatura que buscou artigos científicos que tratam do atendimento da PSR pelo poder público, bem como da coleta de dados realizada com atores do SUAS no RN. Por fim, a terceira parte apresenta reflexões sobre o Decreto 7.053/2009, que institui a PNPR e suas implicações na execução das políticas sociais no país, e apresenta a perspectiva dos participantes acerca dos impactos sobre o atendimento à PSR na atual conjuntura brasileira.

3.1 Estado e políticas sociais no Brasil: a assistência social como direito

*Dorme tensa a pequena
 sozinha como que suspensa no céu
 Vira mulher sem saber
 sem brinco, sem pulseira, sem anel
 sem espelho, sem conselho,
 laço de cabelo, bambolê
 Sem mãe perto,
 sem pai certo
 sem cama certa,
 sem coberta,
 vira mulher com medo,
 vira mulher sempre cedo.
 Fosse ela cuidada,
 tivesse abrigo onde dormir,
 caminho onde ir,
 roupa lavada, escola, manicure, máquina de costura, bordado,
 pintura, teatro, abraço, casaco de lã
 podia borralheira
 acordar um dia
 cidadã.*

(Elisa Lucinda, 1999)

A desigualdade social e a exploração do humano pelo humano, processos intensificados e exacerbados na dinâmica social capitalista, ganham contornos perversos nos países do capitalismo periférico pela condição de miséria e subcidadania vivenciada por grande parte de suas populações. Esse é o caso da América Latina, região que tem sua história marcada por exploração e violência desde a colonização dos europeus sobre os povos nativos, o que gerou processos de exclusão socioeconômica e político cultural, concentrações de terras, renda, expulsão e massacre de povos indígenas e africanos escravizados.

Os processos referidos anteriormente continuam repercutindo na atualidade, moldando a dinâmica social da população latino-americana. De acordo com Mattei (2015), os colonizadores europeus destinaram ao espaço geográfico da América Latina apenas a função de produção e suprimento de bens primários necessários ao atendimento dos interesses das

metrópoles. Tal lógica colonizadora, além de formar e estabelecer uma estrutura socioeconômica voltada ao exterior, deixou marcas econômicas e sociais nos países latino-americanos, entre elas a pobreza e desigualdade social.

No Brasil a desigualdade social é um problema histórico que inclui dimensões e aspectos existenciais, relações sociais e expressões políticas. Entre os mecanismos de manutenção da desigualdade, o processo de naturalização que a envolve a partir da lógica da meritocracia, camufla a verdadeira causa da desigualdade social brasileira: “o histórico acesso diferenciado a recursos materiais e simbólicos sustentados por relações sociais moldadas a partir desse processo” (Santos, 2014, p.28). Na mesma perspectiva, Souza (2006) explica que a meritocracia e a ideologia capitalista compõem a subjetividade do país, o que justifica a rotulação dos pobres como desqualificados e culpados pelos próprios fracassos.

Sobre as raízes da desigualdade social brasileira, Souza (2017) situa a importação de valores europeus individualistas que legitimam a dominação social de um estrato sobre o outro, ao que o autor se refere como “pré-história da naturalização e desigualdade como a percebemos hoje” (p.72). Tal ordem se impõe de forma processual, alimentada por ideias patriarcais, colonialistas e racistas, que repercutem na concepção que temos de nós mesmos como povo e de nossas relações sociais e políticas. Um conjunto de ideias falsas que distorcem sistematicamente a realidade, impulsionando farsas e golpes que tem como fim sustentar as relações de concentração da riqueza em pouquíssimas famílias e manter interesses geopolíticos que visam a permanência do Brasil como exportador de matéria-prima para países do hemisfério norte.

A pobreza e a concentração de renda são fenômenos arraigados ao MPC, que se intensificam em determinados períodos históricos e ganham contornos extremos nos países do capitalismo tardio. Dados da organização internacional Oxfam relativos ao ano de 2016 apontaram que apenas oito homens possuíam a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. Tais dados explicitam a “questão social”, conjunto de problemas

sociais, econômicos e políticos oriundos do processo de desigualdade na distribuição diferenciada dos bens socialmente produzidos.

Além de expressar as desigualdades na vida social a partir da contradição capital/trabalho, a “questão social” também está relacionada com as reações, resistências e pressões realizadas pela classe trabalhadora às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. A gênese da “questão social”, enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, assume formas diferentes em cada época. Para Yamamoto (2001), “dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais- de classe- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (p. 114).

Diante da lógica meritocrática, são disponibilizadas políticas públicas visando responder aos mínimos sociais demandados pelo povo, mas se coloca sobre o indivíduo a responsabilidade de “aproveitar as chances” oferecidas pelo Estado na busca de êxito, que é de sua exclusiva responsabilidade. Neste contexto, realiza-se, então, uma conversão das manifestações da “questão social” em problemas sociais, e destes em problemas individuais, o que insere as manifestações da “questão social” na área fronteira entre o público e o privado. (Netto, 2005).

A partir da referida problematização é possível refletir sobre o caráter contraditório das políticas sociais no capitalismo que, se por um lado representam conquistas importantes da classe trabalhadora no processo de luta de classes, por outro funcionam como mecanismos de suavização das tensões sociais e manutenção da ordem. Assim, Yamamoto e Oliveira (2014) afirmam que a política social como resposta a “questão social” capitalista é fragmentada em políticas sociais específicas e por vezes sem articulações, o que setoriza o enfrentamento às expressões da “questão social”. Importante ressaltar, a partir da leitura marxiana, que o Estado é produto da luta de classes, representando primordialmente os interesses da classe dominante, mas incorporando também as demandas da classe trabalhadora, e que a pobreza decorre não

apenas da desigualdade na distribuição da riqueza social, mas da apropriação privada dos meios de produção e das relações de exploração de classe.

Bizerra e Góis (2014) explicam, a partir da ontologia marxiana, que o Estado responde a uma necessidade posta pela sociedade de classes, que é a de assegurar e proteger permanentemente a produtividade desse sistema diante da heterogeneidade e dos antagonismos no interior da sociedade. Os autores lembram que o Estado moderno se consolidou a partir de ciclos de revoluções burguesas e que este Estado burguês aparece como representante universal dos direitos de todos, sendo que tal representação é alienada da totalidade social e impossível de ser concretizada pela sua própria natureza de classe. Assim, mesmo que as leis assegurem o acesso aos direitos no plano legal e político, a igualdade jurídica não garante a igualdade social.

O capital não pode funcionar sem estrutura de comando, política adequada e ação corretiva, e por isso o Estado, através de seu maquinário (jurídico, parlamentar, policial, midiático, etc.) controla tudo, inclusive os seres humanos, que devem se ajustar e provar sua viabilidade produtiva ou perecer caso não consigam se adaptar. Ainda assim, o Estado é pressionado a reconhecer minimamente algumas demandas da luta dos trabalhadores, que se expressam através das políticas públicas sociais, desde que as mesmas não ameacem a ordem vigente (Bizerra e Góis, 2014).

Um importante conceito a ser considerado e problematizado no âmbito das discussões sobre o papel do Estado e das políticas públicas é o de cidadania - pilar do Direito e também permeado de contradições. Se por um lado a cidadania é invocada em discursos conservadores que ocultam o antagonismo de classes a partir de uma falsa ideia de justiça e igualdade no capitalismo, por outro carrega potência emancipatória que pode contribuir para a criação de fissuras no sistema na direção da afirmação e conquista de direitos pelos trabalhadores.

Marx (1844/2010) realizou análise crítica da relação entre sociedade civil e Estado em sua obra "*Sobre a questão judaica*", onde apontou as ambiguidades ontológicas do Direito e da retórica da cidadania e dos Direitos Humanos. As reflexões presentes na referida obra apontam

importantes elementos acerca do alcance das políticas públicas na sociedade capitalista, a partir da diferenciação entre emancipação política e emancipação humana.

Na reflexão sobre a situação dos judeus alemães que almejavam emancipação política, ou seja, o acesso aos direitos políticos, Marx (1844/2010) apontou que

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre (república) sem que o homem seja um homem livre (p.38-39).

No bojo desta discussão, se coloca a emancipação política como conquista do poder político pela burguesia, visto que enquanto se garante juridicamente a propriedade privada e a segurança individual, ainda que os homens sejam todos reconhecidos como iguais e livres pelas leis, o servo, agora cidadão, passa a ser “livre” para vender sua força de trabalho a uma minoria que detém os meios de produção em troca de um baixíssimo salário, que em geral não é suficiente para custear suas necessidades mais básicas. Assim, o discurso da cidadania acaba sendo um véu jurídico para legitimar o poder político da burguesia, e o cidadão abstrato protegido pela constituição sendo um ente metafísico que na prática não acessa seus direitos de forma plena (Brito, 2018).

Com os direitos do homem burguês de liberdade e propriedade privada constituindo a base da sociedade burguesa, estando acima dos direitos coletivos, Marx(1844/2010) aponta que a cidadania, ou comunidade política, é rebaixada para um mero meio de conservação dos direitos humanos do homem burguês, de modo que “o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros à conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (p.50). Nesse sentido, o homem egoísta é tido como objeto natural real e o homem político como objeto abstrato, sendo a realização plena do Estado (após revolução francesa) a realização plena do materialismo da sociedade burguesa. Assim,

A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas forças próprias como

forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (Marx, 2010, p.54).

Apesar de reconhecer que a emancipação política representa importante progresso, ela se diferencia da emancipação humana, esta sim uma forma de sociabilidade estruturada pela ruptura das desigualdades sociais. Cabe ressaltar, entretanto, que as políticas sociais públicas são fundamentais na busca pelo acesso da população aos direitos sociais e, apesar de não serem suficientes para acabar com a desigualdade social e ir à raiz de todas as expressões da “questão social”, representam importantes conquistas da classe trabalhadora dentro da ordem vigente.

A partir da década de 1970 e do capitalismo globalizado, o conceito de cidadania ganha novas discussões a partir de temas emergentes, como as situações dos refugiados e migrantes, e se aproxima cada vez mais da discussão dos Direitos Humanos. Entretanto, a crítica marxiana à instrumentalização político-jurídica do conceito de cidadania permanece válida e pertinente uma vez que impacta não apenas as classes sociais do ponto de vista de reconhecimento e referência, mas especialmente da luta de classes. Brito (2018) defende a validade da análise marxiana sobre cidadania por duas razões principais:

Primeiro, porque a disparidade ontológica entre capital e trabalho não foi superada pelo capitalismo financeiro. Segundo, porque a nova roupagem do conceito de cidadania na pós-modernidade não ficou dissociada ao status formal de participação política e de monopólio legiferante do Estado (p.137).

Exemplo clássico desta discussão sobre as contradições da cidadania e os limites do direito burguês pode ser observado em relação as questões do direito à cidade que envolvem a PSR, ou a disputa entre direito à propriedade *versus o* direito de existir. É a partir da lógica de que o direito burguês de ter se sobrepõe ao direito de existir, sobreviver, que pessoas em situação de rua são expulsas das calçadas para não incomodar moradores das residências ou baixar o valor dos imóveis pela especulação imobiliária; são assassinadas e massacradas para não interferir nos lucros de comerciantes; são internadas compulsoriamente para não “poluir”

cenários e atrapalhar as festas e apelos turísticos nos megaeventos culturais e esportivos, dentre outras graves situações que fazem parte do cotidiano do segmento.

Outro ponto fundamental para a reflexão sobre as políticas sociais contemporâneas é a análise da atual crise econômica e política, que impacta diretamente à PSR. De acordo com Yamamoto (2017) não há capitalismo sem crise, sendo que este modo de produção se apresenta em ciclos, que alternam situações de crise e situações de crescimento e auge de atividades econômicas. Em meio às crises do capital, destacam-se as crises sistêmicas de 1873, 1929, e mais recentemente, a crise de 2008, que continua impactando fortemente a economia global.

Entre os primeiros indícios da crise de 2008 destacam-se a desaceleração do crescimento da economia, a crise de 1987, o colapso da bolha imobiliária nos EUA, auxílio ao estado financeiro e avanço do Estado mínimo neoliberal, colapso da economia chinesa e impacto nos países exportadores. Tais situações desembocaram em mudanças no mundo do trabalho: desemprego, precarização, crescimento da força de trabalho excedente, aumento dos segmentos desprotegidos, entre outras situações. Nesse sentido, a concentração de renda também se elevou consideravelmente, estando a riqueza produzida pela humanidade em pouquíssimas mãos (Yamamoto, 2017).

Os países latino-americanos vêm vivenciando fortemente os impactos da crise econômica de 2008, que inclusive repercute na crise política das experiências de centro-esquerda na região. No caso do Brasil, o modelo político-institucional de coalizão e a política ambígua do PT, que tentou aliar avanço da política social com modelo econômico conservador, não se sustentou. Como consequência, temos na América Latina o recrudescimento da luta de classes, com clara emersão de posições de classe (Yamamoto, 2017).

No bojo destes processos econômicos, políticos e sociais, Yamamoto (2017) aponta que as políticas sociais são tratadas como estratégias do Estado para a resolução de problemas particulares, que não emancipam em relação à contradição capital/trabalho, mas atuam apenas nas refrações da “questão social”. Nessa direção ocorre a refuncionalização das políticas

sociais, que passam a ser planejadas e executadas de forma cada vez mais precarizadas e focalizadas, remercantilizadas e refilantropizadas. Duas graves consequências se fortalecem alimentadas por esses processos: a mudança de foco da erradicação da pobreza absoluta para sua minimização, e o fortalecimento do Estado Penal em detrimento do Estado de bem-estar social.

Nesta mesma direção, Paniago (2014) defende que vivemos uma crise geral sem precedentes na história, onde políticas de austeridade expõem a incapacidade do capitalismo em manter sua legitimidade e garantir a reprodução humano-social, e apontam para um preocupante horizonte de agravamento da violência e alienação política no cenário contemporâneo. De acordo com a autora, o desemprego crônico e a falta de perspectiva para milhares de trabalhadores geram um turbilhão social com efeitos nefastos como os genocídios silenciosos no mundo e o aumento da desigualdade social, onde se tornam cada vez mais ricos poucos indivíduos ao mesmo tempo em que pelo menos um sexto da população mundial não tem sequer alimentação garantida.

Ainda sobre as repercussões da crise na América Latina, Braz (2017) aponta que o *impeachment* vem se constituindo como a forma “democrática” de depor governos inconvenientes ao capital na região, a partir de discursos falaciosos de justiça e democracia. No caso do Brasil, o autor explica que o *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta legitimamente eleita e afastada em agosto de 2016, se constituiu como um golpe nas ilusões democráticas, gerado pelos próprios limites da democracia na ordem burguesa, que não socializa o poder político, e forjado e alimentado pelas farsas e tragédias que marcam a história brasileira.

No difícil exercício de analisar o grave momento vivenciado no Brasil, é possível observar nos fatos recentes legados do passado, visto que ao longo de nossa história diferentes governos que tiveram qualquer traço popular ou reformista acabaram sendo derrubados pelo mote da corrupção. A democracia foi e continua sendo posta em questão para criar ou manter a

hegemonia do grande capital, e para tal articulam-se arranjos parlamentares, manobras jurídicas e apoio ostensivo dos grandes meios de comunicação (Braz, 2017).

No caso de Dilma Rousseff, o golpe foi, sobretudo, jurídico-parlamentar, criando-se situações que afundaram o país em grave crise, piorada propositalmente pela classe dominante para atingir seus objetivos políticos. O processo de *impeachment*, transmitido ao vivo pelas emissoras de televisão, serviu para mostrar ao povo brasileiro nossa frágil democracia representativa, que não representa as classes populares do país. Nesse processo, explicitou-se a intolerância das elites, indignadas pelos mínimos avanços sociais que buscaram minimizar a desigualdade social e promover o acesso dos mais pobres a espaços e bens antes impensáveis para as classes populares, como o ensino superior. O golpe foi alimentado pela intolerância classista, racista e misógina fortemente arraigada no Brasil, e o pacto de classes que o PT propôs durante os governos Lula e Dilma não mais se sustentou:

Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes tirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (Braz, 2017, pp. 87-88).

Assim, o que se coloca no horizonte é a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora e a readequação das políticas sociais a programas neoliberais com ciclos de austeridade que pesam sobre os mais pobres, inclusive aumentando o quantitativo de pessoas em situação de rua e piorando o atendimento e acesso dos que já se encontram nessa condição. Nesse sentido, Braz (2017) alerta sobre elementos da cultura fascista que ameaçam a democracia, que mesmo com seus limites na ordem burguesa, é sempre campo de disputa, luta e resistência.

Além dos elementos já apontados, Fernandes (2018) destaca o papel do imperialismo e dos interesses estadunidenses, em associação com frações das classes dominantes brasileiras, que também influíram para o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. O autor explica que na primeira década do Séc. XXI emergiram experiências populares heterogêneas

na América Latina, sendo a brasileira mais moderada, visto que os governos do PT apostaram em diálogo estratégico com os EUA para expandir a gradual projeção brasileira no cenário internacional.

A partir de 2007, com a descoberta do pré-sal, o Brasil se insere de fato na geopolítica do petróleo, e o controle de grande parte da produção de petróleo e outras fontes de energia no mundo é uma das principais estratégias adotadas pelos EUA para garantir sua hegemonia imperial. Nesse contexto,

O golpe de 2016 representa essa inserção do Brasil numa fase de acumulação capitalista ainda mais espoliativa e predatória, cujo aprofundamento corresponde à manutenção, ao menos passageira, da hegemonia norte-americana (Fernandes, 2018, s/p).

A suposta “luta contra a corrupção” e a guerra jurídica aparecem então como principais motes da intervenção norte-americana na América Latina, com financiamentos de grupos e ONGs que atuam “contra a corrupção”, que, entre outras circunstâncias, influenciaram as manifestações brasileiras de 2013 e o sentimento da população de descrédito e ineficiência dos serviços públicos. Após 2016, o enfraquecimento das transnacionais brasileiras alarga as portas do mercado para empresas norte-americanas e seus sócios minoritários brasileiros, o que pode ser explicitamente observado nas legislações, pactuações e movimentos realizados pelo presidente interino Michel Temer (Fernandes, 2018).

Conservadorismo, ataque aos direitos humanos e à democracia, e cortes em políticas públicas importantes para a classe trabalhadora no Brasil marcaram 2019, primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Mesmo com significativos esforços da oposição e da sociedade civil organizada, que buscam barrar os recorrentes retrocessos que atingem a população, as ações do governo federal seguem por caminhos que impactam a classe trabalhadora e ameaçam ainda mais a sobrevivência dos grupos historicamente mais marginalizados e criminalizados no país, dentre eles a PSR.

Analisar este novo governo, que intensifica velhos posicionamentos em defesa do capital internacional, é de difícil tarefa, especialmente no ritmo frenético de destruição e ataque

aos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora brasileira. A angústia das trabalhadoras das políticas sociais e da PSR perante a perspectiva de retrocessos em relação aos direitos sociais, que já se anunciavam durante a campanha para as eleições presidenciais de 2018, foi observada a partir das falas de técnicos e usuários do SUAS que participaram desta pesquisa, e que serão apresentadas no próximo capítulo.

Diante do que foi exposto até este momento, é possível compreender que a “questão social” vem sendo foco de ações e políticas sociais por parte do Estado, de diferentes formas e com enfoques diversos, de acordo com os posicionamentos dos governos que assumem o poder. Mesmo em cenários mais progressistas, como nas gestões do PT, apesar de inegáveis avanços no campo da proteção social, as políticas sociais foram implementadas com limites, muitas vezes de forma fragmentada e compensatória.

Dantas (2013) explica que o caráter limitado das políticas sociais parte da própria concepção de pobreza utilizada, que, em geral, busca conhecer quem é o pobre e quantos eles representam na população, tratando a pobreza como entidade isolada e natural na formação das sociedades, quando ela precisa ser encarada como totalidade histórica, sendo impossível separá-la das suas condições de produção e organização da sociedade vigente.

A ação do Estado brasileiro em relação às populações mais pobres e marginalizadas historicamente foi direcionada por órgãos e atores de segurança pública, em geral no sentido de repressão e segregação, e por entidades e serviços de assistência social, que tinham como horizonte ações de caridade, sendo que esses dois direcionamentos por vezes se encontravam e entrelaçavam. A assistência social, foco desta pesquisa, vem passando por uma série de transformações até os dias atuais no Brasil, e carrega marcas que exigem esforço contínuo de superação por profissionais e usuários dos seus serviços. É sobre este percurso e sobre as ações socioassistenciais contemporâneas destinadas à PSR que iremos nos ater a seguir.

A Assistência Social foi instituída formalmente como direito no Brasil a partir da promulgação da CF de 1988, marco legal de reabertura democrática do país após a ditadura

civil militar, e fruto da mobilização de trabalhadores, estudantes e movimentos sociais. Tal conjunto de leis busca garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza e as desigualdades sociais, concebendo as políticas de proteção social, de responsabilidade do Estado, como ferramentas para efetivação da igualdade. O art. 194 da CF dispõe sobre a Seguridade Social, conjunto de ações por parte do poder público e da sociedade, a fim de assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social. Assim, a assistência social deve ser prestada a todos que dela necessitem, independente de contribuição prévia.

Em 1993, foi instituída a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (lei 8.742), que estabelece a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, que provê os mínimos sociais, e deve ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. A LOAS confere novo estatuto à assistência social no Brasil, e elenca como principais objetivos da política a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice; amparo as crianças e adolescentes carentes; promoção de integração ao mercado de trabalho; assistência às pessoas com deficiência e sua integração a vida comunitária; e garantia de um salário mínimo mensal como benefício à pessoa com deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuir meios de manterem-se ou de serem providos pela família.

Em 2005 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a primeira versão da Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS), com objetivo de orientar os trabalhos de assistência social por todo o país, que por vezes ocorriam de modos muito distintos, a critério principalmente das gestões municipais. Tal documento foi revisado em 2012 e define o SUAS como sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem como princípios a universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade. A NOB/SUAS destaca também as diretrizes estruturantes para a gestão do SUAS: primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; descentralização político-administrativa e comando

único das ações; financiamento partilhado entre os entes federativos; matricialidade sociofamiliar; territorialização; fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil; controle social e participação popular.

Apesar da centralidade do marco legal em relação à política de assistência social, é preciso observar, conforme defende Sposati (2011), que a assistência social no Brasil não nasce com a LOAS, existindo ações e serviços socioassistenciais pré-constituição de 1988. A maior parte dessas ações era marcada pela caridade e filantropia, sobretudo a partir de iniciativas da Igreja católica, que desde a colonização do país atuou com as populações nativas a partir de uma lógica de docilização e domesticação dos indígenas e africanos escravizados pela via da conversão ao cristianismo (Faleiros, 2004).

Sobre a concepção de assistência social como política pública de proteção social e direito de todas as pessoas a uma vida digna inaugurada pela LOAS, Cruz e Guareschi (2010) afirmam que se trata do passo inicial rumo à mudança na associação da assistência social como prática de caridade e bem-estar. Mesmo com tal marco legal, Oliveira (2017) alerta sobre o caráter eminentemente filantrópico marcado pelo primeiro damismo, o pouco interesse do Estado pela política de assistência social e seu uso como carro chefe da política partidária até as décadas de 1990 e início dos anos 2000. Além disso, a atuação teve como principal direcionamento a mescla de programas focalizados e benefícios assegurados nesta política no referido período, dentre eles o BPC e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Cabe destacar o desafio posto a assistência social, que percorre longo e árido percurso para se afirmar política, uma política não lucrativa ao mercado e que tem como destino os que apresentam as piores condições de vida. A LOAS foi promulgada na década de 1990, justamente quando avança no Brasil o neoliberalismo e sua defesa de um Estado mínimo. Em que pesem os inquestionáveis avanços legislativos e jurídicos, como em tantas outras questões, a letra da lei não é suficiente para efetivação dos direitos conquistados, especialmente nesse

campo de disputas, sendo fundamental a constante movimentação da classe trabalhadora para a concretização das conquistas legais.

Uma das formas de incidência da classe trabalhadora sobre as políticas públicas, inclusive a assistência social, é a atuação nos espaços de controle social, que incluem conselhos, conferências, entre outros mecanismos. A CF demandou aos entes federativos a criação de espaços e instâncias de controle e acompanhamento das políticas e programas com a participação da sociedade, desde o planejamento até a avaliação das ações. Trata-se de um modelo de regulação social, que emerge como resposta após a gestão de governos autoritários e centralizadores (K. Pereira, 2016).

No ano de 2003 foram aprovadas deliberações na IV Conferência Nacional de Assistência Social que se referiam à construção e implementação do SUAS para operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), lançada em 2004 prevendo modos de gestão e financiamento da assistência social no Brasil. No ano de 2005 foi criado o SUAS, que como indicam Alberto, Freire, Leite e Gouveia (2014), à semelhança do SUS, utiliza modelo de gestão descentralizada e participativa, regula e organiza a rede de serviços socioassistenciais em território nacional e dá forma aos direitos garantidos na constituição e assegurados como mecanismos de proteção social.

A criação do SUAS marca o rompimento com políticas de favor e ocasião para emergência de um direito social, assume o paradigma da proteção social em detrimento do assistencialismo, reconhece o papel do MPC na geração da pobreza estrutural e inova ao unificar programas anteriores e ao propor o nível da proteção social básica (Oliveira, 2017). Destarte, o SUAS representa um marco de reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade no provimento dos mínimos sociais. Cabe ressaltar que a assistência social deve ser realizada em conjunto com políticas setoriais (ECA, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, etc.) para o enfrentamento da pobreza e a universalização dos direitos sociais (Alberto, Freire, Leite e Gouveia 2014).

Sobre a conformação do SUAS, produto da luta histórica dos trabalhadores por uma gestão descentralizada, Pereira e Sousa (2016) explicam que se trata de um processo que é prenhe de contradições, devido ao momento que a implantação desse sistema ocorre - um período em que os princípios de justiça e de solidariedade nos quais se sustenta são confrontados pelos princípios de competição e eficiência, base da ofensiva neoliberal, nos marcos do capitalismo.

Os serviços e programas ofertados pelo SUAS são organizados a partir de diferentes níveis de complexidade de proteção: proteção social básica e proteção social especial. A proteção social básica opera a partir da vigilância social e de ações preventivas de riscos, através do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços socioassistenciais desta complexidade visam reforçar a convivência familiar e comunitária, socialização, acolhimento, inserção, bem como realizar articulações para assegurar o acesso aos direitos sociais por parte da população acompanhada.

Entre os principais serviços socioassistenciais da proteção básica está o serviço de atendimento integral à família (PAIF), executado por profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Outros serviços importantes da proteção básica são o CadÚnico, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de proteção social em domicílio para Pessoas Com Deficiência e idosos, entre outros.

Já a proteção social especial é organizada em média e alta complexidade, sendo destinada às pessoas e grupos em situações de risco, que já tiveram seus direitos violados. Os principais equipamentos da média complexidade são os CREAS, que ofertam serviços de PAEFI, SEAS, Serviço de Proteção Social para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, serviço especializado para PSR, entre outros. Também na média complexidade se localiza o Centro POP. A alta complexidade, por sua vez, é composta por abrigos, casas de passagem, residências

inclusivas, serviços de república e unidades de acolhimento para crianças, adolescentes, idosos e PSR, serviços de proteção em situação de calamidades públicas e emergências, entre outros.

Entre as atribuições direcionadas à PNAS na PNPR destacam-se a estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da PSR; produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da PSR; inclusão de pessoas em situação de rua no CadÚnico para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais; assegurar a inclusão de crianças e adolescentes, em situação de trabalho na rua, no PETI; inclusão de pessoas em situação de rua no BPC e no PBF, na forma a ser definida; promoção de novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que dentro do Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011 como estratégia do Governo Federal para a retirada de 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza, incluiu-se a destinação, no âmbito do SUAS, de recursos para a criação de novos Centros POPs e unidades de acolhimento institucional para PSR. Além disso, a partir do referido plano, o CadÚnico passou a aceitar a indicação de endereços de abrigos, igrejas ou restaurantes populares para pessoas que vivem em situação de rua, com objetivo de superar a seletividade imposta pela exigência de comprovante de residência, uma barreira para a PSR acessar políticas públicas e benefícios como o PBF (MDS, 2011 b)

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009) - construída após a inserção do MNPR no CNAS, que passou a pautar as demandas das pessoas em situação de rua - definiu padrões de qualidade e funcionamento dos serviços socioassistenciais, dentre os quais os destinados ao atendimento dessa população em todo o território nacional – Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviços de Acolhimento institucional – que inclui adultos e famílias em situação de rua, e

Serviços de Acolhimento em República – que inclui adultos em processo de saída das ruas (Lima, 2014).

A PSR é atendida nos diversos equipamentos socioassistenciais que compõem o SUAS, sendo alguns destes voltados especificamente para ela, como os serviços de acolhimento institucional e os Centros POP. Os serviços de acolhimento institucional (abrigo institucional e casa de passagem) e o serviço de acolhimento em república oferecem atendimento integral visando garantir condições de estadia, convívio e endereço de referência para acolher com privacidade pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (MDS, 2012).

O objetivo principal dos serviços de acolhimento para pessoas adultas e famílias em situação de rua é realizar atendimentos qualificados e personalizados visando à construção conjunta com os usuários destes serviços do seu processo de saída das ruas, respeitando a autonomia e o tempo das pessoas. Os abrigos devem estar inseridos nos centros urbanos e regiões de maior concentração de PSR, e devem proporcionar ambiente acolhedor para repouso e alimentação, bem como atendimentos e atividades de integração entre os usuários e a comunidade. As casas de passagem, por sua vez, realizam acolhimentos imediatos e transitórios de adultos e famílias, sem intenção de permanência por longos períodos no acolhimento institucional. Tanto os abrigos quanto as casas de passagem devem atender no máximo cinquenta pessoas por unidade e funcionar 24h, com atenção e flexibilidade aos horários de cada usuário (MDS, 2012).

O serviço de acolhimento em república é destinado às pessoas adultas com vivências de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Nesta modalidade de serviço socioassistencial são oferecidas proteção, apoio e moradia subsidiada, devendo ser desenvolvidos em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores (MDS, 2012).

Em avaliação das unidades de acolhimento institucional no Brasil, o CIAMP-RUA identificou graves problemas nestes serviços, com unidades que acolhem até 500 pessoas em alguns estados. Alguns dos agravos destacados pelo órgão que monitora as políticas para a PSR foram as estruturas físicas precárias e falta de profissionais preparados para acolher as pessoas em situação de rua, que tem demandas desafiadoras e emergenciais, o reduzido número de repúblicas, a falta de articulação com outras políticas, a falta de metodologia e baixa qualidade nos serviços ofertados.

Outro serviço socioassistencial direcionado ao atendimento da PSR é o Centro POP, lócus do serviço especializado para pessoas em situação de rua. O Centro POP deve identificar os indivíduos e famílias que se encontram em situação de rua e dar providências necessárias para viabilizar sua inclusão no CadÚnico. Este equipamento socioassistencial visa imprimir uma concepção garantidora de direitos para a inclusão social e a construção de novos projetos de vida por parte de seus usuários, rompendo com culturas pautadas no preconceito, na intolerância e no assistencialismo. (MDS, 2011 a).

“O Centro POP é a menina dos olhos do movimento”. Tal frase, proferida por Maria Lúcia Silva, coordenadora nacional do MNPR, durante o I Seminário Potiguar de População em situação de rua, expressa o investimento e a participação do MNPR na construção deste serviço. O MNPR se reuniu diversas vezes com representantes do governo federal para planejar e desenhar o equipamento socioassistencial a partir das principais necessidades da PSR. Entre ações desenvolvidas pelo Centro POP elencam-se atendimentos psicossociais e jurídicos, trabalhos em grupo, encaminhamentos para documentações, serviços de saúde, programas de transferência de renda e benefícios eventuais, cursos, mercado de trabalho, programas de habitação, entre outras necessidades do público atendido.

Pelas especificidades da PSR, o Centro POP disponibiliza também alimentação, guarda de pertences, lavanderia, entre outras demandas relacionadas às necessidades emergenciais de seus usuários, sendo que suas ações não devem se restringir as mesmas. No caderno de

orientações técnicas do Centro POP é explicitado que deve ser incentivada a participação da PSR na organização deste serviço, desde o estudo para sua implantação, e cotidianamente através de avaliações e planejamentos conjuntos. Ainda neste serviço, deve-se realizar registros dos dados de usuários em situação de rua, permitindo a localização dos mesmos por familiares e pessoas de referência, assim como para potencializar o acompanhamento por parte da rede de atendimento.

Nos municípios onde, em função da demanda, não se justificar a implantação de Centro POP e conseqüentemente a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o PAEFI, ofertado no CREAS, poderá promover o acompanhamento especializado a esse segmento, em articulação com os demais serviços da rede de atendimento e garantia de direitos. Cabe destacar que o cofinanciamento federal para os serviços especializados às pessoas em situação de rua atualmente é ofertado para municípios com população de mais de 100 mil habitantes, ou municípios com mais 50 mil habitantes que sejam integrantes de regiões metropolitanas.

Outro serviço socioassistencial que atua com as demandas da PSR é o SEAS, que busca a identificação de pessoas em situação de rua, abordando-as e ofertando atenção especializada ao segmento, iniciando-a no próprio contexto da rua e viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. O SEAS é ofertado continuamente e busca identificar, além da situação de rua, ocorrências de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outras situações, e para tal realiza busca ativa em praças, centros comerciais, eventos e espaços de grande concentração de pessoas.

O SEAS é um serviço bastante desafiador e que muitas vezes é acionado de forma equivocada pela sociedade, e mesmo por órgãos públicos, visando à retirada da PSR dos espaços que ocupam e causam incomodo, em um viés explicitamente higienista, e que não corresponde aos objetivos deste serviço. Os profissionais do SEAS se aproximam das pessoas

que estão em situação de rua para dialogar e, caso ocorra abertura, construir conjuntamente possibilidades de cuidados e encaminhamentos visando à superação da situação de rua. Mesmo com tal posicionamento tipificado, trata-se de um serviço que “anda sempre no fio da navalha”, sofrendo constantes pressões para “recair” em práticas higienistas.

Além dos direcionamentos previstos na tipificação dos serviços socioassistenciais e demais documentos que orientam a ação nos equipamentos do SUAS, e da garantia dos recursos materiais e insumos necessários ao funcionamento das atividades previstas, a concepção e atuação dos profissionais é basilar no direcionamento das ações desenvolvidas junto a PSR usuária dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, um marco importante na consolidação da política de assistência social na direção da garantia de direitos é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), que trata dos trabalhadores da assistência social, e toca em questões fundamentais como os vínculos, formação, planos de cargos, carreiras e salários. Nos anos de 2011 e 2014 o CNAS lançou resoluções com definições de categorias profissionais de nível superior, médio e fundamental para exercer funções determinadas no SUAS.

Sobre o trabalho das assistentes sociais no SUAS, Pereira e Sousa (2016) contextualizam que ao ingressarem no campo da política pública as profissionais buscam reelaborar o significado de competência profissional, que desde a década de 1990 com o avanço do neoliberalismo e a “fusão singular do Estado com o capital”, é ensinado na perspectiva de competitividade e empreendedorismo. Na prática profissional muitas vezes os trabalhadores da assistência social se deparam com problemas como mandonismo, clientelismo e apropriação privada da coisa pública, elementos que são traços históricos definidores da cultura brasileira e se contrapõem à concepção de democracia. As autoras defendem que competência profissional nesse campo de trabalho envolve a referência das ações pelos códigos de ética profissional, a atenção e consideração da dinâmica histórica da sociedade, o rigoroso trato teórico-metodológico, o respeito aos usuários como sujeitos sociais e os esforços permanentes para não reificar sua condição de especialista em detrimento do conhecimento do outro.

Em pesquisa sobre a implantação e operacionalização do SUAS, Pereira e Sousa (2016) observaram pontos positivos como a preocupação dos profissionais em definir instrumentais que facilitem o exercício profissional de forma mais qualificada, esforços de articulações entre os profissionais, estratégias criativas de trabalho para potencializar ações e recursos já existentes, entre outras questões. Já como aspectos negativos foram destacadas a defesa da centralidade do mercado na organização da produção e alocação dos recursos, tendência a conceber o usuário como pobre preguiçoso e não como um trabalhador sobrando da superpopulação relativa e tendência a dissociar os programas e ações governamentais do fundo público e articulá-las a programas de governo e não de Estado.

Assim, o trabalho socioassistencial é definido por Pereira e Sousa (2016) como fio contraditório que percorre fenômenos históricos e as instituições, e que possui simultaneamente elementos reprodutores e superadores da ordem. Apesar de apresentarem dados especificamente sobre o serviço social, é fato que as dificuldades apresentadas são comuns também às demais profissões, especialmente as que adentram os serviços de assistência social posteriormente, como psicólogos, pedagogos e advogados.

A coleta de nossa pesquisa, realizada a partir das rodas de conversa com profissionais da assistência social que atuam nos serviços para PSR, propiciou a observação e o registro de uma série de dificuldades e desafios vivenciados cotidianamente pelas trabalhadoras do SUAS. Esses conteúdos foram agrupados na categoria “*A gente faz das tripas coração: o atendimento e acompanhamento da população em situação de rua pelos serviços socioassistenciais*” e terá seus principais conteúdos apresentados a seguir.

Esta categoria agrupa o maior volume de dados coletados junto as trabalhadoras do SUAS, e trata de questões basilares na execução dos serviços socioassistenciais para PSR, tais como as formas de acesso dos usuários aos serviços, as principais demandas apresentadas, como se organizam as rotinas e atividades nos serviços pelas equipes, quais os principais problemas e desafios postos, como são realizados ajustes e adaptações pelos profissionais para atender à

PSR, e quais as referências que embasam a prática profissional nos CREAS, Centro POP e unidade de acolhimento.

Para iniciar a reflexão acerca da execução dos serviços do SUAS que atendem PSR colocamos as informações fornecidas pelos participantes sobre as formas de acesso e as principais demandas buscadas pelos usuários nestes equipamentos. Em relação ao acesso foram descritas como possibilidades a demanda espontânea, a busca ativa através do SEAS, a comunicação e recomendação entre as próprias pessoas em situação de rua, e o encaminhamento de equipamentos do SUAS ou de outras políticas públicas e do sistema de justiça:

Inicialmente foi mais por busca ativa, a gente fez primeiro a busca ativa e aí eles vão passando de um pro outro, e aí a demanda vai aumentando (Copo-de-leite).

Então, a população de rua que nós atendemos geralmente são os que chegam até nós através de ofícios e de denúncias. Então aí a gente atende, mas a nossa equipe não faz a busca ativa (Margarida).

O SEAS, principal serviço responsável pela busca ativa e encaminhamento da PSR para os CREAS, Centro POP e abrigos, era executado em três dos cinco municípios pesquisados, sendo que em apenas um deles possuía equipe técnica própria; nos outros dois, contava com os mesmos técnicos do PAEFI, que atuavam no SEAS periodicamente. Cada equipe de abordagem social vai desenvolvendo suas estratégias de ação de acordo com a realidade tanto das condições de trabalho como das características da PSR local:

Vamos, a cada quinze dias a gente faz a abordagem. Uma vez na rua e a outra na feira, na feira tem muito a questão das crianças e do trabalho infantil. E das outras vezes vamos pra rua (Jasmim).

Em relação às demandas apresentadas pela PSR em sua chegada aos serviços foram destacadas várias necessidades pelas profissionais, dentre elas a confecção de documentos, encaminhamentos para trabalho e tratamentos de saúde, retorno para cidade de origem e apoio para proteção diante de ameaças de morte:

Os de outros estados geralmente chegam atrás de emprego e os daqui são com os vínculos rompidos. Mas a maioria mesmo é como foi dito aqui, atrás de um emprego (Antúrio).

Passagem para ele ir para outro lugar. Acolhimento em clínicas para drogadição. Eu encontrei com um ali no meio da rua e lembrei, ele queria só se estabilizar e voltar para a rua. Muita gente também pra fugir de situações de ameaça, aí vem buscar o encaminhamento (Margarida).

Na verdade, eles buscam ajuda. Tem uns que vão lá em busca de remédio: “eu quero remédio”, como se a gente fosse... Aí a gente faz os encaminhamentos (Hibisco).

A partir dessas falas é possível apreender que a assistência social é encarada como uma espécie de ponte que a PSR busca para acessar os mais diversos direitos. Mesmo o CREAS não sendo um equipamento da saúde, o usuário vai até lá para solicitar um remédio ou para ser encaminhado para uma CT para descansar e se fortalecer por um período. Essas situações apontam para o SUAS como espaço de referência, de acolhida, do pensar junto e articular a rede para acesso aos direitos.

Apesar da importância de que os serviços do SUAS sejam tomados pelos seus usuários como espaços de apoio e referência, a ideia de balcão de direitos difusos e ponte para outras políticas, muitas vezes acaba se colocando como centro da ação e do tempo das equipes. Quando as profissionais utilizam toda a sua carga horária para articulações, muitas vezes não conseguem planejar e executar atividades em grupo, oficinas, atendimentos com os usuários, e mesmo reflexões e planejamentos de atividades próprias da política de assistência social. A articulação e ação integrada é papel de todas as políticas que compõem as redes de garantia de direitos, e não deve ser de iniciativa exclusiva dos serviços socioassistenciais.

Nos serviços onde são disponibilizados alimentação, higienização e/ou repouso, no caso do CREAS de um dos municípios, do Centro POP e a unidade de acolhimento, a PSR também buscava a garantia dessas necessidades básicas:

Sim, a gente acolhe o usuário, ele passa pela triagem para saber se ele vai fazer parte do serviço também porque tem muitos casos que são pessoas aqui da cidade e a gente procura para fazer contato com a família. Vamos buscar a família, vamos buscar onde é que está essa pessoa para a gente fazer esse vínculo. Quando não tem, como a maioria é de fora, a gente acolhe o usuário, fazemos entrevista individual, fazemos o PIA, que é

o Plano Individual de Acompanhamento. Nele a gente traça metas para eles, metas que sejam tirar documentação, metas que sejam questões de saúde, de educação, de emprego... E aí a gente vai direcionando esses encaminhamentos. E também a gente faz oficinas com eles sobre questão de drogas, de emprego, de renda... A gente tem um público também bem rotativo (Flor-do-deserto, Centro Pop).

É feita a triagem inicial, aí após a triagem inicial é que realmente eles são acolhidos, é ofertado banho, ofertada alimentação, e em seguida vai para a conversa com o atendimento psicossocial para saber realmente a demanda deles, do que eles estão precisando, se já foi providenciado pelo centro POP, caso não a gente encaminha para o Centro POP. Dependendo das demandas já vão se fazendo os encaminhamentos para sanar as necessidades deles (Antúrio, unidade de acolhimento).

É possível apreender das falas expostas uma lógica de demanda e resposta, de identificar as principais problemáticas e necessidades colocadas pelo usuário que chega e buscar respondê-las de forma mais rápida possível. Esta parece ser uma lógica guiada pelas relações sociais mercadológicas, de adquirir serviços que respondam a necessidade do consumidor, ainda que neste caso os clientes não paguem diretamente pelos serviços, que são custeados pelo Estado. É possível que essa lógica tenha também como base a necessidade de atender o maior número possível de usuários, até porque para receber recursos os gestores precisam registrar os quantitativos de atendimentos. E como as vagas para repouso e alimentação são limitadas, para conseguir acolher novos usuários, é preciso “resolver” as questões dos mais antigos de modo que não mais precisem dos serviços.

É fundamental conhecer a história e mapear as principais demandas do sujeito que chega (ou retorna) ao serviço, bem como realizar o registro de suas informações, que são colocadas no PIA, prontuário SUAS e demais instrumentais utilizados pelas equipes. Esse processo não pode ser feito de modo mecânico nem deve perder de vista o fator subjetivo da realização. A pessoa que se encontra em situação de rua, especialmente a que o faz por longo período, possui aspectos de sociabilidade e identidade intrinsecamente relacionados às vivências de rua, e superar esta condição é um processo que demanda tempo, vínculo, e é absolutamente singular para cada sujeito. Às trabalhadoras da política de assistência social, se coloca, portanto, o

desafio de conciliar a pressão por respostas rápidas por parte de gestores e da sociedade, com a singularidade do tempo, do desejo, da história e das condições de cada usuário.

Outro aspecto observado na coleta de dados desta pesquisa foi que nas cidades que não possuem Centro POP e unidade de acolhimento o CREAS é a referência para o atendimento da PSR, o que está de acordo a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais:

Como a gente não tem o Centro POP quem acaba absorvendo essa demanda é o CREAS, que é só a gente (Hortênsia).

Sim, sempre tem, e os próprios serviços estão todos articulados e conscientes sobre essa atuação do CREAS enquanto PAEFI e do atendimento às pessoas em situação de rua. Toda equipe, tanto do CRAS, do CAPS, os da saúde... todos estão cientes que tratamos questões dos moradores de rua. Aqui é referência, e existe a consciência já (Violeta).

Apesar da importância de serem reconhecidos como referência para PSR pela rede, as trabalhadoras expressaram preocupação em relação a sobrecarga de atender demandas de diversas ordens de violações de direitos contra diferentes segmentos populacionais que chegam aos CREAS. As participantes explicaram que a PSR acaba sendo uma demanda secundária no universo de atendimentos e ações deste equipamento, que recebe maior número de casos envolvendo crianças e adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violências, entre outros grupos domiciliados:

Tá, deixa eu pensar. Porque população de rua não é um assunto que eu tenha me dedicado a estudo, porque geralmente como nós não temos muitos casos a respeito, acaba ficando sem o olhar. (Hortênsia).

Temos doze adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, idosos, mulheres... Só as medidas socioeducativas demandariam uma equipe, população em situação de rua outra, e tem os demais casos. E só tem uma equipe para dar conta de todos os serviços do CREAS, e aí começam as angústias... É de quase surtar, as angústias são muitas (Camélia).

Sobre esta pluralidade de segmentos atendidos e outros aspectos relacionados à atuação nos CREAS, Ribeiro, Paiva, Seixas e Oliveira (2014) entrevistaram psicólogos que trabalhavam nesses serviços de proteção social especial no Rio Grande do Norte e encontraram nas falas dos participantes dificuldades sobre a definição e identidade do serviço como um dos principais desafios vivenciados na prática profissional. A referida pesquisa foi realizada em um momento de transição e reordenamento, quando profissionais que atuavam no antigo programa Sentinela, de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, passaram a receber outras demandas como o atendimento de idosos e PSR, sem contudo, receber as devidas orientações e capacitações para o atendimento dos novos públicos. Também na nossa pesquisa, as trabalhadoras entrevistadas apontaram para a escassez, e em alguns municípios inexistência, de atividades de formação sobre temas relativos à atuação profissional no SUAS.

Uma série de dificuldades foi apontada no trabalho com a PSR. Um dos primeiros desafios nesse contato é a compreensão do discurso do usuário e suas demandas pelas profissionais que os atendem, conforme pode ser observado nos relatos a seguir:

Com a pessoa que era usuário de droga a principal dificuldade foi compreender a demanda dele. Na verdade não é querer fazer trabalho investigativo, mas compreender o que realmente aconteceu pra uma melhor forma de fazer a intervenção, porque é um discurso um pouco confuso (Hortênsia).

A falta de políticas estruturantes e a fragilidade da rede de atendimento à PSR, principalmente dos serviços de saúde mental e atenção aos usuários de substâncias psicoativas, foi apontada pelos participantes da pesquisa em todos os municípios como principal dificuldade, que limita a atuação dos serviços socioassistenciais:

A gente precisaria de mais apoio, que o sistema melhorasse já que o pouco que tem é falho, não é? Que tivesse as políticas mais apropriadas, principalmente nessa questão de apoio aos usuários de drogas. Que os municípios tivessem um impacto menor porque a gente localiza a situação e a gente não tem um albergue para colocar, então se tivesse como conseguir nessa situação o trabalho fluiria melhor (Azaleia).

A drogadição, com certeza. A drogadição, como a gente estava falando aqui com o pessoal da saúde, era muito importante um acesso maior para eles frequentarem o CAPS. Eu digo o CAPS ad porque é de consumo de álcool e drogas, a dificuldade maior deles são essas, então um acesso maior para eles conseguirem chegar lá. Tem muita

dificuldade para eles fazerem isso, por mais que a gente pegue no pé deles, que a gente fique orientando, diga que para fazer parte do serviço aqui (Centro POP) vocês têm que ir ao CAPS (Flor-do-deserto).

Novamente é possível observar na fala dos participantes o foco nos problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas no atendimento à PSR. Diante da limitada resposta da política de saúde às demandas dos usuários, e a falta de estratégias públicas para lidar com pessoas ameaçadas de morte pelo tráfico de drogas, por exemplo, profissionais da assistência social muitas vezes acabam lançando mão de estratégias questionáveis para pressionar a adesão dos usuários aos CAPS e demais serviços de saúde mental. No trecho exposto, Flor-do-deserto afirma uma condição para que o usuário possa frequentar o Centro POP: participar das atividades do CAPS. Essa estratégia está permeada de um sentido de tutela do serviço e do operador da política pública sobre a pessoa em situação de rua- é a profissional quem diz o que o usuário tem que fazer para lidar com o uso de substâncias, e se ele não obedecer será punido com o afastamento do Centro POP, o que pode alimentar a espiral de apartações e exclusões já características do segmento.

Além da dificuldade de efetivar o trabalho em rede, a desvalorização da política de assistência social e dos seus operadores foi outro conteúdo amplamente debatido nas rodas de conversa:

Acho que a assistência social já é vista como precária, na minha concepção, é só você ver a diferença de assistência social e de saúde. Até mesmo a questão dos valores que os profissionais recebem na assistência e na saúde. E eu acho que a demanda da assistência é bem mais extensa (Orquídea).

Você vê que tudo que é vinculado ao governo que vai cortar, corta logo da assistência (Azaleia).

É a prima pobre mesmo, e eu acho que por tratar de questões tão delicadas deveria ter um apoio maior em termos de recursos. Porque a gente recebe quanto mesmo? Recebemos mil e pouco aqui no CREAS pra lidar com uma cidade inteira (Begônia).

A fala das participantes expressa a experiência de trabalhar em uma “política pobre para os pobres”. Uma política que ao atender os segmentos mais pauperizados e criminalizados da

sociedade acaba sendo também invisibilizada e tratada como supérflua pela sociedade e poder público. Muitas pessoas desconhecem o SUAS ou o associam unicamente ao PBF, e o fazem com desdém e preconceito, alimentando ideias como a caracterização dos usuários do SUAS como “pobres preguiçosos que não querem trabalhar” e do próprio PBF como “incentivador a vagabundagem”. Mesmo em espaços progressistas de reivindicação por maiores investimentos em políticas públicas a assistência social muitas vezes é ignorada.

Nesse sentido, na direção da afirmação da participante Azaleia, houve corte orçamentário de 49,46% dos recursos federais destinados à política de Assistência Social em 2019: de R\$ 61.1 bilhões previsto pelo CNAS para R\$ 30.8 bilhões disponibilizado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019. Tal situação gerou preocupação em profissionais, gestores e usuários da política e levou a publicação da resolução número 20 do CNAS, de 13 de setembro de 2018, solicitando recomposição da dotação orçamentária para 2019, visto que os recursos eram insuficientes para manter os serviços já existentes. Os cortes nos recursos federais para o SUAS impactam principalmente os municípios de regiões mais pobres, que não possuem receitas para manter sozinhos os serviços socioassistenciais, e muitas vezes, como ocorreu até recentemente no RN, não recebiam cofinanciamento do poder estadual.

Além dos baixos salários, foram apontadas dificuldades estruturais para a realização do trabalho nos equipamentos do SUAS pela falta de imóveis adequados e insumos que possibilitem atendimentos, visitas e ações necessárias ao público dos serviços:

A gente funciona aqui numa casa antiga, sem acessibilidade adequada, a gente faz adaptações, mas que as vezes não podem atender toda a demanda dos usuários, até espaço para a gente fazer uma reunião maior, um atendimento em grupo... Um cadeirante aqui não tem como usar o banheiro, a cadeira não passa nas portas. Nossos grupos a gente faz em outro espaço. Temos um espaço aberto que é insalubre porque tem muito mato, nosso terreno é de mangue atrás, aí tem umas vegetações que geram surtos de rato, cobra. O terreno é pequeno e desnivelado, a parte de trás fica mais baixa do que o resto da rua, então é mais quente, não é adequado (Copo-de-leite).

Diferente da saúde e da educação, que em geral funcionam em prédios próprios e projetados para o funcionamento de escolas, unidades de saúde e hospitais, a maior parte dos

equipamentos socioassistenciais funcionam em casas alugadas e precariamente adaptadas para o funcionamento de CRAS, CREAS, abrigos, e outros serviços. Além dos imóveis, muitas vezes faltam veículos adequados para a realização de visitas, e insumos tão básicos como materiais de limpeza, descartáveis, além de computadores e equipamentos adequados para a atuação das equipes profissionais.

Resistência da gestão e de alguns profissionais em atender à PSR, de transporte e deslocamento dos usuários entre os equipamentos para os quais são encaminhados, e os conflitos entre as pessoas em situação de rua e entre estes e os profissionais também foram referidos pelos participantes como dificuldades significativas. Sobre estes últimos, alguns profissionais compartilharam que por vezes sentem medo de usuários que acompanham, de lugares dominados por facções onde entram para fazer abordagens, entre outras situações:

Nós demos uma paradinha devido à violência, tivemos que parar porque o município estava muito violento, não só o município, todo o estado. Hoje o município é dividido em duas facções, e hoje a gente entra justamente onde esse pessoal está. E é onde a gente pode ser mal interpretado, porque como eu disse a maioria dos moradores de rua são usuários de droga. Eles veem a gente como uma ameaça. A gente quer tirar eles desse meio, mas os outros não querem que tire (Crisântemo).

Outro ponto de destaque que impacta a execução dos serviços socioassistenciais é a alta rotatividade dos usuários. O tempo da política geralmente é diferente do tempo da pessoa em situação de rua, o que muitas vezes compromete a qualidade das intervenções, que são interrompidas precocemente:

É muito rotativo, eles estão lá hoje e amanhã não terminam, então a gente tem muita dificuldade nesse trabalho com a população em situação de rua pelo modo de vida que eles têm. (Flor-do-deserto).

Uma coisa que eu percebo é que há uma diferença do tempo também. O tempo deles é muito rápido e o tempo do serviço não dá conta de acolher. Por exemplo, ele vai ao serviço e precisa estar sem usar álcool naquele dia, então ali já se perde o vínculo. Alguns até buscam, mas se não forem atendidos naquele momento não conseguem. Às vezes tem a marcação de um exame e a gente vai depender da rede, e quando a rede liga para dizer que saiu o resultado do exame eles já não estão mais lá. Como boa parte deles é andarilho, hoje está aqui e amanhã em outro canto. As necessidades são imediatas e a gente não tem como ter esse resultado imediato como eles querem (Alfazema).

Cabe destacar que, por mais cansativo e desgastante que seja para os usuários e para as equipes que os acompanham, os serviços da assistência social devem estar de portas abertas para que os sujeitos, não só a PSR, mas todos os usuários e usuárias, busquem e reiniciem os processos de acompanhamento psicossocial quantas vezes forem necessárias. A violência, o uso de substâncias psicoativas, a extrema pobreza, os conflitos familiares, entre outras questões se entrelaçam e aprofundam de modo que superá-los é um processo que em geral não é linear, tendo períodos mais tranquilos e outros momentos de crises e agravamento das dificuldades. Ter ciência desse processo é importante para refletir sobre estratégias de atendimento, bem como sobre os limites das estratégias, que por mais potentes que sejam, podem não responder a demanda da realidade presente.

Essa impossibilidade de responder a todas as demandas, as diferenças de tempo entre a necessidade do usuário e a resposta do poder público, a falta de insumos necessários para a prática profissional, entre outras dificuldades, gera sentimento de impotência e frustração nas trabalhadoras do SUAS, conforme expressou uma participante:

Infelizmente para nós profissionais é frustrante. Porque assim, a gente se doa de verdade, a gente quer, muita das vezes a gente faz das tripas coração, faz acontecer, é roupa, material de limpeza que nós tiramos do nosso próprio bolso, é comida... Para ver aquela pessoa mudar mesmo, mas acaba não acontecendo, e pra a gente isso é um pouco frustrante (Cravo).

“Fazer das tripas coração” é uma antiga expressão que significa fazer um esforço sobre-humano, superar limites e condições adversas para atingir objetivos, metáfora que expressa bem a realidade das trabalhadoras do SUAS. Apesar de ser legítimo o reconhecimento dos esforços das trabalhadoras e trabalhadores, que muitas vezes vão além de suas funções previstas legalmente, é preciso atentar para não romantizar a falta de recursos e condições de trabalho, que produzem adoecimentos nos servidores e limitam objetivamente a qualidade e abrangência dos serviços prestados.

Outras questões apontadas pelas participantes foram a dificuldade e a resistência à superação da situação de rua dos usuários pela relação arraigada que desenvolvem com os

espaços públicos, pelos modos de vida que vão sendo construídos dessa forma e pelas próprias condições concretas e dificuldades estruturais da rede:

Acho que o que a gente tem hoje não trabalha nem com a perspectiva da superação, é aquele atendimento emergencial ali do dia e de hoje ter um canto para você dormir aqui, mas que já não atende todo mundo (Camélia).

Mesmo com as dificuldades apontadas, as equipes identificaram casos de usuários que conseguiram superar a situação de rua, algumas delas a partir do acesso ao BPC e/ou programas de habitação, e também a insistência e persistências das equipes, conforme exemplificado em caso narrado por uma das participantes:

Posso dizer que sim com Dona Luzia porque nós dissemos o seguinte “vamos tirar essa mulher da rua”. Nós fomos a fundo, de verdade. Tentamos várias vezes, articulamos com a família para a família aceitar porque não foi a primeira vez nem a segunda que ela saiu de casa... Então foi muito tempo até que a família decidiu acolhê-la, mas só que muitas das vezes a gente ia e ela também não queria voltar pra casa, então tem isso também. Até o trabalho ser feito para que a gente levasse essa senhora para casa foi árduo, mas valeu a pena. E assim, é tanto que nós continuamos ali acompanhando de pertinho mesmo (Cravo).

Quando refletimos sobre questões e processos que envolvem a PSR é preciso ter cuidados com as dicotomias de sucesso/fracasso, uma vez que o não retorno à vida domiciliada não necessariamente representa uma falha ou falta de empenho e efetividade por parte das equipes do SUAS ou do usuário. Da mesma forma, não se deve cristalizar o olhar para os sujeitos da rua unicamente como vítimas do sistema, pois além do sofrimento que de fato vivenciam, eles são também sobreviventes que resistem e por vezes se orgulham da “viração”, lançando mão de estratégias únicas para garantir a reprodução de suas existências em condições inóspitas e desafiadoras.

Como foi referido, as pessoas têm tempos, desejos e graus de vinculações singulares com o modo de vida nas ruas. Tal afirmação não propõe a banalização ou naturalização da situação de rua, que como vem sendo exposto desde o início desta tese, está envolta em uma série de violências, rupturas e sofrimentos. O que buscamos refletir é que os avanços se materializem no acesso aos direitos, na construção de vínculos, no respeito ao desejo,

conhecimento e ao diálogo com o usuário, e na construção conjunta de projetos singulares e coletivos com os sujeitos em situação de rua que buscam acolhida e apoio no SUAS.

Outro ponto citado em relação aos principais problemas e dificuldades dos equipamentos socioassistenciais que atendem a PSR tratou das dificuldades dos usuários de seguirem regras e se organizarem coletivamente dentro dos serviços, sobretudo nas unidades de acolhimento, onde dormem, se higienizam e repousam. Além das relações interpessoais e do uso de substâncias psicoativas, a falta de rotinas e atividades foi apontada como causadora de transtornos e conflitos.

Mas além de falar sobre as dificuldades, conteúdos que emergiram com muita frequência na fala das profissionais participantes foram os ajustes, adaptações e arranjos realizados pelas equipes para evitar engessar os atendimentos e ações direcionadas à PSR:

E não existem barreiras não, com a assistência não existem barreiras. A gente vai até o município, localiza a família, vai nos municípios vizinhos e caso morem nesses municípios a gente localiza, seja na zona rural ou onde for. Com nosso próprio carro a gente deixa na casa do parente e informa para a secretaria de assistência do outro município para dar continuidade ao acompanhamento... Então tudo isso a gente articula que é para o usuário não ficar desassistido (Crisântemo).

Como aqui também não tem Centro POP a gente está se adequando para atender a demanda. Alimentação, banho, corte de cabelo. A coordenadora é quem corta os cabelos, ela e um morador de rua usuário daqui (risos) (Gérbera).

A criatividade/inventividade, resistência e competência profissional das trabalhadoras do SUAS certamente são fatores preponderantes para que a política de assistência social, através de seus serviços, seja a porta aberta, ou pelo menos entreaberta, para sujeitos que vivem em situação de grande exposição e risco, e que por vezes não encontram apoio em nenhum outro lugar. Essa constatação não deve contribuir para a afirmação de um lugar sagrado e de benesse dessa política, mas ao contrário, para a sua afirmação como direito social e para a constatação de que sem a articulação em rede com as demais políticas públicas não é possível cogitar acessos e progressos.

Por vezes é preciso repensar estratégias e procedimentos, como ocorreu na unidade de acolhimento:

Antigamente não existia isso, era por ordem de chegada: as vinte e cinco primeiras pessoas que chegassem seriam as pessoas que iam fazer uso do serviço. Aí dava onze horas, meio dia e a frente do albergue já estava cheia e o Centro POP não funcionava porque não tinha demanda, porque eles tinham medo realmente de perder a vaga. Aí a gente sentou e tomou algumas medidas como essa de estabelecer camas fixas (Antúrio).

Avaliar e planejar as ações deve ser parte das rotinas das equipes do SUAS, entretanto, de acordo com relatos nas rodas de conversa, muitas vezes essas ações acabam não ocorrendo com a devida frequência. O Centro POP e a unidade de acolhimento que tiveram profissionais participantes desta pesquisa possuem regimentos internos, que orientam e regulam as práticas e rotinas nesses serviços. Não foi possível compreender se houve a participação de usuários na construção desses documentos, o que é condição *sine qua non* para garantir o processo democrático na execução dos mesmos.

Outra questão que demanda destaque é o tênue limite entre as iniciativas dos profissionais para não engessar as ações nos serviços e as práticas de caridade ou solidariedade:

Só tem o CREAS mesmo para o atendimento deles, e dessa forma sem estrutura. Por exemplo, a gente tinha um adolescente que ele cumpriu medida socioeducativa e a gente sabia que ele estava em situação de rua. A gente soube por acaso porque ele dormia na calçada e ele mentia para a gente. Ele não dizia, e aí o que é que a gente fazia entre nós? Uma trazia um desodorante, outra uma roupa, um traz um sabonete e ele tomava banho aqui, tomava café, a gente dividia o nosso almoço com ele, trazia alguma comida e dava pra ele. Depois ele ia para a rua, ia dormir em uma calçada não sabemos aonde. Então ele usava a nossa estrutura por ter vínculo conosco, por ele já ter cumprido medida socioeducativa aqui e aí ele usava esse espaço durante um dia como um apoio para ele para um banho, uma alimentação. E esse adolescente foi assassinado (Begônia).

Sim, aqui tem dois banheiros, tem um local onde guardam os materiais de higiene deles. A gente pede roupas usadas pra eles tomarem banho e vestirem uma roupinha limpa (Lótus).

Apesar da importância de buscar respostas e articulações para a garantia de insumos básicos que representam respeito e compromisso com a dignidade da vida dos usuários, é preciso ter cuidado para que tais iniciativas não desresponsabilizem as gestões de seu papel de garantir as condições mínimas para o atendimento das necessidades da PSR. Em pesquisa com

psicólogas de CREAS no RN, Ribeiro, Paiva, Seixas e Oliveira (2014) também se depararam com essa questão, que foi chamada pelos autores de “política de boa vontade”, sendo defendido pelos mesmos que não deve ser o profissional a responder pelas faltas institucionais, uma vez que o compromisso em efetivar os direitos sociais é do poder público.

A interdisciplinaridade nas equipes do SUAS foi ressaltada como fator positivo pelos trabalhadores, que defenderam a importância da soma de olhares, saberes e esforços de profissionais de diferentes áreas para um atendimento integral e com maior efetividade. Sobre esse ponto, do lugar de trabalhadora da política, reflito que não é possível atuar isoladamente na assistência social por uma série de razões, dentre elas pela necessidade de tomar decisões que impactam diretamente a vida das pessoas e famílias acompanhadas. É preciso trabalhar junto para pensar junto, somar forças, ideias, vínculos e energias, dividir angústias, decisões e problemas, revezar estratégias e formas de cuidado com os usuários, conosco e com as companheiras de trabalho.

Sobre a relevância da intersetorialidade no SUAS, Nery (2018) defende que o movimento interdisciplinar adensa o debate em torno da construção de uma identidade coletiva do trabalhador da assistência social, e que busca realizar a importante superação da dicotomia entre as dimensões subjetiva e objetiva da realidade social, ou entre necessidades de sobrevivência e apoio psicológico.

Nos diálogos com as participantes das rodas de conversa não foram citados com frequência nem profundidade legislações ou documentos de referência para atuação na assistência social ou com a PSR (também não foi realizada uma pergunta direta sobre essas referências), sendo apontados apenas superficialmente por algumas trabalhadoras, como no trecho a seguir:

E se falando em população de rua tem que entender que eles têm legislação, eles têm as leis deles, e as pessoas deveriam conhecer isso também, mas não conhecem. Aí a gente fica batendo nisso... (Sálvia).

Foram feitas referências aos PIAs como importantes instrumentos de orientação dos acompanhamentos, e à necessidade de criação de planos de ação que regulem a atuação com a PSR nos municípios. Nenhum dos 44 participantes das rodas de conversa citou o Decreto Presidencial nº 7053/2009, que institui a PNPR, a política estadual para PSR no Rio Grande do Norte ou a existência do CIAMP-RUA/RN. Também não foram mencionadas referências técnicas, tipificação socioassistencial ou nenhum outro documento orientador para atuação no SUAS. Tais ausências podem apontar para a reconhecida falta de formação continuada dos trabalhadores, que deve ser garantida pela gestão, o que certamente impacta a execução dos serviços.

A partir do reconhecimento da necessidade de formação e qualificação permanentes para os trabalhadores do SUAS diante dos desafios e da complexidade das realidades acompanhadas nos serviços socioassistenciais, foi lançada no ano de 2013 pelo CNAS a resolução nº 4, que institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS.

Por fim, um importante ponto levantado pelos profissionais foi o da realização das atividades em grupo. Foram feitos relatos sobre oficinas de trabalho e renda, palestras e atividades coletivas no Centro POP e também sobre um grupo com pessoas em situação de rua que ocorre em um dos CREAS participantes da pesquisa. Destacamos algumas falas acerca da segunda experiência:

Quando eu cheguei no CREAS já tinha essa proposta, antes que juntava todos, aí a gente resolveu dar continuidade porque foi crescendo o número de usuários em situação de rua. Aí com a mudança de prédio a gente teve a possibilidade de ofertar banho, foram construídos dois banheiros. Apesar de a casa ser alugada, foram construídos dois banheiros, um local pra guardar pertences, e teve o aval da secretária também. E aí a gente resolveu continuar. Aí fazemos o planejamento, temos os educadores sociais que não são fixos aqui, mas vem pelo menos duas vezes ao mês. Hoje veio o grupo de Capoeira, aí tem cordel, artesanato (Lótus).

O grupo de PSR no CREAS ocorre duas vezes por semana, e trata de temas relacionados aos vínculos comunitários, saúde e questões de cidadania. Em algumas ocasiões são convidados

profissionais da rede de serviços, como UBS e Cadastro Único para realizar orientações e atendimentos aos participantes. No mês em que a roda de conversa foi realizada, vinte e três usuários participavam do grupo, com variação e flutuações de frequência, e uma média de dez a treze participantes por encontro. De acordo com os relatos colocados, além de participarem das atividades dentro do CREAS, a PSR se fazia presente em passeios, caminhadas e ações junto com outros segmentos atendidos pelo equipamento socioassistencial:

Hoje eles estão até pedindo mais dias, queriam que fosse todos os dias. E assim, também estão incluídos nas atividades os passeios. Quando a gente faz passeios com os meninos das medidas socioeducativas também faz junto com eles. Eles gostam bastante, estão bem empolgados. Fazemos isso pensando na socialização deles (Gardênia).

Outro agrupamento de conteúdo das rodas de conversa com as trabalhadoras do SUAS que se relaciona à assistencial social como direito e aos desafios da atuação nesta política social, temas desta seção, tratou dos apelos por higienização social da PSR. O referido agrupamento gerou a categoria (CAT3) *“Vocês têm que tirar eles daqui: higienização e a apelo à “policialização” da assistência social”*.

As participantes das rodas de conversa relataram sofrer constante pressão para o desempenho de funções de investigação e retirada da PSR dos espaços públicos e de grande circulação da cidade. Os apelos por higienização social são provenientes principalmente de comerciantes e moradores que tem seus imóveis próximos aos pontos de concentração de PSR, inclusive dos serviços socioassistenciais:

Olha, esse ano o que aconteceu foi que eles começaram uma obra na praça, então o pessoal migrou pra outra praça. Então eles tomavam banho, faziam as necessidades (fisiológicas), aí o pessoal fazia um vídeo e mandava “olhem, vão fazer abordagem com esse povo” (Lótus).

Eu lembro que quando era estudante ainda, não sei se há uns seis ou quatro anos atrás, eu lembro que... porque eu moro no mesmo bairro do albergue e Centro POP, então a população estava querendo, fizeram um abaixo-assinado e foram entregar até na prefeitura para que o albergue se mudasse daquele bairro, justamente porque eles ficam lá próximo das unidades e as pessoas tem medo. Hoje eu acho, na época nem passava pela minha cabeça, mas hoje como trabalhadora do albergue me sinto indignada com essas coisas... porque são seres humanos! (Girassol).

Este último relato expressa como a violência dos apelos por higienização social da PSR afeta também trabalhadoras do SUAS, que, em muitos casos passam, a ser tratadas também com indiferença e inferioridade, por defenderem direitos do segmento que a sociedade deseja apagar, jogar para longe, apartar. Outras falas também apontaram elementos nesta direção:

Isso, então no aeroporto, por exemplo, tem um andarilho, aí ligam para a equipe do CREAS para tirá-lo de lá. São pessoas que vêm e não têm o dinheiro para voltar, tem acontecido alguns casos. É meio que para fazer a limpeza, para higienizar aquele lugar... É higienização mesmo, tirar do aeroporto porque o aeroporto é um lugar de elite. Inclusive no aeroporto eles exigem um padrão estético. Até nós para fazer uma abordagem, uma promoção, divulgação de campanha, nós não tínhamos estética para entrar no aeroporto. Porque teria que ter um banner pantógrafo, teria que ser só duas pessoas porque (nos avisaram que) não poderia poluir a imagem do aeroporto com panfletos ou algo assim (Margarida).

São muito frequentes as cobranças aos serviços do SUAS de retiradas da PSR dos espaços públicos ou estabelecimentos comerciais. Além de preconceito e estigmatização, tais apelos apontam também para o desconhecimento da política de assistência social pela sociedade, que mantém a expectativa da continuidade de práticas ultrapassadas, embasadas pelas antigas legislações que consideravam “vadiagem” e mendicância crimes, e procedimentos direcionados, por exemplo, pelos antigos códigos de menores, que enviavam para instituições asilares crianças e jovens em situação de rua. As equipes do SUAS precisam, então, estar constantemente explicando o papel da política e dos serviços de assistência social para a população, como expressaram as participantes da pesquisa:

Em alguns casos a discussão é justamente essa, é a sociedade que fica em cima, que quer e não entende o trabalho. Eu recebo muitas ligações e tenho que explicar o que é que a equipe faz, que eles não têm poder de tirar ninguém dali, que ele vai colocar dentro da rede... Tento explicar nesse sentido, mas é muito difícil para a população entender que ninguém tira a força aquele cidadão (Lírio).

É, a gente já chegou a participar de algumas entrevistas na rádio explicando para a sociedade qual a função da abordagem social (Lótus).

Além da população, é comum que ocorram discussões das equipes de assistência social com trabalhadores de outras políticas, especialmente da segurança pública. Como ilustra o trecho abaixo, os operadores das políticas de segurança reconhecem que não existe previsão

legal para a retirada forçada de pessoas da rua, mas esperam que os serviços socioassistenciais desempenhem tal função na perspectiva da obrigatoriedade para responder aos clamores sociais, sem compreender que a saída do espaço da rua para abrigos ou outros lugares deve ocorrer de acordo com o desejo e o tempo de cada sujeito:

Não querem sair, aí eles vão à polícia, mas a polícia também não entende que a gente não pode ir lá e retirar, eles ligam dizendo “você têm que ir lá”, aí eu digo “não, isso não é função do CREAS, é função de vocês”. Aí eles vêm com uma conversa de que não podem retirar porque eles não estão causando nenhum transtorno. Aí eu digo “como é que o senhor não pode tirar e eu posso?”, aí fica essa briga (Hibisco).

Em relação aos operadores da segurança pública também foram frequentes os relatos de agressões e pedidos de ajuda da PSR aos servidores da assistência social por causa de perseguições e violências praticadas por policiais e guardas municipais, que muitas vezes os abordam com chutes e pancadas sob pretexto de procurarem autores de crimes que estão foragidos, e de “manutenção da ordem”. Em uma das cidades onde a pesquisa foi realizada, as trabalhadoras do SUAS participantes relataram morte de usuário em situação de rua por policiais. Durante a prática profissional desta pesquisadora no CRDH/UFRN também acompanhamos diversos casos de violência praticada por operadores da segurança pública contra pessoas que estavam em situação de rua, inclusive dentro de equipamentos socioassistenciais.

Outro ponto que merece destaque é que por vezes são realizadas ações em conjunto entre servidores da assistência social e segurança pública, especialmente em contextos de megaeventos e retirada de grupos numerosos de pessoas em situação de rua. Silva (2013) cita a ação de criminalização da pobreza diante dos megaeventos e as ações de “choque de ordem” realizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro/RJ, retirando a PSR do centro da cidade e enviando-a para abrigos municipais lotados a partir de métodos violentos. Esse tipo de ação gera medo e desconfiança por parte da PSR em relação aos agentes do Estado, das mais diversas políticas, o que atrapalha e, por vezes, até inviabiliza ações com objetivo de promoção de direitos sociais de saúde, educação, segurança alimentar, entre outros.

Todo esse apelo e pressão por uma atuação policialesca da assistência social repercute na prática profissional, quando alguns trabalhadores acabam assumindo, de formas mais sutis ou mais explícitas, esse lugar de investigar e julgar os usuários, notadamente os que se encontram em situação de rua:

A gente está ali na feira fiscalizando, observando as situações de trabalho infantil, e também dos moradores de rua que aparecem no município (Crisântemo).

Eu já tenho articulação com relação ao albergue, como já trabalhei em Natal então eu tenho um vínculo forte com o coordenador do albergue de lá. Então geralmente quando as pessoas chegam e dizem que foram ou são do albergue lá de Natal eu já entro em contato prévio com ele para entender aquele usuário. Como é que ele saiu de lá? Fugido? Qual é a realidade dele? Porque assim, existem várias conversas deles... um diz uma conversa lá com eles e depois outra conversa com a gente. A gente está acolhendo e passa para a equipe técnica ter a conversa para ver se batem as informações (Antúrio).

Conhecer a realidade dos usuários, realizar estudos e trocas de informações visando pensar e construir conjuntamente as melhores formas de articulação da rede para responder as demandas do sujeito que chega ao serviço é uma prática importante que deve fazer parte das rotinas profissionais. Entretanto, é tênue a linha que separa o levantamento de dados para melhor compreensão da situação, do julgamento do usuário a partir de impressões e concepções pré-estabelecidas.

Julgamentos como “pessoa que tem várias conversas”, que não é confiável ou não fala a verdade, possivelmente embasam o olhar e as práticas direcionadas a esse usuário. É preciso estar atento ao tempo das pessoas e dos vínculos, visto que dificilmente quem já passou por uma série de constrangimentos, humilhações e situações negativas confiará todas as suas experiências e fragilidades num primeiro contato para o profissional que está do outro lado do balcão. Além disso, o uso abusivo de substâncias psicoativas e o acometimento por transtornos mentais também pode, em alguns casos, interferir na orientação de tempo e espaço dos usuários. Assim como o sujeito pode também não desejar compartilhar todas as passagens e questões da sua vida para aqueles profissionais, expressando apenas o que considera relevante para o

diálogo e acesso as necessidades imediatas, que em alguns casos são tão básicas como alimentação e repouso.

Nomeamos como “policialização” esse apelo social que pressiona as trabalhadoras da política de assistência social a investigar e punir as populações marginalizadas que compõem seu público-alvo. Uma forma de lidar com essas pressões utilizada por algumas trabalhadoras do SUAS é procurar dialogar com a PSR e com os que se incomodam e denunciam a presença destas pessoas nas cidades, a partir do lugar de mediação de conflitos, como aponta uma participante da roda de conversa:

Teve outro caso também que eu estava comentando de outros moradores de rua que estavam na calçada de um comércio, uma loja que vende tecidos aqui, e a pessoa que mora ao lado, inclusive que tem um parente que trabalha na prefeitura, informou ao CREAS que eles estavam praticando sexo, urinando, defecando na calçada, fazendo barulho... Então acabaram denunciando aqui no CREAS e nós nos articulamos para mediar esse conflito (Violeta).

Mediar conflitos é uma atribuição bastante complexa, que requer formação específica e continuada, e em geral as equipes do SUAS não recebem capacitação para tal. Diante desta realidade, acabam buscando algumas parcerias, principalmente com o CnaR e órgãos do sistema de justiça, e construindo estratégias e inventividades de acordo com os poucos insumos e condições concretas que tem disponíveis em seus espaços e cotidianos de trabalho:

É, porque eles só querem que tirem e não entendem que se eles não têm onde fazer as necessidades (fisiológicas) vão fazer na rua. Mas na época a gente até orientou o pessoal que estava lá que se precisassem guardar as coisas poderiam deixar no CREAS, sabe? Pra ir amenizando os conflitos (Gérbera).

Eu até estava tentando articular uma audiência pública, mas acabou que nem aconteceu. Esperamos, esperamos e não aconteceu. Justamente foi bem nessa época que era para discutir sobre as pessoas que reclamavam que tinha gente na rua. Pro pessoal entender a situação e a gente pensar nas possibilidades, não é? (Lótus).

Conforme aponta Menezes (2018) a perseguição à PSR é tão antiga quanto à própria pobreza, e a existência de legislações para punir os sem teto remonta, pelo menos, ao século XIV. A autora expõe que na Inglaterra, pessoas que viviam nas ruas eram condenadas à prisão,

trabalho escravo e até execuções por “vagabundagem”, e alerta que as principais acusações destinadas a este segmento permanecem nos dias atuais: dormir nas ruas e pedir esmolas.

Séculos depois, “os governantes de direita em todo o mundo continuam a se esmerar na criatividade para fazer o que parecia impossível: tornar a vida dos sem-teto ainda mais dura” (Menezes, 2018, s/n). Em geral, as ações relacionadas à PSR buscam “esconder” ou “retirar de vista” as pessoas que se encontram nessa condição, combatendo os sujeitos, e não a miséria que os assola. Para atingir tais objetivos, gestores públicos se utilizam de métodos cruéis e absolutamente violadores de direitos humanos, como instalação de rampas e bancos “anti-mendigos”, fabricados com materiais ásperos e incômodos, ou colocados em posições que impossibilitam o descanso por parte da PSR, pedras pontiagudas embaixo de viadutos, rondas da guarda municipal para retirar a PSR dos bairros nobres, além das constantes campanhas para que a população “não dê esmolas” às pessoas em situação de rua.

Um ponto basilar que deve ser considerado na discussão sobre a criminalização da PSR é a exacerbção da face penal do Estado. Kilduff (2010) aponta que os Estados capitalistas têm utilizado a expansão do sistema penal e das estratégias punitivas e repressivas para conter e administrar de forma criminalizadora as expressões da “questão social”, que crescem e se complexificam. Não por acaso parte da PSR entrevistada tinha passagens pelo sistema penitenciário, sendo que alguns se fixaram na rua na condição de egressos do sistema, que não receberam apoio da família ou do Estado após a saída da prisão.

Em um contexto de austeridade, marcado pela diminuição de recursos destinados para políticas públicas estruturais, o aumento da construção de prisões e administração do encarceramento, inclusive por empresas privadas, faz com que a penalização da pobreza contribua de forma significativa para acumulação de capital. A exacerbção do Estado penal, que busca realizar a gestão da miséria e a ampliar a construção de mercados lucrativos para o capital, é perpassada e se relaciona diretamente com uma série de interesses políticos e econômicos, como a criação de leis mais punitivas que alimentam um sistema prisional que se

caracteriza cada vez mais como um depósito de seres humanos indesejáveis. Kilduff (2010) alerta que os presos são convertidos em principais inimigos e “bodes expiatórios” responsáveis por todos os problemas a sociedade:

Esta política criminal, profundamente seletiva, classista e com traços marcadamente racistas e xenófobos, legitima o agir dos Estados que – de forma mistificada- aparecem como protetores da sociedade contra o “crime”, e em nome da segurança pública, não fazem outra coisa que criminalizar, de forma cada vez mais ostensiva, a pobreza e a miséria, derivadas do desemprego e/ou do emprego precário (p. 247).

Como referido anteriormente, além do poder executivo, que opera diretamente as políticas públicas, os poderes judiciário e legislativo estão diretamente implicados no processo de exacerbação da face penal do Estado. Na cidade de Balneário Camboriú/SC a Câmara Municipal aprovou projeto de lei para multar pessoas em situação de rua que pedissem dinheiro nos semáforos⁴⁶, por suposta preocupação com o trânsito na cidade. Esse tipo de legislação também é aplicado em países europeus como Inglaterra e Alemanha (Menezes, 2018).

Como todos os espaços relacionados às políticas públicas, o poder legislativo também é campo de intensa disputa de projetos societários. Ao contrário das leis criadas para punir e criminalizar ainda mais a PSR, registramos recente experiência exitosa na Câmara Municipal de vereadores do Natal/RN: a Lei Municipal nº 558/2018, que prevê a realização de censo da PSR a cada quatro anos na cidade e exige a participação de representantes do segmento durante todas as etapas do censo: planejamento, execução e análise das informações. Tal legislação foi proposta pela vereadora Natália Bonavides (PT), que apresentou a mesma aos demais vereadores e conseguiu sua aprovação após intenso diálogo com o MNPR/RN, que elencou o censo como uma das ações prioritárias na construção de políticas públicas municipais para a PSR. Apesar da promulgação da legislação e de destinação de recurso através de emenda

⁴⁶<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/12/vereadores-de-balneario-camboriu-aprovam-multa-para-pedintes-que-estiverem-nas-sinaleiras>

parlamentar pela autora do projeto de lei, ainda não foi realizado censo de PSR no referido município.

Após a discussão de algumas das principais questões que atravessam o cotidiano dos serviços e a prática profissional no SUAS em relação à PSR, finalizamos esta seção concordando com a afirmação de uma das participantes de nossa pesquisa, que defendeu que a política de assistência social avançou em relação ao atendimento da PSR, antes tratada apenas pela caridade, e atualmente reconhecida como público-alvo dos serviços e estratégias do SUAS. Tal reconhecimento, entretanto, é apenas o início da caminhada rumo ao acesso aos direitos fundamentais, e necessita ser difundido e ampliado para trabalhadoras da própria política de assistência social, da rede, e para a sociedade de uma forma geral:

É, realmente pensando na política de assistência social e mais especificamente no atendimento das pessoas que são moradoras de rua, a política realmente avançou, mas ainda existe muita coisa para ser galgada, para avançar, melhorar, para dar mais visibilidade a essas pessoas (Violeta).

Nessa direção, corroboramos os posicionamentos das trabalhadoras participantes desta pesquisa, de que a existência do SUAS representa importante marco no movimento de ruptura com os modelos assistencialistas e a com a concepção de direitos sociais como favores, buscando o fortalecimento das comunidades e o enfrentamento aos ciclos intergeracionais de pobreza. Ter serviços direcionados à PSR dentro da política de assistência social constitui um primeiro passo fundamental, que deve ser constantemente aprimorado, no sentido de reconhecimento e visibilidade dos direitos do segmento.

Sem dúvida é preciso avançar consideravelmente na concepção e qualidade dos serviços ofertados, para se afastar cada vez mais das marcas de higienização e criminalização que historicamente constituíram as ações voltadas para as pessoas em situação de rua. Tais avanços requerem investimentos concretos na formação das operadoras do SUAS, bem como condições de trabalho adequadas, que perpassam, entre outros fatores, pelas estruturas físicas dos serviços, materiais e insumos disponibilizados, realização de concursos públicos periódicos,

remuneração adequada e construção de planos de carreira. Além das questões estruturais, é fundamental o investimento e a garantia da participação democrática dos usuários na construção cotidiana dos serviços e ações socioassistenciais.

A partir dessa compreensão, no próximo tópico abordaremos algumas experiências relatadas em estudos sobre políticas contemporâneas de atendimento à PSR no Brasil e a análise dos usuários sobre os principais desafios que envolvem os equipamentos e ações socioassistenciais e a rede de serviços.

3.2 As políticas sociais de atendimento à População em Situação de Rua na contemporaneidade.

Rap do Rato

*Eu vi um rato comendo lixo
Não era um homem, era um bicho
Um bicho já fui, um bicho não sou mais
Esquecer o passado, ficou pra trás.*

*Infelizmente ainda tem gente comendo lixo
Vivendo no lixo como bicho*

*Peço a Deus pra mudar essa triste situação
E você pode ajudar, meu irmão
Tenha consciência na próxima eleição
Vote em quem está disposto a mudar a nação*

*A corrupção, o falso moralismo...
Temos que lutar contra isso!
Um dia, creio, não veremos mais isso
O homem como rato comendo lixo*

(José Vanilson Torres da Silva e Waldemar Nunes de Oliveira “Papito”)

O atendimento à PSR por meio de políticas sociais no Brasil, assim como na América Latina de uma forma geral, historicamente ocorreu por meio de instituições de caridade e filantropia ligadas à Igreja católica. Na atualidade, muitos serviços continuam sendo executados

por instituições cristãs, apesar do recente avanço no que se refere às legislações e equipamentos públicos destinados ao acompanhamento deste segmento populacional. Nesta seção apresentaremos os principais dados obtidos a partir de revisão integrativa de literatura sobre as políticas de atendimento à PSR na América Latina.

A maior parte dos trabalhos brasileiros acessados em nossa revisão de literatura apresentou experiências e reflexões sobre equipamentos e estratégias de atendimentos à PSR no âmbito das políticas públicas, sobretudo das políticas localizadas nos campos do SUS e SUAS. Tal realidade difere do que se vivencia em outros países latino-americanos, como Colômbia e Chile, por exemplo, onde a maior parte dos artigos retrata o acolhimento e acompanhamento da PSR por ONGs e instituições do terceiro setor. Acerca da realidade colombiana, Rativa, Rojas, Reina e Felizzola (2007) apresentaram artigo sobre as instituições que atendem pessoas em situação de rua no país e apontaram que 72% destas instituições são privadas e 52% religiosas, com bases cristãs que “embasam sua intervenção quase que exclusivamente na palavra de Deus” (p. 100, tradução nossa).

No contexto neoliberal, que avança na América Latina especialmente a partir da década de 1990, os Estados atuam ancorados na lógica de regressão do gasto público no setor social, precarização e privatização dos serviços. É nesse período que, como apontam Yamamoto e Oliveira (2014) o terceiro setor ganha visibilidade e assume uma série de pautas destinadas ao Estado, atuando a partir de uma ação voluntária, fragmentada e despolitizando os conflitos sociais.

Sobre o papel e as contradições do terceiro setor no Brasil, Paiva e Yamamoto (2008) apontam para tentativas de pacificação da “questão social” em um contexto de enxugamento do Estado, ou refilantropização da “questão social”, no qual “o ‘terceiro setor’ toma para si a responsabilidade de diminuir a pobreza e a exclusão social que assolam o país, através de parcerias com diversos segmentos da sociedade” (p.3). Os autores ressaltam o desafio colocado para as organizações que compõem o terceiro setor, que são bastante diversas, em contribuir

com a garantia de direitos sem implicar a despolitização da “questão social” e o afastamento do Estado de suas responsabilidades nas respostas às sequelas e expressões desta.

Além das políticas sociais públicas e das políticas executadas por instituições do terceiro setor, existem políticas mistas, ou seja, que funcionam com financiamento tanto do Estado, quanto de instituições privadas. Nesse sentido, Otolvargo e Arango (2015), em estudo realizado na cidade de Medellín (Colômbia), destacaram as políticas mistas de atenção à PSR, como no caso da saúde, em que, ao apresentar certificado de indigência, o município custeia as despesas de saúde deste público em estabelecimentos privados. Apesar da disponibilização deste atendimento, os autores enfatizam o preconceito e as barreiras de acesso das pessoas que vivem em situação de rua a estes serviços, o que fez com que 76% da PSR participante da pesquisa reconhecesse seu direito à saúde, mas a maior parte acreditasse que o acesso à saúde não é gratuito/garantido.

Cabe salientar que na realidade brasileira também existem vários serviços, inclusive que compõem o SUS e SUAS, que são executados por entidades privadas com verbas do Estado, através de convênios firmados com o poder público em suas diferentes instâncias. No âmbito do SUAS, as entidades e organizações de assistência social são descritas no site do Ministério da Cidadania como “aquelas sem fins lucrativos e parceiras da administração pública no atendimento às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal”⁴⁷. Tais organizações, que tem suas ações previstas na LOAS, PNAS e NOB/SUAS, integram a rede socioassistencial junto com os órgãos gestores e os conselhos de assistência social nos diferentes níveis de governo, atuando em complementaridade ao Estado.

Sobre a relação entre o público e o privado na política de assistência social, Couto, Bortoli e Martinalli (2016) alertam que apesar da LOAS explicitar a iniciativa pública e lógica não mercadológica como elementos basilares da política de assistência social, a materialização

⁴⁷ Dados disponíveis em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social>

das ações pode tomar direções privatistas. Esse risco se relaciona à cultura privatista predominante no Brasil, onde muitas vezes a adesão às políticas do Estado se dão a partir de interesses privados. As autoras enfatizam que historicamente a classe trabalhadora brasileira foi atendida por entidades que se beneficiavam de diferentes formas (redução de impostos, propagandas, recebimento de recursos públicos, etc.) e não eram cobradas quanto à qualidade e o sentido dos atendimentos prestados.

As entidades que atuam “sem fins lucrativos” e as empresas que investem em “responsabilidade social” muitas vezes desenvolvem projetos focalizados e restritos a uma parcela de trabalhadores e, apesar de serem privadas, são subsidiadas direta ou indiretamente pelo Estado. É importante que a sociedade civil seja parceira de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, mas a primazia e a condução da política em cada âmbito do governo devem ser do Estado. Para potencializar o monitoramento das ações desenvolvidas pelas instituições privadas que compõem o SUAS foi promulgado o Decreto 7.237/2010⁴⁸, que regulamenta as entidades de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos (Couto, Bortoli e Martinalli, 2016).

Em pesquisa acerca da atenção socioassistencial à PSR na Argentina, Seidmann, Di Lorio, Azzollini e Rigueiral (2015) encontraram serviços e entidades de diferentes naturezas: governamentais e não governamentais, religiosas, comunitárias, entre outras, e observaram que estas se organizam principalmente a partir de duas lógicas distintas: tutelar e restaurativa. A primeira se embasa em uma concepção de PSR como objeto de caridade e em uma ética moralista, já a segunda compreende as pessoas que vivem em situação de rua como sujeitos que devem ter seus direitos restituídos a partir de um ideal de ética relacional. Tais lógicas coexistem e tensionam as diferentes concepções da atenção socioassistencial voltada para as pessoas que vivem nas ruas do país.

⁴⁸ Atualizado pelo Decreto 8.242/2014

Conforme mencionado, as áreas prioritariamente abordadas nos artigos sobre as políticas de atendimento à PSR tratam de serviços e políticas de saúde e assistência social. Sobre as primeiras, Paiva, Lira, Justino, Miranda e Saraiva (2016) apontam a necessidade de superar o modelo biomédico e medicalizador nos atendimentos em saúde. De acordo com as referidas autoras, grande parte da produção científica associa processo saúde-doença da PSR à dermatites, hematoses e sofrimentos psíquicos, e os relacionam aos estilos de vida dos sujeitos que estão em situação de rua, o que, se apoiado em uma lógica meritocrática, gera culpabilização individual e mascara a relação de determinação dos processos saúde-doença e condições de trabalho dessas pessoas, que em geral tem seus corpos como principais instrumentos de subsistência.

Outro ponto destacado em estudos acerca dos cuidados em saúde da PSR, como o de Engstrom e Teixeira (2016), é a existência de barreiras de acesso nas políticas de saúde para o segmento. As pessoas que vivem em situação de rua compõem um grupo invisível ao sistema, que tem dificuldade em usar Atenção Primária em Saúde (APS) e, acaba buscando os serviços de emergência já em situações graves e com maiores riscos. Nesse sentido, cabe destacar que a expectativa de vida da PSR é mais baixa do que a população em geral (na Europa chega apenas aos 30 anos) e que a exposição a falta de condições de vida básicas, sobretudo sanitárias, torna essas pessoas mais vulneráveis à doença e violência (SDH/PR, 2013).

O caso da tuberculose, destacado no Manual de cuidados em saúde junto à população em situação de rua, explicita como as condições objetivas de vida impactam a saúde deste segmento. No ano de 2012, entre a população brasileira em geral, tal patologia, apesar de ainda ser considerada endêmica, registrou queda de 38,7% se comparado com sua incidência no ano de 1995, mas entre populações privadas de liberdade, em situação de rua, e que vivem condições extremas e precárias, apresentou surto ascendente, sendo 44 vezes maior o risco de contágio por tuberculose por uma pessoa que vivia nas ruas do que pela população em geral. Tal situação

explicita os determinantes sociais da saúde, em que os que mais sofrem e morrem precocemente são os que têm as piores condições de vida (Ministério da Saúde, 2012).

Entre as principais demandas de saúde da PSR identificadas no SUS estão cuidados e tratamentos relacionados aos problemas nos pés, escabioses, infestações de piolhos, HIV e outras ISTs, gravidez de alto risco, hipertensão, diabetes *mellitus*, doença pulmonar obstrutiva crônica, uso abusivo de álcool e outras drogas, e saúde bucal (Ministério da Saúde, 2012).

Em uma breve retomada histórica das conquistas no campo da saúde no Brasil cabe destacar o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua, instituído por meio da Portaria MS/GM nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009, que considera a necessidade de promover a articulação entre as ações do MS e das demais instâncias do SUS, com vistas à equidade da atenção à saúde da PSR. Tal comitê tem entre suas competências propor ações que visem garantir o acesso à atenção à saúde e colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do MS voltadas a esse segmento populacional.

Outro marco importante no que se refere às ações de saúde voltadas para a PSR é o Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua, que foi publicado na Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013, e define as diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na PSR no contexto do SUS. O Plano tem como objetivos gerais a garantia de acesso da PSR às ações e aos serviços de saúde, a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida desta população, e a melhoria dos indicadores de saúde e qualidade de vida da PSR. Cabe ressaltar, ainda, que no ano de 2015 o MNPR foi eleito para compor o Conselho Nacional de Saúde (CNS), importante instância de controle social do SUS, onde o movimento permanece e vem tentando visibilizar as pautas relacionadas aos cuidados em saúde da PSR.

Entre os principais pontos destacados nos artigos que reportam pesquisas relacionadas ao campo da saúde da PSR está o da ampliação do consumo do crack, o que impulsiona a

proposição de ações específicas de enfrentamento ao uso abusivo e dependência da substância psicoativa, mas também contribui para reforçar estigmas e visibilidade negativa sobre esta população. Acerca do foco no consumo de substâncias psicoativas como principal problema da PSR, Silva, Frazão e Linhares (2014) destacam que esse uso/abuso é prática regular nessa população, mas não se pode afirmar se são hábitos prévios, adquiridos ou determinantes para a ida as ruas. Varanda e Adorno (2004) afirmam que nem sempre as drogas são os principais motivadores da situação de rua, mas são uma de suas consequências e táticas de suportabilidade naquele contexto.

A estigmatização da PSR por sua associação direta ao consumo de substâncias psicoativas, junto com políticas proibicionistas que reforçam tais estigmas, tem gerado graves problemáticas para as pessoas nessa condição, inclusive, conforme discutido no segundo capítulo desta tese, o foco nas CTs como espaços de tratamento. Também nesta direção argumentativa, Hallais e Barros (2015) consideram equivocada a relação direta “drogas-rua” que embasa ações e políticas públicas direcionadas à PSR, visto que se trata de fenômeno complexo, permeado por diversas determinações que se entrelaçam. No mesmo sentido, se destaca a dinâmica do binômio rua-saúde no Manual de Saúde Junto à População em Situação de Rua: “a vida na rua pode ser abordada como causa ou consequência de problemas de saúde. Há quem vá viver na rua e, por isso, adoença; e há quem adoença, e por isso, vá viver na rua” (Ministério da Saúde, 2012, p.51).

Em pesquisa acompanhando o trabalho de equipes do CnaR, Hallais e Barros (2015) apontaram algumas questões principais que impactam a saúde deste segmento: doenças, variações climáticas, insalubridade, escassa alimentação, violência policial, etc., e defendem como estratégia política a hipervisibilização das linhas de cuidado para situações impostas pela vida na rua e a construção de vínculos terapêuticos desconstrutores da prática estigmatizante.

O CnaR foi criado em 1999, com o nome de Consultório de Rua (CR), na forma de projeto de extensão vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tinha como

público alvo crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas em situação de rua. Inicialmente como CR, foi categorizado como serviço ligado à saúde mental, especialmente para os cuidados das pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas (Londero, Ceccim, & Bilibio, 2014). Após diálogos e revisões, inclusive com o MNPR - com a portaria nº 122, de 2011, do MS - tornou-se um serviço ligado à Atenção Básica do SUS. Dentre seus principais pressupostos e propostas de ação estão o acolhimento e estabelecimento de vínculos para a posterior construção de projetos terapêuticos, mapeamento da rede, territorialização, e acompanhamento dos fluxos e migrações da PSR, maior flexibilidade nas regras de acesso aos serviços de saúde, respeito ao tempo e aos conhecimentos dos usuários, ênfase na interdisciplinaridade e na educação popular em saúde (Hallais e Barros, 2015).

De acordo com Pacheco (2014), o CnaR busca a integralidade na assistência sob perspectiva interdisciplinar do cuidado em saúde do indivíduo, com base na redução de danos. Silva, Cruz e Vargas (2015) definem tal projeto como uma espécie de elo de ligação entre serviços de saúde e PSR, visando a superação das barreiras de atendimento no âmbito do SUS.

Matos (2016), por sua vez, realizou pesquisa junto aos profissionais que atuavam no CnaR na cidade de Natal/RN e observou que estes trabalhadores se sentiam “à margem do SUS” devido à forte estigmatização direcionada à PSR entre os profissionais da rede de saúde. A autora enfatizou que mesmo com dificuldades estruturais como a falta de insumos, vínculos trabalhistas frágeis e escassas atividades de formação recebidas, as equipes de CnaR buscavam “abrir caminhos”, produzir cuidados e mediar acessos para garantir o atendimento e acompanhamento da PSR na rede de serviços do SUS e demais políticas, a partir do vínculo estabelecido com os usuários. Entre as principais atividades realizadas pelo CnaR em Natal estavam a articulação da rede de serviços para o atendimento da PSR, mapeamentos da rede, distribuição de insumos, ações de educação em saúde e construção de Projeto Terapêutico Singular (PTS).

Acerca das condições de saúde das pessoas em situação de rua na cidade de Salvador/BA, Aguiar e Iriart (2012), observaram melhores condições de saúde entre os usuários de albergues e unidades de acolhimento. Para os autores, tal fato se deve possivelmente ao maior acesso à higiene e alimentação por parte dos que acessam estas instituições. Apesar da importância dos serviços socioassistenciais para a oferta de condições fundamentais à sobrevivência como alimentação, higiene e descanso, o estudo apontou que tais serviços apresentam graves problemáticas, que não devem ser ignoradas.

Em estudo sobre unidades de acolhimento para adultos em situação de rua na cidade de Vitória/ES, Kunz, Heckert e Carvalho (2014) chegaram à conclusão que as instituições apresentam altos custos e baixa efetividade. Em tais espaços, as autoras observaram que a PSR era tratada de forma infantilizada, com excesso de regras, desindividualizada⁴⁹, e, por essa razão, muitas pessoas que viviam nas ruas e participaram da referida pesquisa conheciam os serviços socioassistenciais, mas nem sempre os utilizavam, preferindo construir redes de cuidado entre pares e com a comunidade.

Na mesma direção, Biscoto, Jesus, Silva, Oliveira e Merigui (2016) em estudo realizado com mulheres em situação de rua no estado de Minas Gerais, observaram, em relação às políticas sociais no Brasil, que o albergue se configura como a principal estratégia destinada ao abrigo e atendimento das necessidades da PSR. Entretanto, apesar de tal equipamento social ser reconhecido e valorizado por parte desta população, existe insatisfação pelas regras rígidas e violações de direitos ocorridas dentro destas instituições.

Em publicação sobre os abrigos para pessoas em situação de rua, Gardella (2016) reflete sobre a cronopolítica, a urgência e rotatividade que definem a execução das políticas de acolhimento para PSR:

É nesse sentido que podemos falar de cronopolítica: a política do abrigo de urgência impõe seu ritmo aos menos favorecidos, um ritmo não apenas sazonal, mas também

⁴⁹ De acordo Jesus (2013), para a teoria da desindividualização, desindividualizar-se é se tornar parte da massa, que sob a capa do anonimato, torna sua responsabilidade individual difusa entre os demais membros da multidão.

cotidiano. Esse ritmo de moradia descontínua tem efeitos exaustivos sobre indivíduos fortemente precarizados, reforçando sua temporalização sobre um prazo curto. A precarização das condições de moradia esgarça suas relações com o futuro, dificultando as esperanças e as promessas de um outro futuro (pp. 151/152).

A duração limitada da permanência em albergues e abrigos remonta ao *modus operandi* das instituições de atendimento aos mendigos e desvalidos no séc. XIX, e continua sendo praticada no período atual. Além da questão do tempo, os trabalhadores da proteção social que atuam em abrigos se veem constantemente diante da necessidade de realizar “escolhas trágicas” nos critérios de definição para a ocupação das vagas nas instituições, visto que as mesmas geralmente não correspondem a demanda. Gardella (2016) destaca uma questão estrutural que compromete a execução dos serviços de acolhimento em diferentes partes do mundo – se tratar de uma forma de habitação que está fora da economia do mercado, e que, por não servir ao capitalismo, é executada sempre de forma limitada:

A política de abrigo é globalmente orientada em direção ao mercado imobiliário; o abrigo, sendo gratuito não deve substituir a moradia, ele não deve constituir mais do que uma etapa num processo que deve levar a pessoa até a moradia autônoma, ou seja, uma moradia que seja paga no mercado imobiliário (p.161).

Apesar da precariedade e limitação das unidades de acolhimento e demais serviços e equipamentos socioassistenciais, é fato que eles são muitas vezes a “porta de entrada” da PSR para articulação com as demais políticas. Isto ocorre pelas próprias características destes serviços, que disponibilizam condições para os usuários atenderem as suas necessidades mais básicas, sendo por vezes os únicos espaços de acolhida, além de atuarem como centros de encaminhamentos e articulações para o atendimento das diferentes demandas relacionadas ao acesso aos direitos sociais.

Conforme vem sendo abordado, os equipamentos socioassistenciais voltados ao atendimento da PSR começam a ser implantados e ampliados nas capitais e centros urbanos brasileiros e, apesar de representarem relevantes avanços na atenção à proteção e garantia de

direitos do segmento, preocupam o MNPR e entidades de Direitos Humanos pelas constantes denúncias de violência institucional cometidas na execução dos mesmos.

O MNPR tem denunciado violências institucionais que ocorrem no âmbito dos serviços e programas de assistência social por todo o país, o que leva a situações como a reportada em Porto Alegre⁵⁰, onde sobram vagas nas unidades de acolhimento institucional, a despeito do frio que ameaça a vida das pessoas que dormem nas ruas. No contexto do Distrito Federal, Gatti e Pereira (2011) apresentaram diversas críticas às unidades de acolhimento institucional, com denúncias de violência, maus-tratos, dificuldade de conversa com profissionais, tráfico de drogas, número reduzidos de integrantes da equipe e desarticulação com os demais serviços da rede.

Félix-Silva, Silva, Souza e Sales (2019) publicaram estudo que relatou o atendimento à PSR de Natal/RN no Centro POP e na unidade de acolhimento institucional, e denunciaram situações que precisam ser superadas para que tais serviços avancem na direção da garantia de direitos:

A reunião iniciava-se com uma oração da qual as pessoas eram obrigadas a participar, não havendo direito à contestação, o que mostra ausência de um posicionamento laico como cabe ao Estado e consequentemente aos seus equipamentos. A maioria das pessoas em situação de rua que frequentavam esse serviço era usuária de substâncias psicoativas, em abstinência ou não; dentre a minoria, havia mulher, gay e travesti enfrentando a abjeção ao feminino. Durante a oração, a educadora que coordenava a reunião falava de superação da condição de viver em situação de rua, libertação do mundo das drogas e “cura” da homossexualidade caso as pessoas aceitassem Jesus (Sobre o Centro POP, 172).

Rua do Operário⁵¹ anuncia durante um dos encontros que estava em abstinência há quase um ano e havia conseguido trabalho. Mas em função de um desentendimento com outra pessoa em situação de rua no Albergue Municipal, o psicólogo que coordena esse estabelecimento o expulsou; não tendo onde banhar-se, parou de ir ao trabalho e, depois, voltou a usar crack. A coordenação não desconhece a política de redução de danos nem as referências para atuação do psicólogo junto à população em situação de rua, mas coloca as normas e regras instituídas no Albergue acima da perspectiva ético-estético-política e dos processos de desindividuação, experimentação e problematização que poderiam contribuir para ampliação da

⁵⁰ <http://www.correiopovo.com.br/Noticias/556570/Populacao-de-rua-aumenta-em-Porto-Alegre-e-politicas-publicas-falharam,-diz-Fasc>

⁵¹ Nome fictício utilizado pelos autores para preservar a identidade do participante da pesquisa.

atenção psicossocial (Sobre a Unidade de Acolhimento para População em Situação de Rua, 176).

Félix-Silva, Silva, Souza e Sales (2019) também apontam que o CAPS ad não era bem avaliado pelos participantes da pesquisa que desenvolveram, que a PSR usária dos serviço de assistência social e saúde muitas vezes buscava o MNPR nas reuniões deste movimento para orientações e acompanhamentos que não acessavam na rede, e que as violências simbólicas e físicas contra os sujeitos em situação de rua se articulavam também dentro dos serviços públicos. Sobre esta última afirmação, os autores exemplificam que nos mesmos serviços socioassistenciais onde a PSR sofria violência psicológica por parte de alguns profissionais que os acompanhavam, a polícia e a guarda municipal chegavam a adentrar tais espaços e praticar violência física contra os usuários.

É preocupante observar que mesmo os equipamentos socioassistenciais que tem como diretrizes o uso de metodologias participativas, como o Centro POP, e se orientam formalmente pela consonância e respeito às particularidades da PSR, apresentam problemáticas que desembocam, inclusive, na baixa adesão por parte de pessoas que vivem em situação de rua, que, muitas vezes, preferem continuar nas ruas a acessar a tais serviços.

Nesse sentido, Souza, Silva e Caricari (2007) apontaram para práticas isoladas, assistencialistas, centralizadas que sustentam e cronificam a situação de rua. Já Nascimento e Justo (2014) observaram o clientelismo assistencial e refletiram em seu artigo sobre a política de assistência social como “administração da miséria”, e a homogeneização dos indivíduos em uma massa de miseráveis. Os autores defendem que o que deve ser questionado não são os serviços socioassistenciais básicos oferecidos, mas as estratégias sociopolíticas do Estado sobre essas vidas.

Em pesquisa realizada pelo CRDH/UFRN com pessoas em situação de rua em Natal/RN, entre os anos de 2013 e 2014, no que tange à política de assistência social, 79,2% dos participantes utilizavam ou haviam utilizado em algum momento os serviços do albergue

municipal ou de outros equipamentos socioassistenciais (Amorim, Nobre, Coutinho & Medeiros, 2019). Conforme referido, no estado do Rio Grande do Norte existem apenas duas unidades de acolhimento para PSR, nos municípios de Natal e Parnamirim. A unidade de Natal acolhe até 58 pessoas, sendo 50 homens e oito mulheres. Já o abrigo de Parnamirim tem capacidade máxima de atendimento de 25 pessoas. De acordo com dados do CECAD⁵² em dezembro de 2019 existiam 1.176 famílias em situação de rua no Rio Grande do Norte cadastradas no CadÚnico. Cabe destacar que para fins de cadastro, o termo família é utilizado mesmo que a pessoa viva sozinha.

Apesar de não haver pesquisa censitária que aponte o número de PSR no RN, o número de vagas de abrigos disponibilizadas é visivelmente inferior a necessidade, formando-se longas filas na frente dos serviços e permanecendo muitas pessoas sem atendimento. Nesse sentido, o MNPR/RN há anos dialoga com as instâncias de controle e o poder executivo para ampliação do número de vagas de abrigos, bem como para a abertura de casas de passagem e serviços de república.

Cabe destacar a questão que envolve as famílias que vivem em situação de rua e não tem casas de passagem ou unidades de acolhimento que as atendam no RN: a separação de seus membros. Tal situação ocorre devido à impossibilidade de acolhimento de crianças nos albergues para adultos em situação de rua, sendo encaminhadas para unidades específicas de acordo com a faixa etária. Mesmo que a criança e adolescente sejam acolhidas em unidades próprias com o intuito de protegê-las, a separação de seus pais ou adultos responsáveis apenas por situação de pobreza fere o direito à convivência familiar preconizado pelo ECA. Em Natal/RN, após pressão do MNPR/RN e intervenção do Ministério Público Estadual (MPE), a

52 CECAD é a sigla para Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Esta ferramenta permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os dados disponíveis no CECAD com Bolsa Família apresentam defasagem temporal de cerca de dois meses em relação ao Sistema do Cadastro Único, o qual deve ser consultado caso necessite de dados atualizados.

gestão informou ter adaptado um único leito no albergue municipal para acolher famílias em situação de rua, entretanto tal arranjo não responde a demanda das diversas famílias que se encontram vivendo nas ruas do município.

Nesse sentido, uma questão que vem gerando intensos debates é a da separação das mães em situação de rua de seus filhos e filhas ainda na maternidade, quando são encaminhados, recém-nascidos, para unidades de acolhimento de crianças e adolescentes a partir da perspectiva de proteção da criança. A separação compulsória de 120 mães em situação de rua e/ou usuárias de substâncias psicoativas de seus bebês sob alegação de situação de risco, na cidade de Belo Horizonte/MG, levou a Vara da Infância e Juventude deste município a ser denunciada à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos da ONU. No ano de 2014 o MPE/MG criou recomendação, que em 2016 foi transformada em Portaria pela Vara da Infância e Juventude da referida cidade, que orientava os profissionais de saúde a reportarem sempre que uma mulher “em situação de risco” fosse dar à luz, e previa apuração de responsabilidade criminal dos profissionais que não cumprissem.

Sobre a separação de mulheres em situação de rua e seus bebês ainda na maternidade, a presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), afirmou ao fiscalizar a situação das maternidades de Belo Horizonte que “não é crime usar droga, não é crime morar na rua” e “não há nada na lei que diga que essas mulheres não têm direito a dar à luz e sair da maternidade com seus filhos”⁵³. Tal situação, que não se restringe a capital mineira, pode ser agravada pelas recentes mudanças preconizadas pela lei 13.509/2017 (nova lei da adoção), que diminui os prazos para reavaliação da situação de crianças em programas de acolhimento de seis para três meses, o que na prática deve significar menores investimentos no retorno das crianças para suas famílias de origem.

⁵³ <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>

Certamente se trata de questão delicada, visto que o direito das crianças e adolescentes deve ser prioritário e a rua inegavelmente se constitui como contexto inóspito e de exposição à violações. Entretanto, as pessoas em situação de rua não podem ser impedidas de constituir e viver em família, e nem as crianças devem perder o vínculo com seus familiares, exceto em situações em que esta seja, de fato, a única possibilidade para proteção da criança.

Diante da problemática da separação das famílias em situação de rua, várias cidades e estados tem criados fóruns e grupos de trabalho para discutir tal temática. No RN foi criado GT sobre famílias em situação de rua como principal encaminhamento de evento ocorrido em julho de 2018 que discutiu o ECA e suas implicações com as crianças e adolescentes que vivem nas ruas com seus familiares. O GT contava com a presença de profissionais das políticas públicas de Natal e região metropolitana, membros do MNPR/RN, docentes e estudantes da UFRN, de conselhos profissionais, entre outras instituições. Durante os meses seguintes, contudo, não houve continuidade dos encontros do referido fórum, que se encontra sem atividade no momento atual.

A falta de repúblicas, por sua vez, gera uma série de problemas para as pessoas em situação de rua, inclusive para jovens que cresceram institucionalizados durante a infância e adolescência, e que ao completar 18 anos são desligados de suas unidades de acolhimento e enviados para abrigos de adultos. Nestas condições, os jovens se tornam especialmente vulneráveis e expostos ao conjunto de violências que envolvem as vivências de rua.

No ano de 2015, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou o Guia de Orientação Ministerial em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, e em tal documento afirma que a omissão ou insuficiência de serviços e equipamentos socioassistenciais pelo Poder Público se configura como violação ao dever do Estado de promover a dignidade da pessoa humana e a eliminação da pobreza por meio da efetivação dos direitos sociais, conforme preconizado no art. 6º da CF. Destarte, é de fundamental importância se garantir o direito de acesso a serviços essenciais e à igualdade de oportunidades da PSR diante da inércia do Estado,

“suscitando a intervenção do Ministério Público como órgão com atribuições para a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis” (p.15).

O CNMP, após diálogos com o MNPR, lançou a campanha “Sou pessoa em situação de rua e tenho direito a ter direitos” e incentivou promotorias estaduais a atuarem na fiscalização das políticas voltadas para a PSR, inclusive a partir do reconhecimento da invisibilidade historicamente destinada ao segmento pelos setores do Estado brasileiro.

Uma conquista que merece destaque no Rio Grande do Norte é a recente criação do núcleo de população em situação de rua da Defensoria Pública Estadual (DPE), viabilizado a partir de emendas parlamentares. Tal projeto responde a antigo pleito do MNPR/RN, que buscou a DPE em diferentes ocasiões para dialogar sobre a necessidade de um núcleo que pudesse acompanhar e atuar nas demandas individuais e coletivas relacionadas aos direitos da PSR no estado.

Por fim, uma temática relevante observada em artigos que compuseram a revisão de literatura sobre as políticas de atendimento à PSR se referiu a projetos de extensão desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, Canônico, Tanaka, Mazza, Souza, Bernat e Junqueira (2007) abordaram a ação “A gente na rua”, desenvolvida pela Escola de Saúde da Universidade de São Paulo com objetivo de busca ativa para tratamento de tuberculose entre catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua. Tal projeto foi desenvolvido como resposta a reivindicações da PSR no “Grito dos Excluídos”, que aconteceu no dia 23 de julho de 2003 na cidade de São Paulo/SP, e contou com enfermeiros e agentes de saúde, que junto com estudantes e professores, conseguiram aumentar os índices de adesão e conclusão de tratamentos de tuberculose.

Barros, Galvani, Almeida e Soares (2013) descreveram atividades de extensão universitária realizadas no Ponto de Encontro e Cultura (PEC) na cidade de São Paulo. O PEC sediou vários projetos e acompanhou movimentos sociais, inclusive o MNPR. De acordo com os autores, se tratava de um espaço de significação, expressão artística, cultural, política,

agenciamentos coletivos e produções pessoais mais singularizadas. No PEC foram realizadas formações políticas de lideranças e construção conjunta de projetos entre estudantes e militantes do MNPR, dentre eles a “Revista Ocas” e o projeto do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH). Neste trabalho foi enfatizado o respeito e diálogo que devem ocorrer entre a academia e o conhecimento/cultura popular, assim como a importância destes projetos de extensão na formação de profissionais que atuarão com a PSR no campo das políticas públicas.

Cabe ressaltar que o CRDH/UFRN, também um projeto de extensão, foi fundamental para a organização política e defesa da PSR no RN, e continua figurando entre os principais apoiadores do MNPR/RN. Tais experiências afirmam a importância da extensão, que junto com a formação crítica e a pesquisa são contribuições fundamentais das universidades para a sociedade, devendo ser reconhecidas e receber investimentos para a manutenção de suas atividades. Muitas experiências que se iniciam como projetos de extensão são reconhecidas e implementadas posteriormente como políticas públicas em âmbito nacional, como é o caso já referido do CnaR.

Após a apresentação das principais temáticas encontradas nos artigos da revisão de literatura, apresentaremos agora a perspectiva das próprias pessoas em situação de rua, mais especificamente dos membros do MNPR/RN participantes de nossa pesquisa, sobre o funcionamento e os principais desafios dos serviços de assistência social. Serão apresentadas informações e dados que foram organizados em duas categorias: *“É como uma roda gigante: serviços socioassistenciais de atendimento à população em situação de rua” (CAT2)*, e *“Às vezes um olhar é pior do que uma facada: a higienização nos serviços socioassistenciais” (CAT3)*.

A categoria *“É como uma roda gigante: serviços socioassistenciais de atendimento à população em situação de rua”* agrupa a maior quantidade de temas que emergiram nas entrevistas realizadas com o MNPR/RN. Neste tópico iremos abordar, a partir dos

posicionamentos dos usuários, quais os principais serviços socioassistenciais que os acompanham e como funcionam os mesmos, destacando seus objetivos e benefícios, mas também as dificuldades e desafios no cotidiano dos equipamentos.

Os serviços socioassistenciais mais citados pelos participantes foram Centro POP e Albergue (unidade de acolhimento), específicos para PSR. O primeiro foi definido da seguinte forma por um dos entrevistados:

O Centro POP a função dele é dar encaminhamento para a pessoa entrar no albergue, é onde a gente vai pegar encaminhamentos para fazer documentos: identidade, CPF, esses documentos principais... E também eles dão para a área de saúde, vejo eles dando encaminhamento para as pessoas para fazerem tratamentos dentários e coisas desse tipo, eles dão esse apoio. E está funcionando, até onde estou vendo está funcionando, e também tem a parte jurídica para alguns que precisam... Sim, o Centro POP melhorou um pouco agora, ele antes tinha muita dificuldade, mas melhorou um pouco. Lá é onde a gente pode se utilizar de uma refeição, de um banho, um cadastramento, um encaminhamento... É onde a gente pode ter também uma condição de ter um endereço para resolver qualquer coisa de documento e essas coisas, a gente tem, entre aspas, esse serviço ao nosso favor (Topázio).

O depoimento de Topázio aponta para o Centro POP realmente como um espaço de referência, onde os usuários têm garantidas demandas básicas como alimentação e higiene pessoal, recebem encaminhamentos para acesso à diversas políticas públicas, e também contam com o serviço como ponto de apoio para referenciar endereço e atender a outras demandas da PSR. Outros participantes também avaliaram positivamente o Centro POP de Natal, mas destacaram a precariedade da estrutura física e a necessidade de desenvolver cursos e atividades educativas no local:

O que eu conheço é o que tá visível aí, tem um atendimento razoável no Centro POP, uma estrutura ainda precária, né, muito precária, com visibilidade muito ruim aos olhos de quem chega, né? (Cristal).

Aqui e acolá eu frequento o Centro POP, precisei frequentar para agilizar minha identidade, e algumas atividades que têm lá eu vou, mas não como era antigamente. Porque antigamente eu era direto, vinte e quatro horas lá, agora é difícil eu ir lá, mas quando eu vou eu tenho uma assistência... O Centro POP é como eu digo, devia ter mais atividades lá dentro, uma atividade que dê para você crescer na vida, não negócio de torneio de totó como teve ultimamente (Ferro).

Sobre o segundo depoimento cabe o destaque de que o participante, mesmo conseguindo alugar uma habitação em outro município, continuou buscando o Centro POP de Natal como referência, inclusive preferindo receber os atendimentos e encaminhamentos lá do que nos serviços do município para onde se mudou, por considerar a rede de Natal mais ágil e completa, e também pelos vínculos já estabelecidos com a equipe do Centro POP da capital. A maior parte dos usuários do Centro POP é encaminhada por este serviço para a unidade de acolhimento, que também foi descrita pelos entrevistados:

Bem, o albergue assim para mim ele veio na minha vida no momento certo. Eu estava na rua, e estava igual a um zumbi dormindo nas ruas, aí uma pessoa me indicou o albergue e eu fui. E eu gostei por uma parte porque você tem direito a dormir, tem um banho, tem alimentação e pela manhã sai. Eu não sabia que existia esse serviço para morador de rua, eu era um morador de rua, mas achava que era um lixo, as pessoas olhavam para mim como “ah, você é um morador de rua sem futuro mesmo, é um ladrão, podem fazer o que quiser com você” e eu ficava calado. Então a partir do momento que eu conheci os serviços e o movimento, a coisa mudou. Mas foi um amigo meu de rua que me indicou, que disse que tinha o albergue. Ele disse “rapaz, deixe de dormir no meio da rua, tem um albergue lá na cidade”, aí ele foi lá me apresentou, mas de primeira eu não entrei, passei uma semana na lista pra conseguir entrar (Ferro).

Um ponto essencial do depoimento acima, que merece destaque, é que o uso de serviços socioassistenciais como exercício de direitos faz com que parte da PSR passe a se reconhecer como sujeito de direito pela primeira vez em suas existências. Esse reconhecimento, ainda que de forma isolada não resolva as problemáticas e riscos relacionadas à vida nas ruas, é importante do ponto de vista subjetivo para o fortalecimento dos usuários. Do ponto de vista objetivo, os serviços socioassistenciais são importantes para a garantia dos mínimos sociais fundamentais para a reprodução das existências humanas, e por vezes de difícil acesso nas ruas. Nesse sentido, alguns entrevistados destacaram a dificuldade de acessar tais serviços, especialmente as unidades de acolhimento

O tempo de espera para acessar o serviço de acolhimento referido pelo participante Ferro se deve ao número insuficiente de vagas na instituição, o que gera longa lista de espera para acesso ao serviço. Até o primeiro semestre de 2020 o município de Natal/RN permanecia com uma única unidade de acolhimento, com 58 vagas, enquanto dados do CadÚnico apontam para

o quantitativo imensamente maior de PSR na região. Tal situação não é exclusiva da capital potiguar, mas se repete em outras cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro⁵⁴, onde no ano de 2019 a DPE alertou que havia vagas de abrigo apenas para 15% do total de pessoas em situação de rua do município.

Ao conseguir acessar o albergue, uma parte da PSR se adapta as regras, horários e modos de funcionamento da instituição, e outra parcela não o faz. Essas diferenças de percurso e adaptação aos serviços socioassistenciais puderam ser percebidas nos discursos dos entrevistados, que expressaram experiências distintas e singulares na relação com os equipamentos do SUAS:

Eu cheguei no albergue daqui através do Centro POP. Quando eu cheguei aqui eles me encaminharam para lá, mas só que eu dormi só duas noites, aí não me acostumei lá dentro, sai e fiquei durante quatro anos nas ruas, vai fazer cinco anos (Turmalina).

Eu conheci o albergue através do meu ex-companheiro, ele já é falecido. Ele lutou para eu entrar. Eu tinha medo de entrar no albergue porque tinha todo aquele sistema de passar, levantar as mãos e aquelas coisas que eu não me identifico. Aí ele e meus amigos lutavam comigo para eu entrar. Eu vim usar o albergue faz um mês só (Esmeralda).

Sobre esse “sistema” da unidade de acolhimento referido por Esmeralda, com o qual ela não se identifica, e que também afastou Turmalina da instituição, L. Pereira (2016) elenca uma série de desdobramentos do processo de institucionalização e transformação das pessoas em situação de rua em usuários da política de assistência social. Entre os principais desdobramentos se encontra o processo de gerenciamento desses sujeitos, no qual não só a gestão e o poder público definem quem é a PSR, mas buscam regular as ações desses usuários dentro e fora das unidades de acolhimento.

Nesse contexto, outro participante entrevistado relatou que havia desistido de frequentar o albergue por não se adaptar ao serviço, onde vivenciava constantes constrangimentos, desde a revista pela guarda municipal na entrada do serviço, passando pela relação e tratamento das

⁵⁴ <https://diariodorio.com/abrigos-tem-vagas-para-15-das-pessoas-em-situacao-de-rua/>

equipes profissionais e qualidade das ações ofertadas. Posteriormente ele foi abordado na rua e convidado por nova administração do equipamento a fazer uso dos serviços que lá eram ofertados:

Após um tempo fora do albergue voltei para o serviço após o convite de uma nova coordenadora que foi nas ruas no chamar e disse que as coisas seriam diferentes, não haveria mais violência e constrangimento. E aí só foi entrar e eu já comecei a fazer um curso de garçom na Escola Barreira Roxa. Então foi assim que eu conheci o albergue, através da coordenadora que estava distribuindo alimento nas ruas, ela era de uma igreja (Titânio).

Os entrevistados também expressaram desejo por atividades mais diversificadas e interessantes no cotidiano da unidade de acolhimento:

O que tem é uma rotina, a gente não vê uma modificação diferente a não ser quando uma igreja visita, entendeu? No cotidiano devia mudar, procurar saber com a gente, fazer algumas leituras, debates, coisas desse tipo para mudar aquela rotina diária de entrar e sair (Topázio).

A realização de atividades coletivas, como oficinas e rodas de conversa, que fortaleçam os vínculos e as relações das pessoas que convivem no serviço de acolhimento, é uma das atividades importantes previstas para a atuação das equipes interdisciplinares nos serviços do SUAS. Ocorre que muitas vezes as equipes são mínimas e acabam não conseguindo realizar todas as atividades previstas, que incluem, entre outras ações, atendimentos individuais e triagens, abertura e atualização de prontuários, confecção de relatórios e estatísticas das atividades realizadas no serviço, visitas institucionais e domiciliares, estudos de caso e reuniões com a rede de serviços.

Além do acúmulo e sobrecarga por parte das equipes profissionais, possivelmente o limitado investimento em atividades coletivas de fortalecimento da PSR se relaciona com a formação das trabalhadoras do SUAS, que muitas vezes tem disciplinas e vivências na graduação com focos em atendimentos individuais, e direcionadas a outros públicos, que não incluem as pessoas em situação de rua.

O Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) lançou no ano de 2012 pesquisa sobre a atuação de profissionais de Psicologia com PSR, que contou com a participação de 255 psicólogas e psicólogos que responderam a um questionário online sobre o tema em questão. A maior parte dos participantes atuava com PSR a partir dos serviços da política de assistência social (72,5%), possuía vínculos e condições de trabalho precarizados (maioria celetistas, com carga horária entre 30 e 40h e salário de até 2.500,00) e afirmou que durante a graduação não teve acesso a conteúdo específico sobre pessoas que vivem em situação de rua (92%) ou sequer sobre políticas públicas (62,7%).

As psicólogas e psicólogos que responderam os questionários do CREPOP sobre a atuação com PSR elencaram entre as principais dificuldades vivenciadas em suas práticas profissionais a confusão de papéis, o desconhecimento da política pela rede de serviços e pela sociedade, o entrave das gestões em reconhecer a concepção dos serviços e prover condições para seu funcionamento com qualidade, e o perfil profissional inadequado de técnicos que não se identificam com o público e os serviços, que sem identificação ou sensibilidade com os complexos problemas apresentados pelas pessoas em situação de rua, acabam constituindo barreiras adicionais para atenção e cuidado com esses usuários. Já em relação aos avanços, foram destacados o maior envolvimento e a importância da interdisciplinaridade nos serviços desenvolvidos com a PSR, assim como melhorias na estrutura física das unidades de atendimento e de organização da política, inclusive com a construção de planos e normativas de ação, a partir do diálogo com a rede e com os próprios sujeitos em situação de rua usuários dos serviços.

As demandas mais recorrentes da PSR de acordo com os profissionais participantes da pesquisa do CREPOP foram uso abusivo de substâncias psicoativas e transtornos mentais, fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares, e violência contra e entre as pessoas em situação de rua, inclusive pelos operadores de segurança pública. Para atuar diante de realidade tão complexa e desafiadora, foi enfatizada a importância do trabalho em equipe, nem sempre

tranquilo pelas dificuldades de comunicação entre as diferentes formações profissionais, mas fundamental para que cada membro possa contribuir com seu conhecimento e experiências, e para que coletivamente possam ser construídas estratégias e possibilidades de enfrentamento aos problemas vivenciados. Após análise dos dados da referida pesquisa concluiu-se que:

O que fica revelado na análise da presente pesquisa é que ainda precisa-se avançar; conhecer aspectos do cotidiano das pessoas que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus estudos. O trato da pobreza, numa vertente transformadora das condições de vida, requer mais que adaptações: requer ação ético-política dos profissionais, apropriação de saberes de outros campos e um trabalho efetivamente em parceria com outras profissões; invenção de novos conhecimentos. Essas mudanças deverão refletir uma postura diferente da que marca historicamente a atuação dos psicólogos, que o profissional de Psicologia passe a ser ator/atriz na defesa intransigente dos direitos humanos, onde quer que atue (CFP, 2015, pp. 144/145).

É possível que após quase uma década desde a realização da referida pesquisa do CREPOP a situação descrita tenha sofrido modificações, pelo menos parciais. Conforme referido anteriormente, no RN o núcleo do MNPR nasceu e se desenvolveu a partir de investimentos e parcerias com o CRDH/UFRN, e nesse processo grande número de docentes, discentes e técnicos da UFRN se envolveram com a PSR através de projetos de extensão e pesquisa. O movimento é constantemente convidado a compartilhar vivências e questões da PSR em aulas e eventos de diversos cursos de graduação. Essas parcerias também tem gerado frutos na forma de artigos, livros e trabalhos científicos, inclusive esta tese. Além do diálogo com a universidade, o MNPR também tem realizado uma série de ações conjuntas com o Sistema Conselhos de Psicologia, assim como com outros órgãos de classe de profissões relacionadas ao atendimento da PSR nas políticas públicas.

Ainda sobre os atendimentos da PSR no SUAS, além das unidades específicas para este segmento, também foram citados durante as entrevistas dos membros do MNPR/RN outros equipamentos socioassistenciais que acolhiam e acompanhavam os mesmos. Um dos participantes passou a ser atendido em uma unidade de CREAS após vivenciar conflitos com outros usuários do Centro POP:

Busquei o CREAS Sul por causa da questão das zonas mesmo, porque a população em situação de rua tem muitas divergências, então quando acontece uma divergência em um certo lugar eu procuro outras zonas da cidade para evitar problemas... E com certeza isso não acontece só comigo, aqui tem muita gente, aqui em Natal mesmo, que vai de região para região dentro da cidade para buscar atendimento. Eu acho mais fácil aqui no CREAS, até porque nos outros tem aquela divergência por eu ser do movimento, então por mais que eles possam atender e tal, mas o atendimento precisa de um vínculo que tem que ser criado entre o usuário e o servidor. Não é nem tanto com o servidor, mas do usuário com a própria política, tá ligado? (Rubi).

Nenhum dos quatro CREAS de Natal, que funcionam de acordo com a divisão do município em zonas administrativas, possui grupos ou atividades voltadas especificamente para a PSR. Conforme mencionado, entre os municípios da região metropolitana de Natal pesquisados, apenas um CREAS desenvolvia atividades específicas para PSR, sendo que nesta cidade não existe Centro POP. Onde há Centro POP a tendência é encaminhar os usuários para este serviço, por ser compreendido como um equipamento de referência. Entretanto, os CREAS pesquisados atendiam individualmente demandas da PSR, ainda que esse segmento não representasse seu principal público no vasto cenário de grupos que vivenciam situações de violência e são atendidos pelas equipes desses equipamentos.

Um tema importante colocado na fala de Rubi é o da territorialidade, um dos principais pilares da política de assistência social, que desafia os serviços do SUAS. A maior parte dos serviços tem como base territórios fixos, como é o caso dos CRAS, que atuam como referências de fortalecimento nas comunidades específicas onde estão situados os equipamentos socioassistenciais. Para a PSR, entretanto, a noção de territorialidade carrega outros sentidos, inclusive de transição, o que requer também dos serviços o movimento e flexibilidade necessários para acompanhar seus usuários.

No contexto dos CREAS, além dos atendimentos pelas equipes de PAEFI, também foram mencionadas as ações do SEAS. Alguns participantes tiveram uma avaliação negativa do SEAS, no sentido de ser pouco efetivo e de assustar a PSR pelo desconhecimento de seus reais objetivos, mas outros compartilharam experiências vivenciadas junto aos profissionais do serviço em Natal que desmistificaram a imagem inicial que tinham do mesmo:

Assim, no geral a abordagem social, inclusive o nome já afasta um pouco as pessoas desse equipamento... em Natal é muito difícil, pelo menos o que nós percebemos é que mal vemos a abordagem social em atuação, a gente não percebe muito a atuação dessa abordagem social. Inclusive em alguns locais as pessoas que tem filhos tem medo de conversar com a abordagem social pelo motivo de terem seus filhos tomados. É preciso inclusive ter um esclarecimento nos serviços socioassistenciais do que é a abordagem social, pra que ela serve, mas assim, as pessoas em situação de rua e a sociedade potiguar ela não tem esse conhecimento dos serviços, então poderia, a sugestão seria, de alguma forma essa abordagem social ser socializada: o que é abordagem social? Para que serve? Quando devemos procurar a abordagem social? Então assim, são coisas colocadas, vamos dizer, de goela abaixo sem uma explicação do que trata os serviços (Titânio).

Sobre a abordagem social, assim quando a minha esposa estava grávida a gente estava embaixo do viaduto, eu, ela e os meninos, aí chegou o carro da abordagem social, e quando fala em abordagem social eu fiquei traumatizado, aí quando eles vêm eu já chamo ela para se esconder. Aí só que nesse dia ela não se escondeu, foi lá para perto deles, aí eles começaram a fazer um monte de perguntas para ela e me chamaram. Eles disseram “olhe, vocês são moradores de rua e dormem no albergue, então quando a menina nascer vocês têm que alugar um quarto porque se não vocês vão acabar perdendo a menina”. E me orientaram direitinho sobre o CRAS e o CREAS da outra cidade pra onde me mudei. Então sobre a abordagem social não tenho o que falar não (Ferro).

Conforme destacado nos trechos acima, o SEAS ainda é um serviço desconhecido e que assusta muitos usuários, que se sentem vigiados e com constante riscos de serem punidos a partir da intervenção de seus profissionais. Os próprios técnicos do SUAS que não lidam diretamente com a abordagem social, muitas vezes também desconhecem o sentido desse serviço, e especialmente o desconhece a sociedade. Assim, é fundamental o diálogo e a divulgação em diferentes esferas acerca do SEAS para desmistificar as narrativas sobre a abordagem social que assustam e afastam usuários que poderiam ser beneficiados pelas orientações, campanhas e articulações realizadas pelos profissionais desse serviço socioassistencial.

Foram registrados, ainda, atendimentos aos entrevistados nos CRAS, que entre outras ações, articularam o acesso a benefícios socioassistenciais, como PBF, cesta básica e enxoval para gestantes:

Eu fui no CRAS porque o CRAS no meu entender é porta de políticas públicas nos municípios, não é? Eu fui lá para tentar fazer um curso, que era de pescador e preparador de pescado, e fui lá saber dessa cesta básica e do kit enxoval da minha esposa. Aí tive atendimento com assistente social, psicóloga... Nós já frequentamos o CRAS e tentamos

frequentar o CREAS, mas a política de assistência social daquela cidade só existe no nome... Tivemos atendimento no CRAS e a assistente social nos arrumou um sacolão, passou cinco meses para arrumar um sacolão⁵⁵, mas arrumou. Só um e ela disse que é só um por ano” (Ferro).

O CRAS do Passo da Pátria me ajudou sim a conseguir meu Bolsa Família. É pouquinho, oitenta reais, mas já ajuda. Pra quem tem consciência vai investir, pra quem não tem vai usar, porque nós moradores de rua temos defeito, estamos na rua, não é? (Pérola).

A fala de Pérola novamente aponta para a incorporação pela PSR do discurso meritocrático hegemônico na sociedade e no Estado sobre a PSR, de “pessoa com defeitos”, que por suas incapacidades ou pela falta de esforços, foi parar na rua. Além do forte julgamento que fazem a eles mesmos, muitas pessoas em situação de rua são duras e apontam as dificuldades e diferenças dos pares, por vezes de forma intolerante, o que desafia a ação das equipes socioassistenciais, e precisa ser trabalhado constantemente para possibilitar a convivência e as atividades coletivas nos equipamentos do SUAS. A partir desta constatação, o MNPR/RN tem investido em formações e na articulação com movimentos sociais para aproximar a PSR de discussões relacionadas aos direitos humanos, inclusive sobre gênero, diversidade sexual, saúde mental, relações raciais, entre outras.

Uma das treze unidades de CRAS de Natal iniciou no segundo semestre de 2019 uma atividade em grupo semanal voltada para PSR. Tal iniciativa partiu de uma assistente social apoiadora do MNPR/RN, que observou a forte presença de PSR nesse equipamento, possivelmente pela proximidade do mesmo com a praia, onde muitas pessoas buscam fazer bicos e sobreviver, assim como pela distância do Centro POP e Albergue, que estão localizados em regiões opostas da cidade. O grupo conta com participantes assíduos, que entre outras ações tem realizado discussões sobre temas que elencaram importantes e participado de oficinas, conferências e outros espaços de participação social.

⁵⁵ Cesta Básica

Todos os serviços do SUAS, sejam da proteção básica ou especial, devem ofertar atendimento à PSR, mesmo que acolhida inicial e encaminhamento para outras unidades especializadas para o atendimento deste segmento, como o Centro POP. Vale lembrar que nem todos os municípios tem unidades especializadas, e mesmo os que tem, como Natal, por vezes não conseguem atender a demanda de toda a cidade ou a realidade da totalidade de usuários, que como foi referido, em algumas situações estão impedidos de frequentar determinados bairros e espaços, sendo essencial que os demais equipamentos estejam preparados para prestar atenção e os devidos acompanhamentos a esses sujeitos. Porém, como apontou um dos entrevistados, essa nem sempre é a realidade:

Pode acessar, só que a população de rua em geral não sabe disso, e também muitos profissionais não sabem, ou não aceitam isso. Então muitos que chegam em situação de rua nos CRAS e nos CREAS, eles são retalhados, ou dito pra eles assim: “o atendimento de vocês não é aqui, é no Centro POP”, é, a Política Nacional de Assistência Social determina que os CRAS, CREAS, Centros Pops, todos esses locais são locais de atendimento pra população em situação de rua, como pra toda a população. Mas a gente entende porque a população de rua muitas vezes não vai, porque já foi uma vez, ou já teve pessoas que foram e relataram que foram discriminadas ou foram mal atendidas nesses serviços, então é preciso uma formação, é preciso uma capacitação, inclusive sobre os direitos socioassistenciais da população de rua nesses serviços (Titânio).

Outro tema relevante proveniente das entrevistas, que inclusive gerou o título dessa categoria, é o da circulação da PSR entre os serviços de Assistência Social, principalmente Centro POP e Albergue, que na perspectiva do MNPR/RN acaba sustentando, em alguns casos, a situação de rua:

Serve para a gente dormir, jantar e de manhã cedo sair e ficar naquela rotina. Eu acho que, entre aspas o albergue ajuda sim, a nós sair um pouco da droga, mas não tá ajudando nós a sair da rua, entendeu? É como se fosse uma roda gigante – albergue e Centro POP, Centro POP e albergue... Se a gente não se ligar, que nem eu passei cinco anos dessa forma: Centro POP, Albergue, Albergue, Centro POP, e me acomodei. Se a gente não se ligar a gente se acomoda mesmo porque quando a gente vai tomar café ou tomar um banho já é dez horas da manhã, não tem tempo de fazer mais nada. Aí já é a hora do almoço. Aí almoça e vai dormir, de tarde o lanche, lá vai, entendeu? Certo, é uma ajuda muito grande. Sem isso, sem o Centro POP e sem o albergue a gente passaria muita dificuldade, mas a gente tem que pensar em algo melhor para nós sair da rua... E eu sai por estar cansada daquela rotina Albergue-Centro POP, mas o pior é que a gente se acostuma (Pérola).

Não é só dar comida, televisão e colchão, que o cara vai ficar muito à vontade. Ter alguma atividade lá dentro, e após, no outro dia você sair de sete horas para oito horas. Por exemplo, você entra lá dentro e ele dá só o lençol, a toalha, o sabonete e pronto. É como se você fosse uma mercadoria, eles só querem que você pegue no sono, amanheça o dia e saia logo (Ferro).

Todas as vezes que eu vou falar sobre esses equipamentos eu falo que é uma coisa boa, mas só que não é ideal. É necessário porque tem várias pessoas na rua e existe a política, mas a política não funciona da forma que tem que acontecer de fato, que é reinserir o indivíduo na sociedade, a política mesmo de acolhimento não funciona dessa forma. Para reintegrar o indivíduo a sociedade ela deixa que o moleque, a pessoa fique acomodada, não cria nenhuma outra alternativa para que o indivíduo se empodere e saia daquela situação. Então é muito bom o serviço, porém era melhor se eu tivesse a minha casa. Porém nenhuma das políticas se conversam, então por isso que existe essa lacuna entre uma e outra e acaba não funcionando (Rubi).

Essas falas dos entrevistados Pérola, Ferro e Rubi indicam que a PSR reconhece a importância dos serviços para atender suas necessidades imediatas e emergenciais, mas observa que sem ação em rede desenvolvida a contento, os serviços do SUAS acabam cronificando ou sustentando a situação de rua. L. Pereira (2016), em estudo sobre os serviços socioassistenciais para PSR em uma cidade do interior de São Paulo, chegou à conclusão semelhante aos membros do MNPR/RN que entrevistamos, uma vez que o pesquisador analisou processos que envolvem a criação de uma dependência das pessoas em situação de rua aos serviços disponibilizados pela assistência social.

Foram observados desvios significativos entre o teor das propostas e os resultados dos serviços prestados à PSR na pesquisa conduzida por L. Pereira (2016), que constatou que os usuários do SUAS não necessariamente deixam a situação de rua em que se encontram. O pesquisador entrevistou profissionais de serviços socioassistenciais e esses trabalhadores refletiram que em suas práticas desvinculavam os sujeitos da rua e os vinculavam ao serviço, o acabava institucionalizando a PSR usuária do SUAS. Os participantes expressaram, ainda, que não era possível falar em autonomia e desligamento dos serviços sem ter possibilidades concretas para oferecer aos usuários, e que só é possível se falar de desinstitucionalização quando outras políticas públicas se fizerem presentes.

Um considerável tempo das entrevistas realizadas em nossa coleta de dados foi utilizado pelos participantes para apontar os principais problemas, de diferentes ordens, que envolvem os serviços do SUAS e limitam o atendimento da PSR. Uma primeira questão apontada que incomoda os entrevistados é a postura de alguns profissionais da assistência social de não reconhecimento de direitos dos usuários, agindo como se os serviços prestados fossem favores:

Bem, uma nota assim de um a cem eu dou quarenta para a assistência social. Porque eu sei que alguns querem fazer o serviço por amor, não querem fazer o serviço pela necessidade de você só ter um salário e colocar no bolso, só que a gestão não dá condições dele fazer. E tem outros que tanto faz como tanto fez, é um morador de rua e ele acha que está fazendo um favor ao morador de rua, mas não é favor, é direito, mas ele acha que é favor e trata o morador de rua como se fosse um cachorro, como se fosse um zé ninguém. Não todos, mas a maioria é assim (Ferro).

Naquele tempo era assim, hoje a gente vê que os relatos são iguais, hoje a ausência de vagas faz com que as pessoas sejam desligadas ou suspensas. Houve relatos ditos em nossas reuniões das quintas-feiras, do movimento. As pessoas, se reclamam da alimentação, é dito pra elas “Vocês ainda tão reclamando de que? Nós já damos isso, nós já damos aquilo”, quando sabemos que não é dado nada, é um direito socioassistencial garantido na Política Nacional da População de Rua. Mas os trabalhadores, alguns trabalhadores e trabalhadoras, por não conhecerem a política, por não lerem, por não terem uma formação adequada ou o perfil pra trabalhar com essa população, elas acham que é um favor. Então assim, tem que se desmistificar isso, que não é favor nenhum, é um direito garantido, um direito, inclusive, conquistado a duras penas para o atendimento da população de rua (Titânio).

Nas falas são destacadas a falta de formação e perfil de alguns trabalhadores dos SUAS para atuar com a PSR:

A própria política em si não está preparada para esse contexto de população em situação de rua, é um fato isso. Tem até pessoas da luta e tudo, que tem um anseio de aprender e compreender a questão, porém não tem preparo porque não existe interesse da própria gestão de que as pessoas se capacitem para receber a população em situação de rua. Tem até pessoas que são de luta entre profissionais dos serviços, mas que com a população em situação de rua são bastante opressoras (Rubi).

Se você trabalha com morador de rua você tem que gostar. Você vai trabalhar com o que não gosta? Você vai se sentir mal, oprimido. Talvez alguns sintam isso “eu estou trabalhando com um bando de morador de rua, um bando de drogado, um bando de cachaceiros, eu não estou nem aí pra eles não, vou fazer do meu jeito mesmo, do jeito que tem que ser”. E não é assim, tem que tratar com humildade, nós somos seres humanos. Apesar de a gente estar na rua, apesar de sermos usuários, roubar ou mentir, ou fazer o que for, a gente é ser humano, tem que ser tratado como ser humano! (Granada)

No primeiro trecho Rubi reflete que mesmo trabalhadoras que ele caracteriza como “de luta”, ou seja, que apresentam discursos e posturas progressistas em relação aos direitos da classe trabalhadora, e muitas vezes vinculações com pautas setoriais de luta social, não sustentam a convivência com a PSR e na relação de trabalho com esses sujeitos acabam reproduzindo posturas e ações opressoras com as quais não se identificam em outros contextos. Esse tipo de contradição se relaciona com as situações referidas no capítulo 2 de gestões assumidamente progressistas que conseguiram avançar em uma série de pautas no campo dos direitos humanos, mas que tiveram grande dificuldade de sustentar uma abordagem não criminalizadora/repressora com a PSR. É como se a situação de rua fosse de fato um grito de agonia que incomoda a todos, que gera reações que muitas vezes vão na direção de calar, abafar, controlar, afastar o incômodo.

No caso específico das trabalhadoras do SUAS, que convivem diariamente com esse público, é desgastante lidar com a dor e o desespero cotidiano, que acabam também gerando estresse e adoecimento, especialmente psíquico, nas servidoras. Parte dessas trabalhadoras, como foi apontado pelos participantes, acabam tratando os usuários de forma desrespeitosa, não os reconhecendo como sujeitos de direitos, o que alimenta a bola de neve de preconceitos, negligências e violências que já é gigantesca quando se trata da PSR, e podem gerar ainda mais isolamento e desconfiança em relação aos serviços socioassistenciais.

Vale reforçar a importância da formação continuada para atuação com público tão desafiador como a PSR. Apenas dois dos cinco municípios onde a pesquisa foi realizada com os trabalhadores do SUAS realizou atividade formativa sobre o tema com suas equipes, sendo que em apenas um deles a iniciativa partiu da Secretaria Municipal de Assistência Social. A realização de formação continuada, além de estar prevista na NOB/SUAS é constantemente reivindicada pelos trabalhadores durante as conferências de assistência social em todas as esferas.

Um fato relevante observado por alguns entrevistados foi que os conflitos e problemas na unidade de acolhimento são mais frequentes nos finais de semana, quando não há equipe técnica no serviço, apenas os cuidadores de plantão. Foi sugerido pelos participantes a presença de pelo menos um técnico de serviço social ou psicologia por plantão:

E também eu não concordo com uma lei que eles estão colocando no final de semana, que a pessoa só entra se tiver passado pela assistente social na semana. Ou seja, aconteceu um fato comigo e meu marido no final de semana, a gente está tipo ameaçado de morte, e a gente não tem prioridade. A gente passou quatro dias na rua, só não ficamos mais porque um companheiro aí deu uma mão. E assim, entramos ontem, foi final de semana e eles dizem que ele ainda está na lista de espera. Eu consegui porque pra mim teve vaga, mas eu não posso deixar o meu marido na rua, não é? (Pérola).

As dificuldades estruturais, como o número insuficiente de vagas, e as condições precárias dos imóveis que abrigam os equipamentos do SUAS também foram relacionadas à qualidade dos serviços prestados:

Não, claro que deixa a desejar porque não tem infra, os servidores até se esforçam para dar um serviço bom, mas não tem infraestrutura nenhuma (Rubi).

Espaço físico é o que falta melhorar, ter um espaço físico mais amplo para assistir mais gente, está entendendo? O espaço físico é o que deixa muito a desejar hoje em dia no Centro POP. É muito apertado, uma coisa muito pequena mesmo, não comporta o número de pessoas que eles teriam que atender normalmente (Granada).

A dificuldade das equipes profissionais de mediar questões individuais e coletivas e as regras de convivência social também foram lembradas nas entrevistas. Alguns participantes explicaram o descumprimento das regras dos serviços tem como consequências suspensões e desligamentos, que por vezes são considerados injustas pelos usuários:

Na real a gente foi suspensa só porque ela se deitou perto de mim, eu vi isso como preconceito... Foi no albergue. Aí, no caso, graças a deus, deus iluminou nós e no outro dia que a gente estava suspensa a gente alugou um canto. Foi um mês de suspensão só porque ela se deitou perto de mim. Eles acharam que a gente estava querendo ter alguma relação sexual (Pérola).

A mesma participante (Pérola) narrou outra situação que gerou suspensão de sua companheira, dessa vez no Centro POP:

Sei que ela errou, foi pela cabeça dos outros e fez besteira, mas isso aí é um assunto que é um absurdo. Suspender uma pessoa e punir uma pessoa porque foi defender algo. Podia estar errada como for, mas dois meses é demais. Ela estava embriagada e foi jogar uma pedra em um usuário que estava ameaçando e mexendo com ela, tinha roubado lá perto... acabou acertando no carro da advogada do Centro POP (risos) (Pérola).

A situação exposta ilustra o quão complexa é a mediação dos conflitos dentro dos serviços socioassistenciais, especialmente da proteção social especial. A pedra que acertou o carro de uma técnica do serviço, além do prejuízo material causado, poderia ter acertado outro usuário ou profissional, o que precisa ser refletido para evitar repetições e garantir um ambiente com condições mínimas de tranquilidade e segurança para que sejam realizados atendimentos e atividades com os usuários. Por outro lado, sessenta dias pode ser tempo demais para quem necessita do serviço para se alimentar, tomar banho e encontra no Centro POP apoio para garantir esses mínimos existenciais.

Outra situação de difícil manejo, dessa vez na unidade de acolhimento, exemplifica os diferentes cuidados que precisam ser tomados para a segurança de todos os usuários nos serviços, especialmente os mais expostos e vulneráveis, como as mulheres, assim como as difíceis decisões que devem ser tomadas pelas equipes:

E na rua a gente assim medicada corre o risco do cara chegar e alisar, e a gente nem sente, principalmente com a mulher. Aconteceu até dentro do albergue, a segurança das mulheres é uma coisa assim complicada. Esses dias entrou um cara dentro do quarto das mulheres e foi diretamente numa cama, no beliche de cima, eu dormia no de baixo, quando acontece um grito. Eu acordei apavorada, era um cara procurando cigarro na calcinha de uma menina. E ela tem mania de perseguição, passa o dia inteiro no CAPS. Quer dizer, uma pessoa que já tem trauma, que já passou por várias situações na rua de estupros, ela já foi estuprada na rua, e ainda ter que passar por uma situação dessas. Aí eles colocaram ele para fora, mas eu podia muito bem ter falado para não colocar pra fora, esperar a polícia chegar para ele ver. Mas você sabe o que fizeram? Antes da gente dizer qualquer coisa, não deu nem tempo, já colocaram ele para fora. Acho que foi para não testemunharem também o vacilo, porque só podiam estar dormindo. Porque não ver o cara entrar dentro do quarto das mulheres, eles (cuidadores) estavam dormindo, não estavam? Eu acredito que sim (Esmeralda).

A questão das suspensões e desligamentos dos serviços socioassistenciais como responsabilização por faltas cometidas no âmbito dos serviços não encontra parâmetros objetivos nos documentos e legislações que regem o SUAS, sendo em geral colocadas nos

regimentos internos dos equipamentos, construídos de forma mais ou menos participativa pelas gestões de cada unidade. Diferente da grave situação relatada por Esmeralda, outras narrativas de usuários do albergue apontam para a banalização das suspensões e impossibilidade de defesa dos acusados, que por vezes são penalizados, de acordo com relatos de membros do MNPR/RN, por situações como deixar toalhas em cima das camas ou oferecer alimentação pela janela a usuários que não conseguiram vaga para pernoitar na instituição. Tais fatos nos levam a refletir sobre a exigência de comportamentos e modos de ser que por vezes é colocada pelos serviços como condições para acesso e permanência dos usuários nos mesmos.

Em reflexão sobre as condicionalidades do PBF, Silva (2016) faz pertinente reflexão que pode ser ampliada para os demais programas, estratégias e serviços do SUAS, inclusive os que tem a PSR como foco:

Observa-se a prevalência da concepção que as situam (as condicionalidades) como uma questão política e uma imposição moralista conservadora fundamental numa perspectiva ideológica, defendida por segmentos conservadores da sociedade com apoio da mídia, transformando o direito numa concessão e, como tal, deve exigir uma contrapartida, sobretudo se essa concessão é destinada aos pobres que “precisam aprender a valorizar o que recebem”(pp.173/174).

Em Natal/RN, o MNPR/RN analisou o regimento interno da Unidade de Acolhimento, publicado no Diário Oficial do Município, e levou para o MPE pontos e questões discordantes. No caso do Centro POP, o documento de orientações técnicas produzido em 2011 pelo MDS pode ajudar a orientar a construção das regras e acordos coletivos de convivência, mas não existe documento semelhante para as unidades de acolhimento, o que dificulta a situação nesses equipamentos. Consideramos que é fundamental que os regimentos e documentos que definam questões coletivas sejam construídos democraticamente, com a participação ativa dos usuários nas discussões sobre as regras e tomada de decisões relativas aos serviços.

Outro problema que impacta a execução dos serviços identificado pelos participantes foi o aumento de pessoas vivendo nas ruas, que apesar de não serem contabilizadas oficialmente são percebidas pelos entrevistados visualmente:

Então lá é aquele apoio que realmente pela demanda aumentar muito está sufocando. Isso aí a gente já observa, está sufocando e vai ficar uma coisa que daqui um pouquinho se eles não tiverem cuidado vão perder o controle. Todos os dias estão chegando pessoas novas, de outras capitais, de outros interiores, e justamente é por isso também a dificuldade do albergue, porque eles fazem só dar encaminhamento pro albergue (Topázio).

A percepção empírica de Topázio corrobora dados dos serviços, conforme expôs o jornal Folha de São Paulo, que em junho de 2019 divulgou o aumento de 66% no número de pessoas em situação de rua abordadas na cidade de São Paulo entre os anos de 2016 e 2018. A matéria jornalística informou que em 2018 os servidores municipais da assistência social abordaram 105,3 mil nas ruas da cidade e explica que nem todos os abordados tem o perfil de morar nas ruas permanentemente, sendo que alguns estão na situação de rua durante a semana, mas retornam à convivência familiar algumas vezes ao mês, especialmente os que tem familiares vivendo em cidades da região metropolitana e mais distantes do centro. Ainda nessa reportagem foi destacado o aumento do desemprego entre os principais fatores que geram o crescimento da PSR.

Esse aumento da PSR também foi atribuído ao aumento do desemprego e a piora das condições de vida da população pelos membros do MNPR/RN que entrevistamos. Os participantes da pesquisa refletiram que tal situação tem levado muitas famílias a cruzar a linha de extrema pobreza e ameaça devolver o Brasil ao mapa da fome⁵⁶:

Sabemos que essa população está aumentando. Em Natal, há dois, três anos atrás tínhamos um número de população de rua. Hoje a gente vê que dobrou, no mínimo, dobrou essa população. Assim como dobrou no Brasil, depois da EC 95 que congela investimentos até 2036, que congela investimento nas áreas sociais e também da reforma trabalhista, que o governo aí tá dizendo que trouxe melhorias, mas é “engana povo” o que tão fazendo na TV. A gente sabe que não trouxe melhorias, trouxe dificuldades pra várias pessoas, onde pessoas que tinham condições de pagarem seu aluguel, de manterem suas famílias, estão indo pras ruas por não ter mais condições de fazer isso. Então assim, se não houver seriedade, e a gente sabe que vai ser difícil, inclusive criar políticas diante de uma EC 95, mas se não houver um consenso de que é preciso investir no social, o Brasil tende a virar um caos por não ter serviços, ou não ter políticas pra

⁵⁶ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/10/17/jose-graziano-fao-onu-mapa-da-fome-brasil-obesidade.htm>

população em situação de rua e pra outras populações também que estão vulnerabilizadas socialmente (Titânio).

Além do baixo quantitativo de vagas, o tempo de permanência nas unidades de acolhimento geram divergências e conflitos entre trabalhadoras, gestores e usuários. De acordo com as orientações do reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua (MDS, 2012), o período de permanência de cada indivíduo/família nesse equipamento é de seis meses, sendo que essa é apenas uma referência, visto que o processo de desligamento deve ser construído conjuntamente pelos usuários e equipe técnica, de acordo com o nível de autonomia e as possibilidades de cada sujeito. Ocorre que em situações de superlotação e pressão da sociedade e mídia, por vezes a gestão coloca os seis meses como período máximo de permanência, especialmente para aquelas pessoas ou famílias consideradas “difíceis” ou problemáticas.

Sobre a temporalidade da assistência nos abrigos, Gardella (2016) narrou o processo de debates e lutas sobre o tempo máximo de acolhimento das pessoas em situação de rua na cidade de Paris, onde foi instituído em 2007 através da lei *Dalo*, o princípio da continuidade, que cessou qualquer determinação de permanência máxima nos albergues de urgência. A partir desse avanço legal, foi definida a permanência do usuário no serviço até que seja proposta ao usuário uma solução adaptada e durável. Apesar da importância dessa mudança como marco jurídico, a lei *Dalo* ainda não foi totalmente implementada na prática por uma série de razões, inclusive pela falta de documentação, assistência jurídica e medo de deportação por parte dos usuários, em grande parte estrangeiros e refugiados.

Outro viés relacionado aos problemas nos serviços socioassistenciais explorado pelos participantes de nossas entrevistas foi o das gestões, no sentido de que práticas de diretores, coordenadores e secretários impactam diretamente a situação das trabalhadoras e usuários do SUAS:

Porque começa lá de cima, a culpa não é do servidor, a culpa é de quem está lá em cima porque era pra existir capacitação permanente para os servidores em relação ao contexto do segmento (Rubi).

Assim, eu sinto que as meninas lá, não tô querendo meter o pau nelas, mas eu sinto que tem alguém por trás delas que não dá a oportunidade para eles fazerem, a gestão..., mas eu acho que não podia existir isso não. Elas querem ajudar, mas ou outros não deixam, os diretores. Quem comanda mais alto, a gestão (Ágata).

Mas eu acho que é a gestão, eu não sei. Tem muitas pessoas que chegam para mim, pessoas que eu não vou dizer o nome, que chegam e dizem “não sou eu, não somos nós, são eles, entendeu?” Você viu o que aconteceu com o colega da gente, não é? O assistente social que se suicidou. Eu não lembro o nome dele, mas sei que foi por causa de opressão (Pérola).

Pérola aponta em seu relato o caso do assistente social Ailton Maciel Dias de Lima, trabalhador do SUAS de Natal, que cometeu suicídio em março de 2018, e que seus colegas e familiares atribuem parte significativa do adoecimento mental que o levou à morte às dificuldades e perseguições no contexto do trabalho na assistência social⁵⁷. O MNPR/RN participou, junto com sindicatos e fóruns de trabalhadores, de ato na SEMTAS em homenagem a Ailton, e reconheceu também nas entrevistas os impactos do desrespeito e assédio moral aos profissionais da política de assistência social:

Eu acho que é valorização profissional, uma das dificuldades é essa. Além da formação, além de ter perfil, é a valorização profissional. Um grande exemplo é Natal, o prefeito ele não cumpriu com o que a justiça determinou, né, que eu não sei bem explicar qual era os termos técnicos da questão lá e tudo, mas ele não cumpriu com a determinação de um reajuste salarial pra os trabalhadores municipais. Em contrapartida, agora ele quer por via judicial fazer com que os trabalhadores não façam suas doações voluntárias aos sindicatos, então assim, além de não cumprir ele quer trazer dificuldades inclusive pra luta, pra organização dos trabalhadores. Então, uma das dificuldades é essa, é o assédio moral, e também a questão da valorização profissional, ou seja, valorizar os trabalhadores e trabalhadoras, porque nós entendemos que se esses trabalhadores forem bem remunerados, justamente remunerados, conseqüentemente o atendimento à população em situação de rua será melhor efetuado. Então assim, a valorização profissional, o respeito aos trabalhadores, salário em dia e... “Não ao assédio moral!”, condições de trabalho também, espaço físico próprio também, que é uma grande dificuldade que nós sabemos que existe, ou seja, prédios próprios, a maioria dos prédios pra prefeitura de Natal são alugados, isso nós sabemos também que há uma questão

⁵⁷ <https://sinsenat.org/2018/03/12/sinsenat-lamenta-falecimento-do-companheiro-ailton-maciel-e-repudia-pratica-de-assedio-na-semtas/>

imobiliária por trás. Então assim, são várias situações que nós sabemos que existem, mas que diante das demandas que nós temos no dia a dia, é coisa pequena pra enfrentar, mas é importante que haja essa discussão, que haja essa valorização profissional porque nós entendemos que com profissionais valorizados e respeitados o atendimento às populações, não só de rua, mas outros segmentos, ele será melhor feito (Titânio).

Ainda nessa mesma direção, o MNPR/RN expressou nas entrevistas que tem buscado aproximação e diálogo com trabalhadoras e gestores, principalmente com os primeiros, visto que os problemas no cotidiano dos serviços os atingem diretamente junto com os usuários. Apesar da abertura ao diálogo, o movimento demarca que não abre mão do seu papel de controle social:

Nós dialogamos sim, nós temos esse diálogo aberto com usuários, com trabalhadores, com gestores. No momento que é pra dialogar nós dialogamos, principalmente com gestores. No momento que há violações, como já aconteceram vários casos, nós vamos pro embate, vamos pra denúncia junto com o Ministério Público, a Defensoria, aos órgãos competentes, mas a gente dialoga assim porque a gente sabe que dialogar é importante, principalmente com trabalhadores e trabalhadoras. Então nós entendemos que são duas classes, tanto usuários e usuárias quanto trabalhadores e trabalhadoras, são duas classes que elas são colocadas ao extremo, mas no mesmo momento são colocadas uma contra a outra, ou seja, os conflitos geralmente quando acontecem, geralmente o embate é entre trabalhadores e usuários. Muitas vezes, sabemos que a culpa não é dos trabalhadores, e também não é dos usuários, a culpa é de uma gestão que não compreende o fazer, que faz com que coisas aconteçam localmente e que eles estão dentro dos gabinetes... então quem tá lá na ponta são os trabalhadores, conseqüentemente, essa reclamação dos usuários vai rebater nos trabalhadores, mas há um desgaste muito grande e com isso há conflitos, há situações de desligamentos, de abuso da autoridade, onde quem paga realmente no final das contas são os trabalhadores e principalmente os usuários da política. Então assim, nós dialogamos sim, mas deixando claro que se houver violações, tanto de gestores quanto também de trabalhadores, nós estaremos lá pra dialogar, mas também, se possível, pra denunciar sim, nos espaços de referência para isso (Titânio).

Diante de todos os problemas extensamente descritos nessa categoria, dois participantes que são mais antigos no MNPR/RN e tem articulações nacionais expressaram que sentem que os serviços, como o Centro POP, que foi pensando pelo MNPR nacional junto com representantes do Estado, portanto pela PSR e para a PSR, foram desvirtuados de suas ideias originais e acabam funcionando de formas diversas e adaptadas nas diferentes regiões do país. Além das pertinentes críticas, que devem ser analisadas por trabalhadoras e gestores visando a

qualificação dos serviços do SUAS, os entrevistados também expressaram reconhecimento por esforços, compromissos e boas práticas das trabalhadoras dos serviços socioassistenciais:

Esses serviços de CRAS, CREAS e Centro POP estão passando por uma crise grande. Eu acredito que alguns funcionários, assim ao meu ver, do ponto de vista do meu olhar para eles, alguns funcionários, não todos, eles têm a boa vontade de que o serviço fosse melhor, o atendimento para o morador de rua, mas as vezes o governo, a gestão é que não dá condições de fazer melhor. Às vezes só de você falar com um funcionário você percebe que ele gostaria de tirar a roupa do corpo e te dar, fazer alguma coisa para te favorecer, mas eles não fazem porque o governo não permite (Ferro).

Sim, me sinto bem atendida pelas assistentes sociais, psicólogos do Centro POP e do albergue, não tenho reclamação disso não (Ágata).

É, não são todos que são ruins não. Eu adoro o Newton⁵⁸! Ave maria, ele está no meu coração, e acho que todo mundo gosta dele. Ele é um educador que é um exemplo, ele sabe tratar a pessoa. Ele trata como um ser humano, com igualdade, tem amor ao próximo, entendeu? Tem outras pessoas legalzinha também, mas tem uns que... (Pérola).

O educador social referido por Pérola, servidor da unidade de acolhimento, é considerado uma unanimidade pelos membros do MNPR/RN e demais usuários do serviço há anos. Mesmo quando adverte ou aplica sanções ele tem postura respeitosa, dialógica e busca auxiliar os usuários e usuárias a refletir sobre estratégias para reduzir conflitos e problemas. Observar as boas práticas desses profissionais, que buscam driblar os limites impostos pelas adversidades nas políticas, e buscar replicá-las através de formações e pactuações, é um passo importante para fortalecer vínculos entre profissionais e usuários, bem como para qualificar os serviços do SUAS.

Por fim, ainda da relação entre usuários e trabalhadoras na Assistência Social, um último tema tratado nessa categoria se refere a confusão em relação aos papéis das trabalhadoras que alguns usuários fazem, criando expectativas e fazendo cobranças de ações que vão além do que é previsto na política e mais se aproximam de práticas assistencialistas:

⁵⁸ Nome fictício para não expor o profissional sem sua devida autorização.

Na minha opinião, apesar de eu ser semianalfabeto, mas o diretor do albergue era para me chamar, ele estava vendo as minhas condições, porque eu entrava todos os dias e ele me assistia, era para ele ter dito “eu sei que você não tem condições, então vamos fazer uma vaquinha aqui e a gente vai dar uma assistência a vocês até uns quatro ou cinco meses, até você tentar se estabelecer para você não perder sua criança. Com um aluguel assim baratinho de duzentos reais, ou cento e oitenta, mas não chegar assim e me jogar na parede, dizer “ou você sai ou você perde a sua filha”, está entendendo?... E outro negócio também que eu sempre bato na tecla é que os coordenadores (do Albergue e Centro Pop) eram para dar mais assistência aos usuários porque eles que tem conhecimento de onde tem emprego disso, emprego daquilo, e eles podiam fazer uma seleção, dizer assim “vocês querem trabalhar? Pode ser um trabalho fixo, mas pode ser um bico que dê para vocês se sustentarem e tal, eu vou estar procurando essas empresas aqui. Eu como diretor vou lá mesmo, e vou dar a palavra a vocês e pronto” (Ferro).

O relato acima aponta primeiro para uma situação de limbo na política, que no caso é o acolhimento para famílias, sendo que o usuário precisaria sair da unidade de acolhimento junto com a companheira para não perderem a guarda da filha. Ele espera, então, que o coordenador da instituição, junto com outros profissionais, possam custear seu aluguel até que ele se estabeleça com a família. A expectativa que Ferro expressou está envolta na lógica assistencialista e na busca individualizada e imediatista da questão habitacional. Nesse caso, a ação institucional esperada seria o diálogo com a própria secretaria de assistência social, Defensorias públicas e outros órgãos no sentido de viabilizar o direito ao aluguel social, do uso do quarto para famílias na unidade de acolhimento, entre outras possibilidades institucionais de busca pela garantia da convivência familiar desse núcleo.

Como o tempo das políticas muitas vezes não corresponde ao tempo das urgências e necessidades da vida real, é a trabalhadora que está na ponta que terá que dialogar e sustentar as faltas e falhas da rede junto aos usuários, que muitas vezes acolherá o sofrimento e buscará pensar junto em repostas que não estão dadas no horizonte das políticas públicas. As trabalhadoras do SUAS recebem e tentam de alguma forma “amortecer” as durezas e impactos direcionadas pelo MPC aos “supérfluos” e “descartáveis”.

Na continuidade das reflexões da PSR participante das entrevistas sobre as principais dificuldades observadas em relação aos serviços do SUAS apresentaremos os conteúdos agrupados na categoria *“Às vezes um olhar é pior do que uma facada: a higienização nos*

serviços socioassistenciais”. Tal categoria apresenta a reflexão dos membros do MNPR/RN acerca dos apelos por higienização social da PSR e da reprodução deste processo dentro dos serviços socioassistenciais.

Antes de adentrar propriamente na questão da higienização no âmbito do SUAS, é interessante observar que um dos entrevistados abordou a concentração de PSR nos centros urbanos e nas políticas públicas das grandes cidades como consequência da expulsão de pessoas que estão nas ruas ou são consideradas “desviantes, errantes, perigosas” de municípios do interior:

Esse público que se avoluma aqui em Natal é que vem excluído lá do interior, que higienizam no interior. No interior quando você tá por lá, dois, três dias nas ruas, eles querem que dê uma passagem pra você, eles fazem isso aqui, a maioria dos interiores faz isso, porque ali não tem visibilidade do estado. E aquelas pessoas que são de famílias tradicionais que tem problemas mentais, eles toleram, ficam ali, né, que são doidos e, às vezes desassistidos, às vezes assistidos por lá mesmo, mas não tem como ele se reintegrar, é dali esperando a morte chegar, e aí, quer dizer, é lamentável isso, né? (Cristal).

Apesar da maior parte dos estudos retratarem questões relacionadas à PSR em capitais e grandes cidades, esse público também está presente em cidades de médio e pequeno porte nos interiores do país. L. Pereira (2016) destaca que em cidades de menor porte o poder público consegue ter maior controle sobre as pessoas que se encontram na situação de rua. Em estudo sobre o Centro POP em São Carlos/SP, Oliveira (2016) observou a distribuição de passagens para andarilhos retornarem as suas cidades de origem entre as principais ações desenvolvidas antes da implantação do Centro POP no município, que inaugurou, através de sua equipe, outras concepções e ações dirigidas ao segmento.

Em relação as ações e discursos higienistas que adentram os espaços e as rotinas dos equipamentos de assistência social, os participantes expressaram decepção e angústia pelo fato de encontrarem preconceito e resistência onde esperavam acolhimento e apoio para lidar com os problemas inerentes às vivências de rua, o que pode ter como consequência direta o abandono e a desistência dos acompanhamentos pelos serviços:

Na maioria das vezes o atendimento é bem opressor, como eu falei que de certa forma é até ignorância das pessoas, não é porque elas querem ser opressoras mesmo. E isso só faz piorar a situação da pessoa, porque assim ela já vem em um contexto bem cruel de não ter direito de nada, e de às vezes um olhar ser pior do que uma facada. A gente encontra muito isso na rua, e num lugar que poderia ser o lugar onde você iria achar um braço amigo, uma mão que possa te tirar daquela lama, você encontra uma pessoa que vai te afundar mais. A própria psicologia comprova isso, tá ligado? Você já vem de uma pá de opressão, aí vai buscar um acalento em algum lugar e acaba achando outra, faz com que você não queira mais saber da política (Rubi).

Foram narradas pelos participantes situações em que se sentiram constrangidos e injustiçados dentro dos serviços do SUAS. Mesmo diante do sentimento de desconforto e humilhação, alguns entrevistados permaneceram usuários dos equipamentos pelas necessidades emergenciais que não conseguem suprir em outros espaços ou de diferentes formas:

A assistência social é uma das políticas que mais está próxima da população em situação de rua. E que mais oprime também a população em situação de rua. Às vezes oprime mais do que a própria segurança pública, né? Para você ver, oprime mais do que a segurança pública. É muito contraditório, a política que deveria me abraçar faz pior do que a própria polícia que me bate. Porque não é uma agressão física, mas às vezes uma agressão psicológica é pior do que você dar um tapa na cara da pessoa. De onde você espera o acolhimento às vezes vem um olhar, uma palavra que fere bem maior. Já cheguei até a bater boca lá no Centro POP uma vez porque uma mulher foi me servir e serviu toda ignorante, aí eu disse “ei, espere aí, tenha calma! Pra que isso? Eu não sou um bicho não e isso que você está fazendo aqui não é um favor também não, é meu direito, tenha calma!” (Rubi).

Tem algumas violações de direitos, mas fazer o que? A gente precisa daquilo para dormir, para tomar um banho, fazer os documentos, essas coisas. Mas que existe sim muitas violações de direitos (Pérola).

Outro ponto que incomoda os entrevistados e gera divergências entre profissionais do SUAS é a relação dos serviços socioassistenciais com os órgãos de segurança pública, que por vezes são acionados com frequência para agir em relação a conflitos e ameaças entre usuários, e entre esses e os profissionais, e também para fazer revistas e averiguações para liberar o acesso da PSR aos serviços:

No nosso tempo era muito precário, a guarda municipal era lá dentro fazendo as revistas, eles tratavam mal, eles humilhavam mesmo, então era muito ruim, tanto é que eu mesmo deixei de frequentar. Dentro do Centro POP também, quando tinha conflitos, chamavam-se a guarda ou a polícia militar. Então assim, é muito difícil, é muito complicado um serviço feito pra essa população em situação de rua que já tem todas essas especificidades de violência sofrida, de rejeição, de sabe, de várias situações

preconceituosas vividas... No próprio serviço feito pra ela, ela enfrentar essas mesmas coisas que ela enfrenta no dia a dia. (...) No Albergue quem fazia a revista era a guarda municipal, e eles eram muito truculentos, batiam nos nossos órgãos genitais, aí eu decidi que era melhor estar nas ruas, porque se fosse só por uma dormida e alimentação a rua dava isso. Lá no Albergue eu era violentado na minha dignidade, então achei melhor permanecer nas ruas. Então é como se fosse um reflexo do que ela passa durante o dia, institucionalmente dentro de um serviço (Titânio).

De fato, existem situações que demandam atuação da polícia e operadores da segurança pública, e em alguns casos esses setores precisam ser acionados pelas trabalhadoras do SUAS, inclusive para a própria proteção dos usuários. Situações como conflitos e ameaças à integridade física das pessoas precisam ser mediados e responsabilizados devidamente. O que se aponta aqui como problema pelos entrevistados, e que corroboramos como pesquisadoras, é a banalização da presença da PM ou Guarda Municipal nos serviços, ou pior, que as profissionais da assistência social só realizem atendimentos na presença desses órgãos, como foi descrito sobre o SEAS em um município do RN. Nessa situação, é preciso refletir como um usuário, que já vivencia constantemente perseguições e violências institucionais pelos operadores da segurança pública, irá se vincular e confiar sua história e os cuidados com sua vida ao profissional da assistência social? Não é possível, e não há sentido nesse modo de operar a política de assistência social.

A presença e os procedimentos realizados pela guarda municipal ou polícia dentro dos serviços socioassistenciais geram mal-estar nos usuários, e por tal razão alguns entrevistados relacionaram os equipamentos de assistência social para PSR, especialmente a unidade de acolhimento, aos espaços de prisões e cárceres:

Às vezes eu me sinto ali como se eu estivesse presa. Presa chegando para dormir, passa por aquele movimento todinho de revista, e... Vixe, eu me sinto mal demais com aquilo ali! Eu me sinto uma delinquente, como se eu estivesse pagando uma pena no semiaberto, entendeu? (Esmeralda)

O Albergue parece um centro de encarceramento de egressos mais do que população de rua, né, tem essa característica. Esse pessoal que está lá dentro dos equipamentos eles não tem norteamo nenhum, eles se referem aos usuários como se fossem pessoas vinculadas ao sistema penitenciário. E as pessoas estão indo para os equipamentos e para ser assistidos e acabam encontrando é confronto, barreira, discriminação, e são mal

identificados do ponto de vista de cada um... Porque o que a prefeitura daqui faz é o poder de opressão de “você sabe com quem tá falando? Eu te prendo, te jogo, você não dorme, isso e aquilo” (Cristal).

Além das ações mais “truculentas” e explícitas, algumas abordagens mais sutis, mas que também geram sentimentos de humilhação e tristeza nos usuários foram descritas pelos participantes da pesquisa:

Inclusive tem um servidor lá que ele de uma certa forma está deixando a gente constrangido, certo? Com insinuações. Por ele ser um funcionário ali eu acredito que ele tem que se comportar como tal, não desfazendo da gente (Topázio).

Esses depoimentos explicitam o processo de criminalização da pobreza e apontam para uma ação socioassistencial que, nos moldes que é operada, muitas vezes tutela o usuário e contribui para a sustentação das expressões da “questão social”. Novamente nos remetemos ao fio da navalha que permeia as ações voltadas para a PSR e que é tema desta pesquisa – o tênue limite entre garantir direitos ou higienizar, entre propor serviços que fortaleçam o sujeito ou desenvolver práticas que cristalizam suas precárias condições de vida, impactando e ferindo ainda mais que já está fragilizado diante de uma série de perdas, rupturas, estigmatizações e negações.

Reconhecendo a assistência social como direito e os serviços para PSR como conquistas importantes do segmento e das trabalhadoras das políticas sociais, é preciso manter a defesa por orçamento, formações e condições concretas que possam qualificar as ações dos equipamentos do SUAS, sem perder de vista seus limites definidos pela própria natureza das políticas públicas no MPC. Trabalhar com PSR requer acolhimento, sutileza e cuidado com quem chega carregado das durezas e concretudes da vida. Nesse sentido, há de se cuidar do sigilo, da atenção na escuta e no olhar para as vivências do outro, na compreensão para apoiar, fortalecer e, quiçá, construir projetos conjuntos.

Após a exposição sobre os serviços socioassistenciais, tanto a partir da perspectiva das trabalhadoras como dos usuários do SUAS, no próximo tópico abordaremos a PNPR e a atuação

da rede intersetorial, que é fundamental para a efetivação dos projetos construídos na Política de Assistência Social.

3.3 A Política Nacional para a População em Situação de Rua: concepção, desenvolvimento e entraves

*Não somos lixo
 Não somos lixo nem bicho
 Somos Humanos.
 Se nas ruas estamos é porque nos desencontramos.
 Não somos lixo nem bicho.
 Não somos anjos, não somos o mal
 Somos arcanjos no juízo final.
 Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos
 Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.
 Não somos lixo.
 Será que temos alegria? Às vezes sim...
 Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
 A lucidez e os sonhos da filosofia.
 Não somos profanos, somos humanos.
 Somos filósofos que escrevem
 Suas memórias nos universos, diversos urbanos.
 A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
 Não somos bicho nem lixo, temos voz.
 Por dentro da caótica selva somos vistos como fantasma.
 Existem aqueles que se assustam,
 Não estamos mortos, estamos vivos.
 Andamos em labirintos.
 Dependendo de nossos instintos.
 Somos humanos nas ruas, não somos lixo.
 (Carlos Eduardo Ramos, “Cadu”, Salvador-BA)*

Conforme destacamos desde o início deste trabalho, o Decreto Presidencial nº 7.053/2009, que institui a PNPR, constitui o principal marco das conquistas alcançadas pelo MNPR em relação ao atendimento da PSR pelas políticas públicas no Brasil. Nesta seção pretende-se abordar a PNPR, considerando seu processo de construção, suas estruturas e fragilidades, bem como a centralidade da atuação em rede como estratégia de atenção às pessoas em situação de rua.

O Decreto 7.053/2009 é um marco histórico, político e legal no enfrentamento às violações de direitos da PSR, na medida em que institui uma política nacional a ser implementada de forma descentralizada e articulada, entre a União e os demais entes federativos, e cria um comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da mesma. É uma política focalista e compensatória, mas também é uma ação afirmativa, voltada para um determinado segmento populacional, que tem como diretriz central: a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e como principal objetivo assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas como uma ferramenta fundamental na tentativa de romper com a violação de direitos a qual essa população está exposta.

Antes da promulgação do decreto 7.053/2009, que ocorreu em dezembro de 2009, é preciso destacar a construção e entrega ao governo federal de dois documentos produzidos pelo MNPR e apoiadores: a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) e a carta de Brasília (maio de 2009).

A Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua foi construída por grupo de trabalho interministerial⁵⁹ criado em 2006, que contou com representantes governamentais e da sociedade civil, e teve como objetivo orientar a construção e execução das políticas públicas voltadas para a PSR no Brasil. Neste documento constam reflexões sobre a caracterização do segmento e reprodução deste como fenômeno na sociedade capitalista, princípios e diretrizes orientadores da ação pública e objetivos que constituem uma agenda mínima de ações estratégicas para o acesso aos direitos sociais pela PSR.

⁵⁹ Participaram do GT para construção da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua representante das seguintes entidades: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, Movimento Nacional de População de Rua, Pastoral do Povo da Rua, Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social.

Entre os princípios e diretrizes da política nacional de inclusão social da população em situação de rua cabe destacar os seguintes pontos:

- Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, entre outras, e o sistema de garantia e promoção de direitos, de forma intersetorial e transversal, garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua;
- Incentivo à organização política da PSR e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;
- Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a PSR;
- Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a PSR;
- Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;
- Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida.

Já em termos de ações, foram elencadas propostas que vão desde a responsabilização dos crimes que tem a PSR como alvo, formação dos operadores de segurança pública e fortalecimento das ouvidorias de Direitos Humanos, até estratégias para garantir o acesso da PSR à educação, saúde, assistência social, cultura, habitação e segurança alimentar. A Política Nacional de Inclusão Social para a População em Situação de Rua pode ser compreendida como uma espécie de esboço dos pontos principais que foram publicados na PNPR.

Contudo, parte das ações propostas no referido documento não foram contempladas na publicação da PNPR por avaliação dos próprios ministérios proponentes, que apontaram a impossibilidade de execução das mesmas por questões orçamentárias. De toda forma, foi uma iniciativa coletiva importante que apontou caminhos objetivos para o Estado se aproximar da PSR visando promover o acesso aos direitos historicamente negados a este segmento, e que serve como referência para a implementação de políticas públicas.

O segundo documento anterior a PNPR aqui destacado foi a Carta de Brasília, destinada ao Presidente Lula e entregue pelo MNPR ao chefe de gabinete do Presidente da República, durante o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, ocorrido em maio de 2009 na capital federal. Esta carta destacou a importância da implementação da PNPR, e elencou pontos prioritários a serem contemplados na política. Entretanto, como aponta Silva (2009), muitos itens presentes na carta não foram incorporados na política nacional, a exemplo de questões relacionadas à previdência, moradia, federalização dos crimes de lesa-humanidade, redução da idade do acesso ao BPC, programas de geração de renda e segurança alimentar, entre outras questões.

Sobre a PNPR, Machado (2012) explica que se trata de uma política que se insere no campo social e prevê a articulação, a integração e a intersetorialidade das políticas públicas, na perspectiva da garantia de direitos da PSR; visa responsabilizar o poder público a conhecer essa população e suas demandas, garantir sua participação nos espaços de construção e controle de políticas e programas e, principalmente, garantir que esse segmento populacional acesse as políticas públicas com atendimento qualificado, sendo assim um avanço no que diz respeito à previsão de cidadania dessa população.

A PNPR orienta-se no Brasil a partir de uma abordagem integrada, com a execução de um conjunto coordenado de serviços de diferentes níveis de intervenção, que incluem prevenção, alojamento temporário e pós-alojamento, além de planejamento, intervenção e acompanhamento integrados. Nesse modelo de política, a pessoa em situação de rua deve passar

por várias estruturas e fases de acompanhamento (unidades de acolhimento ou casa de passagem, repúblicas, aluguel social, programas de habitação etc.) até a saída das ruas, a partir da articulação com trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, dentre outras políticas. (Brasil, 2013).

De acordo com estudos acerca das políticas de atendimento para a PSR construídos em cooperação pela SDH com órgãos de países da união europeia, existem três principais modelos de atendimento à PSR: assistencialista, integrado e *housing first*. A maioria dos países na Europa utiliza o modelo integrado de política, sendo que o *housing first*, modelo de inspiração norte-americana que tem a habitação como foco do fluxo de serviços para atendimento aos sem abrigo⁶⁰ e defende acesso imediato e apoiado à habitação e ampliação das políticas habitacionais, vem ganhando força e passando a ser adotado por vários países, inclusive Portugal e França (SDH/PR, 2013).

Vale salientar que no Brasil a coordenação da PNPR, que segue o modelo integrado e intersetorial, se coloca no âmbito dos Direitos Humanos, estando na esfera federal durante os governos do PT sob responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os principais ministérios colaboradores da PNPR de Rua eram, sobretudo, o MDS, ministérios da Justiça, Cidades, Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, e Saúde. No início do governo Bolsonaro houve fusão e reordenamento dos ministérios e secretarias, passando as questões de direitos humanos a serem acompanhadas pelo novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e a coordenação de PSR sendo substituída por coordenação de pessoas em risco. Tais mudanças geraram preocupações ao MNPR, que tem buscado estratégias para lidar e pressionar um governo assumidamente conservador e neoliberal na continuidade da construção de políticas direcionadas ao acesso aos direitos sociais pela PSR.

⁶⁰ Termo utilizado na Europa para caracterizar população em situação de rua. Inclui um contingente maior de indivíduos e famílias que mesmo que não durmam ou vivam predominantemente na rua ou abrigos, se encontram em situação precarizada de habitação.

As principais atribuições do governo federal no que se refere à coordenação da PNPR são assegurar o cumprimento das ações e objetivos da política junto com todos os órgãos que a compõe, elaborar plano de trabalho detalhado e cronograma de execução a ser seguido, monitorar a política juntamente com o CIAMP-Rua e o Comitê Gestor Intersetorial, além de garantir publicidade às ações da PNPR.

A PNPR é uma política de adesão, e por essa razão, os estados e municípios devem aderir à mesma para que recebam orientações e prioridade orçamentária na execução das ações voltadas ao atendimento da PSR. Estes entes federativos devem garantir sustentabilidade das ações, elaborar políticas estaduais/municipais de PSR, acompanhar e incentivar o fortalecimento da rede de atendimento, identificar e enfrentar as situações de violação de direitos que tem o segmento como alvo, criar plano de trabalho com ações a serem implementadas para o acesso das pessoas em situação de rua aos direitos sociais, com cronograma e previsão orçamentária.

De acordo com dados publicados por assessoria técnica da SDH/PR ao CIAMP-Rua (Zwetsch, 2015 b), até dezembro de 2014, apenas 11 (onze) territórios da federação haviam assinado com a SDH/PR o Termo de Adesão à PNPR, sendo 08 municípios, o Distrito Federal e 02 estados, Bahia e Sergipe. O processo de adesão dos estados e municípios à PNPR por vezes é moroso e depende de uma série de articulações e pressões. No RN, por exemplo, desde o ano de 2013 o MNPR/RN busca dialogar com representantes do poder estadual e municipal (Natal/RN) para adesão à referida política. Entre as estratégias de mobilização foram realizadas audiências públicas e atos com representantes nacionais do CIAMP-RUA, MNPR, MS, PPR, dentre outros atores que protagonizam ações voltadas ao atendimento da PSR. Apenas em 10 de janeiro de 2018 foi sancionada a lei estadual 10.333/2018, que instituiu a Política Estadual para PSR no RN.

Quando se trata de PNPR há um elemento central para sua execução: o CIAMP-RUA. Tal comitê é composto por representantes do poder público e por membros da sociedade civil,

que atuam no planejamento, avaliação e monitoramento intersetorial das políticas, programas e projetos voltados para a PSR. O CIAMP-RUA deve ser criado também nos estados e municípios como mecanismo de controle social das políticas locais de PSR, e para constituir espaços de construção conjunta de estratégias de enfrentamento à violência e de acesso aos direitos sociais pelo segmento.

Zwetsch (2015 b) apontou que até dezembro de 2014 haviam sido criados 24 CIAMP-RUA no país, sendo 18 municipais, cinco estaduais e um do Distrito Federal. Mesmo em cidades ou estados que não possuíam políticas de PSR locais, o CIAMP-RUA foi criado e passou a acompanhar serviços do SUAS e SUS voltados ao público em questão, bem como denúncias de violências, entre outras situações. O primeiro CIAMP-Rua, do município de Rio Branco/AC, foi criado no ano de 2010.

Em alguns lugares onde o CIAMP-RUA foi criado por lei, não houve funcionamento regular, de modo que em 2014 apenas metade dos comitês criados estava em pleno funcionamento. Zwetsch (2015b) observou que a maior parte destes comitês eram paritários (79%); tinham participação da PSR ou de pessoas que tiveram vivências de rua (86%); realizavam encontros e reuniões mensais (79%); tinham as atividades e discussões pautadas pela PNPR (64%); tinham seu funcionamento avaliado como regular pelos seus membros (43%); e melhoraram o diálogo intrasetorial (ministérios, estados, municípios) de acordo com a avaliação de seus membros (71%).

Por fim, outro dado relevante apresentado no levantamento sobre o funcionamento do CIAMP-RUA no país foi a síntese das pautas debatidas nos comitês por ordem de maior frequência: 1) Assistência Social, 2) Habitação, 3) Saúde, 4) Segurança Pública, 5) Trabalho e Emprego, 6) Regimento Interno, 7) Organização do Comitê, 8) Educação, 9) Direitos Humanos, 10) Formação, 11) Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua, 12) Segurança Alimentar, 13) Cultura e Lazer, 14) Fiscalização dos Recursos, 15) Esporte, 16) Documentação Civil, 17) Censo da População em Situação de Rua (Zwetsch, 2015b).

Em 16 de janeiro de 2018 foi promulgado, através do Decreto nº 27.681, o CIAMP-RUA do RN. Tal legislação instituiu, ainda, o CNDDH, em uma configuração diferente da adotada na maior parte dos estados e municípios que criaram CIAMPS - onde o comitê é instituído na própria política municipal/estadual de PSR.

As atividades do CIAMP-RUA RN tiveram início em 2018 e se intensificaram a partir de 2019, com uma série de encontros e planejamentos de ações a serem desenvolvidas no estado para atendimento e acompanhamento da PSR. Dentre essas ações se destacou a realização do I Seminário Estadual sobre políticas públicas para PSR no RN, que foi realizado em setembro de 2019 e contou com significativa participação de trabalhadores do SUAS e SUS de todo o estado, além de representantes do MNPR e usuários do Centro POP, universidade, ONGs e outras instituições que atuam com esse público.

Apesar de a PNPR ter entre seus pilares a intersetorialidade e ser coordenada pelas secretarias de Direitos Humanos no texto do decreto que a institui, na prática, como aponta Machado (2012), é possível observar que a política de assistência social continua no centro do atendimento à PSR no Brasil. Nessa direção, é importante observar que o MNPR, junto com a PPR e outros apoiadores, tem empreendido esforços para mudar o foco das reivindicações relacionadas ao atendimento da PSR da Política de Assistência Social para a Política de Habitação, inclusive com a divulgação da campanha “Chega de omissão, queremos habitação!”. Alguns argumentos apresentados⁶¹ para defesa de tal campanha apontam que não construir estratégias de garantir moradia permanente para a PSR é “enxugar gelo” com constantes entradas e saídas das unidades de acolhimento, além de altos custos e baixa efetividade nos atendimentos realizados nestas instituições.

⁶¹ Argumentos apresentados em falas de representantes do MNPR e PPR em Audiência pública sobre habitação e população em situação de rua realizada na Câmara Municipal do Natal em 21/08/2017.

A situação da cidade de São Paulo, que conta com cerca de dez mil vagas⁶² de abrigo para a PSR, explicita que a luta apenas por melhorias nos atendimentos em unidades de acolhimento institucional não é suficiente, uma vez que pode contribuir para a manutenção dos usuários dos serviços na condição de rua. Apesar da política de assistência social apontar uma referência de seis meses para que o usuário possa ser trabalhado e superar a situação de rua para não mais necessitar do serviço de acolhimento, não são raros os casos de pessoas que usam os serviços por anos, e até décadas. Tal processo pode se relacionar com a pouca autonomia e incentivo a organização da própria vida nestes espaços.

Outro exemplo de insatisfação do MNPR com os serviços de acolhimento institucional para a PSR pôde ser observado, como já referido, durante a X Conferência Municipal de Assistência Social de Natal/RN. Na ocasião, o MNPR/RN, com apoio do CRDH/UFRN, entregou a presidência da mesa, que incluía representantes do CNAS, dossiê que compilava denúncias de violações de direitos cometidas no contexto da Unidade de Acolhimento de Natal contra a PSR usuária do serviço. Entre tais denúncias estavam situações como discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, exigência de exames e declarações para ingresso na unidade, uso de bafômetro para aferir ingestão de álcool, suspensões e expulsões de usuárias e usuários do equipamento socioassistencial, entre outras graves questões.

Ainda sobre os abrigos, é interessante observar que parte significativa das pessoas em situação de rua que passa a se reconhecer e militar no MNPR acaba deixando de usar os serviços socioassistenciais de acolhimento institucional por não suportar mais sua lógica de funcionamento. Não pretendemos com tais colocações diminuir a importância dos serviços de acolhimento institucional ou dos equipamentos socioassistenciais destinados à PSR. A partir do

⁶² Informação apresentada por representante da PPR em audiência pública sobre habitação e população em situação de rua realizada na câmara municipal de Natal em 21/08/2017. Tal informação é confirmada em matéria da CBN, que fala em 12 mil vagas para PSR em São Paulo durante o inverno de 2016: <http://cbn.globoradio.globo.com/sao-paulo/2016/08/16/ALBERGUES-DA-PREFEITURA-DE-SAO-PAULO-TEM-MIL-VAGAS-DESOCUPADAS-POR-DIA.htm>

reconhecimento da relevância desses serviços no atendimento das necessidades concretas e emergenciais na vida dos sujeitos que vivem nas ruas, reforçamos a necessidade de se buscar a compreensão de seu funcionamento, problemáticas e fragilidades visando a potencialização dos mesmos, bem como sua articulação com as demais políticas para a construção conjunta de possibilidades. Ressaltamos que cada sujeito em situação de rua é único, e suas demandas e necessidades são singulares, de modo que não é possível um só modelo para atender a diversidade de situações existentes.

Além do MNPR e da PPR, a própria coordenação-geral dos direitos da PSR no Ministério de Direitos Humanos refletiu que o Brasil “errou ao construir a PNPR com foco na assistência social”⁶³ e passou a defender a centralidade da habitação pela compreensão de que a moradia possibilita segurança e estabilidade para construção de projetos de vida. Mesmo na rua, as pessoas acabam organizando o espaço a partir de referências de moradia: utilizando divisórias com papelões ou lonas para demarcar espaços, realizando arranjos para garantir mínimas privacidades, proteções de fatores ambientais, etc. Nesse sentido, também o CIAMP-Rua nacional vem defendendo a “Moradia Primeiro”⁶⁴ como principal paradigma de garantia de direitos para a PSR no país.

Cabe ressaltar que dentro do MPC a moradia é tratada como mercadoria, ao alcance apenas dos que podem pagar para acessá-la, o que acaba desvirtuando sua função social e a descaracterizando como direito das pessoas e dever do Estado. A PPR nacional tem apontado algumas experiências iniciais em municípios como Belo Horizonte/MG, que se organizam a partir da lógica de locação social, parques públicos de moradia e bolsa moradia. Tais iniciativas se diferenciam dos programas habitacionais hegemônicos como “Minha Casa Minha Vida”, que funcionam de acordo com a renda, são massificados por empreiteiras, constroem imóveis

⁶³ Frase proferida por Carlos Ricardo Júnior, coordenador-geral dos direitos da PSR no Ministério de Direitos Humanos, no I Seminário do Centro Estadual de Defesa da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Norte, ocorrido em Natal nos dias 8 e 9 de junho de 2017.

⁶⁴ Baseado na estratégia do *HousingFirst*, anteriormente referida.

onde a terra é mais barata e não há acesso aos serviços públicos e transportes regulares, visando apenas o lucro e sem nenhuma preocupação com o direito à cidade.

Sobre o direito à moradia no Brasil, vale salientar que o número de imóveis ociosos é maior que o número de pessoas sem habitação no país: de acordo com dados do censo IBGE (2010), existiam em todo o território nacional cerca de 6,07 milhões de domicílios vagos, e seriam necessários 5,8 milhões para que todas as famílias brasileiras vivessem em locais considerados adequados.⁶⁵ Nesse sentido, merece destaque a iniciativa da DPU no Rio Grande do Sul, que ingressou com ação civil pública na Justiça Federal solicitando a concessão de auxílio-moradia para a PSR de todo o país⁶⁶, argumentando que o recurso para garantir tal direito é semelhante ao que é disponibilizado pelo Estado brasileiro para juízes e servidores do judiciário:

"Se o Estado Brasileiro tem condições de arcar com o custo da moradia dos que auferem as mais altas remunerações do funcionalismo público, tem o dever de ter capacidade financeira de oferecer moradia digna àqueles que não possuem renda suficiente para obtê-la no mercado. No momento em que uma pessoa deixa de ter um lar, ela tem dificuldades para melhorar sua situação econômica, é um obstáculo quase intransponível a obtenção de qualificação pessoal e profissional, estando na rua".

Mesmo que tal ação não tenha garantido o acesso da PSR à moradia objetivamente, a argumentação do defensor explicita a desigualdade social e as expressões da “questão social” no capitalismo contemporâneo. Vivemos em um modo de produção em que pessoas morrem de fome, mesmo que toneladas de alimentos sejam descartados diariamente, e que famílias vivem nas ruas mesmo com milhões de imóveis ociosos... É preciso desnaturalizar a violência imposta pelo capitalismo sobre as vidas humanas e buscar enfrentamentos para tal, e a reflexão sobre as questões da PSR representam um desafiador exercício de desnaturalização do *status quo* e de construção de outras práticas e sociabilidades menos desiguais e mais justas.

⁶⁵ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-do-pais-indica-censo-2010>

⁶⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/dpu-no-rs-ingressa-com-acao-por-auxilio-moradia-moradores-de-rua.html>

A partir do acúmulo de diálogos com profissionais, militantes e acadêmicos que discutem questões relacionadas à PNPR, compreendemos que atualmente existem pelo menos três modelos de atenção à PSR no Brasil:

1. *Modelo atual legal*: tem a política de Direitos Humanos como centro, coordenando as ações intersetoriais e ofertas de atendimento à PSR em articulação com políticas setoriais, bem como realizando a análise e monitoramento destas ações. Apesar de ser o modelo previsto na legislação, existe relevante dificuldade de execução pela incipiência, ou mesmo inexistência em algumas instâncias, notadamente municipais, de secretarias e órgãos de direitos humanos com quadros profissionais;

2. *Modelo atual real*: tem a assistência social no centro das ações direcionadas ao atendimento e acompanhamento da PSR, sobretudo em estados e municípios que não possuem CIAMP-RUA. A assistência social acaba sendo não só a “porta de entrada” para atendimento do segmento pelo Estado, mas muitas vezes a única política dirigida a esse público. A PSR é vista como “público da assistência social” e nessa linha de sentido, outras políticas acabam não se responsabilizando pelo atendimento das demandas deste grupo, o que constitui uma problemática a ser encarada, visto que desse modo a assistência social é sobrecarregada, e que tal política não dispõe de orçamento, estrutura e condições para buscar isoladamente garantir o acesso da PSR aos direitos sociais;

3. *Modelo desejado/proposto pelo MNPR e apoiadores*: tem a habitação no centro. Como referido anteriormente, trata-se de modelo que vem sendo implementado em alguns países, principalmente no hemisfério norte, e que propõe garantir moradia como processo inicial para a saída das ruas, e posterior organização das demais demandas dos sujeitos. Tal modelo visa à construção conjunta de projetos de vida por pessoas em situação de rua a partir da ação de profissionais de diversas políticas públicas em uma perspectiva intersetorial.

É necessário cautela ao se analisar os modelos de atendimento à PSR, sobretudo no atual contexto de desmonte das políticas públicas e retrocessos democráticos que vivenciamos no

Brasil. Direitos Humanos, Assistência Social e Habitação são políticas estruturantes, que precisam ser fortalecidas e articuladas, com objetivo de diminuir a violência e a desigualdade e afirmar o respeito à dignidade da vida humana. O modelo da “Moradia Primeiro” tem referência em países de contexto socioeconômicos bastante distintos da realidade brasileira de capitalismo periférico, entretanto, é preciso considerar que apesar da precariedade aqui vivenciada, o Brasil é o país que possui mais registros⁶⁷ de desenvolvimento de políticas e serviços públicos voltados ao atendimento PSR na América Latina. É importante que ideias e projetos de habitação de interesse social destinado aos que vivem nas ruas sejam implementadas, acompanhadas e avaliadas pelo conjunto das políticas públicas.

Sobre essa mudança de foco desejada pelo MNPR da política de assistência social para a política de habitação, consideramos interessante o processo de avaliação e análise empreendida pelo movimento, bem como a aproximação e diálogo com movimentos de moradia que já acumulam experiência e história na luta pela habitação no país. Entretanto, reafirmamos que acreditamos que é necessário ter cautela nessa intenção de substituição no foco de uma política por outra como centralidade da intervenção, especialmente por ser a PSR público tão complexo, que necessita de intervenções de diversas ordens e articuladas intersetorialmente.

A efetivação das ações propostas pela PNPR tem como princípio e pressuposto a intersetorialidade, que propõe o olhar para as pessoas atendidas como sujeitos integrais, que tem demandas diversas e complexas que só podem ser respondidas de forma articulada e integrada pelas diferentes políticas públicas. De acordo com Romagnoli e Fadul (2018) a intersetorialidade emerge não apenas como princípio, mas também como método para tentar modificar a configuração de serviços que se colocam de forma centralizada, privatizada e distantes das reais necessidades da população. De acordo com estas autoras, a prática

⁶⁷ Afirmação realizada a partir de revisão de literatura que buscou artigos e trabalhos científicos acerca de políticas para população em situação de rua na América Latina.

intersectorial “se engendra no limiar das fronteiras setoriais, em zonas de indagação coletiva que favorecem invenções. Isso só é possível pelo diálogo com a diferença, com a alteridade que desemboca em ações conjuntas” (p.91).

Assim, cabe destacar, que após uma década da promulgação da PNPR, o MNPR em articulação com seus apoiadores e representantes do poder legislativo e órgãos de controle vem empreendendo esforços para transformar o Decreto Presidencial nº 7.053/2009 em lei, inclusive a partir da criação de uma frente parlamentar em defesa da PSR na câmara federal. Tal objetivo é muito importante se levarmos em conta que o decreto é um processo transitório, e que pode ser extinto a qualquer momento, dependendo do posicionamento, dos valores e da vontade política de cada governo. O projeto de transformação do referido decreto em lei, bem como da criação de programas e serviços para a PSR, está em tramitação no Senado Federal⁶⁸, e o MNPR vem se articulando para pressionar os parlamentares pela aprovação do mesmo.

A partir das informações expostas é possível concluir que o Brasil inicia, após forte pressão social do MNPR e dos fóruns de trabalhadores e entidades que o apoiam, o atendimento técnico qualificado à PSR. Tal atendimento tem início por políticas setoriais isoladas, especialmente no SUAS e SUS e posteriormente passa a ser orientado num viés de integração pela PNPR. Trata-se de uma política em processo de construção e que, ao mesmo tempo em que avança em discussões e concepções sobre estratégias para acessar à PSR e qualificar a atenção ao segmento, ainda se encontra em fase de implementação nos estados e municípios.

A partir da exposição sobre a concepção e desenvolvimento da PNPR é possível observar que se a intersectorialidade é o fio condutor da ação prevista pelo Decreto 7.053/2009. A atuação em rede também foi um dos principais temas tratados pelos participantes de nossa pesquisa, tanto pelas profissionais do SUAS como pela PSR. Por essa razão, apresentaremos as

⁶⁸ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/09/regina-sousa-promete-acelerar-aprovacao-de-projeto-em-favor-de-populacao-de-rua>

principais informações compiladas na quarta categoria: “*Por whatsapp, por ofício, por compromisso: desafios para articulação da rede de atendimento à população em situação de rua*” (CAT4) e “*Curtos-circuitos, pontes e balançados: a rede de atendimento à população em situação de rua*” (CAT4), provenientes das rodas de conversa com as trabalhadoras da Assistência Social e das entrevistas com os membros do MNPR/RN. Alguns temas foram comuns, mas houve também especificidades e ênfases distintas em relação à rede nos discursos dos dois grupos.

As profissionais do SUAS participantes da pesquisa focaram em suas discussões as estratégias e dificuldades nas articulações intersetoriais, e especialmente a relação dos serviços socioassistenciais com o sistema de justiça e as políticas de saúde, emprego e renda, educação e habitação para o acesso da PSR aos direitos sociais. A articulação entre diferentes municípios do RN para o atendimento do segmento também foi destacada pelas participantes, assim como o desconhecimento e necessidade de formação dos profissionais que compõem a rede.

Em relação à comunicação e as estratégias de articulação da rede, uma ferramenta foi apontada quase que de forma unânime por todos os participantes das rodas de conversa - o *whatsapp*. Os participantes destacaram que o aplicativo tem facilitado a troca de informações “em tempo real”. Informações essas que tratam sobre a identificação de usuários e seus familiares, a marcação de consultas, encaminhamentos, reuniões, entre outras questões ilustradas nas seguintes falas:

A comunicação ocorre principalmente por grupos no *whatsapp*. Tem (Centro) POP e Albergue, (Centro) POP e Consultório na Rua... A gente sempre tem articulação (Tulipa).

Falando da assistência social a gente tem relações bem bacanas porque tem um grupo de coordenadores de CRAS e CREAS do RN (no *whatsapp*), então muitas vezes eu consigo resolver muita coisa a partir desse grupo. Questão mesmo de pessoas em situação de rua com crianças, as meninas tiram foto, mandam para mim e eu coloco no grupo e o pessoal diz “é daqui de Santo Antônio, é de não sei onde...” e a gente vai bater lá, entendeu? Então tem sido bem fácil (Hibisco).

A tecnologia e suas ferramentas são importantes para agilizar o trabalho e enfrentar a burocratização dos processos, que muitas vezes atravanca encaminhamentos e

acompanhamentos, especialmente se tratando de um público que tem tempos singulares e questões emergenciais. Entretanto, é preciso atenção e cuidados com alguns aspectos, como a informalidade e o trânsito das informações, que precisam estar registradas e guardadas nos prontuários SUAS, PIAs, ofícios, e instrumentais adequados para tal, uma vez que possibilitam a retomada dos atendimentos e estratégias de cuidado por diferentes serviços com os usuários acompanhados. Outro ponto a ser destacado aqui é o sigilo e cuidado com a preservação da imagem das pessoas acompanhadas. O compartilhamento de fotos e informações se não realizado com cautela pode acabar expondo os usuários e comprometendo a confiança dos mesmos nas equipes que os acompanham.

Outra importante estratégia de articulação referida pelas equipes profissionais foi a realização de estudos de caso, como apontou uma das participantes:

E tem casos que a gente não consegue, por exemplo, vem um de lá do (Centro) POP sempre que tem um problema maior e a gente não consegue dar conta, aí junta todo mundo, a gente faz estudo de caso e tenta ver o que é melhor (Hibisco).

Realizar estudos de caso é de fato uma estratégia rica e interessante, que possibilita não apenas a busca por maior conhecimento e compreensão ampliada dos fenômenos e situações em questão, mas a corresponsabilização de diferentes atores da rede em relação à situação discutida, e especialmente ao sujeito acompanhado. Além disso, nesses momentos os profissionais de diferentes políticas e setores podem se conhecer/aproximar e trocar informações e experiências que potencializam as ações e cuidados prestados aos usuários atendidos. Apesar de terem sido referidos, os momentos de estudo e troca de informações em rede foram apontados como insuficientes pela maioria das participantes, que explicaram que os diferentes serviços por vezes sequer reconhecem os papéis e funções uns dos outros:

E eu acho que falha nossa é a questão de comunicação, que é muito ruim. A comunicação entre os equipamentos de se reconhecer, um CRAS saber o que é um CREAS, uma casa da cidadania saber encaminhar para onde é a questão, conselho tutelar. O conselho tutelar muitas vezes encaminha ao psicólogo como se fosse para fazer tratamento psicoterapêutico no CREAS. Informações de quais são os serviços que a gente tem acesso, existem poucas informações (Margarida).

Desde 2012 o único momento que a gente teve para conhecer os colegas de outros equipamentos foi uma capacitação que a Secretaria de Assistência Social deu. Uma capacitação entre aspas, mas foi esse momento e depois só o que o CREAS mesmo encabeçou de sentar para discutir alguma coisa (Orquídea).

Outra fala marcante que merece destaque é a do sentimento de solidão vivenciado pelas profissionais do SUAS, que sem contar com as demais políticas muitas vezes se veem isoladas para lidar com demandas complexas, e acabam não conseguindo concretizar o acesso aos direitos por parte dos usuários, como pode ser observado na seguinte afirmação:

Mas eu acho que ainda falta muito para a gente qualificar e integrar o nosso serviço devido à falta de acolhimento nas outras políticas. Pronto, a gente não tinha local para encaminhar para um documento, então nosso atendimento ficava só no cunho pedagógico de apoio para que a pessoa se erga, mas a gente não deu a condição para ele acessar um medicamento e ter um resultado porque não tinha o remédio lá no posto de saúde (Camélia).

A articulação da rede é um alicerce da política de assistência social, que pressupõe a ação das demais políticas para a proteção social, especialmente devido à complexidade do seu público, que apresenta situações complexas e multifacetadas, como a das pessoas que vivem em situação de rua. K. Pereira (2016) aponta que a assistência social é a política que estabelece com maior clareza estratégias de ação intersetorial em seu texto oficial, por se tratar de um princípio organizativo da própria política. Por essa razão, “a articulação da rede para proteção social está prevista em todas as normativas e guias técnicos do MDS e CNAS, assim como na tipificação dos serviços socioassistenciais” (p.125).

O sistema de justiça foi citado pelas profissionais do SUAS em várias cidades como parte da rede de atendimento à PSR, principalmente pela ação do MPE. A relação com esse órgão de controle variou entre os diferentes municípios, sendo em alguns considerado um parceiro próximo e acessível, em outros uma instituição que sobrecarrega e trata a assistência social de forma vertical, “de cima para baixo”, ou ainda parte da rede que é acessada pelos equipamentos do SUAS para judicialização visando garantir acesso aos direitos.

E eu queria até abrir um parêntese, que uma coisa boa que a gente tem aqui, pelo menos no meu ponto de vista, é a promotoria. A relação muito boa que o Centro POP e albergue

tem com a promotoria, sabe? Como o promotor tem a proximidade com o serviço então ele conhece o serviço. Ele visita as unidades, não é só a gente que vai, ele vem também de encontro com a gente, senta, vê a demanda e a necessidade da gente, procura entender cada usuário que procura ele lá para tomar as decisões (Flor-do-deserto).

Inclusive, semana passada teve uma capacitação, com todo mundo junto, a gente, o CAPS, sobre essa questão da população em situação de rua por iniciativa do Ministério Público. Eles chamaram toda a rede, e vai ter outra fase, essa foi só a primeira, o primeiro módulo (Flor-de-maio).

Estes primeiros relatos ilustram a relação dialógica com os representantes do MPE, que em dois municípios compreendem seu lugar como integrantes da rede, que não só fiscalizam e controlam a execução dos equipamentos, mas se colocam como parte na construção de oficinas, formações e ações com objetivo de melhorar os serviços ofertados para a PSR. Já em outras cidades ocorreram queixas dos profissionais participantes acerca das ordens impostas pelo sistema de justiça aos serviços socioassistenciais:

Sem contar que a gente atende quase toda a demanda do Ministério Público. Não tem técnicos deles para fazer, mandam pro CREAS. Então a gente acaba tendo toda essa demanda, fora as outras dificuldades da rede de encaminhamento (Begônia).

Geralmente é assim, extinguiu-se todas as possibilidades do CREAS, a gente foi atrás de família e não localizou, ou se localizou, mas a família se nega a receber, ou se o próprio usuário se nega a estar ali, você não conseguiu o aluguel social... Aí faz-se o relatório informativo e se encaminha para o judiciário expondo a situação e aguardando as providências do judiciário, o que é que ele vai determinar (Copo-de-leite).

Estes dois relatos apontam para a judicialização da assistência social, que acaba muitas vezes controlando e ditando as prioridades e modos de atendimento no SUAS. Essa é uma questão importante e complexa, que tem levado inclusive os conselhos de classes profissionais, como o CRP/RN⁶⁹, a produzir notas técnicas e orientações à categoria de como responder aos pedidos e cobranças indevidos do sistema de justiça, defendendo que as equipes do SUAS tem autonomia para o cumprimento de seu exercício profissional e não devem atuar como peritos

⁶⁹<http://www.crp-rn.org.br/noticias/crp-rn-realiza-lancamento-da-nota-tecnica-da-comissao-de-assistencia-social/>

da justiça. Esse tipo de situação sobrecarrega as profissionais, que em alguns lugares acumulam centenas de ofícios para responder, e não conseguem planejar e executar atendimentos e atividades coletivas previstas nas ações dos serviços socioassistenciais de acordo com a tipificação, NOB/SUAS, conferências, planos e documentos orientadores da Política de Assistência Social.

Outro ponto relatado sobre a justiça foi a necessidade de acioná-la para garantir o acesso dos usuários às políticas, serviços e direitos, que em muitos casos são negados pela própria rede. Nessas situações acabam sendo judicializadas ações e encaminhamentos, sendo que em geral esta é a última estratégia utilizada pelas equipes, quando de fato não existe mais possibilidade de diálogo e outras formas de atuação para a garantia dos acessos:

A gente enfrenta uma resistência muito grande da saúde em atender as demandas encaminhadas pela assistência social. A não ser que seja judicializado, quando existe a audiência no Ministério Público, que chama e determina, aí é que é cumprido (Magnólia).

Outro importante tema que emergiu tanto nas rodas de conversa como nas entrevistas foi a relação com a Política de Saúde, possivelmente a mais buscada pelas trabalhadoras da Assistência Social que acompanham PSR. As principais questões relacionadas à saúde se referiram à saúde mental e a atenção aos usuários de substâncias psicoativas. A relação desgastada e por vezes até hierarquizadas entre equipes do SUS e SUAS também foram relatadas na coleta de dados.

Nas falas das trabalhadoras da assistência foram referidas articulações com diversos equipamentos da saúde:

Temos, nós temos articulação com a UPA, com alguns postos de saúde, quando encaminhamos para fazerem tratamentos dentários, para realizar exames. Para a UPA em caso de urgência, quando eles estão realmente muito mal. Teve uma mulher que era de Natal e estava sangrando na calçada da padaria, ao chegar lá ela nem se mexia, e a equipe foi, articulou e a ambulância veio e a levou (Lavanda).

Um morador de rua que estava em um galpão público e ele estava com tuberculose, já estava bem dizer na reta final da doença dele, a gente articulou essa questão com a saúde, e poucos dias depois ele veio a óbito, infelizmente. Faleceu, mas teve a articulação com

a saúde, e depois da morte vimos a questão de benefício eventual, ele também teve acesso (Violeta).

Aqui não tem Consultório na Rua. Chegavam doentes mesmo, com dor, febre, dor na perna, infecção. Aí como só a gente dava esse suporte a gente acabava levando. Com coceira, esse tipo de situação. Aí agora a gente conseguiu, a gente espera que dê certo, porque a gente encaminhava eles pra UBS do centro, mas acabavam não indo, separavam até as fichas, mas acabavam não indo. A gente não sabe se por constrangimento ou enfim (Gérbera).

É possível apreender, a partir dessas falas, como muitas vezes o profissional da Assistência Social consegue chegar primeiro e acessar o sujeito que está em condições degradantes, como a mulher que sangra na calçada ou o senhor morrendo de tuberculose no galpão abandonado. Esta última fala trata do morrer em situação de rua, que por vezes ocorre de forma solitária, sem atenção ou cuidados, e de como o SUAS muitas vezes é o primeiro e o último espaço das tentativas de acesso a condições minimamente dignas de vida (e de morte) dos que vivem em extrema pobreza, uma vez que a política prevê também benefícios eventuais para custeio de caixão e necessidades relacionadas ao enterro.

Em relação à saúde mental, foi possível observar a dificuldade das equipes do SUAS para identificar e lidar com situações de usuários que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e apresentam quadros de transtorno mental. O principal equipamento de saúde mental referido pelos participantes foi o CAPS, sendo que em alguns municípios a relação com esse equipamento de saúde é bastante próxima e fluida, e em outros, especialmente os que não possuem a modalidade AD, tem sido difícil garantir os cuidados e tratamentos necessários aos usuários:

A articulação com a saúde é a pior que você possa imaginar. Porque assim, muitos são usuários de drogas, álcool e outras drogas, e o município não tem... Ter um CAPS, que poderia estar dando esse suporte, mas... Assim, a gente não tem CAPS ad aqui, aí se a gente tenta se articular, dizem que fazem uma triagem na segunda-feira, a gente já chegou até a encaminhar, mas não teve resposta. O município tem um consórcio com o CAPS ad de outra cidade, mas é muito distante, fica inviável (Margarida).

Eu tenho histórico de três usuários que estavam em acompanhamento do PAEFI com a gente que vieram a óbito e não conseguiram o atendimento com psiquiatra que foram

encaminhados. Então, o meu encaminhamento como psicóloga da assistência social não tem valor na saúde, quando eu encaminho o meu papel vai praticamente para o lixo (Begônia).

Sobre o fluxo de atendimento à PSR entre o SUS e o SUAS no Brasil, Borysow e Furtado (2014) apontam que esse público se encontra no limbo entre os dois sistemas. Tal hipótese é reforçada a partir da argumentação de que, se por um lado os trabalhadores da saúde apresentam reservas em relação à PSR, vista como “portadora de questões sociais”, objetos de cuidados e serviços do SUAS, por outro, os trabalhadores da Assistência Social se sentem pouco familiarizados e sobrecarregados ao acolher indivíduos em sofrimento mental e que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Os serviços socioassistenciais se veem forçados, em muitas situações, a realizarem acolhimentos indiscriminadamente e de maneira isolada, visto que acabam sendo a única alternativa para atendimento da PSR, inclusive para pessoas com transtornos mentais graves. Existe maior discriminação nos serviços de saúde, que atuam como se a PSR não tivesse outras necessidades além daquelas ligadas ao uso/abuso de substâncias psicoativas.

Para tentar suprir a ausência do CnaR, algumas equipes de CREAS têm buscado articulações com objetivo de garantir o acesso dos usuários aos cuidados em saúde. Tais articulações são relevantes principalmente porque muitas vezes a PSR evita buscar UBS, UPAs ou hospitais pelo medo de vivenciar constrangimentos e humilhações nestes espaços:

Aí em relação a isso a gente conseguiu, vai ser a nossa primeira experiência agora no dia 14 de novembro, que o médico vai vir pra cá fazer atendimentos, fazer uns testes rápidos de HIV, sífilis e atender, verificar pressão, peso. Está marcado, a gente espera que dê certo. E como não tem Consultório de Rua, né? A gente pensou nessa alternativa (Gardênia).

Outro espaço que recebe pessoas que fazem uso abusivo ou são dependentes de álcool e outras drogas e foram citados pelos participantes desse estudo foram as comunidades terapêuticas. Algumas pessoas em situação de rua solicitam às equipes que os acompanham no SUAS encaminhamento para CTs:

É, e eles também pedem muito a questão de ir para locais, casas terapêuticas. Bastante, só que tem uns que dizem “eu não vou para tal lugar nem para tal lugar”, e é o local que a gente tem para oferecer (risos) (Hibisco).

Só um que eu atendi que pediu, só que aí quando eu falei o nome da comunidade que a gente tem a parceria aí ele disse “não, essa eu não quero, essa eu já fui”. Então ele já estava circulando por várias comunidades, já sabe o perfil de cada uma (Violeta).

As equipes apresentaram opiniões divergentes em relação às CTs, alguns reconhecendo como parte importante da rede e outras se posicionando de forma contrária a existência desses espaços pela precariedade de profissionais, insumos e regularização das atividades desenvolvidas:

As comunidades terapêuticas são muito precárias, deixam muito a desejar na questão de auxílio, acolhimento. E a gente sabe que a maioria dessas comunidades terapêuticas são particulares, são privadas. E as que não podem? Vai continuar o usuário sempre na drogadição? Sempre na rua? Então é necessária uma política voltada para apoiar essa questão dessas comunidades... (Crisântemo)

As comunidades terapêuticas por aqui não são financiadas, são particulares e não tem médico, não tem psicólogo, não tem um técnico... A gente não acha adequado. Tem uns que me contaram que lá começam os tremores da abstinência e não é um local adequado, não tem assistência médica. Tem até uma tal por aqui, mas a gente acaba nem encaminhando porque sabe que não dá certo (Lótus).

Como discutimos no segundo capítulo, compreendemos que as CTs têm avançado nos vácuos do Estado, recebendo recursos públicos e atuando sem parâmetros técnicos ou acompanhamentos pelos órgãos de controle, e em muitas ocasiões sendo espaços de violações de direitos. O Governo Bolsonaro tem forte ligação com grupos cristãos de igrejas evangélicas e católicas, e entre as iniciativas do atual governo federal que preocupam profissionais, usuários e pesquisadores das políticas de saúde e assistência social, destaca-se a Portaria nº 69/2020 do Ministério da Cidadania, destinada à PSR e imigrantes, que recomenda fortalecer a articulação dos serviços do SUAS com as CTs para a proteção dos usuários no contexto de pandemia. O MNPR tem se posicionado contrário a referida portaria e realizado debates e atos com representantes de conselhos, justiça e universidades com objetivo de revogar tal legislação e

defender o fortalecimento dos serviços da RAPS executados pelo Estado com base em protocolos e documentos do SUS, e operados por técnicos das políticas públicas de saúde.

Ainda em relação à Política de Saúde e suas articulações com a Assistência Social, alguns participantes expressaram resistência de equipes da saúde em atender a PSR e mesmo ao diálogo com os profissionais do SUAS:

Até porque quando a gente fez o planejamento, de três em três meses a gente faz o planejamento, aí a gente colocou em pauta pra eles (profissionais da saúde) virem fazer algumas atividades aqui no CREAS, tipo uma palestra para a população de rua. Aí assim, quando a gente faz isso a gente sente mesmo que quando eles chegam aqui a gente sente o jeito resistente deles no contato (Íris).

Eu acho que envolve uma relação de poder também, de subalternidade da assistência social com a saúde. Acho que tem muito dessa relação, acho não, sem dúvidas (Orquídea).

Sobre essa relação hierarquizada SUS e SUAS as profissionais participantes das rodas de conversa explicaram que se reflete também nas condições estruturais para a execução dos serviços, como os salários mais baixos e desvalorizados dos profissionais da Assistência Social. Nesse ponto é importante ponderar que o SUS tem uma trajetória mais longa e estruturada de construção social, e se trata de uma política a universal. A Assistência Social, por sua vez, é mais nova como política pública, ainda desconhecida e confundida com caridade por boa parte da população e da própria rede de serviços, e direcionada a segmentos populacionais historicamente mais marginalizados, o que influencia no baixo orçamento e na falta de reconhecimento em relação a importância da política. Certamente a subalternização da política de assistência social, e conseqüentemente dos seus operadores, está diretamente relacionada ao seu público, aos extremamente pobres, vistos como portadores de “pouca força política”, a quem não se garante sequer os mínimos sociais, na continuidade de um processo de extermínio dos que não se adaptam que está em curso desde a colonização do país.

Também nas entrevistas com a PSR a saúde foi a principal política citada pelos participantes como articulada pela Assistência Social. Tal ligação é tão intensa que alguns

entrevistados quando perguntados sobre os serviços socioassistenciais dos quais eram usuários elencaram CnaR e CAPS, refletindo posteriormente que esses eram dispositivos da política de saúde. A efetividade e os atendimentos das equipes de saúde dividiram opiniões entre os entrevistados, como pode ser observado nas falas que seguem:

Com a saúde a articulação é precária, mas aqui acolá funciona. Tipo como eu falei com dentista, eu me surpreendi quinta-feira porque consegui esse atendimento rápido depois que pedi o encaminhamento para a assistente social do Centro POP, ela ligou pro pessoal da saúde e conseguiu marcar pra mim. Mas está funcionando, não posso negar, a gente tem que ser realista com as coisas. Está tendo com dificuldades, mas está tendo, a passo de tartaruga, mas está dando certo (Topázio).

Antigamente quando surgiu o Consultório na Rua tinha um carro para levar as pessoas diretamente quando alguém sofresse... Como um dia desses que eu estava doente, e pegue hora para vir um carro. Antigamente não era assim, tinha um carrinho pequenininho que era ligeiro. Aí depois que tiraram isso ficou ruim. As meninas são ótimas, mas o atendimento é mais ou menos. Pronto, se eu estou precisando de um dentista urgente, eles marcam para daqui a um mês o dentista. Se eu passo mal e fui perguntar a coordenadora se elas iam me deixar no hospital, disseram que não podiam. Aí como é que eu ia vir a pé do hospital? Aí a enfermeira escondida me deu o dinheiro da passagem para eu voltar. Foi por isso que no dia que eu levei um tiro, que ficaram perturbando lá para me levar para o hospital, eu não fui. Eu preferi que o movimento me ajudasse, o movimento e a professora da UFRN, porque se fosse com o Consultório elas iam deixar eu lá jogada. São ótimas, mas tem coisas que não podem fazer por causa da gestão. Eu penso assim que se eu estou doente eu preciso de um acompanhamento. Os companheiros do movimento aqui que não são nada meus de sangue, mas eu senti como um irmão meu e uma mãe minha porque ficaram lá até o fim, me deixaram em casa e ainda me ajudaram a comprar os remédios. Eu acho que a assistência tem que olhar mais para esse lado (Pérola).

O depoimento de Pérola ilustra alguns “furos” na rede. A falta de transporte, a demora para a marcação de procedimentos urgentes, entre outras questões estruturais que atravancam a atenção integral as necessidades dos usuários pelo CnaR e serviços socioassistenciais. Tais quebras acabam gerando descrença e desvinculação da PSR com os equipamentos que os acompanham, por vezes preferindo buscar apoio para enfrentar seus problemas nos pares e comunidade, em quem confiam e com quem se vinculam.

Um conteúdo muito significativo, central em nossa análise e que chamamos de “curto-circuito” foi expresso por dois entrevistados sobre a relação da Assistência Social com a Saúde, mais especialmente com a Saúde Mental:

Eu faço uso de quatro comprimidos, faço tratamento no CAPS, que é algo que eles mesmo do albergue aconselham a gente a fazer tratamento no CAPS. Aí a gente vai ao CAPS, toma os comprimidos que passam lá e chega no Albergue eles vem dizer que a gente tá drogado e não deixa entrar. Por várias vezes foi preciso eu dizer “meu amigo, ligue para o CAPS para confirmar se eu não estou medicado” (Topázio).

Teve uma coisa que o educador fez isso comigo domingo, domingo ou foi segunda, não lembro bem o dia. Ele me olhou e falou “você está bêbada? Não vai entrar não”. Aí eu disse “eu bêbada? Eu estava dormindo, a última vez que bebi foi ontem, já passou foi a ressaca e tudo”. “Não, mas você não vai poder entrar não, então você está drogada”. Aí eu disse “Vixi Maria! Agora o senhor pegou pesado, hein? Chama aí a assistente social, por favor”. Aí a assistente social veio e disse que podia deixar eu entrar. Aí eu disse a ele “Você está longe para saber quem tá drogado, quem tá alcoolizado, tá longe desse conhecimento aí, porque eu não estou. E se eu tivesse eu não chegava nem perto do Albergue porque eu me tenho apreço, entendeu? Não me cabe essa situação não, não me cabe!” A gente tão velha pra levar carão, não é? Eu não olho mais nem pra cara dele, sabe? Porque toda vez que eu olho vem a retrospectiva dessa situação. E isso pode gerar uma situação muito pior, sabe? Porque eu sou feita de carne e osso, tenho minhas emoções. E às vezes sabe o que é? Nós que toma remédio controlado ficamos meio assim tipo que tamo bêbados, entende? Aí eles trocam, porque se a aparência muda eles acham que a gente tomou todas. Mas é remédio controlado, ele tem que reconhecer e saber diferenciar, ou então fazer uma formação para isso (Esmeralda).

Essa é uma situação real e preocupante que aponta para um fato que o MNPR/RN vem alertando nos espaços de diálogo com a rede: as vezes a articulação é feita no sentido inverso do acesso e acaba excluindo no lugar de integrar a atenção e o cuidado ao usuário. Em seções anteriores observamos que alguns serviços de Assistência Social, como Centro POP e Albergue de um dos municípios pesquisados, exigem o acompanhamento do CAPS ad para que os usuários possam participar das atividades e acessar alimentação, repouso, atendimentos com técnicos, entre outras possibilidades ofertadas pelo SUAS, o que por si só já é passível de questionamentos. Entretanto, a situação exposta pelos entrevistados é ainda mais grave: além de condicionar o acesso aos serviços do SUAS pelo acompanhamento de serviços de Saúde Mental do SUS, as trabalhadoras da Assistência Social, ao não reconhecerem os efeitos das medicações prescritas pelas profissionais do CAPS ad, novamente colocam barreiras que impedem o acesso da PSR à proteção social. Assim, pensando a articulação em rede como um circuito numa engenharia social, temos aqui a situação de um “curto circuito” no sentido de que

o fluxo não segue o seu percurso esperado e gera conflitos e interrupções do acompanhamento pelos equipamentos.

Como a própria Esmeralda colocou em seu depoimento, é preciso, entre outras ações de diálogo da rede, a capacitação dos trabalhadores da unidade de acolhimento para conhecimentos e manejos básicos de situações envolvendo usuários que fazem uso de substâncias psicoativas, inclusive das medicações prescritas pela rede de Saúde. Outro problema desse mesmo núcleo apontado pelos entrevistados é a situação do usuário receber o quantitativo total de medicamentos e não ter condições adequadas para guardar ou manejar devidamente a ingestão dos mesmos, que na rua acabam sendo utilizados de forma indevida ou mesmo se convertendo em moedas de trocas.

Ainda sobre uso abusivo de substâncias psicoativas e a relação SUAS-SUS um ponto positivo que merece destaque colocado por três pessoas em situação de rua entrevistadas foi a diminuição do uso das substâncias psicoativas por quem frequenta os serviços socioassistenciais, principalmente a unidade de acolhimento:

Pra mim é um apoio, eu vejo como um apoio de um lugar pra dormir, de não estar na rua. Eu evito até a questão da droga, diminui muito, sabe? Porque eu tenho um lugar para dormir e se eu fico na rua aparece um ou outro chamando para usar ali. É um apoio que eu sinto (Esmeralda).

Para mim eu estou achando até bom porque diminui o uso da droga, mas ainda não tenho muito o que falar não porque cheguei faz pouco tempo no Albergue, só dormi ontem. Estou me acostumando ainda com o pessoal de lá, os funcionários me trataram bem no primeiro dia, não sei daqui para a frente como é que vai ser. Eu venho de outra cidade, da Paraíba, vivia em situação de rua, mas lá não tinha Albergue não, só Centro POP (Turmalina).

Além da Assistência Social e Saúde, outra política essencial para a superação da situação de rua é a Habitação. Como discutido no capítulo anterior, o acesso à moradia digna se relaciona diretamente com as discussões relacionadas ao direito à cidade. Em quatro dos cinco municípios onde as rodas de conversa foram realizadas as políticas habitacionais estavam suspensas devido

aos cortes de recursos federais para a construção de moradias, especialmente pelo Programa

Minha Casa Minha Vida:

Existe mais ou menos um monitoramento. Atualmente, no município, não está se fazendo inscrição para o Programa Minha Casa Minha Vida devido às obras que foram paralisadas. E aí a gente tem alguns usuários que foram contemplados e a gente está sempre passando para acompanhar. Já estão inseridos no sistema, já tem inclusive data para receber esses apartamentos, mas eles ficam nessa expectativa, então a gente está sempre fazendo essa ponte com a secretaria de habitação e eles: “ah, está tudo certo, a gente passou lá”, para dar essa tranquilizada. Porém, a gente não tem como fazer esse encaminhamento porque esse serviço está suspenso temporariamente no município (Amarílis).

Há alguns anos tanto tinha a casa como tinha o material para a construção das casas, que hoje não existe (Flor-de-maio).

O primeiro trecho é importante porque mostra que pessoas em situação de rua conseguiram ser inseridos na política de habitação por iniciativa das equipes de assistência social, que continuam acompanhado esses usuários, inclusive em relação à ansiedade da espera para receber o imóvel, sendo imprescindível também a continuidade das ações no recebimento e mudança para as casas (pré e pós acesso à moradia), especialmente de quem vive há muitos anos na rua. Em um dos municípios onde a pesquisa foi realizada a política de habitação estava melhor estruturada, inclusive com disponibilidade de aluguel social:

Existe o aluguel social. Só tem a questão dos trâmites: primeiro tem que ter a documentação, tem que ter conta no banco e tudo mais, que demora, mais aí a gente vai fazendo. Pelo menos os três que estão com aluguel social estão com relação melhor com a família, fazendo bicos, estão mais centrados. Geralmente almoçam ali no Barriga Cheia, não dormem mais na rua... E tem outros também que recebem Bolsa Família, não tem aluguel social, mas recebem o Bolsa (...). No momento não tinha nenhuma perspectiva de casa, a gente ficou sabendo hoje que vão vir cento e trinta casas. Não do Minha Casa Minha Vida, é de um outro projeto, que vão priorizar quem está no aluguel social. E a gente já conseguiu tirar três pessoas da rua e colocar no aluguel social, então eles vão ser contemplados. E a gente vai ver se corre contra o tempo devido à dificuldade de documentação para ver se coloca o máximo de pessoas (em situação de rua) para serem contempladas (Lótus).

Nestas falas é possível observar o efeito da moradia na vida dos sujeitos, que após serem contemplados com o aluguel social conseguem ficar “mais centrados” e melhorar a relação com a família. Tal constatação reafirma posicionamentos do MNPR e do CIAMP-RUA nacional

sobre a necessidade de implicar a política de habitação na rede de atendimento à PSR, que hoje sobrecarrega quase que exclusivamente a assistência social e a saúde, o que tem se mostrado pouco efetivo na superação da situação de rua.

A PSR entrevistada também reconheceu a habitação como política fundamental e estruturante para a superação da situação de rua, mas apontou baixa articulação das ações relacionadas ao direito à moradia pelos serviços socioassistenciais:

Habitação até agora eu não estou sabendo não, acho que é o movimento mesmo que está indo atrás, a assistência social não. Que eu saiba não...Escuta, faz um tempão aí que a assistência social inscreve de lá mesmo para a SEHARP⁷⁰, é isso que eu estou sabendo. Já inscreveram um monte de gente, e agora que eles estão vendo que nós estamos colocando quente é que estão se interessando, mas por eles a gente mora na rua a vida toda (Pérola).

Eles falam do tal do perfil, do perfil, do perfil, e quem dorme na rua não tem (Ônix).

Os poucos moradores de rua que ganharam essas casas se inscreveram lá na secretaria diretamente, não foram por encaminhamento de nenhum órgão social, nem de CREAS, Albergue, Centro POP nem nada. Eles mesmos que foram e pela sorte do destino foram contemplados, só isso que aconteceu. Agora na realidade se tem algum tipo de prioridade em relação à população em situação de rua do Centro POP e Albergue com a secretaria, isso não existe nada até hoje. Eles não favorecem nenhum tipo de recurso nem encaminhamento para que a gente possa ser encaixado nesse tipo de coisa (Granada).

Uma das participantes explicou que as principais ações relacionadas à moradia para PSR no RN vem sendo articuladas pelo MNPR/RN junto ao MPE, sendo que o movimento assumiu em dezembro de 2018 cadeira no conselho gestor da Companhia Estadual de Habitação, espaço deliberativo que define as prioridades de projetos e ações relacionadas às políticas habitacionais. Entretanto, tal conquista ocorreu em um momento de interrupção quase total de recursos da união repassados aos estados e municípios para a construção de empreendimentos e investimentos em moradia:

E a nível nacional eu acho que a principal bandeira é transformar o Decreto 7.053 em lei, e buscar a nível nacional uma política de habitação nacional pra população de rua, coisa que discute-se sim, inclusive o “House First”, né, que é “Casas Primeiro”, tá sendo

⁷⁰ Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária, e Projetos Estruturantes de Natal/RN.

discutido, mas sem nenhuma garantia de que isso vai acontecer, e no atual cenário político nacional, sabemos que há questões de retiradas de direitos e não de garantia de direitos (Titânio).

Como bem expressou uma das participantes, ter um local seguro e tranquilo para morar é uma necessidade básica, que dá a base ao sujeito para avançar nos demais cuidados e projetos de sua vida:

É por isso que nossa luta é essa, é habitação e pronto. Porque através da habitação a gente vai conseguir emprego, nem que seja para reciclar, lavar. Porque na rua a gente não consegue arrumar emprego porque está sempre com a mente assim olha (gesto de confusão) agitada. Ou a pessoa está depressiva ou na tensão de se drogar (Pérola).

Ainda sobre a habitação, é importante destacar que o MNPR tem iniciado a organização e apoio a ocupações urbanas. A primeira experiência ocorreu na “Ocupa Aldeia Zumbi dos Palmares”⁷¹ que teve início em março de 2018 em um terreno desocupado há quase dez anos no centro de Porto Alegre/RS. A ocupação agrupou cerca de 30 pessoas em situação de rua, que experimentaram intensa vivência comunitária, com suporte de apoiadores, até o mês de julho do mesmo ano, sendo despejados quatro meses depois pela prefeitura municipal.

Já a segunda experiência registrada ocorreu em Natal/RN, com a ocupação Maria Lúcia Pereira, que desde 2018 congrega expressivo número de famílias em situação de rua em habitações improvisadas montadas embaixo do Viaduto do Baldo, no centro da cidade. A ocupação se localiza em frente ao prédio onde funcionou o Centro POP do município, e a maior parte das pessoas que lá se encontram eram também usuárias dos serviços socioassistenciais para PSR. A prefeitura por diversas vezes retirou as famílias dessa ocupação após autorização judicial, sendo que periodicamente grupos de PSR retornam e montam os barracos e habitações com papelões, lonas e materiais que conseguem acessar.

⁷¹ <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/07/depois-de-quatro-meses-primeira-ocupacao-da-populacao-de-rua-e-despejada-de-terreno-da-prefeitura/>

Em agosto de 2020, no contexto de pandemia, a prefeitura do Natal novamente recebeu decisão judicial favorável para reintegração de posse, mas até o momento o MNPR/RN e apoiadores tem conseguido adiar os despejos⁷² e buscado apoio no MPE e DPE para pleitear aluguel social para a PSR que lá se encontra. O prédio onde se localizava o antigo albergue municipal da cidade também foi ocupado, sendo que pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que em diálogo com o MNPR/RN e outros movimentos populares, resiste às constantes tentativas da prefeitura de despejar as famílias que lá se encontram.

Outras políticas relevantes que precisam ser visibilizadas na rede de atenção à PSR são Educação e Trabalho/Renda. Em relação a primeira foi destacada a dificuldade de inserção dos usuários em cursos e atividades por não atingirem os critérios de escolaridade exigidos, bem como a dificuldade de retorno à educação formal nas escolas:

É uma média, sabe? Não são, digamos assim, se fosse do nosso querer todos conseguiriam, mas o problema que a gente encontra maior, o maior empecilho é a escolaridade. Eles têm a baixa escolaridade e quando a gente incentiva a voltar aos estudos, aí que eles pensam que tem que ir para a escola à noite, que tem que buscar o histórico não sei aonde, é o maior empecilho... Então isso trava um pouco essa questão (Girassol).

A PSR entrevistada também referiu a política de educação, e além de cursos profissionalizantes, foram citadas articulações com a secretaria de educação para encaminhamentos dos usuários do Centro POP e Albergue para as escolas da rede de ensino, e também iniciativas de oferecimento de oficinas de alfabetização dentro da unidade de acolhimento, o que não contemplou as necessidades de todos os usuários em suas diversidades, e por esse motivo passou a ser oferecido com modelos e estruturas diversas:

Fizeram comigo essa ponte com a escola porque foi interesse meu também, corri atrás e a coordenadora do Centro POP ligou para o colégio. Teve interesse desse pessoal lá e eu estudei ano passado, conclui. Mas eu conversei com eles lá no albergue e eles entraram em contato. Esse ano procurei saber e já está diferente, a gente é que tem que ir no colégio saber lá como vai ficar para fazer matrícula. E eles fazendo essa ponte para

⁷² <https://www.saibamais.jor.br/apos-mobilizacao-prefeitura-recua-e-estende-prazo-de-despejo-das-30-familias-no-baldo/>

a gente ficaria mais fácil, porque eles têm como fazer a integração dos serviços (Topázio).

Eu participei das aulas no albergue, mas era tudo misturado. Fui na intenção de querer estudar, como eu ainda quero, mas eu já sou alfabetizada, tenho a oitava série, aí ficava uma coisa muito fácil para mim, entendeu? Era massa assim, se tivesse dois turnos com diferentes graus de escolaridade. Eu acho que tinha que priorizar quem não sabe ler, alfabetizar. Porque depois da alfabetização eles deviam fazer uma ponte de lá mesmo para o colégio. Já garantia as vagas para quem já sabe ler (Pérola).

Em relação ao trabalho, a maior parte dos municípios dispõe de cursos e realiza orientações e encaminhamentos visando a inserção no mercado de trabalho. Foi destacado o Programa de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS), desenvolvido também no âmbito da Política de Assistência Social:

O ACESSUAS trabalho, que antes era Telecentro, ele é justamente para inserir no mercado. Tem um cadastro lá, tem um banco de dados e é feito todo esse trabalho com os usuários. Também estão sendo realizadas oficinas e cursos dentro dos CRAS. Além dos grupos que já existem tem alguns grupos de oficinas, e de lá é feito um trabalho com a equipe do ACESSUAS e a equipe da secretaria que faz um trabalho para inserir no mercado. Eles estão organizando em quatro etapas e falam sobre custos, como se comportar... De empreendedorismo (Crisântemo).

O ACESSUAS trabalho começou agora esse ano, há aproximadamente três meses. Existe uma pasta dentro da secretaria de desenvolvimento econômico que faz o encaminhamento da população para entrevista de emprego, mas não é dentro da assistência. O pessoal do ACESSUAS trabalho está fazendo uma parceria para interligar e fazer a ponte entre a secretaria de assistência e o pessoal do desenvolvimento econômico. E até agora o ACESSUAS trabalho está trabalhando mais com questões de empoderamento para o trabalho, questões de currículo, autoestima, essas coisas... Está engatinhando ainda, começando agora (Begônia).

Apesar das iniciativas do ACESSUAS, alguns participantes compartilharam as dificuldades de acesso aos insumos e condições para que os usuários possam de fato desenvolver atividades e acessar renda, ainda que tenham sido registradas algumas situações de êxito a partir dos encaminhamentos realizados pelas equipes de assistência social, mas que representam um número baixo no universo total da PSR acompanhada.

No que se refere à política de trabalho, algumas pessoas em situação de rua entrevistadas relataram ter participado de cursos no Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda, equipamento que em Natal é vinculado a mesma Secretaria Municipal de Assistência Social:

Eu fiz o curso de doces e salgados e o de auxiliar de limpeza. Só que o de auxiliar de limpeza eu parei na metade. Cheguei a receber apostila e tudo... Se tiver minha cozinha completa eu meto o aço a fazer doces. Doces da Mamãe, é sim (risos) (Pérola).

A participante foi encaminhada aos cursos pelo Centro POP, e para um deles recebeu também cartões de passagem para se deslocar até o local onde a atividade era realizada. Entretanto, apesar de ter aprendido a fazer os doces, não dispõe de material e equipamentos para começar sua produção. Outro entrevistado reforçou a importância de desenvolvimento de projetos e parcerias com empresas para contratação da PSR, o que foi discutido pelo MNPR até mesmo com o prefeito de Natal, mas não obteve encaminhamentos:

Então assim, o que nós vemos hoje, essas questões do trabalho, emprego e renda, é que se não houver parcerias com as empresas que trabalham pra prefeitura, isso não vai se resolver. Inclusive, a nível nacional já há uma tramitação no Senado pra 2% das vagas, assim como é pra pessoas com deficiência, serem destinadas pra pessoas em situação de rua. No município de Natal parece que já tem também, foi aprovado, e aí cabe a nós correr atrás pra que se efetive, porque a gente sabe que aprovado, se não correr atrás, não será efetivado (Titânio).

Sobre a fragilidade das ações de trabalho e renda executadas no âmbito da política de assistência social, Souza (2013) problematiza a chamada “inclusão produtiva” e sua pretensão de “emancipar” os usuários do SUAS. A autora explica que a CF e a LOAS atribuem à assistência social à promoção da integração ao mercado de trabalho, em uma perspectiva de atenção aos “excluídos do mercado” que abre caminhos para iniciativas pontuais nos municípios, que em geral não levam em consideração a realidade do mundo do trabalho. Por essa razão, “nas secretarias de assistência social proliferam ações fragmentadas, isoladas, pontuais e desconectas, realizadas ou incentivadas com recursos dos fundos de assistência social, visando gerar trabalho e renda para os usuários” (p.289).

Esta configuração legal coloca sob a assistência social, que já contempla uma variada gama de serviços e benefícios, a atribuição de gerar trabalhos que, por questões estruturais, não

estão disponíveis para parte significativa da população pobre que se encontra no exército de reserva. As ações de trabalho no SUAS são muitas vezes incentivadas a partir de discursos do tipo “não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Sobre tal lógica, Souza (2013) aponta dois problemas graves: a compreensão de assistência social como benesse do Estado e não como direito; a falácia do empreendedorismo, que cria nos usuários a falsa ideia de independência e investe recursos em pequenos negócios que dificilmente geram renda suficiente para o sustento das famílias, sendo mais uma atividade para ocupar o tempo das pessoas.

A chamada inclusão produtiva, que Souza (2013) compreende como novo nome para a velha e desigual relação capital x trabalho, passa a ser encarada como possível “porta de saída” dos usuários da assistência social, sem considerar que, por questões estruturais, a maior parte dessas pessoas não responde as exigências do mercado quanto à escolarização, idade, entre outras questões, que as coloca na reserva ou em condições de trabalho extremamente precarizadas, sem direitos ou proteção:

É preciso admitir, seja pelo ciclo vicioso da pobreza, seja por questões geracionais, que parte dessa população não será incluída no mundo da produção de bens e serviços. Logo, dependerá sim do direito à assistência social, assim como das demais políticas públicas, para a manutenção da vida (p.293).

Nesse sentido, a referida autora reflete que se coloca sob os usuários a responsabilidade de “aproveitar a chance” através do esforço individual e perseverança, afastando do Estado o seu papel de viabilizador de direitos. A partir desse processo, os profissionais do SUAS são demandados a realizar o convencimento dos usuários para preencher as vagas dos cursos profissionalizantes ofertados, mesmo que esses tenham pouca ou nenhuma relação com o interesse e habilidade das pessoas, ou mesmo com as demandas do mercado – buscando levá-los a aceitar as opções que lhe são colocadas.

Sobre tal situação, recordo mais uma vez de uma vivência junto à PSR – um idoso que estava sendo pressionado pela equipe de um serviço socioassistencial a aceitar participação em um curso de auxiliar de serviços gerais, mesmo afirmando que tinha muitos problemas de saúde que não o permitiriam desenvolver tais atividades, além de ter interesse por pintura e atividades

artísticas. Quando o usuário não aceita as poucas opções de cursos oferecidas pelas secretarias – em geral as que requerem menores gastos com materiais e pagamento de oficinairos- muitas vezes o discurso que se coloca é que ele não quer nada, é acomodado e pretende permanecer para sempre como público da assistência, reforçando a arraigada narrativa de pobre preguiçoso que se coloca sobre a PSR e demais públicos do SUAS.

Ainda sobre o trabalho, os entrevistados refletiram que o desemprego é um problema estrutural, que avança nos períodos de crises, e que considerando as dificuldades da PSR acessar trabalhos formais e os conhecimentos e práticas que a maior parte das pessoas do segmento possuem, seria interessante o desenvolvimento de ações planejadas a partir do conhecimento dos diferentes perfis das pessoas em situação de rua:

O que eu observo na rua é que tem pessoas que já tem qualificações, cursos, inclusive, são formados, e ficam sem condições de voltar a exercer sua função por um motivo que... Fazer uma reciclagem eu acredito que seja até mais barato. Para aqueles que não tem curso, fazer um curso preparatório e coisas desse tipo. Depende das classes das pessoas, porque tem uns que não tem escolaridade, depende do perfil. Poxa vida, por que é que não faz um levantamento de perfil x, perfil y, porque aí ia ver como poderia ser aplicado um pouco o que eles estão aplicando aí. Por que como é que a pessoa vai ter o seu diplomazinho e não vai ter uma parede para colocar? Como eu, estou com os meus cursos que eu tenho, quatro ou cinco, e estão tudo dentro de uma bolsa, entendeu? (Topázio)

A economia solidária foi apontada como uma das alternativas possíveis para se pensar nas questões de trabalho com a PSR. Ainda sobre esse tema registramos que teve início no segundo semestre de 2018 projeto de extensão vinculado a docente e discentes de Psicologia da UFRN com objetivo de apoiar os membros do MNPR/RN em relação a construção e execução de projetos de trabalho e renda.

Além da articulação entre as diferentes políticas, o fluxo entre os municípios das cidades da ACP e RM de Natal/RN também foi discutido nas rodas de conversa. De um modo geral, foi apontada a existência de articulação e o esforço dos profissionais de receber equipes de outras cidades para diálogo e troca de informações:

A gente não tem contato assim de ter reuniões nem nada, mas quando a gente precisa a gente liga e resolve, se eu pedir uma informação sobre tal usuário eles me dão. Documentos que ficaram lá eles liberam (com Natal, Flor-do-deserto).

Nós temos, nós somos assim (gesto de proximidade) com todo mundo (risos). Hoje mesmo fomos deixar uma pessoa em situação de rua lá em Macaíba. A pessoa foi pra casa para trabalhar os vínculos, e aí o pessoal do CREAS de Macaíba ficou responsável por ela. Porque ela estava aqui no município, mas é residente em um distrito de Macaíba (Hibisco).

Não existem fluxos ou convênios pactuados pelos municípios, de modo que os contatos e articulações acabam sendo realizados de modo informal:

Já aconteceu e vai acontecer várias vezes com esses andarilhos, e a gente fica resolvendo essas coisas assim como dá no momento. Esperando uma acolhida de Natal, do albergue, esperando sem dar aquela expectativa do CREAS POP pela manhã para que eles fiquem lá, e torcer para que eles consigam ter a vaga da noite no Albergue. Sem contar que essa coisa de levar para Natal no transporte é algo que não é oficializado porque não tem um convênio vinculado, e é a nossa rede pessoal de conhecimento... Eu conheço fulano de tal que trabalha lá, é minha colega de profissão, me ajuda nesse sentido (Margarida).

Essas articulações a partir de conhecimentos e relações pessoais, mesmo que sejam realizadas com boas intenções de agilizar os processos e acessos dos usuários, devem ser concebidas de forma crítica, uma vez que acabam condicionando e personalizando as ações em rede. K.Pereira (2016) considera a personalização das ações profissionais como um dos principais desafios para concretizar a interdisciplinaridade, uma vez que a resolução dos problemas da população acaba saindo da esfera do direito para adentrar a esfera do favor. Essa questão merece cuidado especial no contexto dos serviços do SUAS, visto que como discutimos anteriormente, a política de assistência social caminha no sentido de sua consolidação como política pública e busca superar as marcas de assistencialismo e clientelismo que estão fortemente presentes em sua história.

Como apenas dois municípios do RN (Natal e Parnamirim) possuem serviços de acolhimento e Centro POP, essas cidades acabam sobrecarregadas por receber usuários de todo o estado, o que além de não atender à necessidade do total de sujeitos que desejam atendimento,

compromete a qualidade das atividades ofertadas pelos serviços, sendo fundamental a regionalização dos equipamentos socioassistenciais para PSR.

Por fim, um último tema relacionado à rede identificado pelas trabalhadoras do SUAS foi o da necessidade de ampliação do diálogo e formação dos profissionais das diferentes políticas para trabalhar o tema da PSR, inclusive dos serviços do próprio SUAS:

É, a gente deseja muito essa parceria e diálogo. Eu digo muito a Natal porque lá tem Consultório na Rua e vários serviços para população de rua, seria importante discutir como são as realidades... Há meses que eu tento. Tá certo que aqui está em mudança, e a política de estado ainda é muito vazia quanto a isso. Busquei no estado também, mas não existe uma pessoa que de fato seja referência e diga “venha aqui que eu posso resolver”, mas é um caminho (Alfazema).

Tem uma situação inclusive que é bem complicada porque o usuário não tem endereço, não tem comprovante de residência, aí não é incluso no CadÚnico. Existe um campo no caderno que tem a opção da população de rua... Assim como tem muita coisa na teoria, mas quando a gente vai na prática, dependendo de quem a gente encontra ali na ponta... (Camélia).

É relevante observar que este município onde a trabalhadora identifica dificuldade de compreensão sobre a PSR pelas equipes de Cadastro Único de fato apresentou o menor número de registros no CadÚnico dentre as cidades pesquisadas, mesmo não tendo o menor contingente populacional, o que nos leva a inferir a existência de correlação entre o desconhecimento/falta de informações sobre PSR e menor acesso desse segmento aos programas do governo federal, inclusive o PBF.

Nas entrevistas com a PSR, os entrevistados que fazem uso dos serviços socioassistenciais compartilharam que recebem com frequência encaminhamentos para confecção de documentos, para o consultório na rua e atendimentos de saúde, questões jurídicas, cursos e atividades nos Centros Públicos de Trabalho e renda, entre outros, de acordo com as necessidades que apresentam aos técnicos que os acompanham no Centro POP, unidade de acolhimento, CREAS, e demais equipamentos, e a disponibilidade de atendimentos da rede. Os participantes desatacaram, entretanto, que muitas vezes esses encaminhamentos acabam não sendo efetivados:

A gente entende que encaminhamento não é só um papel, o encaminhamento sem acompanhamento social, psicossocial, ele se torna praticamente nulo, por que eu digo isso? Eu vou dar um exemplo prático, já aconteceu comigo inclusive: fazemos um curso de pintor ou de eletricista, coisa que tá em falta hoje na grade curricular dos serviços socioassistenciais, não existe esses cursos, mas a gente faz um curso qualquer. E aí nós somos encaminhados pra o Centro Público, conseqüentemente, não vai conosco alguém pra referenciar, inclusive que é um serviço socioassistencial pra população de rua. Ao chegar lá não há um diálogo entre a prefeitura e empresas, então assim, quando chega lá, automaticamente nós somos mandados com um currículo pra algumas empresas, e as empresas ao verem o endereço de pessoa em situação de rua elas não vão dar emprego porque há um preconceito com essa população. Então assim, os encaminhamentos que são feitos só com um papel, sem um acompanhamento, sem uma parceria, se não houver uma parceria do município com as empresas.. vai faltar viaduto pra botar tanto certificado (Titânio).

A questão levantada no trecho anterior é pertinente, visto que se por um lado se faz necessário trabalhar a autonomia e iniciativa do usuário para atingir seus objetivos e planos, por outro também não se pode relevar a realidade, que especialmente com a PSR é permeada por estigmas e resistências, sendo necessário em determinadas situações ir junto, dialogar, mediar as possibilidades com o usuário e com as equipes que os recebem nas outras políticas. Foram apontadas falhas e incompletudes pela falta de diálogo, e mais uma vez o papel do MNPR/RN na movimentação a rede:

Na verdade, se existe, se dizem que existe, só com o empoderamento do usuário para fazer com que ela ligue, porque de certa forma não existe, não existe rede, não funciona. Essa tormenta acontece porque a rede não existe, porque se existisse um diálogo entre as redes a política ia ser bem melhor, todas as políticas seriam bem melhores porque o usuário seria contemplado em todos os aspectos que ele precisasse. Então a política não funciona de uma forma porque se não tem diálogo com educação como é que eu vou enviar um camarada que quer sair das ruas através da educação? Não tem esse diálogo entre redes, entre assistência e educação, entre assistência e habitação, não é? Não tem diálogo. O diálogo que tem quem está fazendo é nós mesmos do movimento, que estamos fazendo esse diálogo ultimamente entre uma política e outra (Rubi).

O movimento ele é o grande animador da política pública. Do ponto de vista da estrutura política também não existe, a gente não tem... nós temos uma lei que nos instrumentaliza a nível estadual, e o município não quer discutir isso, ele quer discutir como está porque pra eles está bom, eles tão na zona de conforto deles. Então o município aqui deve muito à população de rua (Cristal).

O que as falas dos entrevistados refletem é uma rede incompleta, que parece feita para não funcionar, que soma dificuldades, precariedades e divergências. Além de não funcionar

efetivamente na direção da garantia de direitos, foi destacado o funcionamento às avessas da rede – para criminalizar e limitar acessos dos usuários aos serviços:

Nenhuma, nenhuma, eles não compreendem nem o que é que é a palavra intersectorialidade, não vejo isso e não, não iria dar um depoimento falso (Cristal).

Muito falhas, né, muito falhas. É... pra criminalizar até existe (rede), como fatos que aconteceram, aconteceram e acontecem, mas é de uma forma mais velada, que é na questão da saúde. A população em situação de rua só acessa os serviços se passar num CAPS, se um psiquiatra der o aval de que ela pode frequentar o serviço. O que nós queríamos, inclusive, era essa parceria institucional, uma parceria legal, uma parceria que pudesse fazer essa intersectorialidade mesmo funcionar, não só com a saúde, mas com a habitação, com trabalho, emprego e renda, porque nós entendemos que só a intersectorialidade, ou seja, a união, a junção, a conversa entre todas as secretarias, é que irá resolver essa situação, mas se continuar, se for por esse viés de criminalizar ou de trazer preconceito, vai trazer mais dificuldades ainda pra essa população de rua (Titânio).

Reafirmamos o comentário de que a articulação é sempre importante visando a integralidade da atenção aos sujeitos e suas demandas, entretanto existem diversos dispositivos e estratégias para os cuidados em saúde, e vincular como obrigatoriedade o uso de um serviço da Saúde para acessar outro de Assistência Social pode limitar o acesso da PSR à alimentação, repouso, atendimento psicossocial e outras demandas essenciais desse público. Mais interessante é orientar e construir juntos essas estratégias de cuidados. Uma das entrevistadas que continua frequentando o albergue contou que a exigência de acompanhamento pelo CAPS para frequentar o acolhimento foi suspensa na unidade de Natal, e atribuiu a mudança e conquista a atuação do MNPR/RN. Além da rede da ACP Natal, foi analisada a rede no Rio Grande do Norte:

A rede que existe não consegue, né, quando se fala no RN, no âmbito estadual, não consegue dar conta, por quê? Porque como eu falei pra você só temos quatro serviços aqui, dois em Natal e dois em Parnamirim, mais um em Mossoró, que é o Consultório na Rua, mas não consegue porque é uma demanda grande de pessoas onde as vagas são limitadas. Não há serviços socioassistenciais no RN como um todo, e a ideia seria fazer serviços regionalizados, ou seja, Centros POPs em outros locais, acolhimento institucionais sem deixar de acontecer também políticas públicas estruturantes, como habitação, trabalho, emprego e renda e educação (Titânio).

Sobre a situação do SUAS estadual foi citada a falta de repasse e cofinanciamento do governo do estado para os municípios, o que sobrecarrega estes últimos e gera até mesmo resistência em alguns gestores municipais para participação em atividades propostas pela Assistência Social do estado. Nesse sentido, um dos participantes destacou a fragilidade da rede e a dificuldade de diálogo do movimento com a gestão estadual:

Então assim, o que é que acontece, como o estado apoia apenas de fachada, o estado não tem feito nada pela assistência. A ausência do estado aqui no Rio Grande do Norte ela é gritante pra população de rua e em todos os lugares, em todos os lugares (Cristal).

A partir de 2019, com início da gestão da Governadora Fátima Bezerra (PT) foram iniciadas ações para realização do repasse financeiro aos municípios para cofinanciamento da política de assistência social, inicialmente para os serviços de proteção social especial, assim como a formação dos trabalhadores do SUAS no RN através do *Capacita SUAS* e seminários temáticos. Uma das ações expostas como prioritárias também por esse governo para a assistência social é o auxílio aos municípios para implementação de serviços regionalizados, inclusive unidades de acolhimento.

Por fim, os membros do MNPR/RN entrevistados apontaram o CIAMP-RUA/RN como importante espaço de articulação da rede para conhecimento, planejamento e execução conjunta de ações voltadas para a PSR:

E aí temos o CIAMP-RUA a nível estadual, onde dialogam, disputam essas questões e é um local que se formam propostas, né, além de estamos discutindo o problema de habitação no Conselho Municipal de Habitação aqui de Natal, o CONHABINS, e também as questões que envolvem trabalho, emprego e renda que o movimento está discutindo, mas é preciso que haja um comprometimento do município e do estado pra que haja essa fusão e conseqüentemente possa possibilitar melhorias e a saída das ruas da população de rua através do trabalho, emprego e renda, através da habitação (Titânio).

A criação e funcionamento do CIAMP-RUA RN, ainda que com grande atraso em relação a implementação dos comitês em outros estados brasileiros, é fruto direto da ação do MNPR/RN e sua pressão sob o poder público, se colocando como importante conquista no cenário de lutas norte riograndense. Ao mesmo tempo que é avanço, se constitui apenas como

passo inicial para organizar as ações e políticas de atendimento à PSR, algumas tão básicas quanto a realização do censo. Como apontamos desde o início do capítulo, o Estado é espaço de disputas e as expressões da “questão social” estão colocadas nas mazelas e sofrimentos, mas também na capacidade de reação e luta por uma vida mais justa.

O que foi possível observar a partir do diálogo com a PSR organizada no MNPR e com as trabalhadoras do SUAS que atuam com o segmento foi o reconhecimento desse processo, dessa correlação de forças. Também se constatou que a política de assistência social, que caminha em busca de consolidação e afirmação, em um caminho não linear, de forma isolada não pode responder as complexas demandas colocadas, sendo fundamental repensar algumas práticas estabelecidas e a atuação em rede.

Em se tratando de caminho não linear, o momento político econômico e social que vivenciamos atualmente no Brasil traz uma série de dúvidas e inseguranças sobre diversas questões no campo das políticas públicas, inclusive sobre a assistência social e os serviços para a PSR. Assim, apresentaremos a seguir a última categoria, que agrupa conteúdos emergentes acerca das perspectivas das trabalhadoras socioassistenciais e da PSR sobre as perspectivas e projeções para o SUAS e as ações direcionadas às pessoas em situação de rua. Importante lembrar que a coleta de dados ocorreu entre o segundo semestre de 2018 e janeiro de 2019, período de eleições, e posteriormente, posse de Jair Bolsonaro a presidência do Brasil, e que, entre outros aspectos, foi marcado por intensa polarização política.

Os trechos coletados nas rodas de conversa com as trabalhadoras da Assistência Social foram agrupados na categoria “*O que será do SUAS no próximo ano? Mudanças no cenário político brasileiro e impactos nas políticas de atendimento à população em situação de rua*” (CAT6). De modo geral, as profissionais participantes expressaram medo e preocupação com o futuro dos serviços socioassistenciais, especialmente os de atendimento à PSR, demarcando que a Política de Assistência Social, apesar de enfrentar graves dificuldades, seguia um

processo de amadurecimento e crescimento que possivelmente seria interrompido pela extrema direita e seu declarado projeto de Estado mínimo:

Estou preocupadíssima com o próximo ano, no sentido da conjuntura atual política. Ninguém sabe o que pode vir por aí, ninguém sabe, não é? E eu tenho lutado assim comigo mesma todos os dias quando eu chego lá no albergue e olho para os nossos usuários, e eu tenho pensando assim “Meu deus, eu não posso...”, haja terapia para mim (risos), sério, porque eu não paro de pensar neles, entendeu? O que será do Brasil no ano que vem? Eu não sei! Eu não sei se nós vamos ter um Albergue, se teremos vinte e cinco vagas para acolhê-los, eu não sei (Girassol).

Eu acho que hoje a gente vive um cenário que é meio tenebroso para a política de assistência, então a gente não sabe o dia de amanhã como vai ser. A gente já teve uma queda com o *impeachment* e a gente já viu como as políticas sociais foram desvalorizadas com a saída da presidente e para assumir o atual presidente (Temer). A gente já percebeu isso aqui como serviço e eu confesso a você que eu não sei a forma que o novo presidente vai atuar mais para a frente. A gente espera que isso não aconteça porque se um governo de direita entrar eu penso no desmonte do SUAS (Begônia).

Dentre as questões que preocuparam as participantes da pesquisa destacou-se o orçamento para as políticas públicas, especialmente para a Assistência Social, que vem sendo diminuído mesmo antes das eleições. Se os serviços já funcionam em condições precárias, muito mais grave será a situação com a diminuição do orçamento, especialmente dos recursos federais, que são fundamentais para manutenção dos equipamentos socioassistenciais, sobretudo nos municípios mais pobres, muitos destes localizados na região Nordeste:

A gente já trabalha com tão pouco, imagine com mais cortes (Copo-de-leite).

A gente se sente enxugando gelo, a realidade é essa. Se a gente pensar no congelamento do orçamento da saúde e educação no país em vinte anos, aí você traz para a assistência social... nossa! (respira fundo). Eu acho que vai vir uma política mais forte higienista, a gente tem modelo. Dependendo dos rumos eu acho que a questão do campo do direito vai regredir muito e talvez o que sobre é o viés da caridade mesmo, voltar para 1930 (Orquídea).

A pessoa em situação de rua é a própria personificação do público-alvo do histórico processo de extermínio de pobres e pretos em curso no país. São pobres que não se encaixam no modelo posto e incomodam, e por isso o projeto em curso retira recursos da já subalternizada

política de assistência social. Nesse sentido, outro ponto que emergiu com significativa frequência nas falas dos profissionais foi o das consequências dos discursos de ódio e intolerância, alimentados por fundamentalismos religiosos e defendidos por candidatos que posteriormente assumiram os principais cargos dos poderes executivos e legislativos federais e estaduais, na vida dos usuários do SUAS. Os principais focos da intolerância são os sujeitos que em geral já enfrentam em seu cotidiano violências relacionadas ao machismo, racismo, lgbtfobia, buscando os CREAS e outros serviços da assistência social muitas vezes como lócus de apoio e fortalecimento para enfrentar tais violências, conforme expresso no trecho a seguir:

Outra coisa que nos afeta muito é até a abordagem de atendimento, porque a gente pega famílias que tem pesado a questão da religiosidade, pesado a questão da moral e da homofobia, então em nossa abordagem quando a gente vai tentar colocar a situação que o seu filho é homossexual, que é dele, que não pertence a mãe, é uma questão dele e deve ser respeitado... Isso tudo se um gestor dá confiança e abertura para as pessoas saírem do armário do preconceito e não terem mais vergonha de serem preconceituosas... Pelo menos as pessoas tinham vergonha de ser preconceituosas e evitavam de falar coisas ofensivas, de fazer coisas ofensivas, e agora estão no intuito de que aquilo pode ser liberado e podem assumir seus preconceitos de forma violenta (Margarida).

Sobre LGBTQIfobia cabe destacar que chegam aos CREAS, Centro POPs e abrigos frequentemente situações de adolescentes e jovens que vivenciam conflitos familiares e por vezes são expulsos ou saem de suas casas por não suportarem mais a violência da família relacionada a não aceitação da identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por essa razão, muitos jovens acabam em situação de rua, sobrevivendo a própria sorte, e com frequência encontrando na prostituição ou outras formas de exploração as únicas alternativas para obter uma renda mínima para sobreviver.

Além de alimentar a intolerância na sociedade, os discursos de ódio compõem também a base da violência institucional, que por sua vez acaba sendo legitimada pela população, que defende o extermínio das vidas descartáveis, ou de como referiu Galeano (1995) dos “ninguéns”. Nesse triste cenário, as pautas e ações de direitos humanos são ainda mais

estigmatizadas, e quem se propõe a ter um outro olhar e apoiar grupos criminalizados e marginalizados como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, usuários de substâncias psicoativas, pessoas em situação de rua, entre outros, para acesso a cuidados e direitos, acaba sendo visto também como incorreto, transgressor, ou até inimigo. Esse processo ocorre frequentemente com as trabalhadoras do SUAS:

De esquecer os direitos humanos, nos nossos atendimentos eu tenho medo que se já existe alguém hoje que tem resistência em me atender como assistente social quando eu vou fazer uma abordagem, com esse pensamento diga “ah, e assistente social vale de nada, saia da minha casa”, de nem no mínimo respeitar a profissão, como antigamente. Assim, que a gente já tem algumas resistências, de aumentar mais a resistência e a gente não conseguir abordar um direito, conseguir garantir um direito (Margarida).

Apesar da apreensão e angústia pelos retrocessos já em curso para as políticas públicas no país, as trabalhadoras do SUAS expressaram a necessidade de persistir, inclusive pela PSR, ou como expressou uma trabalhadora “não podemos perder a esperança. Porque ai desse público se não fossemos nós, se não fosse a assistência (social)”.

O conjunto de informações provenientes das entrevistas com a PSR sobre o posicionamento do MNPR/RN diante da conjuntura política nacional, seus projetos, discursos, polarizações, os sentimentos, análises e expectativas das mudanças que vem marcando o Brasil nos últimos anos, sobretudo em relação às políticas públicas, foi nomeado “*As reformas ‘engana povo’ e o impacto das mudanças no cenário político brasileiro no SUAS e no atendimento à população em situação de rua*” (CAT6).

Assim como referido pelas trabalhadoras do SUAS, um primeiro tema apontado pelos entrevistados da PSR que causa preocupação é o orçamento das políticas públicas, principalmente da Assistência Social, que já vem sofrendo cortes no âmbito do governo federal, o que ameaça a manutenção dos serviços:

A última agora é que havia um orçamento de 61 bilhões pra assistência social a nível nacional, e o governo, a transição “TemerNaro”, né, que é Temer e Bolsonaro, ela cortou 45 bilhões, ou seja, ela cortou 80% do recurso da política de assistência social. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que serviços irão fechar, nós temos essa consciência,

inclusive, Centros Pops, CRAS, CREAS, acolhimentos... Há estudos que dizem que cerca de sete milhões de famílias deixarão de acessar o bolsa família, pessoas que recebem BPC deixarão de receber, então assim, isso nós dissemos dentro do Conselho Municipal de Assistência Social, isso são formas de campos de concentração modernos, ou seja, câmaras de morte mesmo, institucionais. Sufocar a política de assistência social, porque temos uma EC 95, que congela investimentos, temos uma reforma trabalhista que traz mais pessoas pra necessitar da assistência social... Em contrapartida à assistência social tem seu recurso tirado em 80%, né, então assim, o que nós vemos são formas de extermínio social mesmo, formas de campos de concentração, onde a morte dessas pessoas é legitimada, inclusive por quem está lá pra nos atender, muitas vezes, pela classe política que atende a interesses escusos. Então assim, é um crime contra a população brasileira e que muitas vezes nós pensamos o que fazer e não conseguimos raciocinar diante de outros retrocessos que vem no outro dia. É, tiraram 45 bilhões, mas já tá aí ameaças de retaliação pros conselhos nacionais, estaduais, municipais, onde não querem que o controle social permaneça discutindo questões. (...) Por isso que nós enquanto movimento temos que nos unir mesmo e lutar por direitos mais ainda. Não é porque houve a diminuição que nós vamos nos calar, tem que lutar para que inclusive possa ser revertida essa EC 95, coisa que na atual conjuntura é muito difícil com os prognósticos do que nós estamos vendo no Brasil. Mas a luta tem que continuar (Titânio).

A EC 95 é realmente muito cruel para a população em situação de rua, porque hoje a população em situação de rua depende mais da abordagem das prefeituras, o estado aqui não é presente do ponto de vista dos equipamentos, entra mais com uma conversa de isso e aquilo, mas há sempre a reclamação do município de que o estado não dá a sua partida. E a que vem da nacional é muito pequena e o resto fica tudo nas costas das prefeituras. Isso é um problema porque quando você congela um orçamento para populações vulneráveis não tem como a política avançar com qualidade. Tudo depende do orçamento (Cristal).

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, institui novo regime fiscal, que entre outras providências limita e congela o orçamento para as políticas públicas durante vinte exercícios financeiros. Tal legislação é catastrófica e representa um enorme obstáculo para o fortalecimento do SUS, SUAS, da educação e das políticas públicas brasileiras em geral, o que impactará principalmente as pessoas que vivem nas piores condições de pobreza e acesso aos direitos básicos. Se pensarmos que o orçamento que tínhamos anteriormente já limitava ações necessárias para universalizar e qualificar as políticas, cada vez mais restritas serão as ações nos anos seguintes até 2036 - quando o preço dos materiais hospitalares, equipamentos,

maquinários, combustíveis e salários deverão ser reajustados e o poder de custeio será consideravelmente menor para uma população maior.

Infelizmente, algumas das projeções colocadas por Titânio e Cristal já estão concretizadas em 2020. Vários equipamentos socioassistenciais foram fechados em todo o país, ou sofreram reajustes para permanecer existindo precariamente, como o Centro POP de Natal/RN, que foi transferido para o mesmo prédio da unidade de acolhimento institucional, o que prejudica a oferta de atendimentos e serviços aos usuários. Além disso, o acesso ao PBF foi “congelado” pelo governo Bolsonaro, de modo que a fila para entrada no programa que havia sido extinta em 2017 atualmente tem mais de um milhão de famílias aguardando inclusão, por períodos que em alguns casos ultrapassam um ano. Também o acesso da população ao BPC e as aposentadorias e direitos previdenciários tem sido cada vez mais difícil e demorada, especialmente pela extinção do serviço social no INSS⁷³. Tais retrocessos atingem diretamente a vida da população mais pobre e, conseqüentemente, a política de assistência social, já sobrecarregada e fragilizada pela falta de recursos e estruturas adequadas.

Outras medidas que poderiam ser tomadas para conter a crise econômica sem impactar de forma tão perversa as condições de vida da população, como auditoria da dívida pública ou o acerto de contas com bancos e grandes empresas que devem ao Estado brasileiro não são realizadas, conforme refletiu um dos participantes:

Até por causa dos cortes desde 2016, já vem tendo cortes, então está travado e se o sistema já estava sobrecarregado agora está super hiper ultra carregado porque não tem investimento nas políticas porque eles dispensam dívidas de banqueiros, mas cortam o recurso da assistência, da saúde e da educação. Onde só vai se lascar na verdade a minoria, minoria que eles falam, mas se você for olhar no contexto da realidade nós somos a maioria. Quem vive numa realidade social está acima do que você imagina se for contar em percentuais (Rubi).

⁷³ <http://cress-sp.org.br/mp-9052019-extingue-servico-social-no-inss/>

Os cortes orçamentários e as reformas e projetos de lei defendidos pelo presidente eleito geram ansiedade e indignação nos participantes, que a seu modo compreendem que estão na linha de frente dos que serão afetados pelo novo governo:

Bem, eu estou morrendo de medo de Bolsonaro porque eu sei que ele vai tirar todos os direitos do morador de rua, e a primeira coisa que vai ser atingido somos nós. Eu estou sabendo que por mais ruim que seja, por mais violações de direitos que tenha, a gente necessita do Centro POP, do albergue, fazer o quê? Aí a primeira coisa que eu fiquei sabendo é que ele vai tirar. E agora que abriu o Barriga Cheia na a cidade, abriu um Barriga Cheia, está sabendo? E uma sopa de cinquenta centavos, ficou até razoável também, mas o medo que faz é esse homem entrar e acabar logo com tudo (Pérola).

Toda a população em situação de rua sabe da realidade do que é Bolsonaro. Parece até mentira, mas a população em situação de rua sabe muito melhor do que a própria população que foi enganada e votou nele. E já sente nas políticas públicas, principalmente na segurança. E as políticas que já não funcionavam, agora é que não vão funcionar mesmo porque já tem cortes. E ainda mais agora com esses ministros aí (Rubi).

A fala de Pérola sintetiza uma questão fundamental observada durante a pesquisa: se os serviços socioassistenciais para a PSR possuem fragilidades e dificuldades no sentido de terem atuação limitada e acompanhadas por problemas discutidos ao longo deste trabalho, pior seria nesse momento a inexistência deles. Pior do ponto de vista concreto para pessoas que se utilizam do Centro POP, unidades de acolhimento, CREAS e outros equipamentos como suportes para acesso a necessidades tão básicas como alimentação, descanso, higiene pessoal, além de acolhimentos, aconselhamentos, encaminhamentos e atividades coletivas. Pior também do ponto de vista simbólico seria o fechamento desses serviços visto que a existência deles, bem como da própria política de assistência social de uma forma geral, é fruto da articulação e mobilização de trabalhadores e movimentos sociais em luta e tensionamento do Estado brasileiro pelo reconhecimento das pessoas mais pobres e marginalizadas como sujeitos de direitos que devem receber não ajudas pontuais, mas acessar os mínimos existenciais pela via das políticas sociais públicas.

Os discursos de ódio aos direitos humanos e as propostas de respostas violentas aos problemas sociais, como flexibilização da compra e uso de armas, maior liberdade para policiais e militares matarem em serviço, a censura e as posturas antidemocráticas, inclusive de criminalização dos movimentos sociais, defendidas pelo presidente Bolsonaro e parte de seus eleitores já embasa novas situações de acirramento da violência praticada contra a PSR, conforme ocorreu com um dos entrevistados no período de campanha que antecedeu o segundo turno das eleições:

Muito mais opressões, muito mais ataques, muito mais mortes da população em situação de rua. Eu mesmo vivi uma situação aqui próximo, cruzei com o cara agorinha. Ele puxou uma arma pra mim no sinal. Eu estava com adesivo de Haddad e ele de Bolsonaro, aí começamos a discutir sobre política e ele disse que já já conversava comigo, quando ele veio foi com uma pistola. Aí por isso eu tive que sair da área, que era o meu local de trabalho, no sinal. E agora está muito mais forte isso, não é? Eu estou sendo estratégico, antes de bater boca eu prefiro até sair como errado, sabe? Foi a assistente social do CREAS que me deu esse conselho, puxou a minha orelha, disse “menino, você está louco? A gente precisa de militante vivo, morto não adianta não. Por mais que você faça embate, eu sei que você vai para o embate mesmo, mas é mais importante a própria vida”. Mas eu acho que o contexto é mais importante que a minha própria vida, tá ligado? (Rubi).

O número de retrocessos que estão produzindo efeito dominó nas políticas públicas, no país, consolidou-se de que estamos em pleno regime de exceção. Primeiro que estão militarizando todos os setores, né, com aquelas pessoas que tem aquele discurso antigo “Você sabe com quem você está falando?”, e os movimentos sociais vão ser criminalizados por isso, inclusive população de rua, eles vão chamar a gente “Não, vocês são vagabundos” (Cristal).

Novamente as falas e percepções dos entrevistados são confirmadas por registros de violências contra a PSR nos meios de comunicação, como o caso de Carlos Roberto Vieira da Silva, de 39 anos, que vivia nas ruas em São Paulo e morreu após ter sido queimado enquanto dormia na primeira semana de 2020. No mês de fevereiro deste mesmo ano, nas ruas de Natal/RN, um jovem em situação de rua foi executado com vários tiros nas costas e o principal suspeito de ter cometido tal crime é um coronel aposentado das Forças Armadas Brasileiras. Tais notícias estão presentes quase que diariamente em jornais de diferentes cidades brasileiras,

e como apontam os entrevistados do MNPR/RN, a PSR se assusta e sente ainda mais exposta com os discursos de ódio de autoridades políticas e até mesmo religiosas que legitimam a higienização e o extermínio daqueles que incomodam com seus corpos, com seus comportamentos, com as situações as quais estão submetidos e com as desigualdades e contradições que suas existências escancaram.

Nessa mesma direção, outro entrevistado argumenta que as concepções que embasam as proposições do governo Bolsonaro e seus aliados, inclusive representantes da bancada evangélica, representam retrocessos no horizonte das políticas públicas e de acesso à cidadania por parte da população, uma vez que irão pautar as ações públicas por fundamentos religiosos, o que contradiz a laicidade do Estado democrático de direito. Além disso, Titânio ressalta que o corte orçamentário é direcionado para políticas públicas que atendem os mais pobres, ao mesmo tempo em que o judiciário e setores historicamente elitizados no Brasil continuarão mantendo seus privilégios:

Tanto é que o Ministério da Cidadania vai englobar outras secretarias e quem vai ser a secretária de direitos humanos é a Damares Alves... Então assim, nada contra Damares, nada contra a questão evangélica, mas sabemos que a bancada evangélica ela comanda muito fortemente as questões de gênero e comunidades terapêuticas e tal, e assim, vindo do governo Bolsonaro sabemos que não vai ser boa coisa. Alguns simpatizantes dizem “Deixa o homem assumir!”. Tolos, tolas, já assumiu quando ele faz a transição com Temer, quando já tá vindo a galope os retrocessos, ele já assumiu, né, já assumiu, e aí num país em que há uma crise que atinge a nós, mortais, mas que pra alguns, essa crise beneficia, quando há um corte de 45 bilhões na assistência social, e o Temer sanciona um aumento pro judiciário de 16,5%, coisa que vai repercutir nos estados e municípios, e vai ser por ano, são seis bilhões a mais. Nós vemos que a questão não é de redução de gastos ou diminuição de gastos, é de permanecer a questão elitizada no país, onde sempre quiseram que a população vivesse como capachos, embaixo de seus pés. Assim, alguns setores da sociedade acordaram, estão na luta, mas grande parte do Brasil continua como diz o hino nacional, né, “Deitado eternamente em berço esplêndido”, entre eles, o judiciário, o legislativo, o executivo e outros setores da sociedade que tem formas de lucro, ou de garantia de sobrevivência já garantidas (Titânio).

Diante de um cenário tão recrudescido, o MNPR/RN reflete, e nos conclama também enquanto pesquisadoras a não esmorecer diante dos ataques às políticas públicas e a classe

trabalhadora no Brasil, lembrando que nunca foi fácil lutar por direitos e que o processo de enfrentamento à desigualdade social e suas mazelas no MPC é permanente:

Então assim, eles, além de acabar com nossos direitos, eles buscam criminalizar movimentos sociais, conseqüentemente qualquer afronta, ou qualquer situação de discórdia, usam o poder pra calar pessoas. Então todo nosso repúdio enquanto Movimento Nacional da População de Rua à toda forma de mordação social! Vivemos períodos terríveis nesse país, de ditadura, de questões sociais, de insurgências, de revoluções, e assim, um dos mais temíveis, um dos mais terríveis é esse que estamos vivendo agora, porque tivemos a volta dos militares através das urnas, as urnas legitimaram um cara pra nos governar, mas através de pessoas que são preconceituosas, que são homofóbicas, mas que não conseguiam se expressar enquanto isso, e ao terem um candidato da extrema direita, um militar, um idolatrador de Ustra, aquele que matou pessoas, que estuprou mulheres em frente a seus filhos na ditadura, ao terem esse cara enquanto espelho, sentiram-se na legitimidade de expressar isso verbalmente e nas redes sociais, e isso refletiu-se aí, é, num futuro governo de extrema direita, aonde nós não sabemos se estaremos exilados em nosso próprio país. E, e de certo modo estamos já exilados sim, em nosso próprio país por não concordar com as opiniões, ou com algumas situações que acontecem no Brasil. Então assim, momentos difíceis que a gente vai enfrentar, mas que a gente não pode desistir, né, que vou repetir, se fosse fácil não seria luta, e é por isso que nós continuamos na luta. É matar dez leões por dia mesmo, mas eu acho que o Brasil, acho não, tenho certeza, nunca foi fácil viver no Brasil, sempre tivemos que lutar por direitos e não seria hoje diferente disso, então é isso que nós temos pra dizer. E... que é difícil é, mas nós continuaremos na luta sempre, porque só as lutas mudam a vida. Então é isso, é conclamar a todos à luta, dizer que nunca foi fácil lutar por direitos no país, mas que a luta continua, sempre, nós aqui enquanto movimento social, vocês enquanto profissionais, vocês enquanto academia, nós enquanto povo brasileiro, lutando contra os desmandos e as loucuras dessa elite de um país tão rico, porém, tão desigual (Titânio).

A análise de conjuntura realizada por Titânio corrobora nossa concepção acerca do papel das políticas sociais no MPC, que conforme estamos apontando ao longo de toda a tese, é permeado por contradições. Se como afirma o participante “nunca foi fácil lutar por direitos nesse país”, especialmente para populações tão marginalizadas como a PSR, neste momento a dificuldade aumenta porque é necessário energia e ação para proteger conquistas recentes e importantes, como o Centro POP, serviços socioassistenciais e as demais políticas sociais destinadas aos povos da rua, e evitar retrocessos. Concordando com o participante que não há caminho outro para a superação das opressões e expressões da “questão social” que não a luta,

que ocorre de diversas formas e deve ter como horizonte o fim do MPC, seguimos para o próximo capítulo, com as considerações finais da tese.

4. Considerações finais

Após a apresentação dos capítulos que expuseram o método, os dados e a análise dos conteúdos relacionados ao atendimento da PSR pelas políticas públicas, especialmente pela Assistência Social, passamos as considerações finais. Reconhecendo que a ciência, assim como a vida, é dinâmica e está em constante movimento, não pretendemos colocar pontos finais ou afirmar verdades absolutas, mas apontar reflexões e questões que se destacaram ao longo destes mais de quatro anos de construção da tese.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o acesso da PSR às políticas sociais públicas no estado do Rio Grande do Norte, e o atendimento socioassistencial deste segmento populacional. Já os objetivos específicos foram caracterizar e analisar as diversas modalidades de equipamentos e estratégias socioassistenciais voltados ao atendimento das pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte; Mapear os principais atores e os fluxos de atendimento à PSR, a partir dos serviços de assistência social, sobretudo em relação às políticas de saúde, trabalho, educação e habitação; Investigar os obstáculos enfrentados pela PSR no acesso aos direitos sociais, bem como as resistências e estratégias de enfrentamentos a tais dificuldades.

Em relação às modalidades e estratégias de atendimento socioassistenciais direcionados às pessoas em situação de rua no RN observamos a existência de serviços específicos para esse público – Centro POP e Unidade de Acolhimento institucional, em apenas dois municípios potiguares: Natal e Parnamirim. Nos municípios da ACP e região metropolitana de Natal, onde a pesquisa foi realizada, a PSR tinha como principal lócus de atendimentos os CREAS, a partir de ações das equipes de PAEFI e SEAS. Além do número reduzido de equipamentos, tanto as trabalhadoras do SUAS como os entrevistados da PSR ressaltaram que os serviços estavam alocados em instalações precárias, e não possuíam insumos e condições de trabalho adequadas, o que impactava diretamente o desenvolvimento das atividades, que acabavam não ocorrendo

de acordo com o que está previsto nos cadernos de orientações e na tipificação dos serviços socioassistenciais.

Em relação aos CREAS foi evidenciada dificuldade encontrada pelas equipes para planejar e executar atividades específicas em relação as características e demandas da PSR por abarcarem grande diversidade de populações vítimas de violências e violações de direitos. Nesse sentido, em apenas um dos cinco municípios onde foi realizada a pesquisa existiam no CREAS atividades planejadas e destinadas especificamente para usuários em situação de rua.

Ainda sobre a concepção e execução dos serviços do SUAS para a PSR vale retomar a análise de uma das participantes entrevistadas, que compreende o funcionamento dos serviços socioassistenciais específicos para a PSR como uma roda gigante. A metáfora empregada pela participante se refere ao movimento circular e repetitivo que os usuários dos serviços muitas vezes acabam incorporando em sua rotina para acompanhar o funcionamento dos equipamentos – do Centro POP para o Albergue, do Albergue para o Centro POP, girando, girando e retornando ao mesmo lugar. Assim como esse posicionamento da entrevistada, outros participantes e pesquisadores ligados ao tema apontam que nos moldes atuais os serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua, de modo geral, não conseguem trabalhar autonomia e construção de possibilidades concretas de superação da situação de rua, e por vezes acabam contribuindo para sustentar as condições de seus usuários.

Em relação aos atores e fluxos de atendimento à PSR no RN foi possível observar significativa dificuldade no trabalho em rede. Em apenas dois dos municípios pesquisados havia Política Municipal de Habitação que contemplava pessoas em situação de rua usuárias dos serviços do SUAS. As ações de trabalho e educação eram pontuais e fragmentadas nas cidades pesquisadas. Apesar da saúde ser a política que apresentou maior frequência na interação com a Assistência Social, e alguns municípios terem equipes de CnaR, os fluxos SUS e SUAS se mostraram precários, com pouco diálogo e compreensão das atividades desenvolvidas pelos serviços das diferentes políticas.

As trabalhadoras da assistência social se sentem sobrecarregadas, isoladas e sem recursos para atender sujeitos com demandas complexas, especialmente de saúde mental. Elas apontaram a dificuldade estrutural de conseguir vagas em abrigos e unidades de saúde para tratamento de uso abusivo de substâncias psicoativas, e de serviços e estratégias na rede pública para atender pessoas ameaçadas de morte e em outras condições peculiares que compõem as experiências de parte dos sujeitos em situação de rua.

De acordo com os depoimentos das trabalhadoras do SUAS e dos membros do MNPR/RN participantes da pesquisa não são realizados encontros periódicos e planejados da rede para formação e estudos de caso sobre PSR na maior parte das cidades. Em alguns municípios os técnicos de diferentes serviços e políticas mantêm comunicação e diálogo breve e informal pelo uso do aplicativo *whatsapp*. Um aspecto relevante apontado por algumas pessoas em situação de rua entrevistadas foi uma espécie de articulação da rede às avessas, ou seja, de comunicação entre diferentes serviços e municípios não com objetivo de construir estratégias conjuntas para melhor atendimento dos usuários, mas de “alertar” sobre perigos e dificuldades dos sujeitos atendidos, o que acaba fechando portas e aumentando a estigmatização e isolamento das pessoas em situação de rua.

Ainda sobre a ação em rede, que é fundamental na busca por maior alcance e qualidade das políticas públicas, nos chamou particular atenção um fenômeno que intitulamos “curto-circuito” da rede – usuários que relataram ser impedidos de entrar em serviços da Assistência Social por estarem sob efeitos de medicações prescritas por profissionais da saúde (confundidas pelos profissionais da assistência com álcool ou outras drogas), muitas vezes exigidas como condição para utilizar os serviços do SUAS pelos próprios técnicos da Assistência Social. Pela falta de comunicação e devido fluxo entre SUS e SUAS o usuário acaba sendo exposto e afastado pelas próprias políticas que deveriam se comunicar e articular para acolher e proteger.

Em relação aos obstáculos enfrentados pela PSR para acesso aos direitos, além da precariedade das políticas públicas, foi ressaltado nas falas de trabalhadoras do SUAS e da PSR

a frequência e intensidade de discursos e ações de higienização e criminalização destinadas a este segmento. Assim, parte dos esforços das equipes da Assistência Social se direciona ao diálogo com a sociedade e com outros servidores, como os das políticas de segurança pública, que constantemente pressionam os serviços socioassistenciais a expulsar e “se livrar” das pessoas que estão incomodando nas ruas e calçadas de residências e comércios. Mesmo tendo consciência do apelo à higienização, que é marca histórica dirigida aos grupos sociais marginalizados, foi possível observar em alguns depoimentos durante as rodas de conversa que parte das trabalhadoras do SUAS por vezes acabam incorporando, ou tendo dificuldade de superar os discursos higienistas, o que impacta diretamente as práticas dirigidas aos usuários.

A desconstrução de estigmas e concepções moralistas arraigadas sobre a PSR pelas trabalhadoras do SUAS é processual, e para avançar na direção do reconhecimento das pessoas em situação como sujeitos de direitos é fundamental que a reflexão sobre as expressões da “questão social” e o papel das políticas públicas seja cada vez mais aprofundada nos cursos de graduação, e que sejam ofertadas atividades de formação continuada às servidoras pelas gestões. Tão importante quanto as ações de educação formal, é a abertura para o diálogo com o MNPR e outras entidades que apresentam concepções e análises relacionadas a PSR a partir da perspectiva do sujeito que vive na rua e é usuário das políticas, o que pode ser viabilizado nos fóruns e espaços de construção coletiva das políticas públicas.

Quanto às estratégias e resistências aos obstáculos no acesso da PSR aos mínimos existenciais e direitos sociais, as trabalhadoras do SUAS expressaram “fazer das tripas coração”, ou seja, irem além do que está previsto e do que é ofertado pelo poder público para o desenvolvimento das ações nos serviços de assistência social. Apesar de representarem compromisso com a política, com os usuários, e merecerem reconhecimento, ações como a compra de materiais pelas próprias servidoras (que em geral possuem baixos salários) e arranjos pessoais para manter as atividades podem acabar contribuindo para a sustentação da assistência

social como uma política improvisada e precarizada, e dificultar ainda mais a ruptura com um passado assistencialista, tutelar e clientelista que são suas fortes marcas.

As pessoas em situação de rua entrevistadas, por sua vez, elencaram a organização e ação do MNPR como principal estratégia de resistência às barreiras de acesso colocadas à PSR no campo das políticas públicas. Foi destacado que o movimento social busca o diálogo constante com as trabalhadoras e gestores das políticas públicas, especialmente da assistência social, e ressaltado que tem ciência do seu papel de controle social, assumindo espaços como conselhos e conferências, e muitas vezes incomodando com seus questionamentos e denúncias. Parte das pessoas em situação de rua que faz uso dos serviços socioassistenciais evita se colocar ao identificar problemas e dificuldades por medo de represália e de perder as vagas e possibilidades de acesso as atividades ofertadas nos equipamentos do SUAS. Foi destacado, também, que muitas vezes o MNPR, através de sua coordenação, por ser referência para parte da PSR, acaba sendo procurado para denúncias, mediações, e assume papel de articulador da rede para efetivação de direitos dos usuários, ou pelo menos para diminuição do impacto de violências e violações de direitos, inclusive no âmbito dos serviços socioassistenciais.

Todos os participantes da pesquisa expressaram preocupação diante da atual conjuntura brasileira de ataque aos direitos sociais conquistados e retrocessos nas políticas públicas, especialmente a assistência social, já tão subalternizada. Mas além da angústia, as trabalhadoras e usuários do SUAS expressaram esperança e necessidade de vigilância e esforços conjuntos dos setores progressistas para a defesa da assistência social e das populações historicamente invisibilizadas e marginalizadas.

A análise política sofisticada realizada pelos participantes das entrevistas, de compreensão dos processos históricos brasileiros, corrobora as leituras sobre políticas públicas e a “questão social” no capitalismo contemporâneo, as quais viemos nos dedicando ao longo do processo de construção do projeto de pesquisa e escrita da tese. Apesar da dureza que também abala nossos corpos e mentes como trabalhadoras e acadêmicas, nos inspira e fortalece

a riqueza da educação popular e da força do coletivo, como demonstrada pelo MNPR/RN no enfrentamento das injustiças, retrocessos e na busca incessante pelo respeito à vida em toda a sua dignidade e potência.

Por fim, retomando o objetivo geral, que nos orientou durante todo o percurso da pesquisa - analisar o acesso da PSR às políticas públicas sociais no estado do Rio Grande do Norte, e o atendimento socioassistencial deste segmento populacional – é preciso reconhecer as contradições que permeiam estas políticas e o processo não linear - de avanços, retrocessos, retomadas e disputas- no percurso do reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos pelo Estado.

Como discutido nos capítulos anteriores, as políticas sociais públicas carregam em si a contradição de representarem por um lado conquistas da classe trabalhadora na sua luta por direitos, mas por outro funcionarem como mecanismos de suavização das tensões e desigualdades, basilares ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, não é possível pensar na erradicação do fenômeno da situação de rua, uma das marcas e expressões mais cruas e violentas do capitalismo sob as vidas humanas, que ocorre em centros urbanos por todo o mundo, nesta ordem econômica e social. Assim, faz-se fundamental ter a superação do MPC como horizonte, rumo a outras formas de organização social que tenham as cidades, a natureza e as vidas humanas não como mercadorias ou meros objetos de exploração e descarte, mas como potências, encontros e possibilidades compartilhadas.

Analisando mais especificamente o percurso das políticas sociais de atendimento à PSR, é importante destacar que a existência da PNPR (e consequentes políticas estaduais e municipais) e de serviços socioassistenciais desenhados para este público, e sobretudo, pensados e construídos por sujeitos de rua através do MNPR, não podem ser banalizados. Tratam-se de conquistas inéditas, que devem ser reconhecidas e ressaltadas.

A partir da aproximação e diálogo com atores que compõe os serviços para PSR no SUAS, além da leitura de pesquisas sobre o mesmo tema em diferentes cidades brasileiras e de

outros países, foi possível concluir que a existência da política por si só, apesar de representar um importante marco como já referido, não é suficiente. O Brasil certamente avança com promulgação do decreto 7053/2009 e a criação dos serviços do SUAS para a PSR. Mas além de não serem suficientes para enfrentar uma expressão da “questão social”, que é, portanto, estrutural, essas políticas pensadas e desenhadas tendo como foco a garantia de direitos, são confrontadas por narrativas e ações que voltam a enfatizar a higienização e criminalização que são marcas que sequer foram superadas no tratamento deste público pela sociedade e pelo Estado.

Além da disputa e defesa pela manutenção dos serviços é preciso avançar substancialmente na concepção e na qualidade das ações e estratégias ofertadas. Para isso, além das questões estruturais e orçamentárias, se faz necessária a formação de profissionais críticos, que se reconheçam, bem como as pessoas a quem assistem e acompanham nas políticas públicas, como classe trabalhadora.

É fundamental e condição *sine qua non* para a busca por efetividade no atendimento à PSR a atuação em rede, notadamente a partir da articulação com Políticas de Habitação, Saúde, e Trabalho e Renda. A Assistência social de modo isolado não possui condições para ofertar respostas a expressões complexas e multifacetadas da “questão social” como a situação de rua. E quando responde de forma improvisada e sem condições por assumir demandas de outras políticas acaba não conseguindo realizar e avançar em relação as suas próprias ações. O CIAMP-RUA se constitui como um dos espaços de diálogo e atuação em rede, que deve ser fortalecido para o avanço das políticas de PSR.

Cabe reconhecer que esta pesquisa possui uma série de limites, de diferentes ordens, dentre eles o diálogo apenas com a PSR organizada no MNPR/RN. Ouvir outros sujeitos com vivências de rua sobre a concepção e a execução dos serviços a eles destinados, inclusive no SUAS, é importante porque pode apontar outros elementos para análise. Também observar a perspectiva dos gestores e membros de conselhos e espaços de controle social das políticas

públicas podem colocar questões e concepções importantes para o avanço dos serviços destinados às pessoas em situação de rua. Esperamos que essas e outras questões possam ser tratadas em outros estudos sobre a temática.

Os estudos sobre a PSR e as políticas a ela destinadas compõem um campo de saber em construção, que conta com contribuições de diversas áreas das ciências humanas, sociais, da saúde, dentre outras. Ecoar as vozes da PSR, assim como das trabalhadoras que atuam com esse público, foi uma das possibilidades mais interessantes e gratificantes desta pesquisa de doutorado. Encontrei análises bastante elaboradas do MNPR/RN, que refutam afirmações do senso comum e estigmas que concebem as pessoas em situação de rua como seres ignorantes, sem conhecimentos ou capacidade de compreensão. Ao contrário disso, encontrei sujeitos que mesmo sem frequentar espaços formais de educação ou concluir o ensino fundamental, conseguem analisar criticamente e contribuir para o avanço das políticas públicas com grande propriedade e conhecimento.

Usar do lugar de privilégio de acesso à pós-graduação em uma universidade pública para ecoar, visibilizar e compartilhar os saberes e perspectivas da PSR, das trabalhadoras do SUAS e de pesquisadores que se dedicam ao estudo e avanços das ações destinadas ao enfrentamento da extrema pobreza, da violência, e da situação de rua foi sem dúvida a possibilidade mais potente viabilizada por esta pesquisa. Sobre esse encontro entre a UFRN e o MNPR/RN e as repercussões dessa parceria que, entre tantos outros importantes frutos, geraram esta tese, compartilho um último cordel, construído junto com o poeta Vanilson Torres, “A universidade nas ruas e as ruas na universidade” que versa sobre o tema pela perspectiva da PSR:

A Universidade veio as ruas
Em 2012 através do CRDH
E é a partir desse momento
Que essa história vou te contar

Foi um encontro cheio de incertezas
Cores, vidas, sonhos, amor e resistência

De um grupo bastante estudado
E de outro na luta pela sobrevivência

Após essa experiência os dois grupos

Se aproximaram, se entrelaçaram

Começaram a atuar juntas

E uma linda história iniciaram

Começou uma série de teses, mestrados e doutorados

Com a População em Situação de Rua

E a universidade passou a ver e discutir

Essa realidade nua e crua

O que importa entender nessa vida

É que os saberes são diversos

E que o acadêmico e o popular

São temas que tem nexos

O MNPR no RN participa de formações

Palestras e rodas de conversa

Na UFRN e outras instituições

Isso mostra como a vida é complexa

E que as universidades precisam cada vez mais

Abrir as portas para os movimentos sociais e populações

Porque as universidades ensinam

Mas o popular traz lições

E já se foram oito anos dessa parceria

Linda, forte e aguerrida

Mas o que eu preciso que entendam mesmo

É que só as lutas mudam a vida

Esse encontro entre UFRN e MNPR/RN produziu uma série de frutos de diversas ordens, como já referido anteriormente. Entre eles cabe destacar o livro “Vozes, Imagens e Resistências nas Ruas: a vida pode mais!” lançado em 2019 com um compilado de produções de pesquisadores que estudam a PSR em diferentes regiões brasileiras, e dos membros do MNPR/RN, que apontaram suas questões e leitura da realidade a partir de poesias, cordeis e fotografias. Este livro construído a partir do CRDH representa um esforço importante na direção da ciência que desejamos produzir – onde não apenas falamos dos sujeitos, mas dialogamos e construímos junto com eles e elas.

Conforme refletimos aqui, foi tarefa árdua e permeada de desafios realizar a análise das políticas para a PSR, segmento tão complexo e atravessado por tantos elementos. Foi difícil também porque este é um tema que me toca particularmente desde o estágio em Psicologia no CRDH/UFRN em 2012, e continuou me gerando questionamentos e incômodos posteriormente como trabalhadora do SUAS e apoiadora do MNPR/RN. Esperamos que essa tese possa contribuir com a análise dessas políticas, especialmente da assistência social, para sua potencialização e para “puxar o fio da navalha” da higienização social para o respeito à vida e para o reconhecimento e garantia de direitos de todas as ordens.

Finalmente, escrevemos estas últimas considerações em agosto de 2020, em meio a pandemia do COVID-19, que de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) até o momento infectou cerca de 20 milhões de pessoas no mundo, matando 732.499, sendo

mais de 100 mil mortos no Brasil⁷⁴. A pandemia aprofunda crises que já estavam em curso, e como um amplificador, explicita as expressões da “questão social”. O Brasil, à deriva na pandemia, é governado por um presidente que não se embasa em ciência para a tomada de decisões técnicas, faz pouco da morte⁷⁵, banalizando-a, e não possui Ministro da Saúde ou estrutura de comando para articular ações e estratégias entre os diferentes entes federativos no que se refere às ações sanitárias de enfrentamento ao coronavírus.

Neste cenário, onde os determinantes sociais da saúde também se explicitam, adoecem e morrem mais os que tem as piores condições de vida. Logo, a PSR está na linha de frente dos riscos de infecção e morte pela Covid-19. O isolamento social é apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como principal estratégia de prevenção ao vírus. Mas o que fazer quando seguir o slogan “Fica em casa” não é uma possibilidade concreta?

Mas há resistência diante do caos. As flores de luta (re)nascem no asfalto. Resistem as universidades e institutos que desenvolvem pesquisas para compreender o vírus, fabricar vacinas e cuidar da população; os profissionais de saúde que arriscam suas próprias vidas para tentar salvar as dos que adoecem; as profissionais do SUAS que acolhem, orientam e buscam auxílios emergenciais e alternativas para muitas pessoas que perderam seus trabalhos e se veem na iminência da fome e de perder suas casas pela impossibilidade de custear aluguéis; os movimentos sociais que permanecem pressionando o poder público e a sociedade pelo fim das violências e afirmação dos direitos do povo.

Nas primeiras semanas de março de 2020, quando o poder público no RN passou a sinalizar a necessidade de isolamento social diante da pandemia, o MNPR/RN pressionou o Estado, junto com membros do CIAMP-RUA RN para a construção de um plano emergencial de contingência para a PSR. Entre as primeiras ações dos poderes públicos municipais

⁷⁴ https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

⁷⁵ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/relembre-frases-de-bolsonaro-sobre-a-covid-19,c70ebf174bce6d63010417e6d338cef9jmpl1bzw.html>

estiveram a criação de abrigos emergenciais em Natal, Mossoró, Macaíba e a ampliação de horários e capacidade de atendimentos nos serviços do SUAS em Parnamirim. Já o governo estadual criou no âmbito da assistência social o Programa RN Chega Junto, que, entre outras ações, garantiu a gratuidade para PSR nos restaurantes populares, distribuição de alimentos nos finais de semana e previsão de pagamento de aluguel social para as famílias em situação de rua. Entre os meses de março a agosto, o MNPR/RN e apoiadores também realizaram a campanha “A solidariedade não pode entrar em quarentena”, com distribuição semanal de alimentos, kits de higiene e materiais informativos sobre a prevenção e tratamento da Covid-19 para PSR de Natal e Parnamirim.

No mês de julho o MNPR/RN, que na pandemia passou a participar semanalmente de reuniões de monitoramento com as secretarias de assistência social, teve ciência da perspectiva de fechamento dos abrigos temporários e retorno do albergue municipal. Diante de tal situação, o movimento e apoiadores realizaram ato simbólico em frente à prefeitura municipal do Natal pela garantia de abrigo 24h durante e após a pandemia, visto que o atendimento integral está previsto na tipificação dos serviços socioassistenciais e nunca foi seguido na capital do RN desde a abertura do albergue municipal, em 2011. Após reunião com os representantes da prefeitura foi anunciado que o antigo albergue será substituído por um abrigo 24 para PSR adulta, em novo prédio no centro da cidade. No mês de agosto foi reativado, de forma virtual, o Fórum Permanente de Defesa da Pop Rua de Natal.

As situações narradas ilustram bem o movimento contraditório das políticas sociais no capitalismo, conforme discutimos ao longo de todo o trabalho. Em um momento de crise aguda e de recessão, o MNPR/RN finalmente consegue alcançar avanços mínimos e fundamentais que vêm sendo pleiteados desde a criação do movimento no estado: a substituição do albergue por abrigo em Natal, e a abertura de unidades de acolhimento em outros municípios potiguares, como Mossoró e Macaíba. Além das lutas no campo da assistência social, o movimento permanece pressionando o Estado por políticas de habitação, saúde, trabalho e renda. No âmbito

nacional, o MNPR tem buscado fazer frente a vários projetos, legislações e ações destinadas à PSR que representam retrocessos e se embasam nas lógicas de higienização social.

Assim, observando o movimento do real, os percursos e as contradições das políticas sociais no MPC, finalizamos esta tese enfatizando que é fundamental que as trabalhadoras e usuários do SUAS se encontrem e dialoguem na busca pelo avanço da política, e continuem acreditando que apesar dos apelos ao retorno das piores formas de higienização e criminalização que vivemos no Brasil atualmente, a vida sempre pode mais. A insistência e a resistência geram fissuras no sistema que se materializam na forma dos serviços e políticas construídas pela e para a PSR, e na potencialização e reinvenção dessas. Inspiradas pela força, a ousadia e a coragem das pessoas que lutam cotidianamente para existir e afirmar a vida pelas ruas do Rio Grande do Norte, do Brasil, e do mundo reafirmamos nosso compromisso de resistir com e pela população em situação de rua, inclusive através da pesquisa e da prática profissional no campo das políticas públicas.

Referências

- Adorno, R. (2016). De vestígios e de poder: “Não adianta maquiagem o minhocão, a cracolândia anda”. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 197-222). São Carlos: EdUFSCar
- Afonso, M. L. M., & Abade, F. (2008). *Para reinventar as Rodas*. Rede de cidadania Mateus Afonso de Medeiros (RECIMAM). Recuperado de http://www.ufsj.edu.br/portalepositorio/File/lapip/PARA_REINVENTAR_AS_RODAS.pdf
- Aguiar, M. M. & Iriart, J. A. B. (2012). Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 28(1), 115-124. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000100012>.
- Albernaz, B. (2017, 10 de abril). Número de moradores de rua com curso superior cresce 75% em 1 ano no RJ. *GI Rio*. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>
- Alberto, M.F.P; Freire, M.L., Leite, F.M; Gouveia, C.N.N.A (2014). As políticas públicas de Assistência Social e a Atuação Profissional dos (as) Psicólogos(as). In Oliveira, I.F. & Yamamoto, O.H. (Orgs). *Psicologia e Políticas sociais: temas em debate* (pp.127-174). Belém: Ed.ufpa.
- Alcantara, S. C., Abreu, D. P. & Farias, A. A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>
- Almeida, H. T., Gouveia, A. C. B. F., Medeiros, F. C., Bezerra, F. S., Bizerril, M. C. L., & Oliveira, V. D. F. C. (2014). O Centro de Referência em Direitos Humanos e a População em Situação de Rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In I. L. Paiva, C. Souza, D. A. Valença, & A. Araújo. *Direitos Humanos e Práxis: experiências do CRDH/RN* (pp.151-176). Natal: EdUFRN.
- Almeida, H.T. (2015). *O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Almeida, S.L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Amorim, A.K.M.A., Nobre, M.T., Coutinho, A.F.J. & Medeiros, L.P. (2019). Direitos Humanos e População em Situação de Rua: investigando limites e possibilidades de vidas. In Nobre, M.T., Amorim, A.K.M.A., Medeiros, F.C. & Matos, A.C.V (Orgs.), *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 121-160). Natal: EDUFRN.
- Andrade, L. P., Costa, S. L., & Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1248-1261. DOI: 10.1590/S0104-12902014000400011
- Arbex, D. (2013). *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração editorial.

Azevedo, G (2018, 17 de outubro). Crise faz crescer o risco de o Brasil voltar ao mapa da fome. *Uol Notícias*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/10/17/jose-graziano-fao-onu-mapa-da-fome-brasil-obesidade.htm>

Barata, R.B., Carneiro Júnior, N., Ribeiro, M.C.S.A. & Silveira, C. (2015). Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. *Saúde Soc.* São Paulo, v.24, p. 219-232. DOI: 10.1590/S0104-12902015S01019

Barros, D. D., Galvani, D., Almeida, M. C., & Soares, C. R. S. (2013). Cultura, economia, política e saber como espaços de significação na terapia ocupacional social: reflexões sobre a experiência do ponto de encontro e cultura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(3), 583-594. DOI: 10.4322/cto.2013.060

Bezerra, M.M.C. (2017). A relação entre Estado e Sociedade Civil: as experiências dos conselhos municipais de Assistência Social de Natal e Parnamirim (2013-2017) (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25006/1/MartaMariaDaConceicaoBezerra_DISSERT.pdf.

Biscotto P.R, Jesus M.C.P, Silva M.H, Oliveira D.M, Merighi M.A.B. (2016). Understanding of the life experience of homeless women. *Rev Enferm USP*: 50(5):749-755. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000600006>

Bizerra, F.A. & Góis, J.C.S. (2014). Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. *Rev. katálysis* [online] vol.17, n.1, pp.77-86. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802014000100008>.

Borysow, I. C. & Furtado, J. P. (2014). Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23(1), 33-50. doi: 10.1590/S0103-73312013000100003

Braz, M (2017). O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.* [online] n.128, pp.85-103. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>.

Brito, R.D.S. (2018). A crítica de Marx ao conceito de cidadania. *Revista da faculdade de direito da UFRGS*. Volume Especial - Número 39.

Buarque, C. (1971). Deus lhe pague. *Construção*. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips

Bufaranni, M. (2012). Vivir en el espacio público: consideraciones sobre las políticas de control urbano. *Nómadas*, 37, 231-239.

Bursztyn, M. (2000). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond.

Candido, N. A. C. (2006). *Ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana face ao direito à inserção social de pessoas em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brasil. Recuperado de <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/194>

Canofe, F. (2018, 24 de julho). Depois de quatro meses, primeira ocupação de população de rua é despejada de terreno da prefeitura. *Sul 21*. Disponível em <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/07/depois-de-quatro-meses-primeira-ocupacao-da-populacao-de-rua-e-despejada-de-terreno-da-prefeitura/>

Canônico, R. P., Tanaka, A. C. D., Mazza, M. M. P. C., Souza, M. F., Bernat, M. C., & Junqueira, L. X. (2007). Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 41 (spe), 799-803. DOI: 10.1590/S0080-62342007000500010

Caravaca-Morera, J. A. & Padilha, M. (2015). Entre batalhas e pedras: histórias de vida de moradores de rua, usuários de crack. *Hacia la Promoción de la Salud.*, 20(1), 49-66. DOI: 10.17151/hpsal.2015.20.1.4

Carta Capital (2017, 23 de maio). Demolição na Cracolândia deixa feridos e expõe autoritarismo de Doria. *Carta Capital*. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/demolicao-na-cracolandia-deixa-feridos-e-expoe-autoritarismo-de-doria/>

Castro, A.E.F. & Yamamoto, O.H. (1998). A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. *Estudos de Psicologia*. 3(1), 147-158 147.

Clementino, M. L. M., & Ferreira, A. L. (2015). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Conselho Federal de Psicologia (2011). *Relatório da 4ª inspeção nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2015). *Relatório final de pesquisa sobre atuação dos psicólogos na política nacional para população em situação de rua*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2018). *Relatório da inspeção nacional em comunidades terapêuticas - 2017*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2018). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) 1º Ed. Brasília: CFP.

Conselho Nacional do Ministério Público (2015). *Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua: guia de atuação ministerial*. Brasília: CNMP.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (2017). Nota técnica de atuação das psicólogas na política de assistência social no Rio Grande do Norte. Natal, RN: CRP 17. Disponível em <http://crprn.org.br/noticias/crp-rn-realiza-lancamento-da-nota-tecnica-da-comissao-de-assistencia-social/>

Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (2019). MP 95/2019 extingue Serviço Social no INSS. Comunicação CRESS. Disponível em <http://cress-sp.org.br/mp-9052019-extingue-servico-social-no-inss/>

Constituição da República Federativa do Brasil (1988, 5 de outubro). Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF: Presidência da República.

Cordeiro, F (2020, 06 de janeiro). Morre morador de rua queimado enquanto dormia na Mooca. *Uol Notícias*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/06/morre-morador-de-rua-queimado-enquanto-dormia-na-mooca.htm>

Correio do Povo (2015, 16 de maio). População de rua aumenta em Porto Alegre e políticas falharam, diz Fasc. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, Brasil.

Coutinho, R. (2017, 2 de fevereiro). Programa Atitude tem reconhecimento internacional. *Folha de Pernambuco*. Disponível em <https://www.folhape.com.br/NOTICIAS/2190-PROGRAMA-ATITUDE-TEM-RECONHECIMENTO-INTERNACIONAL/16814/>

Couto, B.R., Bortoli, M.A. & Martinelli, T. (2016). O público e o privado na assistência social. In Teixeira, S.M.(Org.), *Política de Assistência Social e temas correlatos* (pp. 93-110). São Paulo: Editora Papel Social.

Cruz, L.R & Guareschi, N.M.F. (2010). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In L.R.Cruz& N.M.F. Guareschi (Orgs.), *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.

Dantas, C. M. B. (2013). *A ação do psicólogo na assistência social: “interiorização da profissão” e combate à pobreza*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Decreto nº 7.053. (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-norma-pe.html>.

Decreto nº 8.242 (2014, 23 de maio). Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm#art70

Decreto nº 27.681 (2018, 16 de janeiro). Institui o Comitê intersetorial de acompanhamento da política de população em situação de rua e cria o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Norte. Natal, RN: Diário Oficial do Estado.

De Lucca, D. (2016). Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 23-44). São Carlos: EdUFSCar.

Duarte, R. (2020, 24 de agosto). Após mobilização, prefeitura recua e estende prazo de despejo das 30 famílias no Baldo. *Saiba Mais Agência de Reportagem*. Disponível em <https://www.saibamais.jor.br/apos-mobilizacao-prefeitura-recua-e-estende-prazo-de-despejo-das-30-familias-no-baldo/>

Emenda 95 (2016, 15 de dezembro). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

- Engstrom, E. M. & Teixeira, M. B. (2016). Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1839-1848. DOI: 10.1590/1413-81232015216.0782016
- Engels, F. (2008). *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (B.A. Schumann Trad; Edição José Paulo Neto). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1845).
- Engels (2015). *Sobre a questão da moradia* (Nélio Schneider, Trad.) 1º ed. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1873).
- Faleiros, V. P. (2004). Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, 1(1), 1-9.
- Farha, L. (2015). *Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequada e sobre o direito a não discriminação nesse contexto*. Conselho de Direitos Humanos. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Nova York: ONU.
- Farias, T.M. & Diniz, R.F. (2019). População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In Nobre, M.T., Amorim, A.K.M.A., Medeiros, F.C. & Matos, A.C.V (Orgs.), *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 34-62). Natal: EDUFRN.
- Félix-Silva A.V., Silva, A.A.P., Souza, E.C., Sales, R.C.M. (2019). Cartografia dos modos de sujeição e resistência das pessoas em situação de rua. In Nobre, M.T., Amorim, A.K.M.A., Medeiros, F.C. & Matos, A.C.V (Orgs.), *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 162-195). Natal: EDUFRN.
- Fernandes, L.E. (2018). A ofensiva imperialista e o golpe de 2016 no Brasil. *Resistir.info*. Disponível em https://resistir.info/brasil/fernandes_07mai18.html
- Ferro, M. C. T. (2012). Política Nacional de População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. *Revista Direitos Humanos*, 8(1), 35-39.
- Flores, M. A., Contreras, C. R., Hernandez, Y. A., Levicoi, Y. V., & Vargas, C. M. (2015). Ocupación e identidad social en personas en situación de calle de La Ciudad de Punta Arenas. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, 15(2), 1-16. DOI: 10.5354/0717-5346.2015.38159
- Frangella, S. (2016). Prefácio. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp.9-14). São Carlos: EdUFSCar.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fróes, A.L.A.O (2017). O controle social da política de assistência social: uma análise do conselho municipal de assistência social de São Luís/ MA (resumo). In Universidade Federal do Maranhão (Eds). *Resumo de comunicações científicas*, VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Brasil.
- Furtado, C.R. (2014). Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo de gentrificação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363.

- Galeano, E. (1995). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Galeano, E. (1999). *De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso*. 7 ed. Porto Alegre: L&PM.
- Gama, C. (2017, 19 de abril). Vinte anos depois da morte de Galdino, indígenas ainda sofrem com violência. *Correio Braziliense*. Acervo.
- Gardela, E. (2016). A urgência como cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 141-174). São Carlos: Edufscar.
- Gatti, B. P., & Pereira, C. P. (2011). *Projeto Renovando a Cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal*. Brasília: Gráfica Executiva.
- Gomes, R. (2017, 24 de outubro). Conselho Nacional de Nutricionistas considera ração humana uma “ameaça”. *Rede Brasil Atual*. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/conselho-federal-de-nutricionistas-considera-racao-humana-de-doria-uma-ameaca/>
- Gohn, M.G. (1997). *Teoria dos movimentos Sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gongorá, A. & Suarez, C. J. (2008). Por una Bogotá sin mugre: violencia, vida y muerte en la cloaca urbana. *Universitas Humanística*, 66(66), 107-138.
- Gragnani, J. (2017, 29 de março). Dória revoga regra de Haddad e inicia retirada de “minifavelas” das ruas de SP. *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1870679-doria-revoga-regra-de-haddad-e-inicia-retirada-de-minifavelas-das-ruas-de-sp.shtml>.
- Guimarães, L.S. (2016). O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. *GeoTextos*, vol. 12, n. 1, 13-35.
- G1 São Paulo. (2016, 14 de junho). Cinco moradores de rua morrem por causa do frio, diz Arquidiocese de SP. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/cinco-moradores-de-rua-morrem-por-cao-do-frio-diz-arquidiocese-de-sp.html>.
- G1 Rio Grande do Norte (2020, 10 de fevereiro). Coronel da reserva da FAB é principal suspeito de matar morador de rua na zona leste de Natal. *G1 RN*. Disponível em <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/02/10/coronel-da-reserva-da-fab-e-principal-suspeito-de-matar-morador-de-rua-na-zona-leste-de-natal-diz-policia-civil.ghtml>
- G1 Rio Grande do Sul. (2016, 27 de abril). DPU no RS ingressa com ação com auxílio-moradia a moradores de rua. *G1 RS*. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/dpu-no-rs-ingressa-com-acao-por-auxilio-moradia-moradores-de-rua.html>
- Hallais, J. A. S., & Barros, N. F. (2015). Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. *Caderno de Saúde Pública*, 31(7), 1497-1504. DOI: 10.1590/0102-311X00143114
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 29, 73-89.

Henrique, R. A; Santos, C. M; Vianna, J. J. B (2013). Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 24, p. 109-120.

Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.

Iamamoto (2001). A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, 2(3), 9-32.

Iglecio, P. (2016, 3 de outubro). Intenção de Dória acabar com “De braços abertos” preocupa ativistas e entidades. *Justificando*. Disponível em <http://www.justificando.com/2016/10/03/intencao-de-doria-de-acabar-com-de-bracos-abertos-preocupa-ativistas-e-entidades/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) *Censo 2010 IBGE*. Brasília: IBGE. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Brasília: IPEA.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Nota técnica nº 73. Brasília: IPEA

Jansen, R. (2017, 14 de outubro). Justiça tira bebês de famílias em situação de risco. *Estadão*. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-tira-bebes-de-familias-em-situacao-de-risco,70002044603>

Jesus, J.G. (2012). Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 163-186.

Jesus, J.G. (2013). Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 493-503. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300003>

Jornal da Paraíba (2017, 10 de julho). Projeto “Chega junto” vai ajudar moradores de rua e usuários de drogas. *Jornal da Paraíba*. Disponível em https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/projeto-chega-junto-vai-ajudar-moradores-de-rua-e-usuario-de-drogas.html

Kilduff, F. (2010). O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 240-249.

Konchinski, V. (2010, 11 de dezembro). Número de casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica censo 2010. *Agência Brasil*. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>

Kunz, G. S., Heckert, A. L., & Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), 919-942. DOI: 10.1590/1984-0292/1192

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lei nº 8.069. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 8.742. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 10.2016. (2001, 6 de abril). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 10.257. (2001, 10 de julho). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 11.258. (2005, 30 de dezembro). Altera a lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 13.146. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei nº 13.509 (2017, 22 de novembro). Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei Estadual nº 10.333 (2018,10 de janeiro). Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal: Diário Oficial do Estado.

Lei Municipal nº 558/2018. Institui o censo municipal de população em situação de rua. Natal/RN: Diário Oficial do Município.

Lima, B. M. (2014). “*Por esse pão pra comer, por esse chão para dormir*”: direito à cidade e população em situação de rua em Natal/RN. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22815>”

Lima, G. (2013, 07 de abril) “Há extermínio”, diz secretário sobre mortes de moradores de rua em GO. G1. Disponível em <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/04/ha-extermio-diz-secretario-sobre-mortes-de-moradores-de-rua-em-go.html>

Lima, H. S. & Seidl, E. M. F. (2015). Consultório na rua: atenção a pessoas em uso de substâncias psicoativas. *Psicologia em Estudo*, 20(1), 57-69.

Londero, M. F. P. Ceccim, R. B., & Bilibio, L. F. S. (2014). Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. *Interface (Botucatu)*, 49(18), 251-260. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0738>.

Lucena, F. (2019, 12 de setembro). Abrigos tem vagas para apenas 15% das pessoas em situação de rua. *Diário do Rio*. Disponível em <https://diariodorio.com/abrigos-tem-vagas-para-apenas-15-das-pessoas-em-situacao-de-rua/>

Lucinda, E. (1999). *Eu te amo e suas estreias*. Rio de Janeiro: Record.

Machado, F.V. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. (Tese de doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Machado, S. A. (2012). *O processo de rualização e o sistema único de assistência social/SUAS: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial*. (Dissertação de mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Maricato, E (2015). Para entender a crise urbana. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Martins, M.F., Groppo, L.A. & Barbosa, J.R. (2018). Apresentação do dossiê temático “movimentos sociais conservadores e educação”. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 3-6. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v4i2>

Marx, K. (1989). *O capital: crítica da economia política* (Reginaldo Sant’Anna, Trad.) 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 1, v. 1 e 2. (Trabalho original publicado em 1867).

Marx, K. (2010) *Sobre a questão judaica*. (Neto Schneider, Trad.). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1844).

Matos, A.C.V. (2016). *A atuação dos consultórios na rua (CNAR) e a atenção à saúde da população em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Mato Seco (2013). Pedras Pesadas. *Seco e Ainda Vivo* (CD). Salvador: Estúdio Base.

Mattei, L. (2015). Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. *Revista Katálysis*, 18(2), 222-230. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1414-49802015180200008>

Mattos, R. M; Heloani, R; Ferreira, R. F. (2008). O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental, Barbacena*, v. 6, n. 10.

Melo, T.H.A.G. (2016 a). Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan Fernandes*, nº 3, ano 1, p.10-31.

Melo, T.H.A.G. (2016 b). “Da rua pra rua: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 45-66). São Carlos: EdUFSCar.

Menezes, C. (2018, 01 de fevereiro). A abominável arte de impedir pessoas sem teto de dormir na rua e pedir esmolas. *Socialista Morena: arte e política*. Disponível em <http://www.socialistamorena.com.br/abominavel-arte-de-impedir-pessoas-sem-teto-de-dormir-na-rua-e-pedir-esmolas/>.

Minayo, M.C.S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed., São Paulo: Hucitec.

Ministério da Cidadania (2017, 22 de fevereiro). *Entidades de assistência Social*. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social>

Ministério da Cidadania (2020). *Portaria nº 69* (2020, 14 de maio). Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes,

no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Ministério da Saúde (2009, 24 de dezembro). *Portaria n° 3.305*. Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3305_24_12_2009.html

Ministério da Saúde (2011, 25 de janeiro). *Portaria n° 122*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. DF: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html

Ministério da Saúde (2012). *Manual sobre o cuidado a saúde junto à população em situação de rua*. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde (2013, 27 de fevereiro). *Resolução n° 2*. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Comissão intergestores tripartite. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2013/res0002_27_02_2013.html

Ministério da saúde (2019). Nota técnica n° 11/2019. *Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas*. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008). *Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Brasília: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011 a). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)*. Brasília, DF: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2011 b). *O SUAS no Plano Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2012). *Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua*. Brasília, DF: MDS, 2012.

Ministério dos Direitos Humanos (2017). *Balanço das denúncias de violações de direitos humanos registradas no ano de 2016*. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Brasília: SDH.

Montaño, C. & Duriguetto, M. L. (2010). *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez.

Nascimento, E. C. & Justo, J. S. (2014). Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência. *Psico-USF*, 19(2), 253-263. DOI: 10.1590/1413-82712014019002002

Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, ano 2, n. 3, p. 41-49.

Netto, J. P. (2005). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

- Netto, J. P. (2006) O capitalismo contemporâneo. In J. P. Netto, & M. Braz (Orgs.), *Economia Política: uma introdução crítica* (pp. 211-241). São Paulo: Cortez.
- Nery, V. (2018). A Psicologia no SUAS: interdisciplinaridade nos cotidianos de trabalho. In Cordeiro, M.P., Svartman, B., & Souza, L.V. (Orgs.). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 96-113). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Nogueira, M. (2016, 02 de dezembro). Haddad vence “desafio de prefeitos” e São Paulo ganha US\$ 5 milhões para projeto. *GI São Paulo*. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/haddad-vence-desafio-de-prefeitos-e-sp-ganha-us-5-milhoes-para-projeto.ghtml>
- Oliveira, D. (2017, 14 de setembro). Carl Hart: “É preciso parar de usar o termo cracolândia”. *Revista Fórum*. Disponível em <https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/carl-hart-e-preciso-parar-de-usar-o-termo-cracolandia/>
- Oliveira, L.F. A construção das “populações-alvo” nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos/SP. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 67-88). São Carlos: Edufscar.
- Oliveira, I.M.F.F. (2017, 11 de maio) *A assistência Social em tempos de ofensiva neoliberal: a garantia de direitos em discussão*. Palestra proferida na I Conferência livre de assistência social das trabalhadoras e trabalhadores de Natal/RN. Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Oliveira, Sampaio e Saldanha (2015). Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 221-234, jul./dez. 2015
- Organização Pan-americana de Saúde (2020, 25 de agosto). *Folha informativa COVID-19*. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19>
- Otálvaro, A. F. T., & Arango, M. E. C. (2015). Accesibilidad de lapoblación habitante de calle a los programas de promoción y prevención establecidos por la Resolución 412 de 2000. *Investigaciones Andina*, vol. 11, núm. 18, 23-35. DOI: <https://doi.org/10.33132/01248146.221>
- Oxfam (2017). *Uma economia para os 99%*. Documento informativo da Oxfam. Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf
- Pacheco, M. E. A. G. (2014). Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 43-58. DOI: [10.1590/S1984-02922014000100005](https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100005)
- Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2008). Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 231-250.
- Paiva, I. K. S., Lira, C. D. G., Justino, J. M. R., Miranda, M. G. O., & Saraiva, A. K. M. (2016). Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2595-2606. DOI: [10.1590/1413-81232015218.06892015](https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015).
- Paniago, M.C.S. (2014). A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. *R. Katál., Florianópolis*, v. 17, n. 1, p. 41-49. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802014000100005>
- Paulo, P.P. (2016, 10 de junho). Moradores de rua de SP dizem que guardas levam colchões e até calcinhas. *GI São Paulo*. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/moradores-de-rua-de-sp-dizem-que-guardas-levam-colchoes-e-ate-calcinha.html>

Pereira, K.Y.L. (2016). Descentralizações, intersetorialidade e interdisciplinaridade: elementos para uma nova gestão e operacionalização da Política de Assistência Social. In Teixeira, M.S. (Org). *Política de Assistência Social e temas correlatos* (pp. 113-130). Campinas: Papel Social.

Pereira, L.F. P. (2016). No labirinto da Gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em “usuários” dos serviços de assistência social. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp.89-114). São Carlos: Edufscar.

Pereira, M.E.F.D. & Sousa, S.M.P.S. (2016). Trabalho e trabalhadores no contexto do SUAS: notas sobre a questão da competência profissional do assistente social. In Teixeira, M.S. (Org). *Política de Assistência Social e temas correlatos* (pp. 251-268). Campinas: Papel Social.

Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, DF. Disponível em <http://www.re-cife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>

Prates, F. C., Prates, J. C., & Machado, S. A. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Revista Temporalis*, 11(22), 191-215. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n22p191-216

Ramagnoli, R.C., & Fadul, F.M. (2018). Apontamentos acerca da intersetorialidade no SUAS. In Cordeiro, M.P., Svartman, B., & Souza, L.V. (Orgs.). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp.81-95). São Paulo: Instituto de Psicologia.

Rativa, Z. G., Rojas, C. L., Reina, C. T., & Felizzola, O. L. P. (2007). Construcción de una red institucional de apoyo para la población habitante de la calle: tejiendo redes. *Revista de la Facultad de Medicina*, 55(2), 96-104.

Raupp, L., & Adorno, R. C. F. (2015). Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. *Saúde e Sociedade*, 24(3), 803-815. DOI: 10.1590/S0104-12902015127672

Rede Brasil Atual (2020, 10 de fevereiro). Bolsonaro impede acesso dos mais pobres ao bolsa família e fila de espera chega a 1 milhão. *RBA*. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/02/bolsonaro-impede-acesso-dos-mais-pobres-ao-bolsa-familia-e-fila-de-espera-chega-a-1-milhao/>

Reis, J. J. & Gomes, F. dos S. (2005). Introdução: Uma história de Liberdade. In J. J. Reis, & F. dos S. Gomes (Orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (pp. 9-25). São Paulo: Companhia das Letras.

Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (2004, 28 de outubro). Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (2005, 15 de julho). Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 269 do Conselho Nacional de Assistência Social (2006, 13 de dezembro). Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social–NOB-RH/SUAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (2009, 11 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social (2012, dezembro). Revoga a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005 e Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS, apresentada pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT, apreciada e deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 04 do Conselho Nacional de Assistência Social (2013, 13 de março). Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social - PNEP/SUAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Resolução nº 20 do Conselho Nacional de Assistência Social (2018, 13 de setembro). Solicita a recomposição da dotação orçamentária de 2018 e da proposta orçamentária para o exercício de 2019 para a Assistência Social. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Ribeiro, A.B, Paiva, I.L., Seixas, P.S., & Oliveira, I.M.F.F. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 461-478. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/421>

Rodrigues, A. (2016, 16 de junho). Haddad se desculpa e adota nova regra para atender morador de rua. *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782489-haddad-se-desculpa-por-frase-e-cria-regras-para-abordar-de-morador-de-rua.shtml>

Rolnick, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Rosa, A. S., & Brêtas, A. C. P. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface (Botucatu)*, 19(53), 275-285. DOI: 10.1590/1807-57622014.0221

Rosa, C. M. M. (1995). *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: HUCITEC.

Rui, T., Martinez, M., & Feltran, G. (2016). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCar.

Rybka, L. N., Nascimento, J. L., & Guzzo, R. S. L. (2018). Os mortos e feridos na “Guerra às Drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(1), 99-109. <https://doi.org/10.1590/1982-027520180001000010>

Santos, L. N. (2014). *A Psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade*. São Paulo: Cortez.

Sartre, J.P. (2002). *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método* (Guilherme João de Freitas Teixeira, Trad.). Rio de Janeiro: DP&A. (Trabalho original publicado em 1960).

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR (2013). *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília, DF: SDH/PR.

Seidmann, S., Di Iorio, J., Azzollini, S. & Rigueiral, G. (2015). Sociabilidades en los márgenes: prácticas y representaciones sociales de personas en situación de calle en la ciudad de Buenos Aires. *Anuario de Investigaciones*, vol. XXII, pp.253-261. Universidad de Buenos Aires.

Senado Notícias (2016, 09 de junho). Regina Sousa promete acelerar projeto em favor de população de rua. *Senado Notícias*. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/09/regina-sousa-promete-acelerar-aprovacao-de-projeto-em-favor-de-populacao-de-rua>

Serafino, I. & Luz, L. C. X. (2015). Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálysi*, 18(1), 74-85. DOI: 10.1590/1414-49802015000100008

Sicari, A.A. & Zanella, A.V. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol. 38, nº 4, 662-679. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

Silva, A.H., & Fossá, M.I.T (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qu@alitas Revista Eletrônica*, vol. 17, nº 1, 1-14. Campina Grande: UEPB. DOI: 10.18391

Silva, A.L.B. & Souza, M.A. (2018). Movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil: disputas que marcam a conjuntura de 2014 a 2018. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 7-23. DOI: 10.22476/revcted.v4i2.353

Silva, C. C., Cruz, M. M., & Vargas, E. P. (2015). Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua. *Saúde debate*, 39 (spe), 246-256. DOI: 10.5935/0103-1104.2015S005270

Silva, F. P., Frazão, I. S., & Linhares, F. M. P. (2014). Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. *Caderno de Saúde Pública*, 30(4), 805-814. DOI: 10.1590/0102-311X00100513

Silva, J.V.T (2019). Dia de luta. In Nobre, M.T., Amorim, A.K.M.A., Medeiros, F.C. & Matos, A.C.V (Orgs.), *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 557-559). Natal: EDUFRN.

Silva, M. L.L. (2009). *Trabalho e População em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Silva, M.O.S. (2016). As condicionalidades no Bolsa Família: sua face conservadora e limites para a implementação da renda básica de cidadania no Brasil. In Teixeira, S.M. (Org.), *Política de Assistência Social e temas correlatos* (pp.155-178). São Paulo: Editora Papel Social.

Silva, S. A. (2013). População em situação de rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. *Revista de Psicologia Política*, 13(27), 337-350.

Silva, T.L. (2014). *População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal, Brasil. Disponível em http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402020400_ARQUIVO_PopulacaoderuaeDireitos_Tiago_Lemoes.pdf

Snow, D. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Soares, L. E. (2003). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In R., Novaes & P. Vanucchi (Orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 130-159). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Sousa, A.P., & Macedo, J.P. (2019). População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35510. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>
- Souza, E. S., Silva, S. R. V., & Caricari, A. M. (2007). Rede social e promoção da saúde dos “descartáveis urbanos”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 41(spe), 810-814. doi: 10.1590/S0080-62342007000500012
- Souza, F.V.F. (2013). Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. *O Social em Questão - Ano XVII - nº 30*.
- Souza, J. (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Souza Jr., M.B.M, Melo, M.S.T, & Santiago, M.E (2010). A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. *Movimento* Porto Alegre, v.16, n.03, 31-49.
- Souza, T.P. & Gomes, C.L.T. (2019). Territórios em conflito: o crack, população de rua e cidades. In Nobre, M.T., Amorim, A.K.M.A., Medeiros, F.C. & Matos, A.C.V (Orgs.), *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* (pp. 237-271). Natal: EDUFRN.
- Spautz, D. (2017, 21 de dezembro). Vereadores de Balneário Camboriú aprovam multas para pedintes que estiverem nas sinaleiras. *GAÚCHAZH*. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/12/vereadores-de-balneario-camboriu-aprovam-multa-para-pedintes-que-estiverem-nas-sinaleiras-cjbg1qv4a0267011s9spp0j11.html>
- Sposati, A. (2010) *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 11. ed. - São Paulo: Cortez.
- Sposati, A. (2011) *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 6. Ed. São Paulo: Cortez.
- Terra (2020, 7 de julho). Relembre frases de Bolsonaro sobre a Covid-19. *Terra Notícias*. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/relembre-frases-de-bolsonaro-sobre-a-covid-19,c70ebf174bce6d63010417e6d338cef9jrmp1bzw.html>
- Thomasz, A.G. 2009. Debajo de la alfombra de los barrios del sur: Derecho a la ciudad o nuevas formas de higienismo. *Intersecciones antropol.*, 11(1), 15-27.
- Tolentino, E.S., & Bastos, V.P. (2017). População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 17, nº 34, pp. 301-331. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2017v17n34p301-331>
- Tonet, I. (2005). Marxismo para o século XXI. *Margem esquerda 05*. São Paulo: Boitempo.
- Trinta, D.R.F. (2016). Deus e o diabo na terra do crack: a missão cristolândia e a cosmopolítica batista. In Rui, T., Martinez, M. & Feltran, G. (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas* (pp. 245-266). São Carlos: EdUFSCar

Varanda, W. & Adorno, R (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13 (1), 56-59.

Vergara, E.M. (2016). *Bandeira x Papelão: contribuições para o empoderamento e gestão coletiva de direitos do Movimento Nacional de População de Rua do Rio Grande do Norte-MNPR/RN*. (Relatório de Pós- Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Waiselfisz, J.J. (2016). Mapa da Violência 2016. Homicídios por arma de fogo. Brasília: FLACSO.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as Políticas Sociais Brasileiras. In O. H. Yamamoto, & I. F. Oliveira (Orgs.), *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate* (pp.21-46). Belém: UFPA.

Yamamoto, O.H. (2017). Capitalismo e crise. Aula inicial do semestre 2017.1 ao Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação – GPME. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Zwetsch, B. M. (2015a). *Documento técnico com a metodologia de organização e as referências do banco de textos criado sobre as temáticas relacionadas à população em situação de rua*. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Brasília: SDH/PR.

Zwetsch, B.M. (2015b). *Documento técnico contendo levantamento e análise das pautas em discussão nos comitês locais e estaduais de acompanhamento da população em situação de rua*. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Brasília: SDH/PR.

Zylberkan, M. (2019, 22 de junho). Em dois anos, SP vê salto de 66% de pessoas abordadas vivendo nas ruas. *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-dois-anos-sp-ve-salto-de-66-de-pessoas-abordadas-nas-ruas.shtml>

Apêndices

Roteiro para rodas de conversa com trabalhadores da Assistência Social⁷⁶

- 1- Breve explicação sobre a dinâmica da atividade e apresentação dos participantes (nome, cargo e tempo no serviço)
- 2- Quais são os serviços socioassistenciais que atendem a população em situação de rua aqui neste município? Vocês poderiam descrever cada um desses serviços e suas principais ações?
- 3- Como a população em situação de rua chega aos serviços da assistência social? Por demanda espontânea? Encaminhamentos de outros órgãos? Busca ativa?
- 4- Existe articulação entre os serviços socioassistenciais no atendimento dos usuários em situação de rua?
- 5- E com as demais políticas? Saúde, Habitação, Trabalho e renda, etc?
- 6- Existe diálogo com o sistema de justiça? De que forma?
- 7- Quais as principais demandas da população em situação de rua nos serviços?
- 8- E quais as maiores dificuldades no atendimento à população em situação de rua?
- 9- Vocês já acompanharam casos de superação da situação de rua por algum usuário? Pode compartilhar brevemente?
- 10- Acreditam que as mudanças no cenário político e econômico do Brasil impactam os serviços socioassistenciais voltados para a população em situação de rua? Como?
- 11- Se pudessem fazer sugestões para potencializar o atendimento e o acesso da população em situação de rua aos direitos sociais, o que sugeririam?

⁷⁶ Este roteiro de organização de roda de conversa, com questões disparadoras para o diálogo, foi desenvolvido para a pesquisa “No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua”.

Roteiro entrevistas semiestruturadas com membros do MNPR⁷⁷

1 – Questões pessoais/ perfil:

Nome:

Idade:

Sexo/gênero:

Raça:

Cidade de origem:

Tempo em situação de rua:

Profissão: Trabalha no momento? Com vínculo forma ou informal?

Possui cadastro único? É beneficiário de algum programa de transferência de renda?

Estado civil:

Tem filhos?

Há quanto tempo participa das atividades do MNPR?

2- Serviços socioassistenciais para população em situação de rua

Quais os serviços socioassistenciais você já acessou ou conhece no RN?

Frequenta atualmente algum serviço ou equipamento da política de assistência social? Qual(is)?

Poderia descrever estes serviços? (Unidade de acolhimento, Centro Pop, CREAS, etc.)

Como é o tratamento e o atendimento as pessoas em situação de rua nos serviços de assistência social?

São realizados encaminhamentos? Quais?

Existem articulações da política de assistência social com as demais políticas? Quais (saúde, habitação, trabalho e renda?)

Quais são as principais dificuldades dos serviços para garantir os direitos da população em situação de rua?

⁷⁷ Este roteiro de entrevista semiestruturada foi desenvolvido para a pesquisa “No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua”.

Existe fluxo da população em situação de rua por serviços socioassistenciais de diferentes municípios do RN?

Os serviços socioassistenciais no RN conseguem atender as diferentes demandas das pessoas em situação de rua? Seriam necessários outros modelos de atendimento? De que forma? (sugestões, ideias)

3- Atuação do MNPR

O que é o MNPR/RN e quais as suas principais ações?

O MNPR/RN dialoga com usuários, trabalhadores e gestores da política de assistência social? De que forma?

Existe participação do MNPR/RN nos espaços de controle da política de assistência social (conselhos, conferências)? De que forma?

As mudanças políticas e econômicas nacionais tem repercutido nos serviços socioassistenciais de atendimento à população em situação de rua?

Quais as principais reivindicações do MNPR/RN em relação a política de assistência social? (três níveis)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua

Pesquisador: Fernanda Cavalcanti de Medeiros

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 96594818.0.0000.5537

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.886.568

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa está associado a um trabalho de doutorado da pos-graduação em psicologia da UFRN. Serão arrolados 25 profissionais da assistência social de 5 municípios do RN e mais 10 membros do Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte. A população em situação de rua representa uma das expressões mais perversas da questão social, e se constitui como um fenômeno que entrelaça fatores econômicos, políticos e sociais em sua determinação. to da população em situação de rua, realização de rodas de conversa com os profissionais dos serviços socioassistenciais de atendimento à população em situação de rua, e entrevistas semiestruturadas com membros do Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o atendimento socioassistencial à população em situação de rua e o acesso deste segmento às políticas públicas sociais no estado do Rio Grande do Norte.

Objetivos Secundários:

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

UF: RN

Município: NATAL

CEP: 59.078-970

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA



Continuação do Parecer: 2.886.568

a) Caracterizar as diversas modalidades de equipamentos e estratégias socioassistenciais voltados ao atendimento da população em situação de rua no Rio Grande do Norte;

b) Mapear os principais atores e os fluxos de atendimento à população em situação de rua no RN, a partir dos serviços de assistência social, sobretudo em relação às políticas de saúde, trabalho, educação e habitação;

c) Investigar os obstáculos enfrentados pela população em situação de rua no acesso aos direitos sociais, bem como as resistências e estratégias de enfrentamentos a tais dificuldades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos que envolvem esta pesquisa qualitativa se relacionam com a mobilização emocional dos participantes, tanto nos grupos focais com profissionais, quanto nas entrevistas das pessoas em situação de rua organizadas no MNPR/RN. Buscaremos minimizar tais riscos a partir da oferta de suporte psicológico (acolhimento, escuta e encaminhamentos que se façam necessários) aos participantes que tiverem tal necessidade a partir das reflexões e conteúdos suscitados no contexto da pesquisa.

Benefícios:

Este projeto de pesquisa visa construir elementos que possam contribuir para subsidiar a intervenção profissional de psicólogos e demais trabalhadores que atuam no âmbito das políticas socioassistenciais no que se refere aos programas e serviços de atendimento à população em situação de rua. Objetiva-se, também, que as reflexões teóricas construídas neste estudo possam subsidiar o MNPR na busca pela garantia dos direitos sociais da população em situação de rua.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este trabalho tem como hipótese de trabalho: A baixa qualidade dos serviços socioassistenciais voltados ao atendimento da população em situação de rua, bem como as violações de direitos humanos cometidas nos mesmos, podem se relacionar ao desconhecimento e/ou a desconsideração das condições concretas de vida das pessoas que vivem em situação de rua. O

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA



Continuação do Parecer: 2.886.568

desconhecimento possivelmente se dá pela falta de levantamentos, censos e pesquisas quantitativas e qualitativas sobre este grupo populacional, e a desconsideração se expressa quando são colocadas barreiras ao acesso da população em situação de rua aos serviços que deveriam garantir seus direitos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados a folha de rosto, o formulário CEP, carta de não incio, carta de confidencialidade, as cartas de anuência dos 05 municípios que serão estudados, termo de gravação de voz, TCLE, instrumentos de pesquisa.

Recomendações:

Enviar os relatórios da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está bem instruído, apresentou todos os documentos necessários, TCLE com linguagem clara para o público alvo. Portanto, o protocolo de pesquisa está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde - CNS e Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP é da responsabilidade do pesquisador responsável:

1. elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinatura estar na mesma folha (Res. 466/12 - CNS, item IV.5d);
2. desenvolver o projeto conforme o delineado (Res. 466/12 - CNS, item XI.2c);
3. apresentar ao CEP eventuais emendas ou extensões com justificativa (Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP, Brasília - 2007, p. 41);
4. descontinuar o estudo somente após análise e manifestação, por parte do Sistema CEP/CONEP/CNS/MS que o aprovou, das razões dessa descontinuidade, a não ser em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes (Res. 446/12 - CNS, item III.2u) ;
5. elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais (Res. 446/12 - CNS, item XI.2d);
6. manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade,

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

**UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA**



Continuação do Parecer: 2.886.568

por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Res. 446/12 - CNS, item XI.2f);

7. encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto (Res. 446/12 - CNS, item XI.2g) e,

8. justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou não publicação dos resultados (Res. 446/12 - CNS, item XI.2h).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1070641.pdf	23/07/2018 20:42:07		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Coleta_PDF.pdf	23/07/2018 20:41:38	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_confidencialidade_pdf.pdf	23/07/2018 20:33:07	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_SJM_PDF.pdf	23/07/2018 20:26:34	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Parnamirim_PDF.pdf	23/07/2018 20:21:42	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_SGA_PDF.pdf	23/07/2018 20:17:34	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_MNPR.pdf	23/07/2018 20:17:08	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_Macaiba_PDF.pdf	23/07/2018 20:16:54	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_Extremoz_PDF.pdf	23/07/2018 20:16:35	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Outros	FORM_CEP_PDF.pdf	23/07/2018 20:16:11	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_MNPR.PDF	23/07/2018 19:26:02	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de	Carta_SJM.pdf	23/07/2018	Fernanda	Aceito

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA



Continuação do Parecer: 2.886.568

Instituição e Infraestrutura	Carta_SJM.pdf	19:25:44	Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Macaiba.PDF	23/07/2018 19:23:57	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Orçamento	orcamento.PDF	13/07/2018 19:23:08	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Outros	RoteiroRodas.docx	11/07/2018 21:22:12	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistas.docx	11/07/2018 21:21:33	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	11/07/2018 21:19:43	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Outros	Formulario_CEP.PDF	11/07/2018 21:17:40	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_confidencialidade.PDF	11/07/2018 21:16:47	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Outros	autorizacao_voz.docx	11/07/2018 21:15:44	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_SGA.pdf	11/07/2018 21:14:10	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_Extremoz.PDF	11/07/2018 21:12:55	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Parnamirim.PDF	11/07/2018 21:12:34	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_coleta.PDF	11/07/2018 21:11:23	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RODAS.odt	11/07/2018 21:10:15	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTAS.docx	11/07/2018 21:10:00	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_Quali_Fernanda.docx	11/07/2018 21:08:36	Fernanda Cavalcanti de	Aceito

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA



Continuação do Parecer: 2.886.568

Investigador	Projeto_Quali_Fernanda.docx	11/07/2018 21:08:36	Medeiros	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.PDF	11/07/2018 21:06:07	Fernanda Cavalcanti de Medeiros	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NATAL, 11 de Setembro de 2018

Assinado por:
LÉLIA MARIA GUEDES QUEIROZ
(Coordenador)

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.078-970

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br